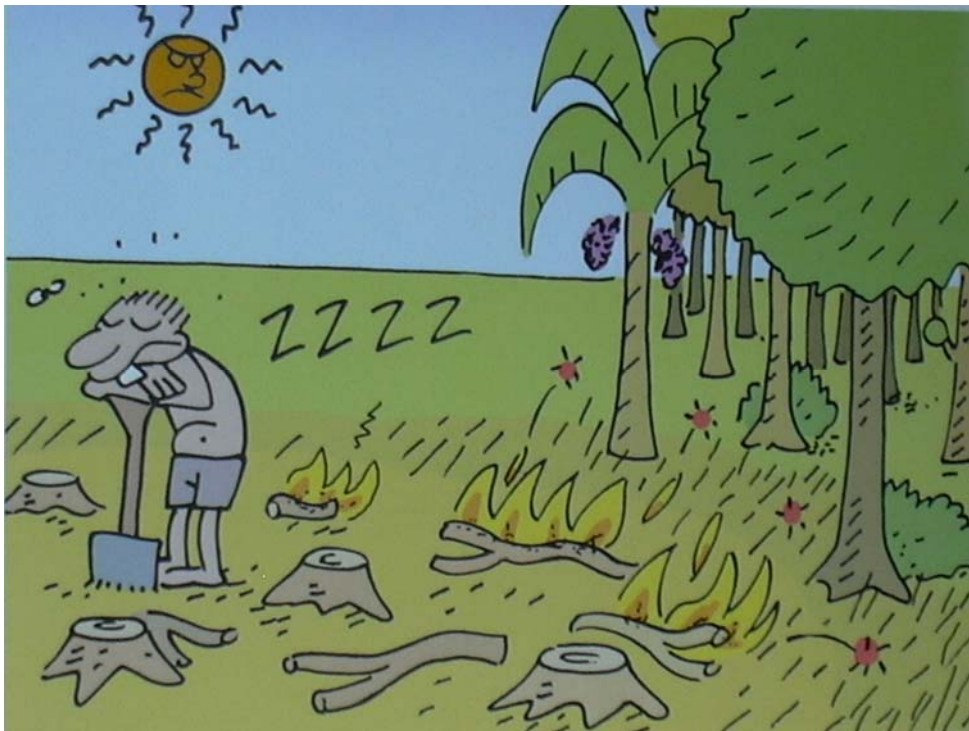


Luciana Miranda Costa

**SOB O FOGO CRUZADO DAS CAMPANHAS:
ambientalismo, comunicação e agricultura familiar
na prevenção ao fogo acidental na Amazônia**



Cartilha *Fogo bom é fogo controlado: prevenção aos incêndios florestais*. Proteger II, 2003, p. 6.

**Belém
2004**



Luciana Miranda Costa


**SOB O FOGO CRUZADO DAS CAMPANHAS:
ambientalismo, comunicação e agricultura familiar
na prevenção ao fogo acidental na Amazônia**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Ciências: Desenvolvimento Sócio-Ambiental, do Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientador: Dr. Daniel Curtis Nepstad

**Belém
2004**





Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de Doutor em Ciências: Desenvolvimento Sócio-Ambiental do Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará pela Comissão formada pelos professores:

Professor Dr. Daniel Curtis Nepstad – Orientador

Professor Dr. – Alfredo Wagner Berno de Almeida - Examinador Externo

Professora Dra. Inesita Soares de Araújo – Examinadora Externa


Professora Dra. Edna Castro – Examinadora NAEA

Professor Dr. Francisco de Assis Costa – Examinador NAEA

Suplente:

Professora Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin –NAEA

Belém, 31 de maio de 2004.



*Lembro ainda como me senti,
um misto de perplexidade e de descoberta,
ao terminar a leitura do
“Poder Simbólico”, de Bourdieu.
A palavra “óbvio”, a mim tão cara, esvaziou-se de seus
sentidos naturalizados e
tornou-se, de fato, “perigosa”.
Esta tese certamente carrega as marcas deste sentimento e é
dedicada a André, meu filho de seis anos,
que a acompanhou intensivamente,
tentando compreender, a seu modo,
a razão de tantas horas dedicadas à pesquisa.*

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Foram muitas as pessoas e instituições que contribuíram para que este trajeto fosse possível. A todas quero deixar registrado o meu mais profundo e reconhecido agradecimento, as marcas de cada uma delas estão presentes na tese. Citarei a seguir algumas, com as quais o contato durante esses quatro anos de pesquisa foi mais intenso. Quero agradecer em especial:

- Aos agricultores familiares, homens e mulheres que recriam a vida, com os quais temos, todos nós, muito a aprender;
- A meu orientador, Prof. Dr. Daniel C. Nepstad, pelo apoio irrestrito e pelas contribuições inestimáveis. De nossas conversas, essencialmente interdisciplinares, surgiram diversas questões que embasaram esta tese;
- A meu co-orientador nos Estados Unidos, Prof. Dr. Eduardo S. Brondízio, pela amizade e considerações sempre precisas e oportunas;
- A Benatti, Alana, Neusa e meus pais, companheiros de tantas horas, com os quais dividi as alegrias e as angústias que também fazem parte de uma pesquisa científica;
- Ao amigo Sérgio Sauer, na verdade um co-orientador desta tese, que pacientemente me ajudou a definir muitos dos caminhos que construíram este trajeto;
- Aos amigos Regina Lima, Rosaly Brito, Priscila Faulhaber, Itania Maria M.Gomes, Maria Clara e Paulo Moutinho, pelos comentários e apoio valiosos nas diversas etapas que compuseram esta pesquisa;
- Aos pesquisadores Alberto Setzer e Marcos Pereira (do INPE) pela solícita disponibilização de uma vasta gama de informações sobre o tema;
- Aos professores Edna Castro, Maria Célia Coelho, Rosa Acevedo, Francisco Costa, Alfredo W. Almeida e Inesita Araújo, cujas pesquisas e comentários foram fonte de inspiração e aprimoramento para esta tese;
- À equipe do projeto *O Bom Manejo do Fogo* (Ricardo Mello, Lucimar Lima, Edvan Sousa, Elza Lilia e Leuza Silva), pela amizade e pelo apoio em tantas horas compartilhadas;
- À equipe do projeto *Proteger*, em especial Silvia Nicola, que carinhosamente me apoiou durante esses anos;
- Às equipes dos projetos *PGAI-Queimadas* e *Fogo Emergência Crônica*, que sempre se dispuseram a contribuir com a pesquisa;
- À Sheila Gomes, minha bolsista, pela paciência de tantas horas e pelo apoio fundamental;
- Aos professores e amigos, especialmente de Belém, Belterra, Altamira, Marabá, São Paulo, Woods Hole e Bloomington, com os quais dividi tantas dúvidas e que estiveram sempre prontos a ouvir;
- À UFPA (particularmente ao NAEA e ao Departamento de Comunicação Social), IPAM, *Woods Hole Research Center* e Universidade de Indiana (ACT) pelo apoio institucional inestimável;
- À Capes, ao Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) e ao *Wild Life Fund* (WWF), pelas bolsas concedidas, sem as quais esta pesquisa não teria sido possível;
- E a todas as pessoas que me concederam entrevistas, compartilhando suas visões de mundo.

*A teoria científica
apresenta-se como um programa de percepção
e de ação só revelado no trabalho empírico em que se
realiza. Construção provisória elaborada para o
trabalho empírico e por meio dele,
ganha menos com a polêmica teórica
do que com a defrontação com novos objetos.
Por esta razão, tomar verdadeiramente o partido da
ciência é optar, asceticamente, por dedicar mais tempo e
mais esforços a pôr em ação os conhecimentos teóricos
adquiridos investindo-os em pesquisas novas, em vez de
os acondicionar, de certo modo, para a venda, metendo-
os num embrulho de metadiscorso, destinado menos a
controlar o pensamento do que a mostrar e a valorizar
a sua própria importância.
(Bourdieu, 1998, p. 59).*

SUMÁRIO

Lista de Siglas	08
Lista de Ilustrações	14
Resumo	16
Abstract	17
APRESENTAÇÃO	18
1. O FOGO ACIDENTAL NA AMAZÔNIA	31
2. CAMPO, HABITUS E PODER SIMBÓLICO	48
3. OS CAMPOS EM DISPUTA	60
3.1 - O campo Ambiental	75
3.2 - O Campo da Agricultura Familiar	102
4. A ANÁLISE DAS CAMPANHAS	127
4.1 – Comunicação e cotidiano	127
4.2 – Produção e recepção de sentidos sobre o fogo acidental	145
4.3 – Um olhar mais específico para cada campanha	207
4.3.1 – O Proteger	207
4.3.2 - O PGAI Queimadas	220
4.3.3 - Projeto “O Bom Manejo do Fogo”	233
4.3.4 - O Projeto “Fogo Emergência Crônica”	242
CONCLUSÃO	254
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	263
CORPUS DE ANÁLISE	292
ANEXOS	296
Principais cidades trabalhadas durante a pesquisa de campo: dados gerais	297
População rural e urbana dos municípios trabalhados durante a pesquisa de campo	305
Fontes de financiamento para o meio ambiente, educação ambiental e desenvolvimento sustentável	306
A legislação sobre o uso do fogo	314
Custos da prevenção ao fogo acidental calculado em diárias	316

LISTA DE SIGLAS

ACT - Anthropological Center for Training and Research on Global Environmental Change

AD - Escola Francesa de Análise do Discurso

AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

AM - Amplitude modulada ou ondas médias (captada por aparelhos radiofônicos)

AMA - Projeto Apoio ao Monitoramento e Análise

AVHRR (*sensor*) - Advanced Very High Resolution Radiometer

BASA - Banco da Amazônia

BCG - Bacilo de Calmette-Guérin (*Vacina contra Tuberculose*)

BIRD - Banco Mundial

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAP/UFPA - Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBB - Comissão de Bairros de Belém

CCCS - Centre for Contemporary Studies

CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CI - Conservation International

CMMD - Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPATIORÔ - Cooperativa de Serviços e Apoio ao Desenvolvimento Humano e Sustentável

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas (Receita Federal)

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CPTEC - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos

CUT - Central Única dos Trabalhadores

ECO-92 - United Nations Conference on Environment and Development

EDF - Environmental Defense

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAEPA - Federação da Agricultura do Pará

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FCAP - Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (Atualmente UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia)

FEC – Projeto Fogo Emergência Crônica

FEMA - Fundação Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso

FEMATO – Federação da Agricultura de Mato Grosso

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FETAGS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Amazônia

FINAM - Fundos de Investimento da Amazônia (Amazonian Investment Funds)

FM (rádio) – Frequência Modulada (captada por aparelhos radiofônicos)

FNE - Fundo de Desenvolvimento Regional do Nordeste (Northeast Regional Development Fund)

FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FOE-INTERNACIONAL - Friends of the Earth

FUNRURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

FUNTEC - Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia do Pará

FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar

GPS - Global Positioning System

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICV - Instituto Centro de Vida

IESA - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais
IIEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
IMAZON - Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ISA - Instituto Sócio-Ambiental
IUCN - International Union for Conservation of Nature
JK - Juscelino Kubitschek
KAS - Fundação Konrad Adenauer
LAET – Laboratório Agroecológico da Transamazônica
LASAT – Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins
LAZ - Lateinamerika Zentrum
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPB - Música Popular Brasileira
MPST - Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (conhecido também por Fundação Viver, Produzir e Preservar)
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NASA - US Agency for International Development
NASA/AMES - Centro de Estudos Espaciais Ames
NE - Nordeste
NEAF - Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar
NOAA - National Oceanic and Atmospheric Administration.

NRDC - Natural Resources Defense Council

OAB-PA - Ordem dos Advogados do Brasil - Pará

ODG - Overseas Development Group

OG – Organizações Governamentais

ONGS - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PD/A - Subprograma Projetos Demonstrativos

PGAI/PA - Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Estado do Pará

PIB - Produto Interno Bruto

PMACI - Programa de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POEMA - Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia

PPD - projetos de pesquisa dirigida

PPG-7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

PPTAL - Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal

PREVFOGO - Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

PROAMBIENTE - Programa de Desenvolvimento Sócio Ambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia

PROARCO - Monitoramento de Queimadas e Prevenção e Controle de Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento na Amazônia

PRODESQUE - Projeto de Monitoramento e Controle de Desmatamentos e Queimadas na Amazônia

PRODETAB - Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil

PRODEX - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo

PROMANEJO – Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

PROTEGER - Projeto de Mobilização e Capacitação em Prevenção e Combate a Incêndios Florestais na Amazônia

PSA - Projeto Saúde e Alegria

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PV - Partido Verde

RAFI - Rural Advancement Fund International

RESEX - Reservas Extrativistas

RFT - Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais

RG - Registro Geral

RIO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

RISQUE98 - Risco de Incêndios Florestais e Queimadas Agrícolas na Amazônia Brasileira

SAFS - Sistemas Agroflorestais

SCA - Secretaria de Coordenação da Amazônia

SDS - Semiologia dos Discursos Sociais

SECTAM - Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará

SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente

SEPRE - Secretaria Especial de Políticas Regionais

SHIFT - Studies of Human Impact on Forest and Floodplains in the Tropics

SISQUEIMA - Sistema de Controle, Fiscalização e Monitoramento das Queimadas

SPDDH - Sociedade Paraense pela Defesa dos Direitos

SPRN - Subprograma de Política de Recursos Naturais

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

TNC - The Nature Conservancy

UE - União Européia

UEA - University of East Anglia

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia

ULTAP - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará

UNAIS - United Nations Assistance International Service

UNIPOP - Universidade Popular

USAID - Agência Norte-Americana para Desenvolvimento Internacional

VBP - Valor Bruto da Produção

WHRC - Centro de Pesquisa Woods Hole (Woods Hole Research Center)

WWF - World Wildlife Fund

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

✚ Evolução do número de Focos de Calor no Arco do Desmatamento	20
✚ Evolução do número de Focos de Calor nos Municípios da Pesquisa de Campo	26
✚ Tabela do impacto de fogo reincidente na Amazônia e conseguinte mortalidade de árvores	38
✚ Quadro com custos do fogo acidental na Amazônia	41
✚ Tabela com Orçamento Geral da União 1995 - 2003	71
✚ Quadro Campo Ambiental	73
✚ Quadro Campo da agricultura familiar	74
✚ Diferenças entre as diretrizes do FNO e outras políticas de desenvolvimento	114
✚ Placas de rua do Projeto PGAI-Queimadas	232
✚ Evolução do número de focos de calor em Guarantã do Norte	251
✚ Figura 01: cartilha do Projeto Proteger	88
✚ Figura 02: corte de árvore com motosserra	175
✚ Figura 03: limpeza da área para roçado	177
✚ Figura 04: aceiro com enxada	178
✚ Figura 05: retirada de tronco de árvore do aceiro	178
✚ Figura 06: contrafogo.	180
✚ Figura 07: combate ao fogo com abafador.	181
✚ Figura 08: fogo no ramal da Encol	182
✚ Figura 09: combate ao fogo com água.	182
✚ Figura 10: queimada sem controle	182
✚ Figura 11: mutirão para o combate ao fogo	183
✚ Figura 12: cartilha “Queimada Controlada” do Ibama (Prevfogo) – Edição 2001	189
✚ Figura 13: cartaz do Proteger	195

Figura 14: cartaz do Proarco (IBAMA)	.196
Figura 15: outdoor da campanha do projeto Fogo Emergência Crônica	.197
Figura 16: calendário do projeto O Bom Manejo do Fogo (IPAM)	.203
Figura 17: cartaz do projeto O Bom Manejo do Fogo	.203
Figura 18: calendário do projeto Fogo Emergência Crônica	.204
Figura 19: cartilha Fogo Bom é Fogo Controlado (Proteger II)	.218
Figura 20: cartaz do Proteger II	.218
Figura 21: cartilha do projeto PGAI-Queimadas	.228
Figura 22: cartilha Fogo Legal (IPAM)	.235
Figura 23: regulamento de Queimadas da Colônia Del Rei	.237
Figura 24 : placa do acordo de Bom Manejo do Fogo da Comunidade Tauari	.242
Figura 23: cartilha do Projeto Fogo Emergência Crônica (Marabá)	.248

RESUMO

Esta pesquisa de doutorado, que teve início em 2000, tem como tema o “fogo acidental” na Amazônia e particularmente no Estado do Pará. O objeto de estudo são as campanhas de prevenção ao fogo acidental (no âmbito da produção, circulação e recepção das informações) implementadas por órgãos governamentais e não governamentais, principalmente a partir de 1998. Quatro projetos e suas respectivas campanhas foram escolhidos para compor o escopo de análise: o *Proteger*, o *PGAI Queimadas*, o Projeto *O Bom Manejo do Fogo* e o projeto *Fogo Emergência Crônica*. Trata-se de campanhas com muitos elementos convergentes, quer do ponto de vista teórico/metodológico, dos destinatários das informações, dos objetivos, dos materiais produzidos ou das áreas geográficas trabalhadas.

Esta tese mostra, no âmbito das campanhas, como se estabeleceram as relações de poder entre os agentes de instituições ambientais e os agentes e instituições voltados para a agricultura familiar. Por outro lado, explicita as diversas “estratégias” e “táticas” desenvolvidas pelos agricultores familiares e suas instituições de representação (como os sindicatos de trabalhadores rurais e as associações) para, do ponto de vista da recepção, reconstruir com diferentes sentidos os discursos das campanhas e marcar seu lugar na disputa simbólica.

A hipótese central desta pesquisa, fundada principalmente em conceitos de Pierre Bourdieu, é a de que há uma “tensão” entre as “visões de mundo” de instituições e agentes do campo ambiental e instituições e agentes do campo da agricultura familiar, no que se refere à temática trabalhada pelas campanhas. Portanto, as relações de comunicação explicitadas por esta pesquisa e estabelecidas pelas campanhas são relações de poder que reafirmam o desequilíbrio de forças entre os dois campos. Isto resulta no alcance apenas parcial e temporário dos principais objetivos das campanhas, quais sejam: redução do número de ocorrências de fogo acidental provocadas por queimadas agrícolas e mudança de comportamento por parte de agricultores familiares.

ABSTRACT

This Doctorate research began in 2000 and its theme is the *accidental fire* in the Amazon forest and, in particular, in the state of Pará. The *object of study* are the educational and outreach campaigns to prevent the *accidental fire*, involving the production, circulation and reception of information. They were implemented by governmental and non-governmental organizations, especially from 1998 onwards. Four projects and their respective campaigns were chosen in order to compose the analysis corpus: the “*Proteger*”, the “*PGAI Queimadas*”, the project *Bom Manejo do fogo* and the project “*Fogo Emergência Crônica*”. The campaigns have very similar elements related to the theoretical and methodological aspects, regarding their public, their goals, the kind of material produced (such as primers and posters) and the involved geographical areas.

This thesis aims to show how the relations of power among the social agents from environmental institutions and from small agricultural institutions were established. Besides, it intends to demonstrate the different strategies and tactics carried out by small farmers and their representative institutions (as Rural Workers Unions and associations) to rebuild campaign discourses and state their position in the symbolic fight.

The main hypothesis of this research, which makes use of Bourdieu’s theoretical concepts, is that there is a “tension” between different point of view issues coming from environmental agents and institutions and the ones from agricultural family representation. So, the communication relations established by campaigns are relations of power that emphasize the “imbalance” between these two fields. The result is the temporary and partial reach of the main purposes of those campaigns; that are: reduction in the number of “*accidental fire*” occurrences, caused by agricultural fire and permanent use of prevention techniques by small farmers.

APRESENTAÇÃO

Em 1998 as chamas arderam em Roraima. Enquanto a floresta queimava, governo, repórteres de diversos países, pesquisadores, bombeiros, voluntários, curiosos, telespectadores, caciques, agricultores familiares, enfim, todos os que tiveram acesso às informações *in loco* ou repetidamente mostradas pela TV e pelos jornais, se perguntavam por que e como um incêndio daquelas proporções era possível. O que aconteceria com o verde da Amazônia e seus “povos da floresta”? Que implicações este incêndio teria para a camada de ozônio, para o efeito estufa, para a liberação de carbono na atmosfera? As respostas vieram de todos os lados e palavras como “meio ambiente”, “ecologia” e “proteção ambiental” ganharam os mais diversos e, algumas vezes, contraditórios sentidos.

Esta pesquisa de doutorado, que teve início em 2000, tem como tema o “fogo acidental”¹ na Amazônia e particularmente no Estado do Pará. O objeto de estudo são as campanhas² de prevenção ao fogo acidental (no âmbito da produção, circulação e recepção das informações) implementadas por órgãos governamentais e não governamentais, principalmente a partir de 1998. Quatro projetos e suas respectivas campanhas foram escolhidos para compor o escopo de análise: o *Proteger* (concebido e coordenado pelo Grupo de Trabalho Amazônico-GTA), o *PGAI*

¹ Trata-se do fogo que escapa do controle do agricultor. Retomarei o uso da terminologia com mais profundidade no primeiro capítulo.

² O termo “campanhas” está sendo usado aqui no sentido de “campanhas sociais”, incluindo as mais variadas estratégias de comunicação com o público, que englobam desde o contato pessoal em reuniões e cursos, a produção e utilização de material de apoio (por exemplo, cartilhas e cartazes), até inserções de propaganda em veículos impressos, rádio ou TV (TOH, s/d). Essa comunicação estrategicamente planejada, que incorpora também o componente educacional, tem como objetivo principal a mudança de comportamento de agricultores familiares no que concerne às práticas agrícolas com o uso do fogo. Em outros momentos, no decorrer do texto, usarei também o termo “projetos” fazendo referência, de modo mais amplo, não somente às práticas que envolvem o contato direto ou indireto com os receptores das campanhas, mas também às práticas de tipo organizativas ou gerenciais que garantem a continuidade e existência das ações ligadas à prevenção ao fogo acidental, coordenadas por instituições governamentais e não governamentais. As campanhas, poder-se-ia dizer, são a face “visível” dos projetos.

Queimadas (sob coordenação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Pará), o Projeto *O Bom Manejo do Fogo* (idealizado e executado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM) e o projeto *Fogo Emergência Crônica* (implementado pela ONG Amigos da Terra). Como se verá no decorrer do texto, trata-se de campanhas com muitos elementos convergentes, quer do ponto de vista teórico/metodológico, dos destinatários das informações, dos objetivos, dos materiais produzidos ou das áreas geográficas trabalhadas.

Embora se destinem a um público variado, que envolve diferentes categorias de agentes sociais, como agricultores familiares³, fazendeiros, políticos, professores, agentes de saúde, jovens, jornalistas e empresários, os receptores preferenciais das campanhas são os agricultores familiares. A eles é destinada a maior parte das informações, do tempo das atividades e do material produzido para as campanhas (como cartilhas, cartazes e peças radiofônicas).

O interesse em analisar as campanhas de prevenção ao fogo acidental, no âmbito da produção, circulação e recepção das informações, surgiu em virtude da minha prática profissional como professora do Departamento de Comunicação

³ A categoria “agricultores familiares” refere-se a proprietários ou ocupantes de terras, geralmente com cerca de até 100 hectares (no caso da Amazônia), onde desenvolvem diversas culturas, principalmente mandioca, arroz, milho e feijão, além da criação de gado em pequena escala e culturas permanentes, como o café. O trabalho na terra é realizado predominantemente (embora não somente) pela mão-de-obra disponível na própria família. A unidade familiar é ao mesmo tempo unidade de produção e consumo. Esta foi a categoria mais utilizada pelos agricultores entrevistados para esta pesquisa e pelos representantes de STRs, Fetagri e GTA para se auto-intitular, razão pela qual optei por adotá-la. Segundo a revista *Novo Retrato da Agricultura Familiar* (2000), citada por Souza, as principais características destes agricultores são as seguintes: “na unidade de produção a direção dos trabalhos é exercida pelo produtor, a mão-de-obra familiar é superior a mão-de-obra contratada e a área de atividade de cada família não é superior a área ou lote padrão estabelecido para cada região por organizações responsáveis pela divisão das terras como Incra, por exemplo” (SOUZA, 2002, p. 3). Salvo quando esta referência tiver sido feita no mesmo parágrafo e, portanto, estiver subentendida, usarei apenas agricultores. Convém ressaltar, citando Santos, que na Amazônia, os produtores não se distinguem em categorias estanques. “Um ‘agricultor’ pode ser ainda um ‘pequeno criador’, ao mesmo tempo alguém que experimenta a garimpagem; o ‘seringueiro’ também pode dedicar-se a um ou dois desses papéis. Por seu turno, os solos amazônicos não comportam homogeneidade de culturas em grandes extensões, pelo que se torna indicada a policultura e o poliextrativismo familiar” (SANTOS, 1992, p. 32).

Social da UFPA e por ter, durante os últimos anos, realizado trabalhos de pesquisa voltados para agricultura familiar⁴.

A problemática que motivou este estudo foi o fato de estar havendo uma redução pouco expressiva do número de focos de calor⁵ captados por imagens de satélite, provenientes da prática de queimadas por parte de agricultores familiares, apesar do implemento e intensificação das campanhas a partir de 1998. No caso do estado do Pará, por exemplo, assim como na maioria dos estados da Amazônia, foi registrado, inclusive, um aumento no número de focos em alguns anos. Um quadro comparativo entre os estados localizados no *Arco do Desmatamento*⁶, referentes aos meses “secos”, quando há a prática das queimadas, é ilustrativo. Observe-se, no entanto, que 1999 e 2000 foram considerados anos “chuvosos”, dado o alto índice de pluviosidade registrado no país⁷.

Evolução do Número de Focos de Calor no Arco do Desmatamento

Estados	Nº. de focos no Arco do Desmatamento							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Acre	33	61	256	123	447	815	1.261	1.315
Amazonas	245	625	465	848	920	1.395	1.935	2.045
Maranhão	8.994	12.555	9.930	8.124	7.510	17.316	20.982	20.859
Mato Grosso	26.216	24.220	32.511	45.820	24.733	31.521	55.187	51.759
Pará	10.833	19.039	17.049	19.615	16.138	25.449	43.961	23.929
Rondônia	1.761	1.865	22	4.599	5.497	5.075	10.522	9.271
Tocantins	22.105	11.118	11.910	8.992	6.763	9.816	14.841	10.438

Fonte: <<http://www.queimadas.cnpm.embrapa.br/>>. 2 abril de 2003.

Obs.: Dados de junho a novembro de cada ano.

⁴ Especialmente, Costa, L., 1999.

⁵ “A expressão “focos de calor” é utilizada para interpretar o registro de calor captado na superfície do solo pelo sensor AVHRR, que viaja a bordo dos satélites da série NOAA. Esse sensor capta e registra qualquer temperatura acima de 47 graus centígrados e a interpreta como sendo um ‘foco de calor’. Não há, neste caso, possibilidade de se discriminar se o ‘foco de calor’ é um incêndio ou uma queimada, mas é possível identificar onde e quando ocorreu, ou seja, sua posição geográfica referenciada pela latitude e longitude”. <<http://www2.ibama.gov.br/proarco/apresentacao.html>>. Acesso em: 19 set. 2003.

⁶ O Arco do Desmatamento (ou Arco do Desflorestamento, como também é conhecido) concentra 80% dos desmatamentos e queimadas na região amazônica. O arco abrange 1,7 milhão de quilômetros quadrados que se estendem pelo Acre, Amazonas, Rondônia, norte do Mato Grosso, sul e leste do Pará, Tocantins e Maranhão. Fonte: <<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2001/10/13/ger012.html>>. Acesso em: 16 set. 2003.

⁷ Ver: <<http://www.queimadas.cnpm.embrapa.br/>>.

As campanhas são produzidas predominantemente por agentes e instituições do *campo*⁸ ambiental, quer se trate de órgãos governamentais como a Secretaria de Meio Ambiente do Pará, quer se trate de ONGs ambientalistas, como o Ipam e Amigos da Terra. A exceção é o Proteger, coordenado por uma entidade que congrega mais de 500 instituições, entre elas, as federações de trabalhadores na agricultura e os sindicatos de trabalhadores rurais. A linha condutora das campanhas é marcada por um discurso ambiental e pretensamente universalista, que coloca a proteção à natureza como uma prioridade urgente e de responsabilidade individual e coletiva. Este discurso visa uma mudança do comportamento dos agricultores familiares a partir de uma “conscientização” destes e da “naturalização” do comportamento adquirido.

Esta pesquisa pretende mostrar, no âmbito das campanhas, como se estabeleceram as relações de poder entre os agentes de instituições ambientais e os agentes e instituições voltados para a agricultura familiar. Por outro lado, busca-se mostrar as diversas “estratégias” e “táticas” (CEARTEAU, 1994) desenvolvidas pelos agricultores familiares e suas instituições de representação (como os STRs e as associações) para, do ponto de vista da recepção, reconstruir com diferentes sentidos os discursos das campanhas e marcar seu lugar na disputa simbólica..

A hipótese central desta pesquisa é a de que há uma “tensão” entre as “visões de mundo” do campo ambiental e do campo da agricultura familiar, no que se refere à temática trabalhada pelas campanhas. Portanto, as relações de comunicação explicitadas por esta pesquisa e estabelecidas pelas campanhas são relações de poder que reafirmam o desequilíbrio entre o *campo ambiental* e o *campo da agricultura familiar*. Ao se defrontarem, no âmbito das campanhas, duas concepções de “meio ambiente”,

⁸ Uso o conceito de “campo” nos termos de Bourdieu, que será tratado com profundidade quando me referir ao instrumental teórico desta pesquisa. O mesmo se aplica aos conceitos de “*habitus*” e “poder simbólico”, que mencionarei a seguir.

ambas construtos histórico-sociais, tem prevalecido como “correta” a proveniente do campo ambiental, na qual a proteção/conservação das florestas é uma prioridade absoluta. Isto resulta em uma relação de forças marcada pelo desequilíbrio e no alcance parcial e temporário dos principais objetivos das campanhas, quais sejam: redução do número de ocorrências de fogo acidental provocadas por queimadas agrícolas e adoção permanente de técnicas de prevenção por parte de agricultores familiares.

Isso não significa que se trata de uma ação explícita ou “consciente” por parte das instituições e agentes que estão à frente das campanhas e que visa contrapor-se deliberadamente a outros interesses dos agentes e instituições do campo da agricultura familiar. O que ocorre, de um modo geral, é que os agentes responsáveis pela produção das informações, predominantemente do campo ambiental, o fazem “com a melhor das boas intenções”, mas tendo por base um modelo de comunicação que restringe as possibilidades de interlocução com os destinatários das informações. Além disso, a proteção ao meio ambiente entendida como uma prioridade absoluta é a base do discurso ambiental, faz parte da “visão de mundo” do campo ambiental e de seus agentes, justificando suas práticas e pressupostos, e alimentando a própria dinâmica do campo.

É o que ocorre também, por exemplo, com o campo da saúde ou da educação. Ninguém é contra “saúde para todos” ou um “meio ambiente saudável”. No entanto, a gênese dessas práticas apoiada sobre um discurso pretensamente universal nem sempre é clara e muitas vezes encontra-se tão “naturalizada”, que dispensa reflexão a respeito, com todas as conseqüências daí decorrentes. Entre elas, como se verá na seqüência deste texto, a reafirmação de uma imagem pré-construída sobre o agricultor familiar, que o toma como alguém que precisa aprender a lidar “corretamente” com o meio ambiente. Convém não esquecer que o comportamento dos profissionais responsáveis e executores das campanhas, suas ações e estratégias

dentro e fora do campo ambiental, estão também diretamente vinculadas às práticas, rotinas e normas institucionais já interiorizadas por eles em suas condutas.

O referencial teórico e metodológico que orienta a pesquisa está fundado em conceitos extraídos das obras de autores que compreendem as relações sociais como estruturadas e estruturantes do mundo social, ou seja, que localizam na disputa do *poder simbólico* o eixo que organiza os interesses e estratégias dos agentes sociais, como Pierre Bourdieu, Jesús Martín-Barbero e Michel de Certeau.

As fontes primárias que compuseram o *corpus* de análise foram: a) os documentos “internos” produzidos pelas instituições proponentes dos projetos e de suas respectivas campanhas (como relatórios, avaliações de consultorias externas e atas de reuniões); b) o material produzido pelos projetos voltados para o público externo (folders, livretos e publicações de divulgação dos projetos e suas respectivas campanhas); c) o “material de apoio” produzido e distribuído/veiculado para os destinatários das campanhas (cartilhas, cartazes, calendários, *outdoors*, bonés, camisetas, peças radiofônicas e peças em vídeo); e d) as entrevistas realizadas com os agentes sociais envolvidos nas esferas da produção, circulação e recepção das informações.

Como fontes secundárias foram utilizadas matérias publicadas em jornais e revistas referentes à temática principal da pesquisa, isto é, a ocorrência de fogo acidental na Amazônia, particularmente entre 1988 e 2003, período no qual o assunto foi registrado pela imprensa com mais frequência.

Os exemplos, na forma de citações que aparecerão no decorrer do texto, principalmente dos agricultores familiares entrevistados para esta pesquisa, foram escolhidos em razão do conjunto de suas características para a compreensão de cada situação. Ou seja, quanto mais típicas se mostravam as falas selecionadas para o entendimento do contexto descrito, maior foi a chance de se tornarem exemplos, dada sua pertinência nas situações analisadas. O mesmo critério foi utilizado para a

seleção dos discursos presentes nos “materiais de apoio” (como as cartilhas e cartazes) que aparecerão no texto.

Outro ponto relevante a ser destacado é que as campanhas de prevenção ao fogo acidental seguiram e seguem (embora, mais recentemente, já com incorporações de demandas do campo da agricultura familiar) uma espécie de “roteiro” discursivo muito semelhante. Esse “roteiro”, porque embasado por relações objetivas e pelo próprio *habitus* do campo ambiental, as torna passíveis de comparação e permitem o contraponto com o campo da agricultura familiar. Ou seja, não se trata, a meu ver, de “campanhas singulares” do ponto de vista discursivo, apesar das diferenças institucionais e especificidades metodológicas existentes entre elas.

Desta forma, me reportarei às campanhas partindo do pressuposto de que há este fio discursivo comum e, sempre que pertinente para análise, destacarei suas especificidades e diferenças, sem querer, no entanto, empreender um estudo de caráter apenas “avaliativo” dos resultados de cada uma delas. Além disso, o leitor encontrará ainda neste texto, um histórico dos projetos de prevenção ao fogo acidental na Amazônia, particularmente no Pará, e de suas campanhas. Parto do princípio de que compreender o funcionamento e impacto de propostas que almejam tornarem-se políticas públicas, como as analisadas neste estudo, implica em não se deter em modelos avaliativos embutidos na própria oferta da experiência.

A pesquisa de campo

Além de uma pesquisa documental, com o levantamento da bibliografia referente à temática realizada pela internet e pessoalmente nas cidades de Belém (Ibama, Sectam, UFPA, Fetagri, Ipam, Embrapa), Brasília (Ibama, GTA, Embrapa, MMA, biblioteca do Congresso Nacional, UnB), São Paulo (Amigos da Terra, Agência Estado, USP), São José dos Campos (Inpe), Cuiabá (Fetagri, Femato, Fema,

Ibama, ICV, órgãos de imprensa), Boston⁹ (Harvard University e bibliotecas públicas), Falmouth/Woods Hole (Woods Hole Research Center, Biblioteca do Woods Hole Ocean Institute, bibliotecas locais), Bloomington e Indiana (Indiana University, ACT, bibliotecas de diversos cursos nos dois *campi*) foi realizada também pesquisa de campo baseada em entrevistas semi-estruturadas, totalizando sete cidades, nos anos de 2001 e 2003.

Entre os meses de abril e novembro de 2001 foi realizada pesquisa de campo¹⁰ em sete municípios paraenses (Belterra, Santarém, Altamira, Paragominas, Marabá, Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia) e uma cidade do Mato Grosso - Guarantã do Norte, baseada em entrevistas semi-estruturadas com diversos agentes envolvidos com a temática da pesquisa (agricultores familiares, fazendeiros, jornalistas, representantes de OGs e ONGs). Para a escolha dos municípios paraenses, com exceção da capital - onde estão concentradas as sedes dos órgãos governamentais -, foram considerados a comprovada incidência de incêndios florestais ou queimadas fora de controle¹¹ e a realização de campanhas de prevenção ao fogo accidental coordenadas por órgãos governamentais ou não governamentais¹².

⁹ As pesquisas fora do país foram feitas durante o período de doutorado sanduíche (março de 2002 a março de 2003), junto ao Woods Hole Research Center e Indiana University/ACT, nos Estados Unidos. Para que minha estadia naquele país fosse possível contei com bolsas de duas instituições: Capes e IIEB (Instituto Educacional de Educação do Brasil). Ainda nos USA recebi o imprescindível apoio institucional das duas instituições citadas, de suas equipes de pesquisadores (entre eles, o orientador desta tese, Dr. Daniel C.Nepstad) e de meu co-orientador, Prof.Dr. Eduardo S. Brondízio.

¹⁰ A primeira etapa da pesquisa de campo contou com o apoio institucional e financeiro do Ipam. Na segunda etapa, além do apoio institucional do Ipam, foi possível contar também com o apoio financeiro e institucional do WWF, através do Programa Natureza e Sociedade, que concedeu uma bolsa de apoio à pesquisa de pós-graduação.

¹¹ Para um acompanhamento diário do número de focos de calor registrados no Estado do Pará consultar <www.sectam.pa.gov.br>

¹² Retomarei este ponto quando tratar de cada campanha especificamente, mas de modo sucinto, os quatro projetos citados se distribuem da seguinte forma nos municípios onde foi realizada a pesquisa de campo: Proteger: Marabá, Paragominas, Altamira, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e Santarém, além de Guarantã do Norte-MT; PGAI Queimadas: Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Marabá e Belterra; “O Bom Manejo do Fogo”: Paragominas e Belterra; e “Fogo Emergência Crônica”: Marabá e Guarantã do Norte-MT.

Evolução do Número de Focos de Calor nos Municípios da Pesquisa de Campo

Município	Nº. de focos							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Altamira	205	329	388	641	585	1239	1804	1390
Belterra	0	26	10	9	21	57	68	87
Santarém	17	58	62	327	190	537	482	463
Paragominas	234	704	466	500	494	961	955	1052
Marabá	694	765	529	1128	542	2339	2039	858
Conceição do Araguaia	341	189	929	271	219	597	796	446
Santana do Araguaia	443	445	1403	497	835	789	2147	1685
Guarantã do Norte	81	202	275	641	91	94	288	151

Fonte: <<http://www.sectam.pa.gov.br/>>. Acesso em: 26 mar. 2004.

Procurou-se também, a exemplo da metodologia adotada por Tura & Costa (2000), escolher municípios com diferentes características relacionadas ao tipo de ecossistemas (terra firme e várzea), formas de ocupação territorial (antigas e recentes), origens dos agricultores familiares (paraenses, nordestinos, sulistas) e práticas agrícolas com uso do fogo (pecuária, agricultura)¹³.

Especialmente no caso de Mato Grosso, que registrou nos últimos anos o maior índice de focos de calor do país, vem sendo implementada pelo governo daquele Estado uma política de monitoramento e licenciamento de *queimadas*¹⁴ apoiada no controle rigoroso de áreas desmatadas. Guarantã do Norte é o município símbolo deste modelo. Além disso, lá foi assinado o chamado “Protocolo de Fogo”, com adesão de órgãos governamentais (Ibama, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Incra) e sociedade civil (STR, sindicatos rurais, associações, escolas e igrejas). Os Protocolos, como se verá adiante, são um dos instrumentos utilizados pela ONG Amigos da Terra, responsável pelo *Programa Fogo Emergência Crônica*, para

¹³ Uma descrição mais detalhada das áreas trabalhadas por esta pesquisa pode ser consultada nos anexos desta tese.

¹⁴ O monitoramento por satélites para detecção de focos de calor não permite precisar com exatidão, apenas pelas imagens, a origem dos incêndios e as características do fogo na Amazônia (NEPSTAD *et al*, 1999), o que só é possível através da averiguação *in loco*. Para um acompanhamento diário do número de focos de calor registrados no Estado do Mato Grosso consultar <www.fema.mt.gov.br>.

tentar reduzir o índice de queimadas através, principalmente, de acordos sobre datas mais apropriadas para queimar e cuidados para evitar a queima descontrolada.

Desta forma, busquei incluir na primeira etapa deste trabalho o município de Guarantã do Norte com o objetivo de verificar a possibilidade, posteriormente descartada, de empreender uma pesquisa comparativa entre os dois estados. A análise subsequente se baseou em dados de campo obtidos predominantemente no Pará. Questões relacionadas principalmente ao alto custo da pesquisa de campo e ao tempo disponível para realizá-la foram determinantes para que a segunda etapa da pesquisa (julho/agosto de 2003) ficasse restrita a duas cidades paraenses (Belterra e Paragominas), nas quais foram visitadas cinco localidades: Tauari, Maguari e São Jorge (Belterra), Rio Bonito e Del Rei (Paragominas). O período médio de permanência em cada localidade foi de uma semana. O objetivo foi entrevistar novamente algumas pessoas e verificar as mudanças ocorridas no intervalo de dois anos entre a primeira e a segunda etapa da pesquisa de campo, além de observar o desenvolvimento das campanhas neste período e checar informações.

A partir de um roteiro prévio, em forma de entrevista semi-estruturada, foi feito nos municípios citados, nos quais foram visitadas 14 localidades, um total de 326 entrevistas para esta pesquisa. Com as seguintes especificações: 197 agricultores familiares, 20 sindicalistas ligados aos sindicatos de trabalhadores rurais, 4 sindicalistas ligados aos sindicatos de fazendeiros, 6 fazendeiros, 38 representantes de ONGs, 39 representantes de órgãos governamentais e 22 jornalistas/radialistas. As entrevistas não eram “fechadas”, como no formato de um questionário, por isso foi possível incorporar informações ao roteiro prévio, a partir das próprias colocações dos entrevistados. Este procedimento possibilitou a elaboração de um banco de dados com as variáveis utilizadas e com as respostas dos entrevistados, que permitissem, em um momento posterior a esta tese, o tratamento estatístico das informações. Para que este fosse possível de imediato, haveria necessidade de um

número ainda maior e mais representativo de entrevistas, o que exigiria uma equipe mais numerosa de pesquisadores. Desta forma, as informações obtidas com as entrevistas foram utilizadas nesta pesquisa predominantemente sob o ponto de vista qualitativo, abrindo-se a possibilidade futura da complementaridade dos dados e de sua utilização em termos estatísticos.

Os (as) agricultores (as) familiares entrevistados por esta pesquisa eram, em sua maioria, do sexo masculino, casados, migrantes (principalmente do NE, do Maranhão e Bahia em especial), na faixa etária entre 25 e 50 anos, cujo tempo médio de permanência na terra era de 10 anos. O tamanho das famílias era muito variável, sendo que alguns agricultores viviam sozinhos, porque mulher e filhos moravam na cidade em virtude de melhores condições de emprego, saúde e educação. Pelo menos metade dos entrevistados era analfabeta e o restante havia cursado, em geral, no máximo até o quarto ano primário. Em raríssimos casos eles possuíam título da terra e apenas alguns contavam com uma Declaração de Posse fornecida pelo Incra. O tamanho dos lotes era bastante variável, mas a média era de 50 hectares. Com exceção de Guarantã do Norte, as casas geralmente não possuíam instalações sanitárias ou energia elétrica. Algumas contavam com água de poço. As principais culturas eram o arroz e a mandioca, seguidas do milho e feijão, em uma área média de dois hectares. Havia também a presença de árvores frutíferas em muitos lotes, além de casos de culturas permanentes, geralmente financiadas por programas como o FNO Especial e Pronaf. Cerca de metade dos entrevistados possuía gado, mas o número de cabeças variava bastante de acordo com o município e a localidade. Apesar de nem todos possuírem gado, a maioria tinha pasto em seus lotes, que muitas vezes era alugado a vizinhos. O tamanho da área de pasto também era extremamente variável. A quase totalidade dos entrevistados utilizava a mão-de-obra da própria família em suas atividades, além de contar com a ajuda de vizinhos ou de pagar diárias em determinadas épocas, como na colheita.

O fogo é usado anualmente pelos agricultores entrevistados visando a limpeza da área para roçado ou para manutenção dos pastos (neste último caso, o tempo médio era de três em três anos). Poucos agricultores utilizavam a mecanização, quer para agricultura, pasto ou para fazer aceiro, embora alguns, quando tinham condições financeiras ou conseguiram se inscrever nos programas de “patrulha mecanizada” das prefeituras, pagassem hora de aluguel.

A divisão da tese

Ambientalismo, comunicação e agricultura familiar. Estas serão as bases de toda construção analítica que se fará a seguir. Para isso, a divisão dos capítulos buscou contemplá-las em seus aspectos históricos, teóricos e metodológicos, e em suas estreitas relações, tendo como elemento de intersecção as campanhas de prevenção ao fogo acidental.

O capítulo 1 introduzirá o leitor à temática do “fogo acidental” e às suas implicações sociais, ambientais, econômicas e culturais, trazendo também um breve panorama das principais políticas públicas brasileiras relacionadas ao tema. A maioria delas foi implementada após as conseqüências e repercussões do incêndio florestal ocorrido em Roraima em 1998.

A partir desta primeira aproximação, será necessário introduzir o referencial teórico e metodológico de análise, caracterizar o *locus* de ação dos agentes e instituições envolvidos – a que denomino campo ambiental e campo da agricultura familiar -, e finalmente, chegar a uma compreensão das campanhas que as tome como uma estratégia de negociação de sentidos e de luta pelo poder simbólico.

O capítulo 2 apresentará uma parte importante do referencial teórico e metodológico de análise, baseado na obra de Bourdieu. Alguns conceitos fundamentais neste trabalho, particularmente os de *campo*, *habitus* e *poder simbólico*, constituem o eixo central deste segmento.

No capítulo 3, já de posse de parte do instrumental teórico, serão feitas as primeiras análises sobre a relação entre o campo ambiental e o campo da agricultura familiar, perpassados pelas campanhas. Nesta parte também serão apresentados os principais agentes sociais e instituições que compõem essas duas esferas. O leitor encontrará ainda uma caracterização mais detalhada do campo ambiental e do campo da agricultura familiar, com enfoque para os principais aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais do contexto amazônico, que se mostrem pertinentes para a análise.

O capítulo 4 trará a segunda parte do referencial teórico e metodológico, baseado principalmente na obra de autores que trabalham com a *Semiologia dos Discursos Sociais* e com a *Teoria da Recepção*. Ainda neste capítulo, as campanhas propriamente ditas começarão a ser analisadas tendo por base seu conteúdo discursivo, encontrado nos vários materiais produzidos (como cartilhas, cartazes e peças radiofônicas) e nas entrevistas realizadas com agentes sociais das esferas da produção, circulação e recepção das informações.

A *Conclusão* buscará resgatar os principais “sentidos” construídos durante esse longo percurso. Convido o leitor, a partir de agora, para também somar a ele outros sentidos.

1. O FOGO ACIDENTAL NA AMAZÔNIA

O incêndio de Roraima

No final de 1997 e início de 1998, o país assistiu estarelecido a um grande incêndio florestal que atingiu o Estado de Roraima, causando um sério impacto aos ecossistemas¹⁵ existentes. O fato chamou a atenção não somente pela proporção dos prejuízos ambientais e econômicos¹⁶ que causou, mas pela ampla e sistemática cobertura do evento feita pela mídia nacional e internacional. Esta divulgação só foi possível graças ao apoio de um sofisticado sistema de monitoramento de queimadas através de satélite, desenvolvido alguns anos antes por pesquisadores do INPE de São José dos Campos¹⁷. Desde o final da década de 80, a tecnologia foi se tornando uma forte aliada na detecção de desmatamentos e queimadas no Brasil. A divulgação dessas informações quase que diariamente pelos meios de comunicação, particularmente pela Agência Estado e os jornais a ela associados (*O Estado de São*

¹⁵ “O termo designa o conjunto dos relacionamentos mútuos entre determinado meio ambiente e a flora, a fauna e os microrganismos que nele habitam e que incluem os fatores geológico, atmosférico, meteorológico e biológico. Uma outra definição indica ser *ecossistema* uma ‘unidade de natureza ativa que combina comunidades bióticas [seres vivos] e ambientes abióticos [características físicas dos ecossistemas, como umidade, os nutrientes, os solos, a radiação solar etc.] com os quais interagem. Os ecossistemas variam muito em tamanho e características. Assim, podemos dizer que a Amazônia é um ecossistema, igualmente como podemos dizer que ela comporta diversos ecossistemas” (DUTRA, 2003, p. 236).

¹⁶ Segundo declarações dadas pelo então presidente do Ibama, Eduardo Martins, os agricultores tiveram um prejuízo patrimonial estimado em cerca de R\$ 17 milhões (*Gazeta Mercantil*, 29/09/98). O governo avalia que em 1998 foram gastos R\$ 15 milhões para apagar o fogo que atingiu parte do Estado de Roraima. Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2001/10/13/ger012.html>>. Acesso em: 16 set. 2003.

¹⁷ Particularmente os pesquisadores Alberto Setzer e Marcos Pereira. Há pouco mais de 15 anos, através de uma cooperação estabelecida entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF, hoje Ibama), foi criado um projeto específico voltado para a detecção de focos de calor em praticamente toda a extensão do território nacional. Este projeto se apoiou no uso de dados coletados por um satélite meteorológico, que tinha a bordo um equipamento (sensor) sensível à temperatura dos alvos na superfície por ocasião do momento da passagem do satélite. A constatação de que esses dados poderiam ser extremamente relevantes para a detecção de alvos com altas temperaturas resultou de um projeto conjunto realizado entre o INPE e a agência espacial americana (NASA) em 1986. Foi a partir desta data que se identificou o potencial do satélite meteorológico da *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA), concebido originalmente para prover imagens meteorológicas duas vezes ao dia para fins de previsão de tempo, em estudos relacionados a focos de calor na superfície terrestre. O projeto desenvolvido entre o INPE e o Ibama tornou-se operacional e está em pleno funcionamento até o presente. Mais informações podem ser obtidas em <<http://www.ibama.gov.br>>

Paulo e o *Jornal da Tarde*) e, em tempo real, pela Internet¹⁸, permitiu que a população fosse tomando contato com uma série de terminologias como: focos de calor, *pixels*¹⁹, “detecção por satélite” e brigadas.

Em abril de 1999, o incêndio que atingiu Roraima havia alcançado foros internacionais, provocando a visita de uma Missão da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Estado. Segundo conclusões da missão, a extensão do incêndio, assim como sua intensidade, superaram as expectativas dos governos local e federal, os quais não dispunham dos recursos materiais e humanos necessários para enfrentar um incêndio florestal daquele porte.²⁰ O incêndio de Roraima, cujas proporções foram atribuídas ao fenômeno El Niño²¹, atingiu diversos tipos de paisagens em uma área total de quase 40 mil km², afetando formações não florestais, como as savanas (ao nordeste do Estado), e principalmente florestas primárias, em uma área de 11.394 a 13.928 km². Segundo Barbosa e Fearnside, a queima do material vegetal nos diferentes ecossistemas emitiu para a atmosfera cerca de 20 milhões de toneladas de carbono (BARBOSA & FEARNSIDE, 1999 apud SILVA, 2003, p. 37). Atualmente, estima-se que as emissões anuais de CO₂ na Amazônia, derivadas do uso da terra e da mudança da mata ou camada húmifera, estão entre 150 e 200

¹⁸ Existem vários *sites* que possibilitam o acompanhamento do número de focos de calor em épocas de queimadas na Amazônia (julho a dezembro) e também em outros estados. Os mais conhecidos são os do Ibama <<http://www2.ibama.gov.br/proarco/>>, do INPE <<http://www.cptec.INPE.br/queimadas/>> e da Embrapa <<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/qmd/index.html>>. Entre estes, vale destacar um *site* específico - com mais de 200 *links* para *homepages* nacionais e internacionais que tratam de temáticas ligadas ao fogo - idealizado pelo pesquisador do INPE, Dr. Alberto Setzer. O *site* é uma das mais completas referências para o leitor interessado pelo tema. <<http://www.cptec.INPE.br/queimadas/links.html>>.

¹⁹ O termo pixel quer dizer "picture element" e corresponde a menor unidade de uma imagem digital. Quando um pixel atinge uma temperatura acima de 47 graus centígrados, o sensor AVHRR, que viaja a bordo dos satélites da série NOAA, a interpreta como sendo um "foco de calor". Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br/proarco/apresentacao.htm>>. Acesso em: 19 set. 2003.

²⁰ Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/arquivos/13245.zip>>

²¹ Segundo o relatório elaborado pelo Cptec-INPE em 15 de janeiro de 1998, disponível no site <www.cptec.INPE.br>, “o fenômeno El Niño é caracterizado pelo aquecimento anômalo das águas superficiais do Pacífico Equatorial Oriental. O aquecimento e o subsequente resfriamento num episódio típico de El Niño duram de 12 a 18 meses. O aumento dos fluxos de calor sensível e de vapor d’água da superfície do Oceano Pacífico Equatorial para a atmosfera, sobre as águas quentes, provocam mudanças na circulação atmosférica e na precipitação em escala regional global, que, por sua vez, provocam mudanças nas condições meteorológicas e climáticas em várias partes do mundo” (COSTA R., 2002, p.15).

megatoneladas de carbono²² (HOUGHTON *et al.* apud NOBRE, 2002 apud SILVA, 2003, p. 39).

As causas de um incêndio daquela proporção estavam ligadas a um longo período de seca e a um baixíssimo índice de chuvas registrado no Estado desde meados de 1997. A prática de queimadas em áreas agrícolas ou pastagens teria atuado como a ignição desse combustível orgânico inflamável (NEPSTAD *et al.*, 1999); (SILVA, 2003, p. 37).

Diante das implicações do incêndio de Roraima, instituições governamentais e não governamentais desenvolveram um instrumental analítico para prever o risco de queimadas acidentais na Amazônia. Ainda no primeiro semestre de 1998 foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM); Centro de Pesquisa Woods Hole (WHRC); Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE); Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e Centro de Estudos Espaciais Ames (NASA/Ames); com o apoio do PPG-7 e da Agência Norte-Americana para Desenvolvimento Internacional (Usaid), o *Mapa de Risco de Incêndios Florestais e Queimadas Agrícolas na Amazônia Brasileira - Risque98*. O mapa serviu como um indicador geral de onde estavam localizadas as áreas de maior risco de incêndio na estação seca de 1998, batizadas de “Arco do Desmatamento”.

O projeto engloba e relaciona uma gama de informações referentes a índices de chuva, temperatura, solos, formas de uso da terra e distribuição das florestas. A ferramenta, disponível para uso do Ibama ainda naquele ano, teve como principal função identificar áreas sob maior risco de ocorrência de queimadas, objetivando

²² Segundo informação publicada pelo *Jornal Gazeta Mercantil*, “as emissões de gases do efeito estufa decorrentes do desmatamento e queimadas na região amazônica já chegam a 73% do total brasileiro. Este índice poderá elevar a contribuição da Amazônia a mais de 3% do total das emissões globais e colocar o Brasil entre os sete países que mais poluem a atmosfera. O alerta foi feito por dois pesquisadores do IPAM a partir de dados divulgados pelo INPE. O desmatamento na Amazônia, em 2003, atingiu 23,7 mil km² de florestas” (*Gazeta Mercantil*, 13/04/2004).

orientar ações de intervenção governamental para prevenção e controle destas. No Risque98, as queimadas são caracterizadas como as que apresentam caráter intencional, enquanto que o incêndio é considerado como de caráter acidental, pois se partiu do princípio de que os agricultores não iriam, “intencionalmente”, atear fogo na floresta para provocar incêndios²³ (RELATÓRIO DO PROJETO RISQUE, 1998, p.7).

A categoria “fogo acidental” refere-se ao fogo da queimada intencional que escapa ao controle do agricultor, o fogo provocado por fenômenos naturais (como raios) - que podem resultar em incêndios -, ou o fogo causado por ato involuntário (como tocos de cigarro acesos). Para efeitos desta pesquisa, a menção será predominantemente para o primeiro caso. Segundo Nepstad *et al* (1999), o fogo na Amazônia pode ser classificado em três tipos principais, de acordo com sua natureza: a) as queimadas para desmatamento, que são intencionais e estão associadas à derrubada e queima da floresta; b) os incêndios florestais rasteiros, que são provenientes de queimadas que escapam ao controle e invadem florestas primárias ou previamente exploradas para madeira; e c) as queimadas e os incêndios em áreas já desmatadas, resultantes do fogo intencional ou acidental em pastagens, lavouras e capoeiras.

O uso do fogo e suas principais implicações ambientais e econômicas

A floresta possui um papel importante na manutenção do equilíbrio da distribuição das chuvas, pois metade da água que circula nos sistemas florestais da Amazônia é reaproveitada pela própria floresta (SALATI, 1983). Assim, grandes

²³ Ao tratar das duas categorias de queimadas: a intencional e a acidental, Costa R. as diferenciou em seus resultados, isto é, “na queimada intencional o fogo tem efeito desejado, seja no preparo de área para roça e pasto, ou para limpeza de pasto e de sítios. Enquanto que a queimada acidental é representada pelo mesmo fogo da queimada intencional ao escapar do controle do produtor, ou seja, a origem do fogo nos dois casos é intencional” (COSTA R., 2002, p. 34). Sempre que pertinente para a análise, farei referência às categorias com os sentidos propostos pela autora.

desmatamentos e trocas de paisagem podem alterar essas proporções e afetar o volume e a distribuição de chuvas, não somente na Amazônia, mas em outras regiões do Brasil e em países vizinhos, além de contribuírem para o “efeito estufa”²⁴ (SILVA, 2003, p. 39). Além disso, os incêndios florestais rasteiros chegam a eliminar até 89% da biomassa florestal acima do solo e a causar desconhecidos impactos sobre a fauna (NEPSTAD *et al*, 1999, p. xxi). As florestas, uma vez queimadas, deixam de exercer a função de barreiras naturais à expansão do fogo ao longo das paisagens agrícolas.

O uso do fogo é uma prática milenar. O sistema de corte e queima desenvolvido por populações amazônicas possibilitou sua adaptação aos mais diversos ambientes desta região, onde foi detectada a presença natural do fogo em camadas de carvão vegetal abaixo do solo da floresta, comprovando que um número considerável de queimadas ocorreu em diversas partes da Amazônia no último milênio (COCHRANE, 2000 apud SILVA, 2003, p. 36).

O fogo atua como agente transformador no processo de conversão de 200 a 300 toneladas/ha de biomassa de floresta em área agrícola, reduz a incidência de pragas e doenças e também atua como controlador de plantas invasoras. A queimada é utilizada como o método mais barato na manutenção de pastagens e para fertilizar o solo de novas áreas agrícolas. O fogo converte as árvores abatidas no desmatamento em cinzas ricas em nutrientes (como fósforo, potássio e magnésio) que são incorporadas ao solo, além de limpar o terreno de troncos e galhos derrubados. Sem o fogo, os proprietários e ocupantes de terra teriam que investir em máquinas pesadas para remover as árvores derrubadas, deixando de aproveitar o aumento a

²⁴ “Ao substituírem-se as florestas por pastagens ou por culturas agrícolas, o desmatamento modifica as interações físicas e químicas entre os solos, a vegetação e a atmosfera. Isso significa que quando o desmatamento atinge grandes proporções podem ocorrer sensíveis mudanças no sistema de circulação atmosférica que compõe o clima (NOBRE e GASH, 1997). As florestas tropicais úmidas são caracterizadas por uma alta taxa de produtividade primária, originando um considerável estoque de acumulação de carbono. A substituição dessas florestas, aliada à prática da queima e a decomposição dessa biomassa, libera para a atmosfera esse elemento, na forma de dióxido de carbono. Esse gás é bloqueador de calor e seu acúmulo na atmosfera pode alterar o balanço de energia do planeta e aumentar a temperatura média da Terra, causando o efeito estufa” (MOLION, 1995 apud SILVA, 2003, p. 39).

curto prazo da fertilidade do solo que a incorporação de cinzas promove. Além disso, o fogo também elimina parasitas (insetos, fungos, nematóides e bactérias patogênicas), reduz a incidência de ervas invasoras e contribui para o aumento da atividade das bactérias anaeróbicas, fixadoras de nitrogênio. No entanto, o fogo passou a ser tratado como um problema para os ecossistemas amazônicos, a partir da pressão demográfica e das mudanças na forma de utilização dos recursos naturais da área²⁵ (NEPSTAD *et al.*, 1999).

Com a queimada, o solo fica menos protegido, sujeito à ação das intempéries. A decomposição da matéria orgânica é mais acelerada, acarretando sua diminuição após o primeiro ano, e “a quantidade de carbono existente em até 15 cm diminui em até 25% e continua decrescendo com o tempo de cultivo” (MARTINS *et al.*, 1999 apud SILVA, 2003, p. 37). Ao serem mineralizados pelo fogo, os elementos químicos que ficam no solo, disponibilizados às plantas, sofrem a ação também do vento e de enxurradas, causando uma grande queda de fertilidade e acelerando o processo de degradação do solo, o que induz ao uso de uma nova área pelo agricultor (MONTEIRO, 2001).

Conforme observado por Costa, R. (2002) em uma pesquisa com agricultores de Paragominas, depois do uso do fogo em áreas de mata virgem (ou floresta primária) surgem plantas que dificultam o rendimento do trabalho de preparo da roça²⁶; além disso, a área é invadida por plantas invasoras denominadas localmente

²⁵ Silva adverte, no entanto, que na implantação posterior de cultivos em áreas de colonização não foram consideradas algumas características fundamentais dos ecossistemas amazônicos. “Entre elas destacamos os mecanismos de ciclagem dos nutrientes, que consiste em uma das estratégias de adaptação das florestas às características dos solos amazônicos. Segundo Jordan (1985, p. 190), as espécies das árvores nativas desenvolveram uma série de mecanismos de conservação de nutrientes, que permitem a sobrevivência e o crescimento da floresta, apesar da pobreza de nutrientes do solo. Esses mecanismos, formados principalmente por fungos micorrízicos, transferem os nutrientes diretamente da fração orgânica para as raízes. Com a utilização do fogo, tais mecanismos de conservação de nutrientes são rompidos” (SILVA, 2003, p. 37).

²⁶ Implantar e manter uma roça envolve uma série de etapas: preparo de área, plantio, tratos culturais e colheitas, que podem ainda ser subdivididas em atividades específicas como: broca, derruba, queima, coivara, plantar (cultivos/plantios), adubação, capinas, roçagem e colheitas. “Cada uma dessas etapas ocorre em um tempo que está relacionado às estações climáticas, tempo de muitas chuvas ou tempo mais seco, ‘inverno’ ou ‘verão’, como também ao tipo de área a ser trabalhada ser mata ou capoeira/juquira” (COSTA R., 2002, p. 64).

de “mato”, que vão concorrer com os cultivos agrícolas pela absorção dos nutrientes do solo e, conseqüentemente, aumentar o rendimento de trabalho na manutenção da área ou diminuir a produtividade agrícola, se comparada à produção de outra área de mata não “sapecada”²⁷. Essas áreas de floresta secundária passam então a ser denominadas pelos agricultores de “juquirão” ou “capoeira” (COSTA R., 2002, p. 55).

No caso do uso do fogo visando a abertura de áreas para criação de gado, os pastos são formados predominantemente por capim braquiário (*Brachiaria brizantha*) com algumas variações para o quicuío (*Brachiaria humidicola*), este último preferencialmente para a criação de animal de carga. Os criadores²⁸ têm por hábito queimar os pastos em intervalos de 3 a 4 anos (COSTA R., 2002, p. 69).

A atividade madeireira na Amazônia também tem contribuído para a susceptibilidade das florestas ao fogo (NEPSTAD *et al*, 1999, p. xxi). Isso ocorre porque durante a retirada de espécies de valor comercial, outras árvores acabam também sendo derrubadas ou tendo os galhos quebrados, transformando-se em material combustível para o fogo. Outra conseqüência dessa atividade é o aumento da abertura do dossel da floresta, facilitando a penetração da luz solar por entre as árvores e secando com mais rapidez folhas depositadas no chão, que também se tornam material inflamável²⁹.

²⁷ Sapecar é uma terminologia usada pelos agricultores e técnicos agrícolas que significa “queimar superficialmente”. Segundo a mesma autora, o trabalho de limpeza da área pode ser três vezes maior em capoeiras do que em mata virgem (COSTA R., 2002, p. 68).

²⁸ É importante observar que não são somente ou principalmente os agricultores familiares os responsáveis pela abertura de áreas para agricultura ou para criação de gado através do desmatamento, da queimada e do plantio de capim. Grandes proprietários de terra têm, historicamente, sido apontados como os principais responsáveis por estas atividades em larga escala (FEARNSIDE, 2001, p.183), inclusive com o apoio de linhas de crédito governamentais, como no caso da Sudam. Retomarei este ponto nos capítulos 3 e 4.

²⁹ Segundo Souza (2000), no caso da mesma área queimar pela segunda vez, o fogo será proporcionalmente duas vezes mais alto e mais largo, além de dez vezes mais quente que na primeira vez, aumentando, dessa forma, a mortalidade das árvores que sobreviveram ao primeiro incêndio. Além disso, uma floresta intacta pode se manter resistente ao fogo mesmo após 16 dias sem chuvas, enquanto que uma floresta que já sofreu incêndios por mais de duas vezes fica completamente vulnerável ao fogo a partir de nove dias sem chuva (COCHRANE, 2000, p. 27–31 apud SOUZA, 2000, p.4).

Por outro lado, o fogo também acaba sendo utilizado em ações ilícitas, como as promovidas por “grileiros de terras”, que usam o fogo como uma forma de assegurar a posse das áreas griladas.³⁰

Um estudo divulgado pelo IPAM ilustra as conseqüências da reincidência do fogo para mortalidade de árvores na Amazônia.

IMPACTO DE FOGO REINCIDENTE NA AMAZÔNIA			MORTALIDADE DE ÁRVORES		
Parâmetros	1º Fogo	2º Fogo	Classes de Tamanho (Diâmetro à 130 cm do solo-DAP)	1º Fogo	2º Fogo
Altura da chama	0.13 - 0.46 m	0.37 - 1.04 m	< 10 cm	95%	99%
Largura da chama	0.08 - 0.20 m	0.22 - 0.67 m	10-20 cm	42%	56%
Velocidade do fogo	0.25 m/min	0.40 m/min	20-30 cm	95%	55%
Tempo de queima	0.32 - 0.80 min	0.55 - 1.71 min	30-40 cm	26%	41%
Intensidade	4-55 kW/m	87 - 527 kW/m	> 40 cm	Desprezível	52%

Fonte: IPAM

Nos meses de agosto a dezembro, período mais seco do ano na Amazônia, tem-se observado um grande número de focos de queimadas decorrentes do preparo das áreas agrícolas através do tradicional sistema de corte e queima, assim como para o plantio de pastagens e para a limpeza das pastagens já formadas. Segundo Homma (2003), a opção dominante pelo processo de corte e queima utilizado por agricultores ocorre em virtude da inexistência de outras alternativas economicamente viáveis

³⁰ Para que o título falso adquira a aparência de envelhecido, os falsificadores colocam o papel dentro de uma gaveta com um grilo. O contato com o inseto que come as bordas do papel e altera sua coloração para o amarelo causa o efeito desejado. Foi em virtude dessa prática que surgiu o termo “grileiro” (COSTA, L., 1999). José de Souza Martins define grileiro como “uma figura que se tornou muito comum na história rural brasileira nos últimos cem anos aproximadamente: esse é o homem que se assenhoreia de uma terra que não é sua, sabendo que não tem direito a ela, e através de meios escusos, suborno e falsificação de documentos, obtém finalmente os papéis oficiais que o habilitam a vender a terra a fazendeiros e empresários” (MARTINS, 1983, p.103).

para a região, da baixa rentabilidade das atividades agrícolas, do baixo padrão educacional, dos fatores culturais e da escassez de capital e tecnologia.³¹

No caso do *fogo accidental*, além de perdas em “bens de uso” (madeira comercial e para uso doméstico - cavaco, cerca e estaca -; cipós para cestos, caçuás e paneiros; fruteiras nativas; plantas medicinais e caça de subsistência), Mello (1997, p. 02) relaciona a perda de “bens de existência”, como a instabilidade na manutenção de funções vitais do ecossistema (perda em quantidade e qualidade da água devido à diminuição de matas nas margens dos igarapés e do conseqüente assoreamento, perda de biodiversidade, perda da produtividade do solo e manutenção do clima local e global), perda de “bens materiais” (casas, cercas, currais, plantios, áreas derrubadas que não estavam prontas para queimar, gado, pasto e carroça), e as chamadas “perdas sociais”, que englobam intoxicações por fumaça, queimaduras e conflitos entre vizinhos decorrentes de fogos acidentais.

Os Custos do Fogo

Um relatório conjunto elaborado por pesquisadores do IPAM, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e do Centro de Pesquisa Woods Hole (WHRC), divulgado em setembro de 2002, aponta para as perdas econômicas que as queimadas acidentais acarretam ao Brasil. O estudo foi financiado pela *US Agency for International Development* – NASA³². Os principais resultados contidos no relatório indicam que as perdas econômicas na Amazônia decorrentes da queima acidental de

³¹ É interessante observar, conforme constatou Costa (2000a), que a Companhia Ford no Brasil, quando da implantação de suas atividades no Pará nos anos vinte, “num processo de retorno à simplicidade originária da lógica capitalista, decide suspender as operações de desmatamento com maquinaria e aproveitamento parcial da madeira, passando simplesmente a adotar a queimada como a técnica de abertura da mata para implantação dos seringais” (COSTA, 2000a, p. 45).

³² O estudo baseou-se em pesquisas sobre o fogo realizadas pelo IPAM e incluiu entrevistas detalhadas com 202 proprietários rurais da Amazônia, análises de imagens de satélite e dados inéditos de áreas de incêndios florestais. A área total queimada na Amazônia foi estimada a partir de dados do satélite NOAA-12 para o período entre 1996 e 1999 (VERA DIAZ *et al.*, 2002). Ver também: <<http://www.icv.org.br/icvnoticias/comment.asp?IDCategory=18&IDNews=1414>>. Acesso em: 05 set. 2003.

pastagens e cercas variam entre US\$ 12 e 97 milhões por ano. Os incêndios florestais em 1998 (ano de El Niño) atingiram uma área de aproximadamente 30.000 km², quase duas vezes a área média desmatada anualmente na Amazônia, causando prejuízos pela queima de madeira que variam entre US\$ 1 e 13 milhões. Estas perdas representam 0,1 a 0,2% do PIB da Amazônia, e 0,2 a 1,6% do PIB da produção agropecuária da região (VERA DIAZ *et al*, 2002, p. 16).

O principal custo econômico provocado pelo fogo na Amazônia provém da liberação de carbono oriundo dos incêndios florestais. Segundo cálculos dos pesquisadores, 250 milhões de toneladas foram emitidas em 1998. A título de comparação, em anos sem a influência do El Niño, como 1995, foram liberadas por volta de 16 milhões de toneladas de carbono. As emissões de carbono de 1998 significaram um prejuízo econômico de US\$ 4,7 bilhões (VERA DIAZ *et al*, 2002, p. 17).

As perdas totais anuais causadas pelo fogo na Amazônia, em média, variam de U\$ 107 milhões a U\$ 5 bilhões, representando entre 0,2 e 9,3 % do PIB da Amazônia ou entre 2 e 79% do PIB agropecuário da região. Ainda segundo o mesmo estudo, os incêndios florestais são responsáveis por 75% do total das emissões brasileiras de gases poluentes, o equivalente a 200 milhões de toneladas de carbono lançadas por ano na atmosfera. (VERA DIAZ *et al*, 2002, p. 30).

Em uma escala mais global, existem as perdas decorrentes da liberação de carbono para a atmosfera (resultando no aquecimento global) e as perdas associadas a doenças respiratórias provocadas pela fumaça dos incêndios florestais e das queimadas. Estima-se um aumento percentual de até 3,2% do número de internações de pessoas com problemas respiratórios durante o período de queimadas na

Amazônia, além de interrupções no fornecimento de energia elétrica e fechamento de aeroportos por períodos prolongados.³³

Em termos de prejuízos em propriedades rurais, as principais perdas causadas pelo uso do fogo acontecem quando queimadas agrícolas escapam ao controle e atingem acidentalmente áreas vizinhas. Neste caso, se tratarem de pastagens, os prejuízos com a perda do pasto, por exemplo, podem ser contabilizados pelo custo de arrendamento de outras pastagens durante cerca de três meses, tempo necessário para que o capim queimado se recupere. A estes prejuízos devem ser somados, ainda, aqueles resultantes da destruição de cercas. Se as áreas vizinhas abrigarem florestas, o custo econômico pode ser resultado da queima de madeira de valor comercial.

Abaixo, um resumo dos valores estimados pelos pesquisadores do IPAM:

Perdas de pastagens e cercas

Variam entre US\$ 12 e 97 milhões por ano

Perda de Madeira

Incêndios florestais queimam 3.000.000 ha/ano

Variam entre US\$ 1 e 13 milhões de dólares por ano

Problemas Respiratórios

4 a 13 mil internações registradas

Variam entre 1 e 11 milhões de dólares por ano

(VERA DIAZ *et al*, 2002, p. 30).

³³ Em 1995, na área da Eletronorte ocorreram 47 interrupções, acarretando uma perda média de faturamento de R\$ 43.360,00 por interrupção. Em 2000 e 2001, os aeroportos de Rio Branco, Porto Velho, Conceição do Araguaia, Carajás, Marabá e Imperatriz somaram juntos mais de 420 horas de fechamento, ocasionando um prejuízo acumulado de R\$ 3,15 milhões no período. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br/proarco/apresentacao.htm>>.

O incremento das políticas públicas voltadas ao tema

A partir do destaque que os desmatamentos e as queimadas na Amazônia foram ganhando na mídia e da ampliação da repercussão negativa dentro e fora do país³⁴, foi criada em agosto de 1988 a *Comissão Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais* e, em 1989, o *Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – Prevfogo* (instituído através do Decreto 97.635, de 10 de abril de 1989), na esfera do Ibama. No âmbito do *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7)*³⁵, a partir de dezembro de 1996 começou a ser formulado o *Projeto de Monitoramento e Controle de Desmatamentos e Queimadas na Amazônia - Prodesque*, sob coordenação do Ibama. No entanto, apesar da existência desses programas governamentais e da preparação do Prodesque³⁶, somente a partir do incêndio florestal de Roraima medidas mais amplas começaram a ser tomadas pelo governo federal.

A ocorrência do incêndio de Roraima fez com que o governo criasse alguns programas para contornar o problema. Sob a coordenação do Ibama/Ministério do Meio Ambiente foi implantado em 1999 o programa *Amazônia Fique Legal*, integrando ações de combate a incêndios florestais, principalmente na área do Arco do Desmatamento, envolvendo o Exército, a Marinha e a Aeronáutica (*Folha do Meio*

³⁴ A primeira matéria de grande repercussão sobre queimadas e incêndios florestais na Amazônia foi publicada em 25 de agosto de 1988 no *Jornal da Tarde*, assinada pela jornalista Liana John. A manchete “Veja a Amazônia em Chamas”, acompanhada de uma imagem colorida feita por satélite que ocupou toda a capa do jornal, deu início a uma cobertura jornalística sobre o tema quase que diária, alimentada por informações fornecidas pelo INPE e pela Embrapa.

³⁵ O PPG-7 foi instituído através do Decreto nº 563, em junho de 1992, e modificado pelo Decreto nº 2.119 em janeiro de 1997. Sua execução compete ao governo brasileiro, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente (Coordenador do Programa), do Ministério da Justiça e do Ministério da Ciência e Tecnologia, com a participação do Banco Mundial, da Comunidade Européia e dos países membros do Grupo dos Sete. O programa foi criado “com o intuito de fortalecer e maximizar os benefícios ambientais das florestas tropicais brasileiras, de maneira compatível com o desenvolvimento do país”. <www.ibama.gov.br>.

³⁶ São os seguintes os componentes do Prodesque: monitoramento de desmatamentos e queimadas; controle e fiscalização de desmatamentos e queimadas; tecnologias alternativas ao desmatamento e queimada para pequenos, médios e grandes produtores rurais; programa de monitoramento e controle de desmatamentos e queimadas na região do Arco do Desflorestamento; sistema de difusão de informações; e, estudos estratégicos. (Fonte: *Prodesque: Monitoramento e Controle do Desmatamento e Queimada da Amazônia*, 1998, MMA-SCA/Ibama/PPG-7, versão 2.0, p. 4).

Ambiente, abril 2000 apud PIZARRO, 2001). O programa também tinha como objetivo o “estímulo à legalidade”, através da disponibilização de informações e orientações sobre planos de manejo para extração de madeira e autorizações para o desmate ou para a queima controlados. Os recursos para as ações provêm do Plano Purianual e do PPG-7 (através da Secretaria da Coordenação da Amazônia)³⁷.

A partir do incêndio em Roraima, como salientado por Vianna Jr., organizações da sociedade civil, e mais diretamente as que trabalham com a questão agrária e agrícola, começaram a dar maior atenção ao tema, considerado inicialmente “estritamente ambiental, mas que começava a causar prejuízos econômicos significativos junto a produtores familiares”³⁸ (VIANNA JR., 1999, p.11).

Em abril de 1998, o IPAM promoveu em Belém (PA) um workshop intitulado *Prevenção de Queimadas Acidentais na Amazônia*, que mobilizou mais de sessenta representantes de organizações da sociedade civil (organizações não-governamentais, associações e entidades sindicais) e agências governamentais em torno do tema. O workshop teve como resultado a *Carta de Belém*, destinada “à sociedade em geral e às autoridades competentes”, propondo as seguintes medidas em caráter emergencial: imediata discussão com a sociedade civil organizada da minuta de decreto presidencial que dispõe sobre queimadas e sua edição; multiplicação e disseminação das experiências bem sucedidas de regulamentação de uso de fogo no meio rural; criação, treinamento e aparelhamento de brigadas voluntárias de combate a fogo acidental especialmente nos municípios de maior

³⁷ Cartilha “*Programa Amazônia Fique Legal*”. Brasília: MMA, s/d. Nota-se que muitas ações, como fiscalização, e a própria área de atuação do programa, concentrada no Arco do Desmatamento, coincidem com os objetivos de outros programas similares, como o Proarco. O Prodesque, por sua vez, no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG-7, também havia sido concebido para o monitoramento e controle de queimadas, mas a longo prazo. O Proarco (que está completando seis anos) seria um programa para solucionar questões emergenciais de “curtíssimo” prazo. Como observou Vianna Jr. (1999), “o Proarco é um projeto com financiamento externo e baixo envolvimento institucional e orçamentário do Governo federal, o Prodesque é um projeto no âmbito do PPG-7, isto é, de doações internacionais” (VIANNA JR., 1999, p.10).

risco; inclusão do custeio e de investimento em técnicas de prevenção de queimadas nas linhas de crédito rural e programas de desenvolvimento existentes (FNO, FNO-Especial, FNE, Pronaf e Finam, entre outros); adoção de critérios ecológicos na distribuição do ICMS, incluindo regulamentação sobre prevenção e controle de fogo acidental; implementação de campanha de comunicação intensa sobre o perigo das queimadas, das áreas de maior risco, e das técnicas de prevenção de fogo acidental; e criação de programas oficiais de assessoria técnica (VIANNA JR., 1999, p. 11). A carta e suas recomendações tiveram bastante influência nas medidas governamentais subseqüentes, como a criação do Proarco.

Além do *Amazônia Fique Legal*, outro instrumento emergencial foi criado: o *Projeto Emergencial de Prevenção e Controle de Incêndios na Amazônia – Proarco*, lançado em agosto de 1998³⁹. O Proarco tem como objetivo geral “a implantação de um programa para prevenir, localizar e combater a ocorrência de incêndios florestais no Arco do Desmatamento, em áreas previamente conhecidas como áreas de risco” (VIANNA JR, 1999, p. 08). Trata-se de um sistema de monitoramento e avaliação de risco para a tomada de decisões, apoiado em ações de fiscalização e combate *in loco* (incluindo helicópteros, aviões transportando água e brigadistas) e em técnicas de geoprocessamento e previsão meteorológica. No momento em que se detectam focos de calor acima de 47 graus centígrados, o sinal de alerta é acionado. Se o foco permanecer nas imagens por mais de 36 horas e for confirmado por meio de uma visita ao local por um dos helicópteros, o sistema de prevenção é colocado em funcionamento. Uma *Força Tarefa* dotada da capacidade de mobilizar 500 bombeiros

³⁸ Uso a categoria “produtores familiares” emprestando-lhe um caráter mais amplo em termos econômicos e identitários, ou seja, referindo-me não somente a agricultores, mas também a criadores de gado, extrativistas ou pescadores que utilizam predominantemente a mão-de-obra familiar em suas atividades produtivas.

³⁹ Decreto nº 2.662, de 8 de julho de 1998. O decreto criou uma *Força Tarefa para Combate a Incêndios Florestais na Amazônia Legal*, a ser coordenada pela então *Secretaria Especial de Políticas Regionais – Sepre*. Instituiu, ainda, um *Núcleo Estratégico*, também coordenado pela extinta Sepre, com capacidade institucional de mobilizar a Força Tarefa, composta de 500 bombeiros militares do Distrito Federal.

Disponível em: <http://www.defesacivil.gov.br/defesa_civil_index.htm>. Acesso em: 16 set. 2003.

em 48 horas desloca-se para qualquer parte da Amazônia com o apoio logístico das Forças Armadas⁴⁰.

O programa vem realizando atividades de prevenção de queimadas em parceria com estados e municípios, em cerca de 256 cidades localizadas no Arco do Desmatamento, das quais 47 (concentradas no PA e MT) recebem atenção especial em virtude do potencial risco de incêndios⁴¹. Os recursos financeiros para atender o Proarco foram dimensionados inicialmente no montante de US\$ 25.9 milhões, sendo US\$ 15.0 milhões do Banco Mundial; US\$ 5.0 milhões de contrapartida nacional; US\$ 3.9 milhões do PNMA - Programa Nacional do Meio Ambiente e US\$ 2.0 milhões do PPG-7 (Grupo dos 7). O Acordo de Financiamento foi assinado em 30 de setembro de 1999, entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA (através do Ibama) e o Banco Mundial. A efetividade do acordo foi declarada em 22 de fevereiro de 2000.⁴²

Na cerimônia de lançamento do Proarco⁴³, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, assinou também a portaria que regulamenta as queimadas solidárias e o termo de cooperação entre o Grupo de Trabalho da

⁴⁰ Informações detalhadas sobre as ações de prevenção, fiscalização e combate do Proarco podem ser obtidas em <<http://www2.ibama.gov.br/proarco/apresentacao.htm>>. “É interessante observar como a grande imprensa noticiou a criação do Proarco, enfatizando a sofisticação da resposta governamental ao incêndio em Roraima. *O Globo* afirmou (7 de julho de 1998), ‘o governo anuncia nas próximas horas um sofisticado programa de prevenção e combate a incêndios florestais na Amazônia. Satélite, avião e centenas de equipamentos eletrônicos vão monitorar uma área de cinco milhões de quilômetros quadrados, em especial de Rondônia ao Pará, num trecho conhecido como Arco do Desmatamento’” (SAUER, 2004, p.5).

⁴¹ As atividades também incluem reuniões e treinamentos visando prevenção e combate ao fogo (em parceria com o Proteger, do qual tratarei mais adiante). Nas localidades onde eles ocorrem, os moradores recebem um “kit” composto por duas bombas costais, quatro abafadores, seis foices, seis pás, seis facões, quatro rastelos, duas caixas de cartilhas e 500 cartazes. Fonte: <http://notapajos.globo.com/lernoticias.asp?id=4646>. Acesso em 19 jun.2003.

⁴² Fonte: <http://www.defesacivil.gov.br/defesa_civil/pro_index.htm>. Acesso em: 16 set. 2003. Também em 2000, houve o lançamento, no dia 7 de junho, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, do Programa Alternativas para a Prática das Queimadas na Agricultura, com suporte da Embrapa (HOMMA, 2003, p. 233).

⁴³ Fonte: <http://www2.uol.com.br/JC/_1998/0907/cm0907b.htm>. Acesso em: 16 set. 2003. É interessante observar que nas diretrizes do Proarco está prevista a possibilidade de “interlocução” com a população das áreas rurais. No entanto, os instrumentos disponibilizados para que isto ocorra demonstram que não se trata de um acesso tão simples para a maioria dos agricultores familiares da Amazônia. A “RESPOSTA DA POPULAÇÃO RURAL. A aferição da receptividade do Proarco poderá ser medida pelo número de cartas, mensagens de fax, correio eletrônico ou chamadas telefônicas aos meios de comunicação de massa e pela intensidade de uso da Linha Verde.” [Tel.0800-61-8080]. Fonte: <<http://www2.ibama.gov.br/proarco/apresentacao.htm>>. Acesso em: 19 set. 2003. O uso de maiúsculas reproduz o texto original.

Amazônia (GTA) e o Ibama, marcando o início oficial das atividades do principal programa de prevenção a incêndios florestais envolvendo diretamente a participação de agricultores familiares: o *Projeto de Mobilização e Capacitação em Prevenção e Combate a Incêndios Florestais na Amazônia (Proteger)*.

O Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA) - que congrega mais de 500 instituições da sociedade civil (como sindicatos de trabalhadores rurais, ONGs e associações comunitárias) - e o Ibama, no âmbito do Proarco, elaboraram a metodologia do Proteger, promovendo o envolvimento das organizações de trabalhadores rurais da Amazônia Legal⁴⁴. O Proteger foi desenhado como um projeto emergencial de campanha com vistas a contribuir para amenizar alguns dos efeitos de longa estiagem decorrentes do fenômeno “El Niño” em 1998. Os recursos para a iniciativa vieram através de uma doação de US\$ 1 milhão da Usaid (*United States Agency for International Development*) para que o GTA realizasse, em colaboração com o Ibama, um trabalho voltado para mobilização de “entidades de base” e uma campanha de treinamento no campo, preparando agricultores familiares para o risco do descontrole do fogo e para ensinar métodos básicos de controle e prevenção de queimadas (VIANNA JR, 1999, p. 12).

O incêndio de Roraima foi um marco na história do ambientalismo no país, não somente pela sua ampla repercussão, colocando o Brasil nas telas de televisão do mundo inteiro e motivando uma série ações governamentais e não governamentais, mas pelo fato de ter incluído a questão ambiental com muito mais intensidade na pauta de discussão de diversos setores sociais, entre eles, o da agricultura familiar. O contrário também aconteceu. A agricultura familiar tornou-se uma fonte maior de preocupação para o campo ambiental, uma vez que entre seus agentes encontrava-se

⁴⁴ Os nove estados que formam a Amazônia Legal são: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

o agricultor familiar, um dos responsáveis pelas queimadas que poderiam vir a se tornar incêndios florestais na Amazônia.

O incêndio em Roraima também motivou a criação de alguns programas governamentais que, apesar do caráter emergencial inicial, continuam se constituindo nas principais estratégias de ação do governo sobre a temática. O componente “prevenção”, mencionado nesses programas federais, acabou sendo incorporado predominantemente por instituições governamentais dos estados ou por organizações não governamentais, através de projetos como o Proteger (executado pelo GTA), o Bom Manejo do Fogo (IPAM), o Fogo Emergência Crônica (ONG Amigos da Terra) e o PGAI-Queimadas, que serão analisados no quarto capítulo desta tese.

Concluída esta aproximação à temática do fogo acidental, caminharei com o leitor para primeira parte do referencial teórico da tese, baseada em conceitos elaborados por Pierre Bourdieu.

2. CAMPO, HABITUS E PODER SIMBÓLICO

As campanhas sociais na intersecção entre os campos

Um dado que chamou a atenção desde o início da pesquisa de campo, em 2000, é que a maioria das *campanhas sociais* voltadas para a prevenção do fogo acidental, apesar de ser concebida por agentes e instituições aparentemente tão diferentes entre si, como órgãos governamentais e ONGs (por exemplo, os programas PGAI Queimadas e Proteger), parecia seguir o mesmo roteiro de ação. A metodologia e o próprio conteúdo das campanhas eram muito similares. Em várias ocasiões, os agricultores familiares mal discerniam quando se tratava de uma instituição governamental ou não. Além disso, de um modo geral, nos municípios pesquisados, as respostas dadas pelos agricultores chamavam a atenção pelo mesmo fato: eram bastante semelhantes, a tal ponto de moradores cujas localidades se encontram dentro da Floresta Nacional do Tapajós terem praticamente a mesma opinião sobre uso do fogo e mecanização que agricultores de Santana do Araguaia, quase nos limites com o estado do Mato Grosso. A resposta sobre o porquê destas “coincidências” estava além das práticas institucionais ou dos interesses e objetivos explícitos dos agentes e das próprias campanhas, estava também e, principalmente, nas relações sociais que as produziram.

O instrumental teórico que será utilizado para análise das campanhas sociais de prevenção ao fogo acidental na Amazônia é baseado principalmente na obra de Pierre Bourdieu e particularmente nos conceitos de *campo* e *habitus* formulados pelo autor. Os dois conceitos mostraram-se mais adequados para fundamentar a análise, em virtude do alcance explicativo que estes possibilitam para a compreensão das relações existentes entre os agentes envolvidos na concepção e recepção das referidas

campanhas. Concomitantemente, utilizar-se-ão outros conceitos elaborados por Bourdieu e por autores que trabalham sobre uma base teórica que compreende as relações sociais como estruturadas e estruturantes do mundo social⁴⁵, ou seja, que localizam na disputa do *poder simbólico* o eixo que organiza os interesses e estratégias dos agentes sociais⁴⁶.

Portanto, o que se propõe é uma análise das *campanhas sociais* que não as tome somente sob o prisma de um recorte particularizado, no qual a partir de um olhar para dentro, abstrair-se-iam explicações sobre seu formato, conteúdo e resultados. Essa abordagem nos remeteria a um enfoque de tipo funcionalista, que predominou na primeira metade do século XX e ainda embasa muitos estudos do campo da comunicação. O caminho será mais longo. Partir-se-á do *locus operandi* (campo) dos agentes envolvidos nestas campanhas - onde eles encontram legitimidade social para efetivar suas práticas - e dos *habitus* destes agentes - estruturas incorporadas de percepção e ação - para compreender as lutas pelo *poder simbólico* que as campanhas concretizam em um dado momento histórico⁴⁷.

Neste sentido, as campanhas são um problema social, na medida em que se tornam elas também, uma estratégia desta luta pelo poder, entendida, nos termos de Bourdieu, “enquanto relações de forças entre as posições sociais que garantem aos

⁴⁵ Bourdieu define sua diretriz teórica como “construtivista-estruturalista”: “na medida em que por ‘estruturalista’, eu diria que existe, dentro do mundo social, e não somente nos sistemas simbólicos como linguagem, mito, etc., estruturas objetivas, independentemente da consciência e da vontade dos agentes, que são capazes de orientar ou coibir suas práticas e representações. Por construtivista, entendo que há uma gênese social de uma parte dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação constitutivos daquilo que chamo de *habitus*, de outra parte, das estruturas sociais e, em particular, as que identifico como campos e grupos. (...) Assim sendo, as representações dos agentes variam segundo sua posição e segundo seu *habitus*, como sistemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e valorativas adquiridas na experiência duradoura de ocupar um espaço no mundo social” (BOURDIEU, CHOSES DITES, 1987, p.147 e 156 apud MARTINO, 2003, p. 12).

⁴⁶ Conforme observado por Araújo, Bourdieu não aprecia o termo “sujeito” por lhe parecer evocar um nível de consciência que ele recusa. “*Agente* é a palavra que lhe soa mais adequada à sua visão institucional das relações sociais” (ARAÚJO, 2000, p. 145). Utilizarei, desta forma, pela mesma razão, o termo “agente social” ou “agente” no decorrer do texto.

⁴⁷ Buscando superar tanto as concepções subjetivistas quanto objetivistas da ação social, Bourdieu identifica a ação social nas relações entre o *habitus* e as estruturas objetivas — regras de ação, educação formal, gostos, relações de produção e concorrência — de cada espaço social, os *campos*. (MARTINO, 2003, p. 12).

seus ocupantes um quantum suficiente de força social – ou de capital” (BOURDIEU, 1998, p. 28).

Campo de Forças

O conceito de campo de Bourdieu remete à idéia de um sistema no qual as instituições e os agentes, assim como seus atos e discursos, adquirem sentido apenas relacionamente, através do jogo das oposições e das distinções. A materialização da história de um campo social está presente nas instituições e nas atitudes dos agentes que fazem funcionar estas instituições ou que as combatem. Desta forma, um campo é um sistema específico de relações objetivas que podem ser de aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, independentes da existência física dos agentes que as ocupam (BOURDIEU, 1998, p. 133).

A representação do mundo social, segundo Bourdieu, pode ser feita na forma de um espaço com várias dimensões, construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição. Estes princípios, por sua vez, são constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, ou seja, o conjunto das diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos e que conferem ao detentor destas propriedades força ou poder neste universo. Por serem propriedades atuantes, o campo no qual se realizam pode ser descrito também como **campo de forças**, ou seja, um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às *interações* diretas entre os agentes (BOURDIEU, 1998, p. 134).

Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste *espaço de relações* no qual as mudanças de lugar se dão às custas de trabalho, esforço e tempo despendido. Os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes

das posições dominadas que se encontram no interior de cada um dos subespaços estão sempre envolvidos em lutas de diferentes formas. O espaço social é, portanto, um espaço multidimensional, composto por um conjunto aberto de campos relativamente autônomos, embora subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações ao campo de produção econômica. Isto ocorre porque a hierarquia que se estabelece entre as espécies de capital e a ligação intensa deste campo com todos os demais fazem com que o campo econômico tenda a impor a sua estrutura aos outros campos (BOURDIEU, 1998, p. 134).

A posição que um determinado agente ocupa nos diferentes campos irá definir, portanto, sua posição no espaço social, ou seja, na distribuição dos poderes que atuam em cada campo, como o capital econômico, o capital cultural, o capital social e também o capital simbólico, entendido como prestígio, reputação ou fama, ou seja, a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (BOURDIEU, 1998, p. 134). “O espaço social e as diferenças que nele se desenham ‘espontaneamente’ tendem a funcionar simbolicamente como espaço dos estilos de vida ou como conjunto de Stände, isto é, de grupos caracterizados por estilo de vida diferentes” (BOURDIEU, 1998, p. 144).

A estrutura do campo social é definida pela estrutura da distribuição do capital e dos ganhos característicos dos diferentes campos particulares. O capital pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido. O capital representa um poder sobre um campo na medida em que esse poder se exerce sobre o produto acumulado do trabalho passado⁴⁸, incluindo-se aí o conjunto dos instrumentos de produção e “logo, sobre os mecanismos que contribuem para

⁴⁸ “A relevância do passado no agir do presente, para Bourdieu, passa por um estágio primeiro que é o da própria visão do mundo. Isto é, o agente social estará inclinado a classificar a realidade que experimenta sensorialmente em função de disposições moldadas através das experiências do passado. Assim, todo agir social será classificado segundo um repertório valorativo de comportamentos construído por meio de observações anteriores” (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 99).

assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos” (BOURDIEU, 1998, p. 134).

As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural) (BOURDIEU, 1998, p. 134).

Todo campo é lugar de uma luta pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo. Desta forma, a força simbólica das partes envolvidas nesta luta nunca é completamente independente da sua posição no jogo, mesmo que o poder propriamente simbólico da nomeação constitua uma força relativamente autônoma perante as outras formas de força social. Um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz, ou seja, o limite de um campo é o limite dos seus efeitos (BOURDIEU, 1998, p. 31). Portanto, os campos geram “constrangimentos” sobre a maneira de pensar e agir dos agentes, na medida em que embora o mundo social seja, em grande parte, aquilo que os agentes fazem, contudo, eles não têm probabilidades de desfazer e de refazer a não ser na base de um conhecimento realista daquilo que cada um é e daquilo de que nele são capazes em função da posição nele ocupada (BOURDIEU, 1998, p. 134).

A gênese de um campo está na necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele são geradas. Seu movimento contínuo encontra-se na própria luta que, sendo produzida pelas estruturas constitutivas do campo, reproduz as estruturas e as hierarquias deste. Ele reside nas ações e nas reações dos agentes, ou seja, no envolvimento destes com a estrutura do campo, que, a menos que se excluam do campo e percam todas as vantagens inerentes à sua posição e ao capital específico

acumulado, precisam lutar continuamente para manterem ou melhorarem a sua posição no campo, isto é, para conservarem ou aumentarem esse capital específico que só no campo se gera, contribuindo para a relação de concorrência entre os agentes (BOURDIEU, 1998, p. 85).

Em suma, ninguém pode lucrar com o jogo, nem mesmo os que o dominam, sem se envolver no jogo, sem se deixar levar por ele: significa isto que não haveria jogo sem a crença no jogo e sem as vontades, as intenções, as aspirações que dão vida aos agentes e que, sendo produzidas pelo jogo, dependem da sua posição no jogo e, mais exatamente, do seu poder sobre os títulos objetivados do capital específico (BOURDIEU, 1998, p. 85).

O que define o estado das relações de força entre agentes objetivamente definidos pela sua posição nestas relações é a forma de que se reveste, em cada momento e em cada campo social, o conjunto das distribuições das diferentes espécies de capital (incorporado ou materializado), como instrumentos de apropriação do produto objetivado do trabalho social acumulado. Esta posição determina os poderes atuais ou potenciais nos diferentes campos e as probabilidades de acesso aos ganhos específicos que eles ocasionam. O conhecimento da posição ocupada neste espaço comporta uma informação sobre as propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) dos agentes (BOURDIEU, 1998, p. 135). As relações de força, por sua vez, são institucionalizadas em estatutos sociais duradouros, socialmente reconhecidos ou juridicamente garantidos.

Por isto, não é na “vontade” de uma pessoa ou grupo que se encontra a razão de ser de uma instituição ou de uma medida administrativa e dos seus respectivos efeitos sociais, mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus*⁴⁹ dos seus ocupantes, se geram as “vontades” e no qual se define na e por meio da luta, a

⁴⁹ *Habitus*, enquanto conjunto de esquemas de classificação do mundo interiorizados ao longo de uma trajetória social singular e gerador de comportamento sem cálculo. Tratarei sobre o conceito de *habitus* em Bourdieu mais detalhadamente a seguir.

realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos (BOURDIEU, 1998, p. 81).

Os princípios estruturantes da visão do mundo radicam-se nas estruturas objetivas do mundo social e as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações. Desta forma, as relações de força objetivas tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social que contribuem para a permanência dessas relações.

As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social. Em conseqüência, levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas: o sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou se não pode <<permitir-se a si mesmo>> implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites (<<isso não é para nós>>) ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar — e isto, sem dúvida, de modo tanto mais firme quanto mais rigorosas são as condições e quanto mais rigorosa é a imposição do princípio de realidade (...) (BOURDIEU, 1998, p. 141).

Bourdieu adverte que este *sentido das realidades* não implica, no entanto, em uma *consciência de classe* no sentido psicossociológico, isto é, uma representação explícita da posição ocupada na estrutura social e dos interesses coletivos que lhes são correlativos. “Menos ainda uma teoria das classes sociais, quer dizer, não só um sistema de classificação firmado em princípios explícitos e logicamente controlados, mas também um conhecimento rigoroso dos mecanismos responsáveis pelas distribuições” (BOURDIEU, 1998, p. 141).

Habitus: as predisposições incorporadas

O *habitus*, conceito central na obra de Bourdieu, é um princípio estruturador de ações, percepções e comportamentos que regem as ações cotidianas, dando-lhes um caráter quase automático. A exemplo de um maestro, o *habitus* comanda as

diversas partes da ação do agente nos vários campos em que ele se insere (BOURDIEU, 1996c). Trata-se de um sistema de disposições estruturadas e estruturantes, portanto, duráveis e aplicáveis a diferentes situações, que se constituem na prática e são sempre orientadas em seu sentido prático. É principalmente no convívio familiar e na trajetória escolar que tais disposições vão sendo incorporadas pelo indivíduo⁵⁰. Uma vez aprendidos, essas atitudes, idéias e valores são interiorizados pela pessoa como maneiras de agir adequadamente, que tenderão a se reproduzir de forma automática em situações futuras semelhantes. Essa incorporação progressiva das práticas faz com que elas percam a sua condição de *práticas estruturadas* e comecem a parecer *práticas naturais*. O caráter arbitrário do processo de aprendizagem se dilui dando lugar a uma ilusão de naturalidade da ação, na qual desaparece o cálculo necessário à ação original⁵¹ (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 119). O *habitus* é “a natureza socialmente constituída”, ou o “social incorporado biologicamente”, cujas categorias de percepção e de apreciação são o produto da história coletiva e individual (ARAÚJO, 2000, p. 150).

Como salientara Sauer, o *habitus* constitui uma *mediação*, de um lado, entre as estruturas e as condições objetivas (produto social) e, de outro, entre as situações conjunturais e as práticas por elas exigidas (processo social como práxis). Como um princípio operador, permite a interação entre estruturas objetivas e práticas sociais, dando um espaço de liberdade à práxis social e possibilitando a comunicação entre as pessoas. O *habitus*, portanto, mantém a noção do agente como operador prático na

⁵⁰ A noção de *habitus* recebeu diversas críticas por estar diretamente condicionada às estruturas sociais. De acordo com Sobrinho, “as críticas ao acento estruturalista do *habitus* levaram Bourdieu a ‘...dar um caráter mais relacional ao seu conceito e a considerá-lo como um ‘conjunto sistemático de princípios simples e parcialmente substituíveis, a partir dos quais podem ser inventadas uma infinidade de soluções que não deduzem diretamente de suas condições de produção’” (SOBRINHO, p. 118 apud SAUER, 2002, p. 72).

⁵¹ “Assim, o fundamento da ação gerada pelo *habitus* também é contemporâneo da ação. Não enquanto projeto e expectativa de efeito futuro (ainda não materializado no instante da ação), como o existencialismo, mas enquanto atualização das disposições de agir aprendidas e incorporadas durante a trajetória do indivíduo na sociedade, isto é, no passado, numa experiência social passada (já sem existência material)” (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 99).

construção social, mas não na mesma perspectiva da filosofia do sujeito ou da consciência⁵² (SAUER, 2002, p. 61).

Esse conjunto de disposições age como um princípio gerador e estruturador de práticas (um *modus operandi*) possibilitando a realização de tarefas e improvisações objetivamente reguladas e regulares, sem ser uma obediência (consciente) a regras estruturadas (SAUER, 2002, p. 61). Um dos efeitos do *habitus* é justamente a produção de um *sensu comum* internalizado pelo agente como uma causa objetivamente estabelecida do significado do mundo, livrando-o de contradições específicas. Esse saber prático, ou seja, esse conhecimento voltado para a ação não exclui o cálculo, a reflexão consciente com base em efeitos presumidos e fins a alcançar, mas nem sempre esse cálculo é necessário.

Situações consideradas análogas podem produzir no agente social uma reação espontânea, não refletida, originada a partir deste saber prático e permanentemente atualizado, que é o *habitus*. Inversamente, quanto mais a situação se afasta de experiências anteriores, menos as soluções prontas do *habitus* aprendido e incorporado satisfazem para definir o comportamento a ser tomado. Portanto, uma determinada prática social é produzida a partir da relação entre a estrutura objetiva definidora das condições sociais de produção do *habitus* e as condições nas quais ele pode operar, ou seja, na conjuntura em que está inserido (MARTINO, 2003, p. 77).

A noção de prática social em Bourdieu deve ser tomada como algo distinto da simples execução de normas sociais coletivas ou reflexos das estruturas sociais geradoras. A prática é resultado de relações de poder, que impõem visões do

⁵² A adoção da noção de *habitus* permitiu a Bourdieu romper com o paradigma estruturalista sem cair na filosofia do sujeito ou na racionalidade da economia clássica. “Retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, eu desejava reagir contra o estruturalismo e a sua estranha filosofia da ação que, implícita na noção levi-straussiana de inconsciente, se exprimia com toda a clareza entre os althusserianos, com o seu agente reduzido ao papel de suporte – *Trager* – da estrutura; e fazia-o arrancando Panofsky à filosofia neokantiana das ‘formas simbólicas’ em que ele ficara preso...” (BOURDIEU, 1998, p. 61 apud SAUER, 2002, p. 61).

mundo social⁵³ (BOURDIEU, 1998, p. 118). A trajetória diferenciada de cada agente produzirá sua percepção do mundo, portanto, seu *habitus*. Desta forma, uma trajetória singular pressupõe uma seletividade, pois exclui infinitas “não-trajetórias”. Já o *habitus* institucional tem a ver com a história das relações sociais da instituição, os conflitos internos entre grupos, as desigualdades e hierarquias existentes. Essa história objetiva-se simultaneamente nos agentes, como uma história incorporada (sob forma de disposições geradoras de práticas), e nas instituições, sob a forma de mecanismos legítimos, necessários e naturais (MARTINO, 2003, p.81).

A formação profissional também se constitui na aquisição de disposições para reproduzir espontaneamente em pensamentos, palavras e ações, relações sociais existentes no espaço profissional em que se pretende atuar ou já se atua, garantindo uma certa estabilidade da ordem estabelecida. Isso não significa dizer, no entanto, que toda concordância, constatada nos distintos universos profissionais, se deve ao *habitus*. A prática coletiva é também, em parte, determinada por estratégias e cálculos explícitos, orientações e projetos conscientemente definidos (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 136).

Poder Simbólico e relações de comunicação

O poder simbólico, conceito caro a Bourdieu que tem suas raízes na teoria durkheimiana⁵⁴, pode ser definido como o poder de construção da realidade, ou seja,

⁵³“Ao se dar essa ação como objeto, Bourdieu a inscreve numa lógica causal, em que a materialidade da conduta é inseparável das condições materiais que facultariam sua existência. Assim, a anterioridade do social, do fato social imperativo e independente das consciências individuais, é regra metodológica incompatível com o primado sartriano de um sujeito que age livremente numa arena e, observado por todos, define espetacularmente o homem” (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 104).

⁵⁴“(…) o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, <<uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências>>. Durkheim – ou, depois dele, Radcliffe-Brown, que faz assentar a <<solidariedade social>> no fato de participar num sistema simbólico – tem o mérito de designar explicitamente a *função social* (no sentido do estruturo-funcionalismo) do simbolismo, autêntica função política que não se reduz à função de comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são os instrumentos por excelência da <<integração social>>: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente

do sentido imediato do mundo social. Os símbolos tornam possível o consenso acerca do mundo social e contribuem, desta forma, para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1998, p. 09). Trata-se da forma transformada de outras formas de poder (como o econômico, por exemplo), portanto, irreconhecível, ignorada como arbitrária. O poder simbólico é baseado em um crédito que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, o que só é possível porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos <<sistemas simbólicos>> em forma de uma <<illocutionary force>> mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença* (BOURDIEU, 1998, p. 14).

A cultura dominante dissimula a função de divisão do trabalho e das classes sociais na função de comunicação: “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (BOURDIEU, 1998, p. 10). As relações de comunicação são, portanto, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes ou pelas instituições envolvidos nessas relações (BOURDIEU, 1998, p. 11)⁵⁵.

para a reprodução da ordem social: a integração <<lógica>> é a condição da integração <<moral>>” (BOURDIEU, 1998, p.9).

⁵⁵ Ao trabalhar sob um enfoque semiológico, portanto, partindo do discurso para apreender a produção de sentidos que este possibilita e comporta, Araújo (2000) observa que as relações de poder entre interlocutores são determinadas pela forma como os dispositivos de enunciação são reconhecidos e consumidos. “Ao reconhecer-se no sujeito enunciado ou nos enunciadores de um texto, ao sentir-se identificado com a cultura ali expressa, ao acatar as imagens que o emissor lhe propõe, o receptor aceita as regras do jogo e fica sob o poder do texto. Isto ocorre na razão direta do capital simbólico do emissor” (ARAÚJO, 2000, p. 146). Convém ressaltar que *texto*, sob a ótica da semiologia, possui o sentido polifônico de texto aberto, relacionado histórica e circunstancialmente a outros textos, entendidos como compostos por qualquer tipo de signo (como imagens, gestos e palavras). Para Bourdieu, a luta pelo poder é a luta pela imposição das categorias de percepção deste mundo. Isto se faz pela via dos discursos. Portanto, as formas de classificação são formas sociais arbitrária e socialmente determinadas (ARAÚJO, 2000).

Não se trata, desta forma, de uma comunicação que pode ser entendida no limite da recepção e reconstrução subjetiva da informação. Cada interlocutor em comunicação interpessoal disponibiliza estruturas geradoras de comportamento constituintes de seu *habitus*. Portanto, a escolha de um tema específico para conversação, por exemplo, é conseqüência de determinismos sociais que vão além da reconstrução da mensagem operada no sistema cognitivo de cada um dos interlocutores (MARTINO, 2003, p. 80).

Bourdieu não deposita o poder nas próprias palavras mas nos processos sociais que dão poder de nomeação, classificação e divisão aos agentes. “A questão ingênua do poder das palavras está logicamente implicada na supressão inicial da questão acerca dos usos da linguagem e, por conseguinte, das condições sociais de utilização das palavras” (BOURDIEU, 1996, p. 85 apud SAUER, 2002, p. 75). Prossegue o autor:

Desde o momento em que se passa a tratar a linguagem como um objeto autônomo, aceitando a separação radical feita por Saussure entre a lingüística interna e a lingüística externa, entre a ciência da língua e a ciência dos usos sociais da língua, fica-se condenado a buscar o poder das palavras nas palavras, ou seja, a buscá-lo onde ele não se encontra (BOURDIEU, 1996, p. 85).

Parto do entendimento de que as relações de comunicação explicitadas por esta pesquisa e estabelecidas pelas campanhas são relações de poder que reafirmam o desequilíbrio de forças entre o *campo ambiental* e o *campo da agricultura familiar*. Convém, no entanto, antes de aprofundar este ponto e já de posse de parte do instrumental teórico, caracterizar o campo ambiental e o campo da agricultura familiar, essenciais para o desenvolvimento da análise, com enfoque progressivo para a Amazônia e para o Estado do Pará. Isso implica em um desvio temporário das campanhas propriamente ditas, as quais serão retomadas em breve.

3. OS CAMPOS EM DISPUTA

Partindo do conceito de *campo de forças* de Bourdieu para a análise dos projetos de prevenção a incêndios florestais e de suas respectivas campanhas sociais, é importante caracterizar os principais *campos* nos quais encontram-se as esferas da produção, circulação e recepção dessas campanhas, buscando compreender melhor as relações nas quais se assentam. Ressalta-se que os diferentes campos relacionam-se entre si no *espaço social*. Trata-se desse espaço abrangente de negociação de sentidos, portanto de luta - o cotidiano -, que é perpassado e que permeia todos os campos. Espaço, como assinalado por Certeau, produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e que o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais, ou, sucintamente, nas palavras do autor: “o espaço é um lugar praticado” (CERTEAU, 1994, p. 202). Este espaço plural, em movimento constante, é o espaço privilegiado de atuação da mídia e da política. É onde as práticas discursivas dominantes vindas dos diferentes campos de força adquirem legitimidade e visibilidade social⁵⁶.

Ao tratar do campo ambiental e da sua relação com o campo da agricultura familiar, tendo como elemento de intersecção as campanhas, pretendo mostrar como o discurso ambiental, pretensamente universalista, marcado pela proteção à natureza, tem sido dominante na relação que se estabeleceu entre os agentes e instituições destas duas esferas através das campanhas. Isto significa, na prática, que as visões de mundo tidas como legítimas pelo campo ambiental estão sendo incorporadas pelo campo da agricultura familiar em um ritmo muito mais intenso do

⁵⁶ Utilizo, portanto, o conceito de “espaço social” no sentido que lhe atribui Bourdieu e já mencionado neste texto: “um espaço multidimensional, composto por um conjunto aberto de campos relativamente autônomos, embora subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações ao campo de produção econômica. Isto ocorre porque a hierarquia que se estabelece entre as espécies de capital e a ligação intensa deste campo com todos os demais fazem com que o campo econômico tenda a impor a sua estrutura aos outros campos” (BOURDIEU, 1998, p. 134).

que o oposto, garantindo ao primeiro um acúmulo mais expressivo de poder simbólico. As campanhas, no âmbito da produção, circulação e recepção das informações, são tomadas como objeto de estudo exatamente porque contêm os elementos que mostram, em um contexto histórico determinado, como as relações entre os dois campos são relações de força marcadas pelo desequilíbrio. Ou seja, o que se busca ressaltar com esta pesquisa, conforme se verá adiante, é a possibilidade de que processos de compartilhamento de conhecimentos estejam sendo efetivados através da generalização de visões de mundo presentes no *habitus* de pesquisadores e instituições do campo ambiental.

O conceito de meio ambiente e a negociação de sentidos

Meio ambiente e seus antecedentes ou derivados, a saber: ecologia e *desenvolvimento sustentável*, são palavras presentes em quase todas as conversações, inclusive as mais corriqueiras, adquirindo sentidos diversos. Deste modo, desnaturalizar suas origens, mesmo que a partir de um recorte histórico e metodológico específico, portanto parcial, ajuda a compreender as relações objetivas através das quais ganharam legitimidade social. Assim como outros conceitos, “meio ambiente” carrega o peso de sua raiz histórica, das re-significações que sofreu no decorrer do tempo, das lutas pelo poder simbólico que seus diferentes significados foram adquirindo, das lutas pela sua definição.

Não se trata, portanto, de um conceito “neutro”, mas de uma construção histórica e social, que adquire sentidos diferentes quando referida por agentes do campo ambiental e quando referida por agentes do campo da agricultura familiar. Em outras palavras e no que se refere ao âmbito desta pesquisa, uma visão com enfoque muito mais “protecionista e conservacionista” no primeiro caso - que valoriza prioritariamente a floresta em pé -, e uma outra visão sobre meio ambiente que incorporou também um forte enfoque *utilitarista*, além de *protecionista*, no qual a

prioridade não é somente a proteção das florestas em si, mas esta proteção entendida e compondo a lógica reprodutiva específica dos agricultores familiares, diretamente vinculada à sua própria sobrevivência.

Muitas pessoas trabalham essa questão ambiental de uma maneira muito irreal, muito ilusória, muito radical. Eu já vi umas pessoas dizerem: “o agricultor ele não faz idéia, ele derruba a mata porque ele não sabe que a mata em pé dá mais dinheiro que uma roça”. Esse negócio não é real para nossa região, porque não tem ninguém aqui mostrando e fazendo com um hectare de mata, a mesma quantidade de recurso que se tira com um hectare de arroz ou de feijão. Nós não temos isso. Quando fala meio ambiente pro agricultor vem aquela questão de derrubar ou não derrubar a mata, queimar ou não queimar a mata, deixar ou não deixar a floresta. É muito interligado, porque é daquilo que ele vive (Diretor da Fetagri, comunicação pessoal em fevereiro de 2004).

A visão dominante no campo ambiental, como destacado por Diegues (2000), é baseada em modelos de conservação dos recursos naturais marcados pelo reducionismo metodológico. Um dos pontos críticos desse reducionismo, segundo o autor, é o conceito de “meio ambiente”, considerado por muitos como uma dimensão exclusivamente biológica e natural, na qual o homem é incorporado com dificuldade. Dessa forma, a interface entre as práticas sociais humanas e suas condições materiais é negligenciada. Araújo reforça esta idéia ao observar que a identidade da Amazônia sempre esteve atrelada a uma imagem predominantemente ambiental concebida “de fora para dentro” e que “corresponde, quase sempre, aos macrointeresses dominantes: ‘inferno verde’ e ‘celeiro do mundo’ que foram substituídos, em tempos de proteção ao meio ambiente, por ‘pulmão do mundo’” (ARAÚJO, 2002b, p. 227).

Dutra (2003) também ressalta a noção explícita de “meio ambiente” vinculada à preservação da biodiversidade e ao poder da floresta (“poder verde”) que vem sendo reproduzida e veiculada pela mídia.

[*Globo Repórter*, emissão de 24 de agosto de 2001] Seu título, “Poder Verde”, nos chama a atenção por associar a noção de poder ao meio ambiente, ou seja, a “floresta amazônica”, na ótica do programa, dispõe de condições de oferecer soluções a determinados problemas globais, entre eles, a superação

de doenças ditas incuráveis que poderiam ser debeladas pelo *poder* da biodiversidade da Amazônia (DUTRA, 2003, p. 21).

A coordenadora do projeto *Fogo Emergência Crônica* em Marabá, em 2001, Carmém Figueiredo, observara que o “alerta” ambiental sobre o uso do fogo transformou-se em “pressão” sobre alguns setores, principalmente sobre a agricultura familiar. “Uma pressão sem alternativas, e por isto injusta, pois não vem acompanhada de uma política de créditos integrada, adequada à multidisciplinaridade que o fogo exige” (FIGUEIREDO, 2002, p.09). Uma pressão, portanto, que parte do campo ambiental (com o apoio legal de esferas do campo político), mas cuja solução foge à sua competência, porque são medidas que dependem de outros campos para que sejam implementadas: o político e o econômico, principalmente. Fearnside nos fornece outro exemplo ligado à temática do desmatamento.

O problema mais básico no controle do desmatamento é que grande parte daquilo que precisa ser feito está fora das atribuições de agências como o Ibama, que é o responsável pelas questões ambientais. A autoridade para mudar as leis de impostos, políticas de assentamentos, e prioridades para a construção de estradas, por exemplo, se estabelece em outras partes do governo (FEARNSIDE, 2003, p. 87).

Observe-se, no entanto, que isto não significa que há uma uniformidade de idéias e valores presentes no *habitus* do campo ambiental, embora a proteção à natureza, enquanto uma prioridade, seja o objetivo comum a todos os agentes e instituições que o compõem. Duas grandes correntes ambientalistas se destacam dentro do campo: a primeira é o chamado grupo “preservacionista” ou “deep ecology” que defende que a relação com a natureza deve se dar em bases holísticas, ou seja, o homem seria apenas um dos elementos da natureza e não o sujeito absoluto que a toma como objeto. Neste caso, a natureza teria os mesmos direitos

que o homem (McCORMICK, 1992).⁵⁷ A segunda corrente é a do grupo “conservacionista”, cuja ótica é mais “social” e antropocêntrica. O homem também não seria um sujeito absoluto sobre uma natureza reificada, mas não deixaria de ser o sujeito, que no entanto, possui “deveres” para com a natureza. Os conservacionistas defendem que a proteção ambiental só é possível através da participação humana na conservação dos recursos e do uso sustentável dos mesmos (McCORMICK, 1992). Os valores defendidos pelas duas correntes estão presentes no *habitus* do campo ambiental, de suas instituições e de seus agentes, ora com predominância dos princípios de uma corrente, ora da outra⁵⁸.

Escobar (1998), por exemplo, ao tratar do tema da biodiversidade elegeu quatro grandes posições envolvendo instituições do campo ambiental: a) a posição dominante produzida por instituições como Banco Mundial e pela maioria das organizações não governamentais do Norte, como a *World Conservation Union*, a *World Resources Institute* e WWF (*World Wildlife Fund*), posição também sustentada pelo grupo dos países mais ricos (G-7). Essa visão se baseia numa particular representação das “ameaças à biodiversidade” que enfatiza a perda de habitats e a introdução de espécies em habitats adversos, oferecendo uma lista de prescrições para a conservação e o uso sustentável dos recursos nos níveis internacional, nacional e local. Sugere mecanismos para o gerenciamento da biodiversidade incluindo a pesquisa científica, o planejamento nacional para a biodiversidade e os mecanismos de compensação para o uso econômico dos recursos, com destaque para a questão do direito à propriedade intelectual; b) a posição de governos nacionais no terceiro mundo que procuram negociar, sob o prisma nacionalista, os termos e

⁵⁷ Para um aprofundamento dos princípios e da história das duas correntes e de suas subdivisões, ver além de McCormick (1992), o texto de OST, François. *Naturaleza y derecho: para un debate ecológico en profundidad* / Trad. Juan Antonio Irazabal y Juan Churruca. Bilbao: Ediciones Mensajero, 1996.

⁵⁸ Isso é verificável, dentro das próprias instituições ambientalistas, a partir de uma comparação entre os vários departamentos, cargos e programas que as compõem. O leitor pode observar algumas dessas diferenças, acionando, por exemplo, a *homepage* do Ibama: <www.ibama.gov.br>.

tratados sobre a biodiversidade propostos pelo “discurso dominante”, mas sem se contrapor irreversivelmente a eles; c) a posição das ONGs “do Sul”, que reinterpreta as noções de “ameaça à biodiversidade”, pondo ênfase na destruição dos habitats por megaprojetos de desenvolvimento e nos hábitos de consumo do Norte fomentados por modelos econômicos; e d) a posição da “autonomia cultural”: na perspectiva de movimentos sociais⁵⁹ (ESCOBAR, 1998 apud DUTRA, 2003, p. 65-66).

Em suma, esta pesquisa não tem a intenção ou pretensão de mostrar como o campo ambiental, arena de luta por definição, vem se posicionado em relação a todos os demais campos, o que exigiria certamente uma pesquisa de muito mais fôlego. Tampouco tentar-se-á defender ou criticar a prioridade ou emergência de uma postura ambiental protecionista e pretensamente universalista, atrelada à idéia da própria sobrevivência saudável da espécie humana. Tal postura está carregada de sentidos científicos, econômicos, históricos, morais e éticos, para ficar no principal.

O escopo desta pesquisa é bem mais modesto e, portanto, limitado por recortes históricos, geográficos e teóricos/metodológicos. Isso significa que não é possível generalizar as conclusões daqui decorrentes para todos os campos com os quais o campo ambiental interage e nem tampouco afirmar que essas conclusões referem-se a todas as temáticas trabalhadas por agentes e instituições do campo ambiental e do campo da agricultura familiar.

As conclusões a que esta pesquisa pretende conduzir são baseadas em um estudo que teve como objeto as campanhas de prevenção ao fogo acidental, no âmbito da produção, circulação e recepção das informações, concebidas e implementadas na Amazônia (particularmente no estado do Pará) e predominantemente por instituições do campo ambiental, embora com participação

⁵⁹ “Por movimentos sociais Escobar (1998, p. 60) entende a ação daqueles grupos que explicitamente constroem uma estratégia política de defesa do território, da cultura e da identidade relacionada a lugares e territórios particulares” (DUTRA, 2003, p. 63).

em suas progressivas etapas, de instituições de outros campos, inclusive do campo da agricultura familiar.

Como já mencionado, os princípios que norteiam as duas principais correntes de pensamento no campo ambiental estão presentes no *habitus* de seus agentes e instituições, o que torna difícil, em várias situações, separá-los para efeito de análise. Isto exigiria um detalhamento quanto às subdivisões internas de cada instituição e de seus respectivos projetos ou programas, desta forma, optei por tratar das principais instituições responsáveis pelas campanhas analisadas por esta pesquisa, reportando-as como pertencendo genericamente ao campo ambiental. Parto do pressuposto que tanto a corrente “preservacionista” como a corrente “conservacionista” têm por princípio a proteção ambiental como uma prioridade, embora com enfoques diferenciados. É possível também pressupor, que os princípios que norteiam a corrente conservacionista são predominantes no que se refere às campanhas de prevenção ao fogo acidental, pois a proteção ambiental através do uso controlado do fogo não pode prescindir da cooperação dos agricultores familiares para que se torne efetiva.

O campo rural⁶⁰: um recorte analítico

O campo rural, a exemplo de outros campos, é estruturado a partir de relações sociais envolvendo diferentes instituições e agentes, que vão desde empresários do setor, técnicos especializados, pecuaristas, grandes monocultores, fazendeiros e agricultores familiares. As campanhas sociais são direcionadas principalmente para os agricultores familiares, grupo mais numeroso dentro do campo rural, embora com menor poder econômico e simbólico. O agricultor familiar é um dos principais

⁶⁰ Uso a terminologia “campo rural” com o intuito de contemplar elementos relacionados ao agrário (p.ex. regularização fundiária) e ao agrícola (p.ex. produção).

agentes sociais que utiliza o fogo como um instrumento agrícola, sendo esta a principal razão pela qual as campanhas são direcionadas preferencialmente a eles.

Como foi mencionado anteriormente, no entanto, os agricultores familiares não são os maiores responsáveis pelos elevados índices de desmatamento e queimadas registrados na Amazônia no últimos anos (FEARNSIDE, 2001), o que provoca alguns questionamentos prévios: por que então as campanhas sociais são direcionadas preferencialmente a eles? Por que os grandes monocultores e pecuaristas, ou os madeireiros, ou os responsáveis por fornos de carvão vegetal também não são eleitos, com a mesma intensidade, como destinatários preferenciais de campanhas sociais? Esta pesquisa pretende responder a alguns aspectos destas indagações, mas certamente haveria a necessidade de pesquisas complementares que contemplassem também outros objetos de estudo ligados à temática.

As instituições que estão à frente das campanhas, predominantemente do campo ambiental ou tendo como eixo norteador de ações valores e conhecimentos geridos por aquele campo, trabalham, como tratarei detidamente no Capítulo 4, com o pressuposto do desconhecimento ou conhecimento inadequado por parte do agricultor familiar de técnicas de prevenção ao fogo acidental. Sob este prisma, seria preciso “ensiná-los” a agir corretamente. No caso de outros agentes, como os monocultores, pecuaristas ou madeireiros, o pressuposto não parece ser o mesmo, indicando uma diferenciação valorativa sobre estes agentes. Ou seja, não se trataria, , neste último caso, de “desconhecimento” ou de “falta de informação”, mas, principalmente, de interesses econômicos se sobrepondo a valores ambientais. Eles não precisariam “aprender” porque já saberiam e porque possuem recursos econômicos para utilizar alternativas consideradas ambientalmente mais adequadas ao modelo de corte-queima. O objetivo, neste caso, seria então conseguir reverter o enfoque predominantemente econômico das atividades praticadas por monocultores e

pecuaristas. As campanhas⁶¹ e suas respectivas estratégias de comunicação adotadas, conforme se verá a seguir, não se adequariam, desta forma, a estes últimos destinatários.

A perspectiva de desmatamento, associada à retirada de madeira e perda de biodiversidade; do uso crescente de atividades consideradas ecologicamente prejudiciais como a pecuária extensiva, e da continuidade de políticas públicas fragmentadas que não têm dado uma resposta efetiva para a substituição do fogo, principalmente na agropecuária, ganharam e vêm ganhando destaque na imprensa nacional e internacional, além colocarem em alerta os órgãos governamentais responsáveis pela imagem ambiental do Brasil no exterior⁶².

Os agricultores familiares e suas instituições representativas formam um subcampo dentro do campo rural, a que me reportarei para efeito de análise, como *campo da agricultura familiar*, e no qual encontram-se instituições e agentes que atuam sob uma lógica e objetivos específicos e, muitas vezes, antagônicos, em relação aos demais subcampos do campo rural. A agricultura familiar, porque baseada principalmente na mão de obra disponível na família, embora não apenas, possui uma lógica reprodutiva diferenciada em relação a outros segmentos do campo rural, como os grandes monocultores ou grandes pecuaristas. Por suas relações e características específicas, além de sua lógica reprodutiva diferenciada, representa a meu ver um campo diferenciado dentro do campo rural. Em suma, na esfera do campo rural, os agentes sociais, embora tenham o uso da terra como elemento comum, são responsáveis pela construção de enunciações e processos simbólicos que se diferenciam entre si, em função do seu pertencimento a diferentes perspectivas de cultura, de identidade e de experiências, mas que findam se encontrando a partir de

⁶¹ Os Protocolos de Fogo, acordos coletivos entre diversos setores da sociedade no nível municipal, implementados através do projeto Fogo Emergência Crônica buscam alcançar este objetivo. Retomarei este ponto no capítulo 4.

⁶² Além da já citada pesquisa de Dutra (2003), ver também Ramos (1995) sobre o tratamento dado pela imprensa à questão ambiental nas últimas décadas.

interesses convergentes e antagônicos relacionados à terra, daí instituindo-se, dentro do próprio campo rural, disputas e processos de negociações de sentido entre os agentes.⁶³

Convém enfatizar, portanto, que as relações aqui estudadas referem-se ao campo ambiental e ao campo da agricultura familiar especificamente. Isto é importante porque o jogo de forças entre o campo ambiental e outras esferas do campo rural se dá em bases diferenciadas, nas quais a relação de forças tende a ser bem mais equilibrada, embora geralmente conflitiva⁶⁴. Como ressaltara Molina (1993), a agricultura baseada na monocultura em grande escala, é considerada hoje uma das principais fontes de problemas ambientais e de conservação da natureza, em virtude da introdução de relações capitalistas de produção e de técnicas intensivas. Segundo o autor, o sucesso relativo a curto prazo da *Revolução Verde*⁶⁵, com aumento da capacidade de produção, foi conseguido à custa de geração de instabilidade a longo prazo dos ecossistemas, em virtude da redução da superfície de vegetação nativa e do alto consumo de energias fósseis de existência limitada no planeta.

⁶³ Costa já havia assinalado que as grandes empresas e os fazendeiros, duas outras categorias sociais fundamentais na dinâmica agrária, têm em comum a relação com a terra como fonte de riqueza - ou enquanto um meio de produção a ser acionado na obtenção de lucro operacional ou enquanto forma de acesso de rendas sociais captadas no Brasil através do Estado. “Os diferencia, entretanto, o grau de essencialidade que a terra e a atividade na terra tem para as categorias sociológicas que lhe são inerentes. Praticamente todo poder econômico e político dos fazendeiros deriva da terra e sua reprodução social enquanto fração de classe dominante está a essa associada. As grandes apropriações e os empreendimentos agropecuários gigantes, aqui agrupados sob a designação de grandes empresas latifundiárias, por seu turno, no geral têm a importância de uma filial ou de outra alternativa qualquer no portfólio de inversões de um grande grupo econômico, e os critérios de alternância dessas fontes de valorização de capital obedecem à racionalização meramente econômico-financeira” (COSTA, 1992, p.4)

⁶⁴ O caso da produção de soja transgênica, amplamente noticiado pela imprensa nacional a partir de 25/09/2003, quando o presidente da República em exercício, José Alencar, anunciou que assinaria a medida provisória para liberar o plantio de soja transgênica em todo o país para a safra de 2004 (ver por exemplo, <www.fsp.org.br>) é um bom indicativo do poder econômico, político e, em última instância, simbólico, envolvido na disputa presente nas relações que perpassam os dois campos. A produção de soja no estado do Pará tem crescido significativamente nos últimos anos. No município de Santarém, por exemplo, dados da prefeitura indicam que já são 30 mil hectares cultivados em 2004. Os produtores afirmam, no entanto, que os dados da prefeitura estão defasados e que, em 2004, a área plantada chegará a 150 mil hectares (*Gazeta Mercantil*, 24 de janeiro de 2004 apud SAUER, 2004, p.4).

⁶⁵ “A introdução, em grande escala, de cultivares modernos de alta reprodutividade, a partir dos anos cinquenta, foi denominada de ‘Revolução Verde’” (RAFI, 1987, p.33)

O RAFI (*Rural Advancement Fund International*) demonstra que há uma significativa diferença entre as monoculturas da agricultura moderna e as roças dos agricultores familiares onde se encontram diferentes tipos de culturas. Nestas últimas predomina a diversidade que desempenha também uma função ecológica. “Quando se cultivam conjuntamente diferentes plantas, estas tendem a repartir os recursos escassos em sua volta, como água, nitrogênio e luz, de modo mais eficiente” (RAFI, 1987, p.29).

As principais instituições que compõem o campo rural possuem características diferenciadas em relação ao campo da agricultura familiar. Não é preciso ir muito longe. Basta perceber, tomando como exemplo o plano governamental, que a condução das políticas referentes à agricultura e pecuária de grande escala no país é feita pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que historicamente possui uma alocação de recursos orçamentários bem superior ao do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que por sinal, no próprio título, já sugere seus objetivos institucionais: a necessidade de “desenvolvimento” de um dos setores da sociedade.

A tabela abaixo ilustra a diferença orçamentária entre os ministérios, o que também é um indicador do peso político de cada um dentro do campo rural e em relação a outros campos. Acrescentei, para efeito de comparação, o orçamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA), criado no final de 1992. Nota-se o aporte expressivo de recursos para este Ministério em 1998, ano do incêndio em Roraima. O orçamento do MDA aparece já a partir de 1999, embora o ministério tenha sido regulamentado oficialmente em 2000⁶⁶, sob pressão de movimentos organizados

⁶⁶ O Ministério do Desenvolvimento Agrário teve sua estrutura regimental regulamentada conforme decreto 3.338, em 14 de janeiro de 2000 e publicado no *Diário Oficial da União* de 17 de janeiro de 2000. Fonte: <http://www.mda.gov.br/index.php?pg=caderno&id_item=12&id_menu=18>. Acesso em: 17 mar. 2004.

como o MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e a Contag⁶⁷. O orçamento para o MAPA é, em média, duas vezes superior à soma dos orçamentos do MDA e do MMA.

Orçamento Geral da União									
Órgão	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
MAPA	4.335.668,106	2.840.462,295	3.726.188,608	3.762.499,343	4.018.046,185	4.532.495,424	6.76.027.058,00	4.998.593.548,00	5.656.022.445,00
MDA	0,0	0,0	0,0	0,0	1.400.454,237	1.766.451,833	2.002.848.968,00	2.287.881.047,00	1.994.736.812,00
MMA	1.619.681,131	1.650.391,944	1.885.333,647	2.145.813,793	647.909,597	728.650,751	1.248.137.180,00	1.126.966.120,00	1.038.629.301,00

Tabela produzida a partir de informações obtidas em: <<http://www.senado.gov.br/web/secsdefa/principa.shtm>> e <http://www.planejamento.gov.br/orcamento/conteudo/orcamento_2003/orcamento_2003.htm>.

Feito o recorte em relação ao campo rural, elencarei em dois diferentes quadros, os principais agentes e instituições dos campos ambiental e da agricultura familiar que mantêm relações entre si. O objetivo é apenas facilitar a visualização desses agentes e instituições que participam ou exercem uma forte influência na produção de sentidos gerada a partir das campanhas, nas esferas da produção, circulação e recepção das informações.

Convém observar que embora apareçam no formato de “quadros”, não se trata de campos estanques ou de uma separação entre agentes e instituições, pelo contrário, trata-se de uma rede de relações dinâmica e ininterrupta de cooperação e/ou conflito que se estabelece entre os agentes e as instituições dentro do próprio campo e entre os diferentes campos. Do mesmo modo, a referência a instituições e agentes de outros países ou de outros campos (o jornalístico e o político, por exemplo) tem por objetivo compor o elenco das principais instituições e agentes que se relacionam e transitam ativamente nos núcleos citados (ambiental e da agricultura familiar) no contexto brasileiro.

⁶⁷ Sobre as ações implementadas pelo MST nos últimos anos e suas principais implicações políticas, consultar a homepage do próprio movimento: <<http://www.mst.org.br>>. Ver também a *homepage* da Contag: <www.contag.org.br>.

Após esta breve apresentação, passarei para uma caracterização mais detalhada do campo ambiental e do campo da agricultura familiar, buscando apreender-lhes os aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais que se mostrem mais pertinentes para a análise a que se propõe esta pesquisa.

CAMPO AMBIENTAL	
PRINCIPAIS AGENTES	PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Técnicos ligados a instituições governamentais responsáveis pela condução da política ambiental (como p.ex. Ministério do Meio Ambiente, Ibama e secretarias estaduais e municipais de Meio Ambiente); ▪ Técnicos e pesquisadores ligados a instituições de pesquisa científica (geralmente aplicada), como universidades e Embrapa; ▪ Técnicos e pesquisadores ligados a instituições não governamentais (ONGs) de pesquisa científica (geralmente aplicada) ou de assessoria técnica e política (como p.ex. IPAM, Amigos da Terra, SOS Mata Atlântica, Projeto Saúde e Alegria, Greenpeace e WWF) ▪ Técnicos ou representantes de órgãos de outros campos (o campo da agricultura familiar, por exemplo) que mantêm em suas instituições departamentos e funcionários especializados na questão ambiental (como p.ex. Contag, CUT e Sindicatos Rurais); ▪ Membros de instituições de representação de movimentos ambientalistas (como p.ex. Movimento de proteção às baleias e Associação dos Amigos da Floresta Nacional da Tijuca); ▪ Membros de movimentos sociais com enfoque ambientalista: como p.ex. segmentos dos seringueiros, índios. ▪ Membros de agências financiadoras internacionais (governamentais e não governamentais) de projetos ligados à proteção ambiental (como p.ex. WWF, Usaid e BIRD); ▪ Membros de agências financiadoras nacionais de projetos ligados à proteção ambiental (como p.ex. Ministério do Meio Ambiente, Fundação Boticário e Fundação Natura); ▪ Representantes de indústrias farmacêuticas e de cosméticos; ▪ Parlamentares e técnicos ligados a partidos políticos que têm como uma de suas bandeiras principais a proteção ambiental (como p.ex. PV, PT e PSDB); ▪ Jornalistas especializados em meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituições governamentais responsáveis pela condução da política ambiental (como p.ex. Ministério do Meio Ambiente, Ibama, secretarias estaduais e municipais de Meio Ambiente e Ministério da Ciência e Tecnologia); ▪ Instituições não governamentais (ONGs) de pesquisa científica (geralmente aplicada) ou de assessoria técnica e política na área ambiental (p.ex.: ISA, IPAM, Amigos da Terra e WWF); ▪ Institutos de pesquisa científica (geralmente aplicada), como universidades e Embrapa; ▪ Departamentos específicos em instituições ligadas a movimentos sociais e sindicais (como p.ex. Contag e CUT); ▪ Indústrias (ou laboratórios) farmacêuticas ou cosméticas que desenvolvem pesquisas a partir de materiais encontrados principalmente em florestas e geralmente já usados pelos índios (indicando potencial terapêutico); ▪ Agências financiadoras internacionais (governamentais e não governamentais) de projetos ligados à proteção ambiental (como p.ex. WWF, Usaid e BIRD); ▪ Agências financiadoras nacionais de projetos ligados à proteção ambiental (como p.ex. Ministério do Meio Ambiente, Fundação Boticário e Fundação Natura); ▪ Empresas ou estabelecimentos comerciais que compram produtos considerados ambientalmente sustentáveis de populações ribeirinhas, indígenas, seringueiros etc (como p.ex. Boticário e Natura); ▪ Empresas de turismo e de turismo ecológico; ▪ Associações de consumidores de produtos ambientalmente sustentáveis, localizadas principalmente na Europa; ▪ Partidos políticos que têm como uma de suas bandeiras principais a proteção ambiental (como p.ex. PV, PT e PSDB); ▪ Departamentos especializados em meio ambiente dentro de diferentes veículos de comunicação (como p.ex. Globo Ecologia) ▪ Instituições de caráter religioso que têm como principal objeto de devoção a proteção ambiental (como p.ex. Santo Daime).

CAMPO DA AGRICULTURA FAMILIAR	
PRINCIPAIS AGENTES	PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agricultores e/ ou criadores de gado que utilizam predominantemente a mão-de-obra familiar e cujas propriedades ou lotes têm (em geral) até 200ha; ▪ Extrativistas, pescadores, seringueiros, índios e outras categorias sociais que também praticam a agricultura baseada na mão-de-obra disponível na família; ▪ Técnicos e pesquisadores ligados a órgãos de extensão rural (como p.ex. Emater e prefeituras); ▪ Técnicos e pesquisadores ligados a instituições de pesquisa científica (geralmente aplicada), como universidades e Embrapa; ▪ Técnicos ligados a instituições governamentais responsáveis pela infra-estrutura rural (como p.ex. secretarias estaduais e municipais de educação, saúde, transporte e saneamento); ▪ Técnicos e pesquisadores ligados a instituições não governamentais (ONGs) de pesquisa científica (geralmente aplicada) ou de assessoria técnica e política (como p.ex. Fase, IPAM, Amigos da Terra e Projeto Saúde e Alegria) ▪ Membros de instituições de representação da agricultura familiar (como p.ex. GTA, STRs, Fetagri, Contag e MST); ▪ Comerciantes, em geral proprietários de pequenos estabelecimentos, que atuam como intermediários na venda dos produtos fornecidos pela agricultura e pecuária baseadas na mão-de-obra familiar; ▪ Representantes de instituições bancárias que trabalham com linhas de crédito voltadas para agricultura familiar; ▪ Representantes de indústrias de maquinário e insumos para agropecuária (geralmente ligados às instituições de crédito para agricultura familiar) ; ▪ Representantes de igrejas de diferentes credos que atuam no sentido de reafirmação ou de mudança das condições sociais e posição social dos agentes envolvidos no campo da agricultura familiar; ▪ Parlamentares e técnicos ligados a partidos políticos que têm como uma de suas bandeiras principais o desenvolvimento da agricultura familiar e a reforma agrária (como p.ex. PT e PC do B); ▪ Jornalistas especializados em agricultura, reforma agrária e conflitos agrários. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Associações de representação de categorias ligadas à agricultura familiar (p.ex. Contag, Fetagri, STRs e GTA); ▪ Órgãos governamentais definidores de políticas agrárias e agrícolas (como p.ex. Ministério do Desenvolvimento Agrário, secretarias estaduais e municipais de Agricultura e/ou Meio Ambiente e Incra); ▪ Órgãos governamentais responsáveis por infra-estrutura rural (como p.ex. secretarias estaduais e municipais de educação, saúde, transporte e saneamento); ▪ Institutos de extensão rural e/ou de pesquisa científica (geralmente aplicada), como universidades, Emater e Embrapa; ▪ Instituições não governamentais (ONGs) de pesquisa científica (geralmente aplicada) ou de assessoria técnica e política (como p.ex. Fase, IPAM, Amigos da Terra e Projeto Saúde e Alegria); ▪ Agências de crédito bancário (como p.ex. Basa e Banco do Brasil); ▪ Cooperativas; ▪ Empresas fornecedoras de equipamentos e insumos para agricultura e pecuária; ▪ Empresas ou estabelecimentos comerciais que compram diversos gêneros (geralmente alimentícios) originados da produção familiar rural; ▪ Partidos políticos que têm como uma de suas bandeiras principais o desenvolvimento da agricultura familiar e a reforma agrária (p.ex. PT e PC do B); ▪ Departamentos especializados em agricultura, reforma agrária e conflitos agrários dentro de diferentes veículos de comunicação (como p.ex. Globo Rural e Caderno Agrícola) ▪ Comissão Pastoral da Terra (CPT); ▪ Igrejas de denominações diversas.

3.1 - O Campo Ambiental

O Campo Ambiental vem se legitimando socialmente de modo mais intensivo há cerca de 40 anos. A preocupação pública pelos problemas de deterioração ambiental cresceu continuamente a partir da década de 60. Na década seguinte, essa preocupação pode ser percebida com ênfase no Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia e Austrália, atingindo seu ponto alto nos anos 80, quando envolveu mais amplamente a América Latina, a Europa Oriental, a ex-União Soviética e parte da Ásia. Como resultado, surgiram e desenvolveram-se organizações governamentais e grupos que defendem a proteção ambiental⁶⁸; além de instituições científicas; setores administrativos voltados para controle total da qualidade com a incorporação do componente ambiental; um mercado consumidor verde; e tratados internacionais encarregados de equacionar os problemas ambientais (FERREIRA, 1998).

Vários acontecimentos marcaram a formação e o fortalecimento do campo ambiental, sem pretender fazer um levantamento exaustivo, tratarei a seguir dos principais.

Durante a década de 60, além da questão da poluição urbana e do uso indiscriminado de agrotóxicos, inseticidas e pesticidas, começaram a ganhar força os pressupostos malthusianos que relacionavam a degradação ambiental e a depredação dos recursos naturais com o aumento da população. Duas publicações embasaram esta tendência: de *The Population Bomb* (1966), de Paul Ehlich, e de *Tragedy of the Commons* (1968), de Garret Hardin.

⁶⁸ Ver McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. RJ: Relume-Dumará, 1992. Entre as principais ONGs ambientalistas de matrizes européias destacam-se: Greenpeace-Internacional, WWF-International, Birdlife International e FOE-Internacional (Friends of Earth). Entre as sediadas nos Estados Unidos estão: Conservation International (CI), Environmental Defense (ED), Natural Resources Defense Council (NRDC) e The Nature Conservancy (TNC). Como observara Castells, o pragmatismo, ou seja, a atitude que procura dar ênfase à resolução de questões, vem proporcionando ao ambientalismo amplitude social, visibilidade midiática e uma vantagem em relação à política internacional: “as pessoas percebem que são capazes de exercer influência sobre decisões importantes aqui e agora, sem que para isso seja necessário qualquer tipo de mediação ou postergação. Não há distinção entre os fins e os meios” (CASTELLS, V.2, 1999, p.163).

Segundo Paul Ehlich, o crescimento da população do planeta estava ocorrendo de forma exponencial, o que levaria milhões de pessoas a passarem fome a partir das décadas de 70 e 80, uma vez que a capacidade humana de produzir alimentos estava quase esgotada e qualquer tentativa para intensificar ainda mais essa produção resultaria em uma devastadora degradação ambiental. O crescimento populacional também traria novas epidemias e uma guerra nuclear. Para Ehlich, a solução para esse impasse estava diretamente ligada a uma decisão moral: uma mudança no comportamento humano que reduzisse os índices de crescimento da população (McCORMICK, 1992).

Já em *Tragedy of the Commons*, o biólogo Garret Hardin afirmava que a destruição dos recursos naturais de uso comum era inevitável, em virtude da quantidade cada vez maior de pessoas a disputá-los. Para proteger os recursos naturais, Hardin defendia a privatização das áreas de uso coletivo ou o controle dessas áreas pelo Estado, pois as ações coletivas não seriam capazes de explorar os recursos de forma sustentável⁶⁹ (HARDIN, 1968). Refletindo estas preocupações, em 1971, o 1º relatório do *Clube de Roma* alertava para os limites do crescimento⁷⁰.

De modo geral, os anos 60 marcaram a crítica ao modelo industrial e ao progresso tecnológico (visto por muitos como alternativa para a melhoria da qualidade de vida), além de inserir a questão ambiental na pauta de discussões governamentais de muitos países (McCORMICK, 1992).

⁶⁹ Em uma narração alegórica criada pelo biólogo – uma área comum na qual vários criadores de gado deixavam seus animais pastarem –, chega-se à conclusão de que a exploração coletiva de áreas comuns levou ao esgotamento do recurso comum e, conseqüentemente, à ruína de todo o sistema que sustentava aquele grupo social (HARDIN, 1968).

⁷⁰ O clássico debate acadêmico entre os neomalthusianos e a obra de Esther Boserup também ilustra essa preocupação. De modo sucinto, as teses neomalthusianas trazem em si a idéia de que a “pobreza” está ligada ao excesso populacional que impediria o acesso homogêneo aos recursos (como p.ex.: alimentação, saúde, educação e emprego). A solução seria o controle de natalidade (BEGOSSI, 1993, p.129). Trata-se de uma visão, no mínimo parcial, que ao enfatizar aspectos demográficos, coloca em segundo plano questões políticas e econômicas. Para Boserup, a densidade populacional vai determinar o padrão de uso do solo. A pressão populacional leva à adoção de inovações tecnológicas que aumentam a produtividade agrícola por hectare, aumentando a capacidade de suporte regional. Boserup, apesar de alguns exemplos empíricos de outros estudos que questionam elementos de sua teoria, tem fornecido um melhor instrumental teórico do que Malthus para explicar o processo de transformação agrícola com suas implicações. Sobre as limitações e competição pelo uso dos recursos naturais, ver também autores ligados à *Ecologia Humana*: Hardin (1968), Ostrom (1998), McCay (1996), Netting (1993) e à *Ecologia Política*: Schmink & Wood (1992). Sobre um enfoque mais específico para Amazônia ver também: Carneiro (1970), Roosevelt (1991) e Steward (1955).

Na década de 70, apesar da crise energética (marcada pelo aumento dos preços do barril de petróleo) e da recessão econômica em muitos países, surgiram as primeiras legislações ambientais e foram criados órgãos de proteção ao meio ambiente. Em 1972, na Suécia, a Conferência de Estocolmo (promovida pela Organização das Nações Unidas) aprovou a *Declaração sobre o Ambiente Humano*, objetivando estabelecer uma visão global e princípios comuns para preservação ambiental. Na década seguinte foram publicados alguns trabalhos que destacavam esta preocupação: *World Conservation Strategy* (1980) e *Our Common Future* (1987).

Neste período, os países mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos economicamente passaram a travar fortes debates em fóruns internacionais que trataram sobre a proteção ambiental. Esta passou a ser vista como um problema não mais local, nacional ou internacional, mas global. Além disso, meio ambiente e desenvolvimento econômico e social tornaram-se questões interligadas. Ganhou força a concepção de que a deterioração do meio ambiente não poderia comprometer a qualidade de vida das gerações futuras e de que se deveria buscar níveis mais equilibrados de desenvolvimento entre as nações (McCORMICK, 1992).

O conceito de desenvolvimento sustentável, lançado em 1979 em Estocolmo, ganhou impulso em 1987 com o já citado Relatório Brundtland: “Our Common Future”⁷¹. O desenvolvimento sustentável foi definido e difundido como um processo de mudança no qual a exploração de recursos e a orientação do desenvolvimento tecnológico e das mudanças institucionais teriam que levar em conta tanto as necessidades das gerações atuais como as das gerações futuras. O conceito também ressaltava o respeito à diversidade cultural dos povos, ao

⁷¹ Como já apontado por Dutra (2003), não há consenso sobre o momento de nascimento da terminologia: “Parece que a expressão *desenvolvimento sustentável* surge pela primeira vez em 1980 no documento denominado *World Conservation Strategy*, produzido pela IUCN [*International Union for Conservation of Nature*] e *World Wildlife Fund* (hoje *World Wide Fund for Nature – WWF*) por solicitação do PNUMA [Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente]” (BARBIERI, 1998, p.23). De acordo com um Glossário de Ecologia (GLOSSÁRIO, 1997, p.73), o conceito de desenvolvimento sustentável originou-se em 1968 na *Biosphere Conference*, em Paris” (DUTRA, 2003, p. 207). Ver também sobre a origem e uso do conceito: COSTA, José Marcelino M. Desenvolvimento Sustentável, Globalização e Desenvolvimento Econômico. In: XIMENES, Tereza (org). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para Agenda 21*. Belém: UFPA/NAEA/Assoc.de Univ.Amazônicas, 1997.

atendimento prioritário das necessidades essenciais dos pobres e as limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Além disso, ressaltava a necessidade de mudanças nas relações internacionais visando um controle eficaz sobre os recursos naturais dos diferentes ecossistemas. Ou seja, o desenvolvimento econômico precisaria incorporar variáveis não-econômicas: como educação e saúde, água e ar puro, e a proteção de belezas naturais. Desta forma, os governos e as instituições econômicas deveriam incluir o meio ambiente, sob o enfoque sustentável, no processo de tomada de decisões (CMMD, 1998)⁷².

Em julho de 1990, o Grupo dos Sete Países industrializados (G7) anunciou o *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil* (PPG-7), com um total de recursos de 1,6 bilhão de dólares⁷³ (HOMMA, 2003, p. 196). Cerca de dois anos depois foi realizada no Rio de Janeiro a *United Nations Conference on Environment and Development* (Eco-92), reunindo 114 chefes de Estado para tratar de questões voltadas para o meio ambiente, além de centenas de ONGs e milhares de pessoas. Nesse encontro foram aprovados quatro documentos importantes que objetivavam orientar as ações dos governos e da sociedade civil: a “Agenda XXI”, o “Protocolo sobre as Florestas”, a “Convenção sobre a Diversidade Biológica” e a “Convenção sobre as Mudanças Climáticas Mundiais”. A partir daí, reafirmou-se a busca por um novo equilíbrio entre agricultura e mercado, e a preocupação com os impactos que as atividades agrícolas poderiam causar ao meio ambiente, com a inclusão na agenda

⁷² Cabe aqui uma distinção conceitual elaborada por Castells, para quem “ambientalismo” são todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante. Por ecologia, do ponto de vista sociológico, Castells entende o conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária. “O ambientalismo é a ecologia na prática, e a ecologia é o ambientalismo na teoria” (CASTELLS, 1999, V.2, p.144).

⁷³ Subprogramas e projetos apoiados no Brasil: Subprograma de Política de Recursos Naturais; Subprograma de Ciência e Tecnologia; Projeto Reservas Extrativistas; Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia; Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea; Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal; Projeto Negócios Sustentáveis; Núcleo Assessor para o Subprograma Mata Atlântica; e Projeto Apoio ao Monitoramento e Análise-AMA. Sobre o PPG-7, programas e projetos apoiados no Brasil ver <<http://www.mct.gov.br/prog/ppg7/Default.htm>>.

ambiental de novos temas para debate como biodiversidade, biossegurança, biotecnologia e bioética (ZELEDÓN, 1998, p.93).

Formou-se então durante as últimas décadas, a base institucional do campo ambiental e foram criadas as condições para a profissionalização de seus agentes, produtores e reprodutores da crença no valor da natureza, com o apoio de um conjunto de instituições de saber específico. Estas instituições condicionam, por exemplo, o funcionamento da economia dos *bens naturais*⁷⁴, convenções que negociam sobre o “preço” da proteção ou da conservação ambiental⁷⁵. Surgiram e se ampliaram departamentos específicos sobre o tema em instituições públicas e órgãos de representação de outros setores sociais (como por ex. sindicatos e associações empresariais), além de locais de contemplação e interação com a natureza (como p.ex. parques e reservas naturais). Também ganharam visibilidade e interesse social as instâncias de consagração referentes ao meio ambiente (premiações⁷⁶) e de

⁷⁴ Há uma longa e acirrada discussão no campo da economia sobre o “preço” dos bens ambientais, incorporada também pelo campo político. Não será possível me deter sobre ela, mas, sucintamente, pode-se dizer que os principais instrumentais teóricos disponíveis para avaliar os impactos do desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente são encontrados nos modelos neoclássicos. A economia neoclássica, como observara Amazonas, tem seus desenvolvimentos construídos sobre os fundamentos do *Utilitarismo, Individualismo Metodológico e Equilíbrio*. Ou seja, baseia-se na idéia de uma racionalidade de maximização das utilidades individuais com a conseqüente determinação do uso “ótimo” ou “eficiente” dos recursos em equilíbrio. Entretanto, constata o autor, esta racionalidade não guarda compromisso com a racionalidade subjacente à idéia de sustentabilidade. “O uso ótimo e o uso sustentável são categorias que atendem a critérios distintos, o de eficiência e o de equidade, respectivamente” (PEARCE e ATKINSON, 1995, p.166 apud AMAZONAS, 1998, p.2). Um contraponto à abordagem neoclássica é a “economia da sobrevivência”. Esta escola de pensamento considera a economia um subsistema dentro de um sistema maior que é o meio ambiente, reconhecendo a complexidade das relações entre eles. “Enfatiza as dimensões físicas da atividade econômica e procura determinar os possíveis limites impostos à sua contínua expansão” (MUELLER, 1988, p.76) . A crítica principal desta escola à análise neoclássica reside na ênfase dada pela última ao fator monetário dos fluxos do sistema econômico, deixando em segundo plano as dimensões físicas dos processos de produção e de consumo, assim como suas complexas inter-relações com o meio ambiente. Embora a economia de sobrevivência reconheça que modelos dinâmicos da economia ambiental neoclássica consideram horizontes temporais infinitos, ressalta que seus instrumentos (como a taxa de desconto), restringem a relevância dos resultados “a umas poucas décadas” (MUELLER, 1988, p.74). Sobre o tema ver também: MARGULIS, Sergio. Introdução à economia dos recursos naturais. In: MARGULIS, Sergio (org). *Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. Brasília: IPEA, 1996.

⁷⁵ As discussões sobre o Protocolo de Kyoto são um terreno fértil para perceber quem são e qual a formação educacional dos principais agentes ambientais envolvidos na discussão. A assinatura do Protocolo de Kyoto ocorreu em 1997, com a adesão de 159 nações. Os países desenvolvidos se comprometeram a cortar, entre os anos 2008 e 2012, 5,2% (em média) de suas emissões de carbono sobre os valores registrados em 1990 (HOMMA, 2003, p. 218). Sobre a temática, consultar: *A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais*. FEARNSSIDE, P. M. Manaus: Inpa, 2003; *Seqüestro de carbono como novo produto da Amazônia*. HOMMA, Alfredo. *Gazeta Mercantil*, Belém, 18/08/99, pág.2; *O CDM e florestas: polêmica e oportunidade*. LLOSA, Silvia. *Projeto Brasil Sustentável e Democrático*. Abril de 2000. Mimeo. *O Protocolo de Kyoto*, divulgado em 1997, pode ser consultado em <www.mct.gov.br/clima>.

⁷⁶ A título de ilustração, no dia 5 de junho de 1987, “Dia do Meio Ambiente”, Chico Mendes foi condecorado com o Prêmio Global 500, do Programa para o Meio Ambiente das Nações Unidas. Em outubro recebeu o

reprodução dos produtores e dos consumidores ambientais (como p.ex. cursos específicos em universidades e turismo ecológico).

Enfim, cada vez mais se formaram agentes especializados (analistas ambientais, consultores, técnicos em meio ambiente e gestores ambientais) dotados das atitudes objetivamente exigidas pelo campo e de categorias de percepção e de apreciação particulares, capazes de propor e, em alguns casos, impor, uma medida específica do valor da proteção e da destruição ambiental.

Vale lembrar, no entanto, que os agentes e instituições estão sempre em concorrência interna dentro dos campos para aumentar sua cota de capital simbólico e sua posição dentro do próprio campo, ou seja, seu poder simbólico. O campo ambiental não foge à regra e o Protocolo de Kyoto, como ressaltado por Fearnside, tem sido um exemplo bastante profícuo, além de recente. Observe-se na citação abaixo, como o *habitus institucional* é um elemento essencial nas diferentes visões que disputam hegemonia quanto à inclusão ou não do desmatamento evitado nas cotas de pagamentos previstas pelo protocolo, através do chamado *Mecanismo de Desenvolvimento Limpo* (MDL)⁷⁷.

O lugar da conservação das florestas tropicais nos esforços para combater o efeito estufa se tornou uma fonte de discordância acentuada entre organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas, e também, embora elas não gostem de admitir isto, entre os seus próprios membros. (...) Enquanto o debate é freqüentemente colocado em termos científicos e com apelos para altos princípios universais, as posições dos diferentes partidários são melhor compreendidas em termos de pautas ocultas (...). As pessoas envolvidas nos debates sobre florestas no Protocolo de Kyoto raramente são conscientes das motivações subjacentes que afetam as várias posições, incluindo as suas próprias posições. A maioria das pessoas não está conscientemente promovendo uma pauta oculta enquanto, cinicamente, está

Prêmio Better World Society, dos Estados Unidos. No dia 18 de dezembro de 2002, em Luziânia, GO, foi efetuada a entrega do I Prêmio Chico Mendes, para as categorias liderança individual, associação comunitária, organização não-governamental e ciência e tecnologia (HOMMA, 2003, p. 240).

⁷⁷ De modo sucinto, as posições principais, como descritas por Fearnside, são as seguintes: “no caso de governos europeus que se opõem à inclusão de florestas no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto, a exclusão das florestas conduziria a uma melhoria de competitividade industrial com os Estados Unidos. No caso do Brasil, a oposição contra a inclusão do desmatamento evitado, se encaixa com teorias de conspiração relativas à internacionalização da Amazônia. Para ONGs européias e euro-dominadas, a oposição contra florestas é mais bem explicada como um golpe oportunístico contra a cultura de consumo dos EUA, que os seus integrantes não gostam por razões geralmente não ligadas à mudança climática. Do ponto de vista de ONGs brasileiras interessadas em manter a floresta amazônica, estas pautas alternativas são assuntos laterais que, mesmo quando possuem mérito, não merecem o desperdício de uma grande oportunidade de obter fluxos monetários substanciais pela manutenção da floresta” (FEARNSIDE, 2003, p. 94).

declamando um argumento intelectual. As pessoas são simplesmente levadas pelo contexto social no qual elas vivem: em geral, praticamente todo mundo que qualquer indivíduo conhece está em um lado do assunto, e os do outro lado são pintados nos termos mais negativos possíveis (FEARNSIDE, 2003, p. 94-95).

A seguir, fecharei um pouco mais o foco para o contexto brasileiro. O objetivo é abordar o surgimento e desencadeamento das principais políticas públicas voltadas para o meio ambiente no país, particularmente para as relacionadas ao desmatamento e às queimadas⁷⁸, observando suas motivações históricas.

As políticas ambientais no Brasil

Enquanto as questões ambientais ganhavam destaque principalmente na Europa e Estados Unidos na década de 60, no Brasil, os ideólogos do regime militar, preocupados em viabilizar a acumulação capitalista⁷⁹, davam ênfase ao aspecto econômico em detrimento da questão social ou ambiental.

Ao assumir o Ministério do Planejamento em 1964, Roberto Campos colocou em prática o *Programa de Ação Econômica do Governo* (PAEG), baseado nos princípios da *Teoria do Desenvolvimento Equilibrado*. Esta teoria recomendava a atuação do Estado dentro dos parâmetros do equilíbrio das contas públicas, com o uso controlado nos gastos do governo e uma política monetária mais convencional (LOUREIRO, 1997). Outro aspecto da *Teoria do Desenvolvimento Equilibrado* era a chamada “hipótese ambiental forte”, que pressupunha o domínio da economia sobre o meio-ambiente. “Equivale a dizer que o meio ambiente não existe” (PERRINGS, 1987, p. 4-5 apud

⁷⁸ Algumas medidas, referentes principalmente às queimadas, já foram tratadas no Capítulo 1 desta tese, por esse motivo não serão mencionadas. Sem desconsiderar a importância de outros temas para o campo ambiental, como a mineração e a exploração madeireira, optei por não incluí-las neste capítulo por fugirem à temática principal da pesquisa.

⁷⁹ “O capitalismo é um sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, esta relação formando o eixo principal de um sistema de classes. O empreendimento capitalista depende da produção para mercados competitivos, os preços sendo sinais para investidores, produtores e consumidores” (GIDDENS, 1991, p.61).

MUELLER, 1988, p.75), ou seja, a questão ambiental não era uma preocupação relevante naquela concepção de desenvolvimento econômico⁸⁰.

Na década seguinte, durante o Governo Médici, foram publicados anúncios em “jornais e revistas do primeiro mundo” convidando indústrias tidas como poluidoras em seus países de origem a se transferir para o Brasil, “onde não teriam nenhum gasto com equipamento antipolvente” (VIOLA, 1987, p.83). Neste mesmo período, a delegação brasileira na Conferência Internacional de Meio Ambiente de Estocolmo (1972) argumentava que as preocupações com a defesa ambiental “mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear a ascensão de países em desenvolvimento” (posição endossada por outros países do Terceiro Mundo). (FERREIRA, 1998, p.84).

Os delegados brasileiros reconheceram a crescente ameaça da poluição ambiental, mas sugeriram que os países desenvolvidos pagassem pelos esforços dessa purificação. A ausência de leis ou normas de organização da política ambiental brasileira, aliada ao baixo custo de sua mão-de-obra no mercado de trabalho mundial, constituíam-se em fortes atrativos econômicos com os quais o Brasil posicionava-se na geopolítica internacional (FERREIRA, 1998, p.84).

Também na Conferência de Estocolmo o Brasil não concordou com a implementação de medidas de controle populacional baseadas na idéia de que haveria uma relação direta entre o crescimento populacional e a exaustão de recursos naturais. A posição brasileira foi de que a soberania nacional (principalmente no caso da Amazônia) “não poderia ser sujeitada em nome de interesses ambientais mal-definidos” (FERREIRA, 1998, p.81). Viola observa que até o fim do regime militar os movimentos ecológicos tiveram muito pouca influência no debate político global sobre o futuro da sociedade brasileira (VIOLA, 1987).

⁸⁰ Esse aspecto é aprofundado por Perrings (1987) para quem existem dois tipos de hipóteses ambientais relevantes à “economia convencional”: a hipótese ambiental fraca, que considera que o meio ambiente não é inteiramente dominado pelo sistema econômico, mas que desempenha um papel passivo e benigno, e a hipótese ambiental forte, que supõe que a economia domina completamente o seu meio ambiente (MUELLER, 1988, p.75).

A Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), primeira agência governamental nesta área, foi criada em 1974 pelo presidente Ernesto Geisel, com atribuições voltadas para a conservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais. A secretaria tinha o objetivo de atender as exigências de alguns organismos internacionais que requeriam a existência formal deste tipo de órgão, além de elaborar relatórios de impacto ambiental para a aprovação de empréstimos destinados a grandes obras públicas. Durante todo o regime militar, a Sema foi uma agência de pouca projeção no Ministério do Interior, sob a direção, por 12 anos consecutivos, de Paulo Nogueira Neto, “combatido pelo movimento ecológico” (VIOLA, 1987, p.85).

A linha mestra da política ambiental foi o “desenvolvimento com baixo custo ecológico”, o que segundo Ferreira, constituiu-se em um eufemismo criado pelo regime militar para dissimular o verdadeiro sentimento da “ideologia desenvolvimentista” de enfoque predominantemente econômico (FERREIRA, 1998, p.126).

As agências estaduais de meio ambiente foram criadas nos estados do sul e sudeste na segunda metade da década de 70 e tinham como principal objetivo o controle dos excessos de poluição ambiental (como no caso de Cubatão). Ações relacionadas à obrigatoriedade de licenciamento ambiental começaram na década de 80, apesar da grande resistência das empresas em realizar “investimentos improdutivos”, como a instalação de equipamentos antipoluentes (VIOLA, 1987).

As ONGs ambientalistas começaram a surgir também na década de 70. Em junho de 1971, o engenheiro agrônomo José Lutzenberger fundou em Porto Alegre a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), a primeira associação ecologista da América Latina. A partir de 1974 foram criadas outras associações em cidades do sul e sudeste, como o “Movimento Arte e Pensamento Ecológico” em São Paulo⁸¹ (VIOLA, 1987).

⁸¹ A participação das ONGs no campo ambiental tem aumentado a cada ano. Não seria possível abordar aqui toda a trajetória histórica das principais ONGs ambientalistas brasileiras ou dos movimentos sociais que

Após a fase do “milagre econômico”, o Brasil atravessou um período de crise nos anos 80, marcado principalmente por baixo crescimento econômico, desemprego, inflação e elevada dívida externa. Nesta década, já é possível perceber a influência das preocupações ambientais sobre as agências de financiamento externo. Em 1981 foi promulgada a *Política Nacional de Meio Ambiente* (PNMA) explicitando a necessidade de responsabilizar os causadores de danos ambientais. Como parte do cumprimento do acordo celebrado com o BID para a pavimentação da BR-364 (trecho Porto Velho - Rio Branco) foi criado o *Programa de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas – PMACI* (1985). Menos de dois anos depois, o líder sindicalista Chico Mendes foi à Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Miami, convidado pelo *Environmental Defense Fund*, o que contribuiu para que o BID congelasse o financiamento da pavimentação da BR-364 no trecho citado.

No Governo Sarney foram criados o Conselho Nacional de Meio ambiente (Conama) e o Sistema Nacional de Meio ambiente. Em março de 1987, o Decreto 94.075 estabeleceu que todo empreendimento que recebesse incentivos fiscais na área da Sudam estaria sujeito à fiscalização quanto à proteção e controle ambiental. Neste mesmo ano, após forte pressão de movimentos sociais, o governo federal criou a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista⁸² e no final dos anos 80 foi proibida a produção e a comercialização de agrotóxicos com características

incorporam a questão ambiental em sua pauta de ação. Desta forma, optei por tratar e analisar de modo mais particularizado (no capítulo 4), o trabalho das duas ONGs ambientalistas diretamente relacionadas a esta tese: IPAM e Amigos da Terra. Para o leitor interessado pela temática indico: FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS. *Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros*. RJ: Fórum de ONGs Brasileiras, 1992; SILVA-SÁNCHEZ, SOLANGE S. *Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil*. SP: Humanitas/FFLCH/USP, 2000; SVIRSKY, E. & CAPOBIANCO, J. *O ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: ISA, 1997.

⁸² Sobre o tema ver REVKIN, Andrew. *Tempo de Queimada, tempo de morte: o assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica*. RJ: Livraria Francisco Alves, 1990. Ver ainda a *homepage* do Conselho Nacional dos Seringueiros <www.cnsnet.org.br>. Vale também registrar que em fevereiro de 1988, o governador do Acre decretou a criação da primeira Reserva Extrativista no Seringal São Luís do Remanso, que foi desapropriado, no Município de Rio Branco. Quatro anos depois foi criado o *Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT* -, através da Portaria 22 do Ibama, de 10 de fevereiro de 1992. O presidente Fernando Henrique lançou o *Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo – Prodex* -, em junho de 1996, alocando recursos para esta finalidade junto ao Banco da Amazônia.

carcinogênicas, mutagênicas ou com potencial de provocar danos hormonais (lei 7.802, de 10 de julho de 1989).

A proteção ambiental adquiriu *status* constitucional no país com a promulgação da Constituição Federal em 1988, em que se destacam dois grandes princípios:

- *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;*
- *O poder público e a coletividade têm o dever de preservar e proteger o meio ambiente.*

O cumprimento desses princípios está relacionado à ação integrada do poder público federal, estadual e municipal. As constituições disciplinaram o campo de atuação da União e do Estados, e a lei orgânica ficou como norteadora da ação municipal. Neste mesmo ano, o presidente José Sarney assinou o Decreto 96.944, criando o *Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal*, denominado *Programa Nossa Natureza*. No ano seguinte, em decorrência das repercussões internacionais negativas sobre o desmatamento na Amazônia, foi criado o *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis* – Ibama, principal órgão ambiental do país⁸³, além do Fundo Nacional do Meio Ambiente⁸⁴.

Vale lembrar que no dia 11 de março de 1989, o então presidente da França, François Mitterrand, afirmou que os problemas ecológicos da Amazônia “transcendiam a soberania nacional” (HOMMA, 2003, p. 190). Em 1993, após a notícia de uma chacina na fronteira entre Brasil e Venezuela, em que garimpeiros assassinaram índios Yanomami, foi criado o Ministério de Meio Ambiente e da

⁸³ A Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, criou o Ibama a partir da fusão de quatro órgãos: a Secretaria do Meio Ambiente (Sema), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) e a Superintendência da Borracha (Sudhevea). Outra lei cuja criação foi motivada pelas taxas de desmatamento foi a Lei 7.803, de 15 de julho de 1989, que obrigou o registro, no Ibama, dos estabelecimentos comerciais responsáveis pela comercialização de motosserras e estabeleceu licença de porte, renovável a cada dois anos.

⁸⁴ Lei 7.797, de 19 de julho de 1989. A edição de 18 de setembro de 1989 da revista *Times*, sob o título *Torching the Amazon*, publicou extensa reportagem sobre a destruição da Amazônia, reforçando a urgência de ações governamentais ligadas à proteção ambiental (HOMMA, 2003, p. 190).

Amazônia Legal, sinalizando “a preocupação do governo brasileiro ante às pressões internacionais sobre a Amazônia”⁸⁵ (HOMMA, 2003, p. 194).

Nos anos 90, o desenvolvimento sustentável firmou-se como um dos pontos das políticas econômicas globalizadas⁸⁶. Esta década também marcou uma série de acontecimentos relacionados ao meio ambiente (como a Eco-92, o Protocolo de Kyoto, o incêndio de Roraima) e a criação de programas, instituições e cursos de formação acadêmica voltados para a temática⁸⁷. Em 1991, o governo cancelou incentivos fiscais para atividades que causavam destruição de florestas primárias, estabelecendo normas para o Ibama e para os governos estaduais fiscalizarem empreendimentos (decreto 153, de 26 de junho de 1991).

Foi também na década de 90 que ocorreu um *boom* na mídia referente às questões ambientais. Meio contemporâneo dominante responsável pela produção e circulação de sentidos nos diferentes campos, a mídia possibilita a *visibilidade* das instituições e dos agentes, tendo, portanto, uma forte influência sobre a opinião dominante em todas as áreas do conhecimento. Esta relação dialética entre os diferentes campos e a mídia será um fator relevante nas práticas comunicacionais adotadas pelos projetos de prevenção ao fogo acidental, na medida em que o discurso ambiental veiculado pela mídia circulará e se reconstruirá nos diferentes campos.

⁸⁵ Neste mesmo ano houve a efetiva implementação da Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente em Belém, PA., enquanto a lei 5.887, de 9 de maio de 1995, estabeleceu a Política Estadual do Meio Ambiente. Segundo Homma, a “criação do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia - Funtec -, em 1995, representou um grande avanço para as instituições de pesquisa no Estado do Pará. Iniciada no ano anterior, a implantação de editais competitivos para programas de pesquisa marcou um novo direcionamento das prioridades, de interesse de órgãos financiadores e com forte viés internacional” (HOMMA, 2003, p. 194).

⁸⁶ “A globalização pode ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço” (GIDDENS, 1991, p.70). Para uma análise dos impactos ambientais relacionados à globalização, ver também BECK, Ulrich. *Risk Society: towards a new modernity*. Sage-USA, 1992.

⁸⁷ Alguns exemplos: em 1990 foi fundada a ONG *Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia* — Imazon -, em Belém, PA. Em 1993, em Oaxaca, México, foi sediada a *Forest Stewardship Council*, uma entidade internacional com o objetivo de credenciar organizações certificadoras, de modo a garantir a autenticidade das madeiras quanto aos processos sustentáveis. Em 1997, a FCAP (hoje UFRA) promoveu a realização do I Curso de Especialização em Manejo para Conservação e Produção de Animais Silvestres.

⁸⁷ Fonte: <<http://www.oparaense.com/48-queimadas.htm>>. Acesso em: 19 set. 2003.

O tema ambiental ganhou força com a pressão internacional, há alguns anos os agricultores entendiam queimada como parte de um processo agrícola, mas não tinham percepção ambiental. (Jornalista Liana John, *Agência Estado*. Comunicação pessoal em setembro de 2003).

Algumas produções televisivas marcaram os anos 90. A TV Manchete exibiu *Amazônia, paraíso em perigo*, com denúncias sobre devastação florestal, e a novela *Pantanal*, do teledramaturgo Benedito Ruy Barbosa. Embora ficcional, esta produção trouxe para o debate público o problema ambiental. “O meio ambiente e os temas ecológicos davam sinais de começar a integrar-se ao imaginário coletivo” (DUTRA, 2003, p. 141). Outras produções também ganharam destaque: *Globo Ecologia*, *Globo Repórter e Globo Ciência*, além do Discovery Channel e da TV Futura. Com exceção do primeiro caso, os quatro últimos não exclusivamente dedicados ao tema. No decorrer da década, Dutra observa, no entanto, que houve um refluxo no noticiário e nas reportagens específicas. “Como exemplo da mídia impressa, é de se notar que o Jornal do Brasil, considerado integrante da *grande imprensa* brasileira, encarta atualmente um caderno intitulado *JB Ecológico*, com a particularidade de tal encarte ser publicado apenas nos períodos de lua cheia” (IMPrensa, 2002, p.32 apud DUTRA, 2003, p. 19).

A Amazônia, por seus atrativos naturais e habitantes cujas atividades estão em estreita relação com a natureza (como os índios⁸⁸, os coletores, os pescadores artesanais e os agricultores familiares) é um tema recorrente nas pautas da mídia nacional, com destaque para os documentários e *especiais* de televisão. Como observado por Dutra (2003), as pautas e roteiros, elaborados a partir de noções pré-construídas sobre a região, tendem a reeditar estereótipos historicamente fabricados através de novas falas e imagens, “de modo especial aquelas que retratam a

⁸⁸ Mires, citado por Dutra (2003), observa que “os índios e, hoje, os demais *povos da floresta* — sem que lhes fosse feita nenhuma consulta, passaram a ser ‘defensores da natureza’, uma aparente inversão discursiva das noções de *estorvos à civilização* como foram os índios desenhados desde os primeiros momentos da conquista. Essa aparente transformação se explica: a campanha internacional pela *defesa da Amazônia* não teve origens puramente éticas, porém mais *ecológicas*. Em diferentes países, advertiam que, com a devastação da Amazônia, se estava destruindo o último pulmão do planeta, cujos efeitos poderiam ser catastróficos para outras regiões do mundo. Foi, então, a partir dessa preocupação que os *ecólogos descobriram* os índios aos quais delegaram, sem consultá-los, a responsabilidade de ‘defensores da natureza’. O que só na aparência os transforma em sujeitos, no entanto pelas motivações desta delegação, continuam objeto de interesses externos”. (DUTRA, 2003, p. 82).

Amazônia como um lugar paradisíaco e, contraditoriamente, ao mesmo tempo inóspito, no qual coexistiram a exuberância física da natureza e a insignificância humana” (DUTRA, 2003, p. 98). Na imprensa internacional de países do “Norte”, segundo o mesmo autor, as noções de *risco ambiental* são recorrentes, não apenas quando há referências às florestas tropicais, no tocante à *perda de biodiversidade*, mas também sobre desastres nucleares e ameaças de disseminação de produtos tóxicos no ambiente (DUTRA, 2003, p. 67).

Segundo Homma (2003), com a entrada do século XXI espera-se o nascimento de um novo ciclo econômico baseado no comércio de serviços ambientais da Amazônia, em que a ecologia deixa de ser uma ação filantrópica, humanitária ou de simples preservação ambiental. (HOMMA, 2003, p. 249). Fearnside (2003) corrobora esta perspectiva, que vem sendo incorporada (conforme a ilustração abaixo), inclusive, por instituições representativas da agricultura familiar, como o GTA, responsável pela produção da Cartilha do Proteger (2003).



Cartilha do Proteger

A contribuição da perda de floresta a mudanças globais tais como mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, fundamenta a adoção de uma nova estratégia para sustentar a população da região. Ao invés de destruir a floresta para poder produzir algum tipo de mercadoria, como é padrão atual, se usaria a manutenção da floresta como gerador de fluxos monetários baseado nos serviços ambientais da floresta, ou seja, o valor de evitar os impactos que se seguem da destruição da floresta (FEARNSIDE, 2003, p. 02).

O pagamento das cotas de preservação ambiental, segundo ainda Fearnside, já fazem parte do “consenso” geral sobre o assunto. Ou, nos termos de Bourdieu, já faz parte do *habitus* dos principais agentes envolvidos com a temática.

Talvez a coisa mais importante que se percebe nos debates sobre se são economicamente justificados investimentos na manutenção da biodiversidade amazônica é que não precisamos convencer ninguém de que a biodiversidade tem valor. Pode-se economizar muito tempo simplesmente evitando estas discussões. Do ponto de vista da biodiversidade ter um valor como serviço ambiental baseado na disponibilidade de vontade para pagar (WTP), é suficiente perceber que existe no mundo um número significativo de pessoas que acreditam que a manutenção da biodiversidade é

importante, e que isso se traduz em um fluxo financeiro potencialmente significativo (FEARNSIDE, 2003, p. 10).

Os programas federais e estaduais ainda têm priorizado, segundo Ferreira, as ações voltadas aos aspectos mais conservacionistas da questão ambiental e aos programas de controle de poluição do ar, porque não envolvem conflitos mais significativos nas relações entre os agentes (como no caso da ocupação do solo) (FERREIRA, 1998). As políticas ambientais, conforme demonstra a autora, ainda são baseadas, em muitos casos, em propostas do II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1975. O perfil organizacional dos órgãos ambientais definido naquele período reforça o caráter corretivo para resolução dos problemas impostos pelo modelo de desenvolvimento (FERREIRA, 1998).

Se, por um lado, se tem observado o estabelecimento de um sistema de proteção ambiental no país⁸⁹; por outro, ainda segundo Ferreira, o poder público não tem garantido o cumprimento de uma parte significativa da legislação ambiental pela maioria dos indivíduos e empresas. Desta forma, as políticas ambientais formuladas e implementadas no Brasil concentram-se principalmente em aspectos preservacionistas da questão ambiental - como a criação de áreas protegidas -, e estão localizadas nas áreas mais degradadas do país, predominantemente desvinculadas das demais políticas governamentais⁹⁰ (FERREIRA, 1998).

A Amazônia no centro das atenções sobre meio ambiente

O tratamento das questões ecológicas na Amazônia, conforme ressaltado por Costa (2000), se pautou inicialmente por uma forte raiz conservacionista. As estruturas existentes foram avaliadas pelo ângulo estrito das respectivas relações com a natureza.

Separando as que têm o ecossistema originário como seu objeto de trabalho (e, assim, seriam estrutural e culturalmente conservacionistas), daquelas

⁸⁹ A Lei 9.605, denominada de Lei da Natureza contra Crimes Ambientais, foi publicada no *Diário Oficial da União* em 13 de fevereiro de 1998.

⁹⁰ Em abril de 1981 foi sancionada a Lei 6.902, dispondo sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental.

que, ao contrário, transformam a natureza em processo produtivo e reprodutivo. Desta forma, índios e extrativistas foram eleitos parceiros naturais e condenou [-se] os camponeses agrícolas juntamente com a grande agricultura” (COSTA, 2000a, p. 194).

Uma recente pesquisa interdisciplinar da qual participaram várias instituições⁹¹ (BROWN *et al*, 2001) reforça esta perspectiva. Segundo os autores, o maior interesse das ONGs ambientalistas na “área agrária” é a regularização fundiária (delimitando com maior clareza áreas para agricultura e preservação). Na área ambiental, o interesse direciona-se para um maior rigor na aplicação de legislação relativa ao controle do uso de recursos naturais, apoio à criação de áreas protegidas, projetos de incentivo à conservação da flora e fauna, e criação de incentivos 'verdes' para os produtores rurais. A principal estratégia para alcançar esses objetivos, segundo a pesquisa, são: pressão junto ao governo e políticos nacionais, articulação com organizações ambientalistas nacionais e internacionais, realização de campanhas de mobilização da mídia em torno de questões ambientalistas e apoio a projetos de conservação (BROWN *et al*, 2001, p.14).

Costa (1992 e 2000b) assinala que a questão ecológica⁹² entrou nas diversas discussões sobre o desenvolvimento da Amazônia principalmente a partir dos anos 80. Em um primeiro momento, ainda no início da década, estabeleceram-se alianças entre segmentos sociais “em luta contra o *status quo* no Brasil e nos países industrializados” (COSTA, 2000b, p. 96). Eles atuavam a partir da organização e mobilização da sociedade civil em torno de temáticas ambientais orientadas pela crise ecológica e pela degradação ambiental. “As Organizações Não Governamentais – ONGs dos seringueiros e dos atingidos pelas barragens, no Brasil, em aliança com

⁹¹ Overseas Development Group (University of East Anglia – ODG-UEA), Copatiorô, Imazon, NEAF/CAP/UFPA, LAET/NEAF, LASAT/NEAF.

⁹² Segundo Pádua, o termo *ecologia* foi empregado pela primeira vez em 1866, em língua alemã, pelo zoólogo Ernst Haeckel, sob forma *ökologie*. No início, tratava-se de um conceito vinculado à noção de *habitat*, indicando o estudo das relações de plantas e animais entre si e entre seu *habitat* (PÁDUA, 1997, p. 42). “Depois passou a ter uma referência social mais ampla. Na transformação de sentido, *ecologia* passou a vincular-se ao ambiente (*environment*) e, mais tarde, ao termos *environmentalism* como o estudo da influência do meio físico sobre o desenvolvimento econômico. Assim, *ambientalismo* torna-se de uso comum a partir anos 1950 relacionado à *conservação* e *preservação*, assim como a medidas contra a poluição. A partir dos anos 1960 passa ao uso comum, associando conceitos como *ecocrise*, *ecocatástrofe* e, a partir dos anos 1970, as noções de ecocídio” (DUTRA, 2003, p. 160).

os ambientalistas socialmente críticos no exterior, tiveram hegemonia no conjunto das ações verificadas” (COSTA, 2000b, p.96).

Já a partir de 1988, com a inclusão da questão da proteção das florestas tropicais na reunião do *Grupo dos 7* realizada em Paris, as preocupações ecológicas em relação à Amazônia deixaram de ser assunto de partidos e organizações ambientalistas para se tornarem objeto de manifestações e ações de governantes e grandes partidos dos países industrializados, “os quais absorveram, a partir daí, parte das bandeiras e questões até então restritas aos movimentos e partidos ambientalistas” (COSTA, 2000b, p. 96). Além disso, a questão da sustentabilidade passou a compor as propostas de uso dos recursos naturais amazônicos⁹³.

Uma pesquisa sobre a origem das chuvas na Amazônia publicada em 1985, afirmando que 50% são provenientes do vapor d'água do Oceano Atlântico e outra metade da transpiração da floresta, causara inquietação junto aos cientistas. O tratamento científico sobre as conseqüências do desmatamento da Amazônia, que tinha sido alertado desde 1974, passou a ser discutido em todos os seminários relacionados à região (HOMMA, 2003, p. 170). Na mídia impressa brasileira, segundo Dutra (2003), a Amazônia era associada a problemas ambientais, num período em que notícias e reportagens davam ênfase a denúncias de queimadas, demarcação de reservas indígenas, atividades de garimpos e questões decorrentes da ocupação de terras cultiváveis e da exploração de garimpos. Houve uma crescente inclusão destes temas nas pautas nacionais e internacionais a partir do final dos anos 80.

Com a repercussão internacional do assassinato do líder sindical Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, as questões ambientais na Amazônia, que até então eram consideradas como “simples rotina burocrática” pelo governo brasileiro (HOMMA, 2003, p. 168), passaram a merecer atenção redobrada e atingiram

⁹³ “Em março de 1994, o GTA e a ONG Amigos da Terra Amazônia Brasileira fizeram circular o texto *Políticas Públicas Coerentes para a Região Amazônica*, documento visando à harmonização das políticas com os objetivos do Programa Piloto (HOMMA, 2003, p. 209). No dia 18 de novembro de 2002, reuniram-se em Belém o Presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, e os governadores eleitos da Amazônia com o objetivo de discutir a “Estratégia Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia” (HOMMA, 2003, p. 239).

diretamente outros projetos governamentais, provocando um “esverdeamento institucional e empresarial” .

As pressões, sobretudo internacionais, provocaram um redirecionamento dos rumos das políticas públicas com relação à Amazônia. Apesar de vários megaprojetos e atividades com grandes riscos ambientais serem tocadas, estas passam a ganhar nova roupagem institucional mediante o conceito de desenvolvimento sustentável, programas de compensação ecológica e como mercadoria de troca. Dessa forma, ganham prioridades o atendimento às populações tradicionais, ao mesmo tempo em que permitem programas de expansão de soja, construção de hidrovias, hidrelétricas, entre outros. O processo de esverdeamento institucional e empresarial é acompanhado, em muitos casos, de meras ações conflitantes, denotando a dificuldade e a lentidão em se adaptar aos novos procedimentos e de atingir a ecoeficiência (HOMMA, 2003, p. 241).

Entre 1994 e 1997, o governo federal quase quadruplicou o orçamento para fiscalização dos recursos ambientais na Amazônia (de R\$ 0,5 milhão para R\$ 1,8 milhão). Sendo que desde 1996 vem realizando campanhas anuais de fiscalização com o constante aumento de fiscais (particularmente na época seca). Em 2000, o então ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, apresentou um pacote de medidas visando alterar a situação de populações extrativistas da Amazônia. Foi assinado um protocolo de intenções com o Banco da Amazônia (Basa) prevendo a redução de 5% para 0,5% ao ano dos juros de crédito para o setor. O ministro anunciou também a criação da Reserva Extrativista de Tarauacá, no Acre, e a implementação do *Projeto de Desenvolvimento Sustentável*, que previa uma “reforma agrária aliada à preservação ambiental”, delimitando a área para ocupação, sem definir lotes como no modelo tradicional do Incra. (Fonte: <http://www.amazonpress.com.br/meio_ambiente/dedoc/amb11112000.htm>. Acesso em: 19 set. 2003.

Em virtude das várias críticas feitas por grupos ambientalistas e pela mídia às contradições das políticas agrária e ambiental do governo federal (BROWN *et al*, 2001, p.22), o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), através da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) lançou em 1997 o documento *Agenda Amazônia 21: bases para a discussão dos atores sociais*

interessados no futuro da região (HOMMA, 2003, p. 218). A proposta governamental tornou-se um profícuo canal de interlocução entre os campos envolvidos e deixou clara a disputa pelo poder simbólico ali representada.

A discussão sobre Agenda 21 não é predominantemente ambiental, e sim sobre desenvolvimento, nós temos um papel importante em desmistificar isto. A construção da Agenda 21 é disputa de poder e de concepção (GTA, 1998b, p. 04).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) formaram comissões para tomar medidas em comum no que concerne às duas pastas. Em 1998, como resultado da iniciativa, foi criado o programa “Terra que te quero verde”, que proíbe a aquisição de terras rurais em áreas de cobertura florestal dos ecossistemas de floresta amazônica, executando-se apenas as terras rurais destinadas à criação de reservas extrativistas. No entanto, a medida tem tido pouco efeito prático em virtude, principalmente, da grilagem de terras⁹⁴ (BROWN *et al*, 2001, p. 22).

Entre 1999 e 2001, a Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) coordenou, em conjunto com os órgãos estaduais de Meio Ambiente, a elaboração de uma agenda para reduzir o desmatamento ilegal e incentivar o uso sustentável de floresta⁹⁵. A criação da *Agenda Positiva* iniciou-se em decorrência da crise em torno da suspensão de novas licenças de desmatamento em 1999⁹⁶. A intenção do MMA era elaborar uma política com a participação de representantes dos agricultores familiares, que fosse além de medidas de controle e fiscalização. A agenda positiva inclui demandas em diversas áreas como crédito, zoneamento territorial, regularização fundiária, incentivos econômicos, assistência técnica e flexibilização de regulamentação (BROWN *et al*, 2001, p.21). Como boa parte das demandas foge às

⁹⁴ Sobre este tema ver COSTA L, 1999.

⁹⁵ “No dia 10 de fevereiro de 1999, o INPE divulgou os dados de desmatamento na Amazônia nos anos de 1997 (13.227 Km²) e 1998 (16.838 Km²) e da estimativa da área queimada em Roraima (11.000 Km²), voltando a assustar o governo e as comunidades nacional e internacional” (HOMMA, 2003, p. 228).

⁹⁶ A “Fetagri, parlamentares e outras lideranças têm negociado para que as normas de controle [ambiental] sejam menos rígidas para os pequenos produtores. Por exemplo, eles pressionaram o Ministério do Meio Ambiente para revogar a proibição de emissão de autorização de desmatamento em 1999. Em decorrência destas pressões, o MMA editou uma instrução normativa (IN 7 - 1999) facilitando a emissão de licenças de desmatamento para

atribuições do MMA, muitos pontos da agenda foram e estão sendo discutidos com outras esferas de governo, abrindo e incrementando os canais de interlocução dos agentes e instituições do campo da agricultura familiar e do próprio campo ambiental.

A medida governamental mais recente voltada para proteção ambiental na Amazônia foi a criação do *Grupo Interministerial Contra o Desmatamento* e a elaboração do *Plano Amazônia Sustentável*, proposto e coordenado pelo MMA. O Plano⁹⁷, desenvolvido pelo Grupo Interministerial e lançado pelo governo em março de 2004, envolve recursos e pessoal de doze ministérios e temáticas como fiscalização de áreas florestais, licenciamento de corte de madeira, crédito rural e ordenamento territorial. No que concerne à fiscalização e controle, as equipes contarão com apoio de agentes da Polícia Federal e de soldados do Exército, e as investigações terão como prioridade “o respeito à integridade das áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) e o cumprimento das exigências da reserva legal e das áreas de preservação permanente nas propriedades privadas” (Fonte: [http://agenciartamainor.uol.com.br/agencia.asp?id=1617 &coluna=reportagens](http://agenciartamainor.uol.com.br/agencia.asp?id=1617&coluna=reportagens)). Acesso em 06.04.04.

A partir desse breve panorama das políticas ambientais no Brasil, com enfoque para as medidas relacionadas ao desmatamento e queimadas, tratarei sobre outro tema de grande relevância para o campo ambiental no país: os fundos internacionais.

pequenas propriedades. O requerimento para a autorização foi simplificado e foi definido um prazo máximo de 30 dias após a solicitação para a emissão da autorização” (BROWN *et al*, 2001, p. 15).

⁹⁷ Outras medidas governamentais já em andamento para conter o desmatamento incluem: “o Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), financiado pelos países do G-7 e administrado pelo Banco Mundial e o governo brasileiro. Componentes que já são implementados incluem os projetos de demonstração tipo “A” (o “PD/A”, ou projetos pequenos realizados por organizações não governamentais), as reservas extrativistas (Resex), as terras indígenas (PPTAL), o apoio para centros de pesquisas científicas e projetos de pesquisa dirigida (PPD), o subprograma de políticas de recursos naturais (SPRN) (*i. e.*, zoneamento), o manejo de recursos naturais (Promanejo) (principalmente manejo florestal), manejo da várzea e o monitoramento e análise das atividades do Programa Piloto para aprender algumas lições de política (AMA)” (FEARNSIDE, 2003, p. 86).

A importância dos fundos internacionais para o campo ambiental

Os fundos internacionais provenientes, por exemplo, do apoio de indústrias farmacêuticas ou cosméticas (como Boticário e Natura) e de doações individuais (caso do *Greenpeace*) financiam organizações não governamentais, programas governamentais brasileiros e pesquisas desenvolvidas por instituições públicas e privadas de ensino⁹⁸. Os projetos de prevenção ao fogo acidental, na forma de sua produção e execução, portanto, são mantidos, principalmente, por capital externo. Isso ocorre diretamente, com o repasse de verbas para instituições não-governamentais como Amigos da Terra (Friends of Earth) ou IPAM; e indiretamente, através de projetos do governo brasileiro financiados com recursos do PPG-7, Usaid ou Banco Mundial e coordenados ou supervisionados pelo Ibama, como é o caso do Proteger. Ou seja, o direcionamento dos projetos e da sua forma visível, as campanhas sociais, têm que contemplar minimamente as expectativas dos financiadores para que possam continuar existindo. Trata-se de relações objetivas intrínsecas ao campo. É importante não perder isto de vista.

Araújo já chamava a atenção para este fato:

As ONGs recebem apoio financeiro internacional. Com isso, tornam-se agentes de uma ordem internacional globalizada, pela via do discurso que acompanha as doações: multiculturalismo, etnicidade, fragmentação, excluídos, margens, tudo isto é parte de um novo “imperialismo simbólico”, ou de uma “vulgata planetária”, como diz Bourdieu. Mas, ao mesmo tempo, são submetidos às pressões locais. A polifonia é intensa, a articulação tensa, o hibridismo disputa terreno com o predacionismo (ARAÚJO, 2002b, p. 225).

Ressalta-se, no entanto, que embora boa parte das ONGs receba recursos externos, isso não significa que órgãos públicos também não o recebam ou não precisem atender as expectativas dos financiadores, pelo contrário. O exemplo mais claro é o próprio Ministério do Meio Ambiente, através do PPG-7.

Nas citações reproduzidas abaixo, a relação entre instituições ambientais e capital externo fica explicitada. O texto foi apresentado por pesquisadores do IPAM aos moradores de localidades ribeirinhas da Flona Tapajós (Belterra-PA), durante a

reunião de avaliação do trabalho realizado pela instituição em 2001, através do projeto *O Bom Manejo do Fogo*. Note-se, inclusive, a iniciativa, por parte dos pesquisadores, de tornar a motivação de suas ações o mais transparente possível:

Temos pessoas de fora, de outros países que estão preocupados aqui conosco, até mesmo porque em seus países já não existem mais matas com a qualidade que temos aqui, então eles olham e percebem o tanto de queimadas que estão existindo na Amazônia, ficam preocupados, até mesmo porque eles têm interesse na Amazônia e resolvem financiar algumas pessoas do terceiro mundo, para tentar resolver esse problema de queimadas e desmatamento, esse é um exemplo de conjuntura, que não é pensada junto conosco, mas que influi aqui para nós (IPAM, 2001, p.3)

No Brasil somos a maior floresta tropical do mundo, por isso que as pessoas de fora ficam de olho, por que? É que aqui temos inúmeras madeiras, minérios, gás, plantas medicinais, animais, água e etc., e o que acontece com a mata se pega fogo duas vezes? Vai se acabando a madeira, os animais, as plantas, essas pessoas que têm interesse também na Amazônia, resolvem financiar alguns projetos para que os pesquisadores trabalhem essa questão junto às comunidades, inclusive essa questão de fogo (IPAM, 2001, p.4)

Os interesses explícitos dos financiadores do projeto ou de seus representantes (fundações e governos) foram colocados abertamente durante a reunião (madeiras, minérios e plantas medicinais), inclusive, um “interesse universal”, coletivo, aparentemente desinteressado de objetivos individuais ou institucionais, também é ressaltado: a defesa da natureza e dos seres vivos, que precisam ser protegidos com a ajuda dos moradores. O pressuposto é de que ninguém é contra, “naturalmente”, a proteção ambiental, a questão que não é explicitada é quem assumirá os custos da necessária proteção ambiental, ou seja, a que grupos sociais caberá a maior parcela de contribuição e o que os pesquisadores ganham com esse trabalho. Neste sentido, Bourdieu já chamava a atenção para a “síndrome da nobreza esperada”.

A nobreza aparente de uma ação é variável em relação à eficácia dos mecanismos de dissimulação de seus princípios gerativos. O efeito de distanciamento entre o objeto real e as intenções declaradas é obtido unicamente quando aspirações reconhecidas socialmente como mais elevadas sobrepõem-se em aparência ao fundo prático de uma determinada atitude. Desse modo, a dissimulação de um objetivo trivial em uma atitude de desprendimento ou desapego promove a transferência da atenção social

⁹⁸ Sobre os principais fundos ambientais ver listagem nos anexos desta tese.

para a discussão das intenções declaradas em lugar de concentrá-las na delimitação dos fundamentos teológicos da ação. (...) Na hierarquia presumida dos campos, os que possuem um objeto de disputa considerado como o mais valioso — em termos de capital simbólico, cultural ou relacional — são espaços preferenciais para essa síndrome de nobreza esperada. Quanto mais elevados os objetivos e estratégias comuns declarados e mutuamente reconhecidos dentro de um campo, maiores as conseqüências e mais graves as punições para os agentes que ousem mostrar o arbitrário da situação e denunciar os interesses reais em jogo (BOURDIEU, 1998 apud BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 159).

Os agricultores, participantes da mesma reunião, expressaram suas opiniões sobre as medidas necessárias para prevenir o fogo na área da Flona. Como se verá a seguir, as motivações econômicas (por ex. financiamentos e salários) para este trabalho foram mencionadas pelos moradores. Ressalta-se, retomando Bourdieu, que o *habitus* dos moradores da Flona, após mais de 10 anos de trabalho da ONG *Projeto Saúde e Alegria*⁹⁹ e do próprio Ibama, já incorporou muitos elementos desse tipo de discurso, prevendo alguns dos seus resultados práticos. Portanto, quanto mais semelhantes parecerem ser as mensagens para as quais já se definiram esquemas de atribuição de sentido, menos se faz necessária a intervenção de um cálculo consciente. Ou seja, essas mensagens, tidas subjetivamente como análogas, ensejam, sob a forma de inculcação, esquemas perceptivos facilitadores da atribuição de sentido (o *habitus*).

Na direção oposta, quanto mais a nova mensagem se afasta desse repertório construído durante as diferentes trajetórias de vida e suas experiências anteriores, menos as soluções prontas do *habitus* satisfazem para definir o comportamento a ser

⁹⁹ O *Projeto Saúde e Alegria - PSA* atua desde 1987 junto a cerca de 140 localidades ribeirinhas dos rios Amazonas, Tapajós e Arapiuns, localizadas nas áreas rurais dos municípios de Santarém, Belterra e Aveiro, no Médio Amazonas Paraense; perfazendo uma cobertura populacional de quase 29 mil habitantes. O PSA visita regularmente as localidades, envolvendo os moradores de diversas faixas etárias, em programas integrados de: organização comunitária, saúde, produção agroflorestal e meio ambiente, educação e cultura, gênero, crianças e adolescentes, comunicação popular e pesquisa participativa. A ONG também tem incluído informações sobre técnicas de prevenção a queimadas em suas atividades, chegando a produzir cartilhas e peças radiofônicas que abordam o tema, embora não exclusivamente. Entre os financiadores das atividades do PSA (período 1998-2000) destacam-se os fundos internacionais: KAS (Fundação Konrad Adenauer) – Alemanha; WWF (World Wild Fund) – Suíça; BIRD (Banco Mundial), UE (União Européia), LAZ (Lateinamerika Zentrum) - Alemanha; UNAIS (United Nations Assistance International Service) - Nações Unidas; Winrock International – EUA; além de recursos provenientes do MMA/PDA (Projetos Demonstrativos) / PPG-7; Ministério das Minas e Energia; Ministério da Saúde; Instituto Ayrton Senna e BNDES. Fonte: <http://www.saudealegria.org.br/psa/art_parc.htm>. Acesso em: 24 set. 2003.

tomado (BARROS FILHO & MARTINO, 2003). Vejamos algumas opiniões explicitadas pelos agricultores da Flona:

- Que os coordenadores e representantes das comunidades trabalhem com menos interesse em dinheiro e mais compromisso e consciência;
- A brigada tem uma forma de trabalhar, a mesma tem que ser remunerada e os agentes ambientais também;
- Precisamos ter mais apoio financeiro para a capacitação nas comunidades e nas reuniões;
- Termos roça mecanizada;
- Ajuda de custos para os participantes nas reuniões como pagamento de passagens, alimentação. (IPAM, 2001, p. 8)

As relações objetivas que permeiam e compõem a lógica de funcionamento do campo ambiental e do campo da agricultura familiar não são, como ilustrado acima, totalmente despercebidas pelos agentes sociais e, desta forma, irão servir como elementos na elaboração de suas estratégias de ação e de discurso. Tomarei então as campanhas para analisar essas estratégias, observando como se organizam o campo ambiental e o campo da agricultura familiar enquanto campos de força construídos sobre as relações entre instituições e agentes e, posteriormente, como o *habitus* dos agentes envolvidos nestes campos, ou seja, os sistemas de classificação de mundo que orientam suas práticas – predisposições incorporadas -, auxiliam na compreensão da lógica que permeia a produção, circulação e recepção das campanhas e, conseqüentemente, de seus resultados.

O campo ambiental no Brasil, particularmente na Amazônia, principalmente após a Eco-92, tem conseguido recursos para manter e ampliar instituições e agentes voltados para a produção de conhecimento (institutos de pesquisas, ONGs, universidades). Isso tem ocorrido em um ritmo bem mais intenso do que se observa com o campo rural, no que se refere a pesquisas voltadas para a agricultura familiar, salvo quando as últimas incorporam, como vem ocorrendo principalmente nos últimos 10 anos, mecanismos que contribuam para a proteção ambiental¹⁰⁰. Isto significa um fortalecimento dos agentes do campo ambiental, principais responsáveis

¹⁰⁰ Alguns exemplos: em maio de 1995 foi criado o *Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM* -, em Belém. No mesmo ano houve a criação do *Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia – Poema* -, na

pela produção de conhecimentos da área, e de suas respectivas posições sociais, inclusive em relação aos demais campos, particularmente o campo político, cuja competência lhe garante o poder de estabelecer políticas, portanto, maneiras legais e legítimas de pensar e agir.

Na citação abaixo, este “descompasso” é evidenciado por representantes do campo da agricultura familiar, que chamam a atenção para urgência em se estabelecer canais de interlocução entre os agentes deste campo e dos fundos ambientais internacionais.

As organizações da Produção Familiar Rural da região precisam travar um debate franco com a comunidade internacional sobre a Amazônia, definindo, de uma vez por todas, que o desenvolvimento sustentável (portanto preservacionista) só é possível via Produção Familiar Rural e sua reprodução enquanto tal, o que demanda uma série de políticas que a viabilizem economicamente, impedindo o êxodo rural. A Amazônia do próximo milênio, que poderá fornecer ao mundo muita energia, biodiversidade e água, é um pressuposto da sustentabilidade da vida no planeta, por isso queremos compactuar com a comunidade internacional qual é a sua cota de contribuição para a preservação e/ou recuperação da Amazônia. O primeiro mundo, que devastou todas as suas riquezas naturais e precisa da Amazônia para garantir o futuro dos seus filhos, tem de pagar a sua parte. Precisamos é pactuar qual a cota que essa comunidade está disposta a assumir, o que nos remete a propor mudanças nos programas financiados pela comunidade internacional hoje em execução e elaborar outros mais eficientes. A realidade dos dados dessa pesquisa demonstra que não haverá *Amazônia preservada de forma massiva e significativa se isso não estiver assentado na Produção Familiar* (FALEIRO & GASPARIM, 2000, p. 16). [Grifos no original].

Retomando Bourdieu, vale lembrar que o *habitus* profissional é a matriz comum das práticas de todos os agentes que vivem e viveram em condições sociais semelhantes de existência profissional. Em função da percepção comum de mundo socialmente forjada e interiorizada ao longo de trajetórias no mesmo universo, cada profissional concorda, sem saber ou perceber, com muitos outros levados a agir em condições análogas (BARROS FILHO & MARTINO, 2003). O processo de codificação de uma mensagem é exercido, portanto, por indivíduos pertencentes a uma elite profissional, com sua própria formação, sua própria percepção seletiva e posição

UFPA, e teve início o Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Úmido, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA.

social, bem como suas competências profissionais e considerações sobre o poder constituído, criados a partir de sua posição de classe específica (BARROS FILHO, 2003, p.219).

Isto é válido para o campo ambiental, para o campo da agricultura familiar e para os demais campos. No caso específico do campo ambiental, convém ressaltar mais uma vez que a proteção à natureza como prioridade faz parte do *habitus* do campo, das instituições e dos agentes. É uma predisposição incorporada, naturalizada, portanto, tida como óbvia e correta. Isso significa, no caso das campanhas, que não se trata, na maioria das vezes, de uma intenção explícita ou consciente de se contrapor aos interesses de agentes do campo da agricultura familiar.

É importante também destacar que o campo ambiental, no que se refere ao fogo acidental, depende do campo da agricultura familiar para legitimar seu discurso no próprio campo e para os demais. Desta forma, as estratégias traçadas e postas em prática pelo campo ambiental através das campanhas só serão incorporadas enquanto práticas legítimas socialmente, se forem também legitimadas pelo campo da agricultura familiar. Uma das formas visíveis desta legitimação é, por exemplo, a mudança de comportamento dos agricultores familiares, traduzida pela redução dos índices de desmatamento e queimadas. Caso isto não ocorra, as campanhas tendem a desaparecer ou se readequar a demandas que atendam minimamente ao campo da agricultura familiar para que possam se tornar legítimas, e isto já vem acontecendo.

O pesquisador do INPE, Alberto Setzer, que há mais de 20 anos desenvolve pesquisas sobre fogo acidental, e uma equipe de pesquisadores coordenados por Brown (2001), observaram a importância dessa legitimação, conforme pode ser observado nas duas citações abaixo. No primeiro caso, destaca-se também o papel da mídia na expressiva visualização social da temática:

"Até 15 anos atrás, a sociedade brasileira menosprezava o problema. De dez anos para cá, todo mundo já sabe o que é queimada. Virou uma preocupação nacional e podemos até dizer que existe unanimidade contra as queimadas. Apesar disso, e da legislação contrária, não estamos conseguindo minimizar

o problema", lamenta Setzer. Fonte: <<http://www.oparaense.com/48-queimadas.htm>>. Acesso em: 19 set. 2003.

A participação dos agricultores nos debates é essencial para a criação de uma política ambiental de uma certa maneira "embutida" na política agrária, reconhecendo que o seu foco não pode ser exclusivamente a preservação da floresta, e colaborando para que as políticas agrárias (incluindo a política de extensão rural e de pesquisa agropecuária) promovam verdadeiramente alternativas visando a agricultura familiar sustentável nas áreas de fronteira agrária da Amazônia Oriental. Somente assim a política ambiental poderia deixar sua ênfase fiscalizadora e obter mais sucesso (BROWN *et al*, 2001, p. 20).

Araújo já enfatizara que as políticas públicas (objetivo almejado pelos projetos através das campanhas) só se configuram como tais quando assumem visibilidade e são disponibilizadas por meio de processos comunicacionais, mediados pelas instituições, e que caracterizam uma ação de intervenção social. Desta forma, o sucesso ou o fracasso de qualquer política está vinculado diretamente à possibilidade e ao modo de sua apropriação pela população à qual se destina (ARAÚJO, 2002b, p. 221). Bourdieu também aborda a questão:

A simples <<corrente de idéias>> não se torna num movimento político senão quando as idéias propostas são reconhecidas no exterior do círculo dos profissionais. (...) Assim, as tendências para a cisão sectária acham-se contrabalançadas de modo contínuo pelas necessidades de concorrência que levam os profissionais, para triunfarem nas suas lutas internas, a ter que fazer apelo a forças que nem sempre são totalmente internas (BOURDIEU, 1998, p. 183).

Por este motivo, o projeto *Fogo Emergência Crônica*, por exemplo, tem buscado o reconhecimento de suas ações por agentes e instituições de outros campos que não apenas o ambiental, incorporando saúde e educação nas atividades de proteção ao meio ambiente. Pela mesma razão, o trabalho realizado pelo IPAM em localidades da Floresta Nacional do Tapajós incluiu uma breve e já estruturada discussão sobre mecanização, tema de interesse recorrente entre os agricultores familiares. O PGAI Queimadas, voltado basicamente para a prevenção ao fogo, não incorporou algumas destas demandas dos agricultores familiares e acabou se esvaziando, até a extinção de suas atividades em 2002.

Feita a caracterização dos principais elementos relacionados ao campo ambiental, considerados mais importantes para temática desta tese, me aproximarei do campo da agricultura familiar, buscando apreender suas principais especificidades, instituições e agentes, com ênfase para Amazônia e para o Estado do Pará.

3.2 - O Campo da Agricultura Familiar

A agricultura familiar sob a ótica teórica

A agricultura possui particularidades que a tornam uma das temáticas mais controvertidas nas ciências sociais. Seu caráter natural, os elementos vivos que a compõem, as determinações biológicas e espaciais (terra), e os limites que impõe à divisão do trabalho no campo são fatores imprescindíveis para a compreensão das especificidades do setor. Neste cenário, encontram-se os diversos agentes que lidam direta ou indiretamente com a agricultura, entre eles, destaca-se o campesinato¹⁰¹.

Tepicht (1973) relacionou os elementos básicos para a identificação de suas características universais: unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família; natureza patriarcal da organização social e uso intensivo do trabalho. Outra característica importante ressaltada pelo autor é a de que a família camponesa cumpre a função de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas¹⁰² (ABRAMOVAY, 1992, p. 73).

¹⁰¹ Tenho usado a categoria “agricultores familiares” no decorrer deste texto referindo-me ao campesinato. A primeira categoria foi a mais utilizada pelos agricultores entrevistados e pelos representantes de STRs, Fetagri e GTA para se auto denominarem. Como a última terminologia é mais utilizada pelos autores dos quais tratarei sucintamente a seguir, mantê-la-ei sempre que oportuno. Conforme Costa (2000), as famílias camponesas são as que, “tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não-agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação” (COSTA, 2000a, p. 114). A *unidade de produção camponesa*, por sua vez, “caracteriza-se por ter na família seu parâmetro decisivo: seja como definidora das necessidades reprodutivas, que estabelecem a extensão e a intensidade do uso da capacidade de trabalho de que dispõe, seja como determinante no processo de apropriação de terras nas sagas de fronteira” (COSTA, 2000a, p. 134).

¹⁰² Abramovay observa que antes de fazer do produto agrícola “base imediata de acumulação capitalista e extração de mais-valia, os países centrais imprimiram ao setor um papel ainda mais importante: o de permitir que, pela redução dos custos de reprodução da força de trabalho, os orçamentos domésticos dos assalariados

Já Alexander Chayanov e, posteriormente Jerzy Tepicht, procurou uma definição de campesinato que parta da própria família e das determinações que a estrutura familiar impõe ao comportamento econômico. Para Chayanov e Tepicht, o campesinato existe por responder a uma necessidade social. O primeiro dos autores salienta que não são as características especiais da agricultura que explicam a existência do campesinato, mas, ao contrário, é a existência do campesinato que explicará a maneira como está moldada a estrutura social no campo¹⁰³.

Chayanov (1974) resume a lei básica da existência camponesa na expressão “balanço entre trabalho e consumo”. O autor argumenta que a unidade composta por uma família camponesa tem como prioridade a satisfação de suas necessidades familiares e não a obtenção de lucro, diferentemente do que ocorre com uma empresa capitalista. Ou seja, se o consumo familiar estiver assegurado, será atribuído um valor cada vez menor a cada unidade adicional de trabalho. É da relação entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades que vai depender a escolha da família com relação à venda de suas safras, ao uso de financiamentos ou ao uso de insumos de origem industrial. Portanto, se o investimento de capital significar gasto de dinheiro objetivando a redução de trabalho sem que isso represente um aumento da renda bruta familiar ou, de maneira a provocar uma ociosidade da mão-de-obra familiar que, por sua vez, também poderia aumentar a renda sem que isso significasse despesas com a compra de equipamentos, o investimento não será realizado.

Conforme resumiu Costa, o nível de eficiência reprodutiva é avaliado como adequado quando permite aos membros de uma dada estrutura suportar uma condição

pudessem consagrar-se crescentemente a bens não alimentares e sobretudo os duráveis” (ABRAMOVAY, 1992, p.227).

¹⁰³ Suzana Hecht, por sua vez, observa que “práticas dirigidas a evitar os riscos podem não trazer altas produções a curto prazo, mas podem ser opções preferíveis em terras altamente produtivas, porém de risco. A disponibilidade de mão-de-obra, particularmente em ocasiões de demanda como as colheitas, também pode influenciar o tipo de sistema agrícola que é favorecido” (HECHT, 1989, p.37). A literatura sobre o campesinato é vastíssima e engendra uma série de debates conceituais. Remeto o leitor interessado a algumas obras e autores balizadores da temática, além dos já citados: Scott (1974), Velho (1979), Silva (1981), Shanin (1982 e 1983), Martins (1983), Musumeci (1984), Boserup (1987), Abramovay (1992), Netting (1993), Veiga (1994) e Costa (2000).

de perenidade no sentido físico e social, ou seja, “ganhos suficientes ao preenchimento de necessidades biológicas culturalmente delineadas e realização de valores pessoais compreensíveis e alcançáveis nos quadros de uma identidade coletiva” (COSTA, 1994, p.20). O que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar mediadas, por sua vez, pelas condições de acesso à terra e a mercados; pelas disponibilidades tecnológicas; e pelas condições de seguridade social e comunalidade (COSTA, 1994, p.30).

Neste contexto, a diversificação de atividades agropecuárias, como por exemplo, diferentes cultivos, aparece como um componente inerente à perspectiva de *eficiência reprodutiva*, evitando riscos (como problemas climáticos e queda de preço no mercado). Costa constatou que situações tendentes à especialização foram encontradas quando os riscos de instabilidade foram reduzidos por condições externas às unidades produtivas (políticas de preços e de renda mínimos e seguros de safra). “Isso ocorre em *ambientes modernos*. Cumprem papéis semelhantes as relações paternalistas e clientelísticas estabelecidas recorrentemente entre agentes do capital mercantil e camponeses em contextos *tradicionais*” (COSTA, 2000, p.103).

Desta forma, qualquer decisão que bote em risco a reprodutibilidade da família camponesa somente será tomada quando não houver outra alternativa possível. A adoção de técnicas de prevenção ao fogo acidental enquadra-se muitas vezes neste caso, quando, por exemplo, “queimar” após a segunda chuva (logo após o período de estiagem) pode significar perda do roçado, principal fonte de sustento da família. A terceira, quarta ou sucessivas chuvas podem ocorrer em um intervalo de tempo que impeça a queima adequada em virtude do excesso de umidade. Se a área for mal queimada será necessária a capina manual, considerada improdutivo dado o excessivo trabalho demandado para esta finalidade. As áreas, neste caso, são abandonadas na maioria das vezes. Isso ocorreu em localidades dos municípios de Conceição do Araguaia e Guarantã do Norte em 2001, provocando a migração forçada de algumas famílias para as áreas urbanas.

Portanto, a adoção ou não de técnicas de prevenção ao fogo acidental não está ligada predominantemente a uma suposta desinformação dos agricultores familiares ou “má vontade”, como pressupõem as campanhas. Mas é a este agente social - cuja tomada de decisões e mudança de comportamento pode trazer conseqüências significativas para a reprodução de sua família - que é destinada grande parte das mensagens sobre prevenção ao fogo acidental.

*As políticas de desenvolvimento para a Amazônia e suas principais implicações para a agricultura familiar*¹⁰⁴

A formação de estruturas camponesas na Amazônia, a partir de 1920, decorrente da crise dos seringais, é descrita por Costa (2000b) em três movimentos: no primeiro, os trabalhadores dos seringais se transformam em camponeses agrícolas autônomos, vivendo nas proximidades das grandes cidades (como Belém e Santarém) e passam a produzir arroz, farinha de mandioca, milho e feijão para o abastecimento desses mercados, agora extremamente limitados em sua capacidade de importar. No segundo, os trabalhadores permanecem nas áreas dos seringais, organizados, entretanto, como pequena produção familiar, como *camponeses-caboclos* ou *extrativos*, cuja peculiaridade consiste em ter a natureza originária como seu principal objeto de trabalho na obtenção de produtos para o mercado e uma agricultura voltada para o autoconsumo como elemento essencial de sua reprodução (é o que acontece principalmente no Acre, mas também no alto rio Negro e Purus). No terceiro e último movimento, igualmente como *camponeses-caboclos*, cujas relações com o mercado fazem-se basicamente em torno de produtos extrativos, organizam-se os que se alocam como trabalhadores diretos dos castanhais em expansão (COSTA, 2000a, p. 33-34).

Portanto, quando o desenvolvimento econômico da Amazônia, no final da década 60 e início da de 70, foi pensado pelos militares, tendo por base a pecuária de

larga escala, já havia uma sólida agricultura familiar em várias áreas. A opção pela pecuária por parte do governo federal, como já o demonstrara Costa (1993), objetivou conjugar abundância de terras com escassez de trabalho e capital, além do que, o movimento e modernização do conjunto da agricultura brasileira dependeria do desenvolvimento de sua “margem extensiva”, ou seja, quanto menor o peso desta, maior a intensificação e tecnificação possível em terras de colonização antiga.

“Buscava-se a anulação do campesinato nas áreas antigas, através da modernização e tecnificação do latifúndio, e nas áreas novas, com a entrada massiva de capital, representado, principalmente, por grandes empresas agropecuárias” (COSTA, 1993, p.38).

A pecuária de grande porte mostrava-se, assim, duplamente positiva: poderia adequar o uso de grandes extensões de terras com um mínimo de trabalhadores e tolher a expansão da agricultura familiar de tipo extensiva em terras novas. Conformou-se, a partir daí, a política de incentivos fiscais que, em conjunto com uma política de terras favorecedora das grandes apropriações, imprimiu características próprias à fronteira¹⁰⁵ agrícola na Amazônia a partir da segunda metade dos anos 60 (COSTA, 1993, p. 38). Entre 1960 e 1970, quando já estava em prática a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia, 35,3% das chamadas “terras novas”, concentradas principalmente nesta região, foram incorporadas por estabelecimentos com menos de 100ha e 64,7% por estabelecimentos com mais de 100ha, sendo que cerca de 75% dessa terra foi ocupada por estabelecimentos com mais de 1000ha (MARTINS, 1983, p.97).

O governo federal concedeu um desconto de 50% do imposto de renda a grandes empresas nacionais e internacionais interessadas em estender seus negócios para a Amazônia. O imposto se referia aos respectivos investimentos dessas

¹⁰⁴ Sem desconsiderar a importância de outros temas que influenciaram ou compuseram as políticas públicas para Amazônia, como os grandes projetos de mineração, optei por não incluí-los neste capítulo por fugirem à temática principal da pesquisa.

¹⁰⁵ Segundo Musumeci, a fronteira designa “espaços onde um processo de colonização está instituindo novas relações sociais ou redefinindo antigas. Vista assim, a noção de fronteira não pressupõe inexistência de formas prévias de articulação desses espaços à sociedade, nem um processo de ocupação contínuo ou em bloco, como o sugerido pela expressão norte-americana ‘fronteira em movimento’. Pressupõe, essencialmente, uma estrutura

empresas, localizadas, em sua maior parte, na região sudeste do país. A condição, conforme observou José de Sousa Martins, era de que esses recursos fossem depositados no Banco da Amazônia e, após aprovação de um projeto de investimentos pelas autoridades governamentais, constituíssem 75% do capital de uma nova empresa, agropecuária ou industrial, na região. “Tratava-se de uma doação e não de um empréstimo,” conforme concluiu o autor (MARTINS, 1995, p.3). Os empresários, segundo Costa (2000b), aplicaram os seus recursos próprios em terras – “no único meio de produção que não perde valor com o tempo, embora sofra flutuações conjunturais” – agregando-lhes valor a partir do que fosse feito com elas (da derrubada da mata aos investimentos de infra-estrutura). “Para os empresários, pois, não houve risco a ser considerado” (COSTA, 2000a, p. 69).

Os custos da ocupação capitalista da Amazônia, através da política de incentivos fiscais do governo, foram socializados com toda sociedade. José de Sousa Martins constatara que essa política direcionou-se no sentido da não realização de uma reforma agrária de tipo distributivista, reivindicada nas pressões sociais anteriores ao Golpe Militar de 1964. O governo optou por um modelo concentracionista de propriedade, garantindo o poder político e econômico de uma importante base social de sustentação do golpe de Estado e do regime militar: os proprietários de terra e as oligarquias locais de base fundiária (MARTINS, 1995). Costa observa ainda que as empresas capitalistas tiveram todas as condições para mostrar o seu potencial como base de uma política de desenvolvimento e fracassaram, “pois incentivadas e subsidiadas para experimentos” (COSTA, 1992, p.23). Quanto aos camponeses, houve poucas chances de experimentos, que ocorreram, contudo, “sob sua conta e risco. Por isso, carregaram consigo nos anos sessenta e setenta a marca da fragilidade e da itinerância” (COSTA, 1992, p.23).

A violência nos conflitos agrários acentuou-se a partir da década de 70, com a construção da rodovia Transamazônica e o asfaltamento da Belém-Brasília, e está

social dinâmica e relativamente ‘em aberto’, associada à ocorrência de movimentos de ocupação ou reocupação de terras” (MUSUMECI, 1984, p.5).

ligada ao chamado “Milagre Brasileiro” do governo Médici e à política agrária sintetizada na consigna de “terras sem homens, para homens sem terra”, com a migração de milhares de agricultores familiares para a Amazônia. Eles viram-se obrigados a produzir e viver em condições precárias, marcadas por uma situação fundiária indefinida e pelo acesso bastante limitado a uma infra-estrutura básica adequada (estradas, hospitais e escolas) ou a linhas de crédito para produção. Costa (1992), a partir de um estudo comparativo de micro-regiões paraenses, concluiu que a maior freqüência de conflitos agrários se deu em áreas que receberam um elevado volume de incentivos fiscais por parte do governo federal. Esta concentração fundiária, que em muitos casos levou a uma proletarização do agricultor, forçando-o a procurar trabalho junto ao novo proprietário da terra, produziu principalmente sua exclusão do regime de propriedade, levando-o a continuar um trabalhador autônomo sem terra (MARTINS, 1991, p. 71).

Antonio Barros de Castro observa que, desta forma, a agricultura cumpriu satisfatoriamente suas funções clássicas dentro da lógica capitalista¹⁰⁶, fornecendo um excedente de alimentos baratos e matérias-primas, além de transferência de capital para a indústria e liberação de mão-de-obra, rebaixando o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades (MANTEGA, p. 144 apud LOUREIRO, 1997). As condições particulares da agricultura brasileira, que combina grandes extensões territoriais e abundância de mão-de-obra, de baixo custo e, em geral, com uma fraca organização sindical, “permite a implementação de uma espécie de acumulação primitiva, que é permanentemente transferida da agricultura para a acumulação industrial” (OLIVEIRA, 1972 apud MANTEGA, 1997, p.117).

Graziano da Silva (1982), por sua vez, denominou a esta estratégia de modernização agrícola do governo militar, a partir da segunda metade dos anos

¹⁰⁶ Otávio Guilherme Velho analisou também, para o caso da Amazônia, o capitalismo de tipo autoritário, que segundo o autor, refere-se ao capitalismo com dominância autoritária, mas com a mesma natureza que o capitalismo burguês clássico. “A diferença diz respeito ao nível da política, e particularmente às formas de dominação e de articulação entre a política e a economia. No que se refere à articulação entre o político e o econômico, o capitalismo autoritário caracteriza-se em comparação com o capitalismo burguês por uma dominação particularmente intensa da instância política” (VELHO, 1979, p. 42-43).

sessenta, de “modernização conservadora”, por incentivar o incremento da capacidade produtiva da agricultura, pela transformação do latifúndio tradicional em empresa moderna, ou seja, negando “a necessidade de uma reforma agrária como modo de eliminação dos entraves que impediam o crescimento da produção e produtividade no setor agrícola, impedindo-o de desempenhar a contento seu papel na industrialização do País” (COSTA, 2000b, p. 80). Foram criados centros de pesquisa e sistemas de assistência técnica e extensão rural, assim como linhas de crédito rural para compra de máquinas, equipamentos e “insumos modernos”. Simultaneamente, foram implantados leis, regulamentos e programas especiais para favorecer a difusão e a consolidação do novo modelo (MOURÃO, 2000, p. 165). Na Amazônia, como foi visto, a “modernização conservadora” se consolidou principalmente através da criação de políticas de desenvolvimento com base nas grandes empresas agropecuárias, tendo o crédito subsidiado para incentivos fiscais como principal instrumento dessa política.

A década de 80, marcada pela recessão econômica e pela crise do “milagre”, assistiu à promulgação da nova Constituição da República, sinalizando para importantes mudanças de ordem econômica e social. Nesta década, como ressaltara Costa, foram publicados os resultados do Censo Agropecuário de 1985 e da única e breve experiência da Sudam de um programa voltado para o campesinato: o *Programa de Produção de Alimentos*. Houve também a assimilação da questão ambiental nas questões regionais e o fechamento de um ciclo de desenvolvimento do sindicalismo de trabalhadores rurais na região (COSTA, 2000b, p. 94). Em 1985 foi lançado, pelo presidente José Sarney, o Plano Nacional de Reforma Agrária¹⁰⁷, em

¹⁰⁷ O Decreto 91.766, de 10 de outubro de 1985. É interessante observar, que foi também nesta década que a mídia iniciou a veiculação de alguns programas jornalísticos e publicações voltados para o “homem do campo”. “Em 1980 foi ao ar o primeiro programa *Globo Rural*, que marca nova forma de difusão de tecnologia, entrando diretamente na casa do produtor. A revista *Globo Rural* foi lançada em 1985, na esteira do sucesso do programa televisionado (HOMMA, 2003, p. 169).

meio a ocorrência de graves conflitos agrários na Amazônia, particularmente no Pará (resultantes da política governamental da década anterior¹⁰⁸).

Já na década de 90, destacaram-se algumas inovações tecnológicas voltadas para a produção familiar rural, como o estabelecimento de práticas de manejo florestal; a ampliação de experiências com sistemas agroflorestais e produtos extrativos não-madeireiros; e o desenvolvimento de um protótipo de triturador de capoeira (desenvolvido pela Embrapa Amazônia Oriental)¹⁰⁹ (HOMMA, 2003, p. 196). Em janeiro de 1995, em decorrência de reivindicações de entidades representativas da produção familiar rural, como GTA, Contag e Fetagri, entrou em vigor o acordo de doação para os Projetos Demonstrativos tipo PD/A, um componente do programa financiado pelo PPG-7, especificamente ligado a propostas inovadoras apresentadas por organizações da sociedade civil. Em 1997 foi criado o então Ministério Extraordinário da Reforma Agrária (depois denominado Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA), logo após o “massacre dos sem-terra” em Eldorado do Carajás¹¹⁰.

O modelo de desenvolvimento para a Amazônia a partir da entrada do século XXI, como ressaltado por Homma, tende a caminhar no sentido da mudança do enfoque do “vazio a ocupar” (das décadas anteriores) para o “vazio a preservar”, marcado pela preservação ambiental e sob a abrangente denominação de “desenvolvimento sustentável” (HOMMA, 2003, p. 242). Desta forma, as

¹⁰⁸ Sobre conflitos agrários no Pará ver Almeida (1984), Costa, L.(1999). Sobre número de mortes no campo consultar a *homepage* da Comissão Pastoral da Terra: <www.cpt.org.br>.

¹⁰⁹ O Shift Capoeira (*Studies of Human Impact on Forest and Floodplains in the Tropics*) é um projeto desenvolvido desde 1991 pela Embrapa Amazônia Oriental, em parceria com o governo da Alemanha. “O projeto foi dividido em duas etapas - na primeira fase, de 1991 a 1995, as pesquisas foram direcionadas para a compreensão da função da vegetação secundária no sistema de produção. A segunda fase do Projeto (de 1995 a agosto de 1999) foi direcionada para o preparo de área sem queima, substituída pela trituração da vegetação. Para realizar a fragmentação do material originado da vegetação secundária foi desenvolvida uma trituradeira móvel (“tritucap”) idealizada pelo Instituto de Engenharia da Universidade de Gottingen, obedecendo à demanda ecológica e econômica dos pequenos produtores que praticam a agricultura de corte e queima no Nordeste do Pará” (KATO *et al*, 1999 apud SILVA, 2003, p. 43). Convém observar no entanto, que apesar do desenvolvimento do protótipo, sua produção industrial e comercialização ainda não foram implementadas.

¹¹⁰ Um resumo do acontecimento e uma visão sobre a violência rural no Pará nos anos 80 e 90 pode ser encontrada em Costa, L. (1999). Sobre o número de ocupações, áreas ocupadas, situação dos acampamentos e assentamentos do MST ver <www.mst.org.br>. Ver também a *homepage* da Contag sobre a temática conflitos agrários e luta pela terra: <www.contag.org.br>. As metas de assentamentos de trabalhadores rurais pelo

organizações ligadas aos agricultores familiares têm incorporado progressivamente a proteção ambiental às suas reivindicações, aliada à melhoria das condições de vida no campo (transporte, educação, moradia e saúde), com enfoque para produção e comercialização agrícolas.

O próximo tópico tem por objetivo apresentar os principais aspectos desta trajetória no caso paraense, ressaltando as conquistas políticas e econômicas obtidas nas últimas décadas.

Fechando o foco: a agricultura familiar no Pará

A agricultura familiar, através de suas instituições representativas (como os STRs e a Fetagri), foi paulatinamente conquistando seu espaço político e readequando o jogo de forças com os demais campos. No entanto, trata-se ainda de um processo lento, dado o desequilíbrio econômico e político existente. Os conflitos agrários que marcaram as décadas de 70 e 80 no Pará são um exemplo. O fortalecimento institucional da agricultura familiar no Estado tem deixado marcas visíveis desde a década de 50. Segundo Acevedo & Guerra (1990), a formação de associações de colonos e trabalhadores agrícolas pode ser observada principalmente na região Bragantina, onde havia uma maior concentração de agricultores e facilidade de acesso aos centros consumidores. “Essas entidades organizavam-se em torno da discussão dos preços agrícolas e da garantia da permanência do agricultor na terra, chegando a se engajar na Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Isso levou à formação de uma Comissão Estadual e à fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (Ultap) nos anos 50” (TURA, 2000, p. 273).

Na década de 60, com a conquista do reconhecimento legal da organização sindical de camponeses pelo Ministério do Trabalho, as associações foram perdendo espaço gradativamente para os sindicatos, que se dedicavam, basicamente, à administração dos recursos do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

programa de reforma agrária do governo federal podem ser consultadas na *homepage* do Ministério do

(Funrural)¹¹¹. No Pará, o primeiro STR legalmente reconhecido foi o de Castanhal, em 1967, e cerca de um ano depois foi fundada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri). Até 1970, 13 STRs haviam sido fundados no Estado (ACEVEDO & GUERRA, 1990). Assim como os STRs, o governo militar também incentivou a criação de associações, cooperativas e caixas agrícolas para atuarem na distribuição de insumos e equipamentos, através dos serviços de assistência técnica e extensão rural. Entretanto, conforme assinalou Tura, elas “mantiveram-se dispersas e com a atuação descontínua” (TURA, 2000, p. 274).

A partir da metade da década de 70, a estrutura sindical de cunho assistencialista começou a ser questionada, culminando na década seguinte e em âmbito nacional, com um redirecionamento político de suas atividades em vários municípios, o que levou à fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no início dos anos 80¹¹², quando também foi fundado o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

No Estado do Pará, ganha força o Movimento de Oposição Sindical, que em 1987 consegue assumir a direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá (Fetagri), tornando-se a primeira federação do país a ser conquistada por um grupo de oposição na área rural. O novo sindicalismo de tipo “cutista” percebia o sindicato como um instrumento de mobilização, reivindicação e transformação da sociedade (TURA, 2000, p. 275). Outras formas de organização e

Desenvolvimento Agrário (MDA): <www.mda.gov.br>.

¹¹¹ A Previdência Social no campo foi instituída em 1963, através do Estatuto do Trabalhador Rural, mas sua implementação ocorreu a partir de 1967, com a assistência médico-social. A partir da criação do Funrural (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), criado em 1971, e abrangendo serviços de saúde e social, aposentadoria (por velhice ou por invalidez), pensão e auxílio funeral, ocorreu sua efetiva instauração. Leonilde de Medeiros observa que “antecedendo a essa legislação já havia a Lei de Valorização da Ação Sindical, promulgada em dezembro de 1970. Este decreto presidencial estabelecia prioridade para uma política de ação sindical que se propusesse a estimular a participação dos sindicatos, dando maior peso na política social [principalmente médica e odontológica] e objetivos de assistência social e assistência sindical [concessão de empréstimos financeiros para construção e reforma de sedes, clubes, ambulatórios etc]”. A autora constata, no entanto, que apesar das Ligas Camponesas, formada por associações e sindicatos nos anos 50 e 60, já combinarem as práticas organizadoras e reivindicativas com atividades assistencialistas, com a nova conjuntura (Ditadura Militar) as práticas assistencialistas tornaram-se dominantes nos sindicatos. “Os resultados foram perversos. Propiciando atendimento ao trabalhador numa esfera onde as carências eram enormes, este era atraído para o seu sindicato, permitindo um contato com a entidade, mas, ao mesmo tempo, conformando uma imagem dela vinculada ao Funrural e não à defesa de seus interesses”(MEDEIROS, 1989, p.96).

¹¹² Sobre sindicalismo rural, ver Medeiros, 1988 e 1989; e Novaes, 1991.

“resistência” também se fizeram representar nesta década, constituindo novas identidades políticas (seringueiros, indígenas, atingidos por barragens e sem-terra) relacionadas aos impactos negativos de projetos governamentais sobre as relações de trabalho, estrutura fundiária e meio ambiente (TURA, 2000, p. 275).

O final dos anos 80 e começo dos anos 90 foram marcados por novos questionamentos, desta vez, internos. Os STRs enfrentavam problemas financeiros, sócios ausentes - que muitas vezes optavam por se ligar a associações e cooperativas de pequenos produtores -, deficiência na formação política de antigas e novas lideranças, e dificuldade em lidar com demandas econômicas (como linhas de crédito), entre outros entraves (TURA, 2000, p. 276). As mudanças que se fizeram sentir durante a década buscaram superar ou amenizar muitos desses problemas, através da formulação e implantação de propostas alternativas de desenvolvimento que contemplassem a articulação das dimensões econômicas, sociais e ambientais. A discussão sobre o Proambiente, que foi implementado a partir de 2004, é um exemplo¹¹³.

Os “Gritos”, surgidos inicialmente no Pará, deram voz às demandas dos agricultores familiares, abrindo-lhes novos canais de interlocução¹¹⁴. Mobilizações anuais promovidas pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, os *Gritos* têm por objetivo encaminhar propostas de política agrícola e agrária, discutindo-as diretamente com os órgãos responsáveis.

(...) constituem [-se] inovação de grande significado, uma vez que conformam formas de interação entre subalternizados e estruturas de poder que rompem com alguns dos mecanismos fundamentais da reprodução do

¹¹³ “O Proambiente é resultado da ação das organizações ligadas aos trabalhadores rurais da Amazônia, que reivindicavam incentivos fiscais específicos direcionados ao manejo sustentável da propriedade, visto que as linhas de crédito tradicionais não financiam projetos com essas características. A proposta do programa foi realizada por um grupo de entidades de pesquisa em conjunto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Tendo buscado as experiências inovadoras desenvolvidas pelos pequenos agricultores em suas organizações, em vários locais das Amazônia, as entidades elaboraram a proposta técnica de funcionamento do programa” (SILVA, 2003, p. 43). A proposta do Proambiente foi apresentada ao Basa durante o “Grito da Amazônia 2000”, com o objetivo de “adequar as linhas de crédito destinadas à produção familiar rural que existiam na região, transformando-as em linhas de crédito socioambientais”. (Fonte: <http://www.fase.org.br/admin/preview.asp?conteudo_id=503>. Sobre o Proambiente consultar <www.fase.org.br>).

¹¹⁴ Sobre os “Gritos”, além do citado Tura (2000), ver também TURA, Letícia R. *Gritos do Campo: reconhecimento político e exercícios de cidadania no Pará*. Rio de Janeiro: PPGS/IFCS/UFRJ, 1996. Mimeo.

poder tradicional e oligárquico na região (e no Brasil, diga-se em complemento) (COSTA, 2000a, p. 214).

O primeiro Grito, denominado *Grito do Campo*, foi organizado pelo Comitê Rio Maria¹¹⁵. Cerca de três mil agricultores, pescadores e extrativistas reuniram-se em Belém para uma manifestação contra a violência e a impunidade. O Grito também incorporou uma proposta de crédito para agricultura familiar que foi apresentada ao BASA, sugerindo alterações nas normas de aplicação do FNO (Fundo Constitucional do Norte)¹¹⁶. Em 1991, como resultado desse processo, foi instituída uma linha de crédito diferenciada para a produção familiar rural: o FNO-Urgente, denominado posteriormente de *FNO-Especial*. A partir de 1994, os *Gritos* tomam uma dimensão nacional, somando-se às diferentes lutas que vinham ocorrendo no restante do país. Esta ação nacional, articulada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), ficou conhecida como *Gritos da Terra Brasil* (TURA, 2000, p. 38).

Como observado por Costa, a partir do Pará e depois por toda a Amazônia, os *Gritos* levaram às instituições do Estado um projeto próprio de desenvolvimento do espaço social agrário, no qual os produtores familiares poderiam desempenhar o

¹¹⁵ Um fórum de entidades contra a violência e a impunidade no campo e na cidade, composto pela CUT, Fetagri, OAB-PA, Comissão de Bairros de Belém (CBB), Fase, Universidade Popular (Unipop), CPT, CNBB, Igreja Luterana, Sociedade Paraense pela Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), PT, PSB, PCdoB e PSDB (TURA, 2000, p. 31).

¹¹⁶ Os Fundos Constitucionais, criados com a Constituição de 1988, “pretendem ser um instrumento alternativo de política econômica para os mini e pequenos produtores e empresários, privilegiando o uso de mão-de-obra e matéria-prima locais, a produção de alimentos básicos e o consumo interno. Pelo disposto em lei, os mini e pequenos produtores rurais e empresários são o alvo prioritário do financiamento (art. 3.º, III)” (TURA, 2000, p. 30). A Lei 7.827, de 29 de setembro de 1989, criou o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO.

Diferenças entre as diretrizes do FNO e outras políticas de desenvolvimento.	
FNO	Outras Políticas
Diferenciação e autonomia das regiões na gestão dos fundos.	Centralização das decisões no Governo Federal.
Prioridade para micro e pequenos produtores e empresários.	Prioridade aos grandes capitais regionais, nacionais e internacionais.
Incentivo à produção de alimentos básicos e para o consumo interno.	Incentivo à produção de matérias primas e insumos para indústrias de outros estados e países.
Favorecimento às atividades de matéria-prima e mão-de-obra local.	Favorecimento a “Grandes projetos” de agropecuária extensiva, de monocultura e de exploração dos recursos naturais.
Crédito diferenciado dos normalmente adotados pelos bancos.	Subsídios e incentivos fiscais.

papel principal. No entanto, isto foi feito dentro dos limites do conhecimento que possuíam “de si próprios e dos seus antagônicos, das possibilidades e dos limites respectivos frente aos novos ideários de desenvolvimento que vinham tomando força” (COSTA, 2000a, p. 215).

Outros importantes acontecimentos na década de 90 para a agricultura familiar foram a fundação do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), em 1991, que passou a influenciar as políticas públicas voltadas para a região, e a criação do *Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica - MPST* (denominado também Fundação Viver, Preservar e Produzir), com sede em Altamira¹¹⁷.

A produção familiar rural no Pará

A par das citadas dificuldades enfrentadas para garantir seu reconhecimento político e social, a agricultura familiar tem obtido um desempenho econômico significativo quando comparada a outras categorias do campo rural. Conforme Costa, que analisou os dados censitários de 1995 relativos ao total da produção animal e vegetal no Estado do Pará, os percentuais atingidos pela produção familiar são bastante expressivos se comparados aos das fazendas¹¹⁸ e latifúndios empresariais¹¹⁹.

GASPARIN *et al*, 2001, p.5.

¹¹⁷ Entidade civil sem fins lucrativos com área de atuação em 12 municípios na região da Rodovia Transamazônica, no Estado do Pará, a FVPP tem como seu principal papel político a articulação das organizações sociais ao longo da rodovia. Além disso, cumpre a função de contribuir para o planejamento do “desenvolvimento sustentável” da região. Suas ações, desta forma, visam a utilização sustentável dos recursos naturais, tendo como principais protagonistas os agricultores familiares. “Uso Sustentável dos Recursos Naturais na Transamazônica e Xingu”, s/d., folder produzido pela FVPP.

¹¹⁸ “Por *fazenda* entende-se o estabelecimento cujo titular tem, no comportamento e decisões, as características atribuídas por Antônio Carlos Kfoury Aida e Roberto Mário Perosa Junior ao “fazendeiro antigo... [que]...é, em menor grau, encontrado nos dias de hoje” (AIDAR e PEROSA, 1998, p.36-37). Trata-se de agente que personifica uma racionalidade mais próxima do capital mercantil, perseguindo lucro por fórmulas de maximização assentadas na “busca da manutenção de seu patrimônio, terra e gado, bem como da garantia de algo que poderíamos definir como ‘subsistência de luxo’. A finalidade é manter um elevado padrão de consumo para o fazendeiro e sua família, em nenhum momento implicando na dilapidação de seu patrimônio, fonte de segurança e poder político” (op. cit. p. 37). Nos estabelecimentos com traços de fazenda a presença do grupo familiar responsável é constante, tanto na gestão quanto em atividades de caráter produtivo mais direto. O fundamental do trabalho é, contudo, proveniente de assalariamento ou de formas de parceria” (COSTA, 2000b, p. 68)

¹¹⁹ “O *grande latifúndio empresarial* é um estabelecimento rural cujo *uso* ou *não uso* da terra e dos recursos naturais sob sua égide resultam de critérios empresariais e capitalistas. As decisões a ele inerentes são orientadas por rentabilidade média e custo de oportunidade de aplicação do capital equivalente, do que faz parte a análise

Os *camponeses* representam 64,4% do Valor Bruto da Produção (VBP) total da produção animal e vegetal, 86,2% do VBP agrícola, 42,3% do VBP pecuário¹²⁰, 72,9% do extrativismo e 12,3% da silvicultura. Eles ocupam 89,8% dos trabalhadores no setor como um todo e, mesmo obtendo 96,6% de sua força de trabalho na base familiar, pagam 36% da massa de salários total, além de absorverem 45% do valor de todos os insumos consumidos no setor. As *fazendas* produzem 27% do VBP da pecuária de grandes animais, participando com 47% do VBP; no total, esses estabelecimentos empregam apenas 9% dos trabalhadores ocupados no setor. Os grandes *latifúndios empresariais* participam com 8,5% de produção animal e não mais que 1,3% dos trabalhadores ocupados no setor. “O setor de produção animal e vegetal no Pará é, isto posto, predominantemente camponês” (COSTA, 2000a, p. 280).

Segundo o autor, as estruturas *camponesas* assentam-se predominantemente na agricultura (51,1% do valor do que produzem, dos quais 14,1% das lavouras permanentes e 34,5% das lavouras temporárias) e secundariamente na pecuária (27,9%) e no extrativismo vegetal (20,8% do total). As *fazendas* dependem predominantemente da produção animal (69,1% do valor do que produzem), sobretudo da pecuária de grande porte (55% do valor total do que produzem), e secundariamente da agricultura (16,2%) e da extração vegetal (14,6%), e os *latifúndios empresariais*, tanto quanto as *fazendas*, dependem fundamentalmente da produção animal, mais particularmente da pecuária de grande porte (68,3% do valor daquilo

sistemática entre possibilidades atuais e futuras. Aqui encontram-se tanto estabelecimentos que são frações de capital produtivo, com técnicas predatórias ou não, ou meras extensões de terras improdutivas. Em qualquer dos casos os destinos destes estabelecimentos resultam de decisões empresariais, mediante as quais a propriedade rural nada mais é que um item de *portifólio*, um ativo que não se distingue, em essência, dos demais componentes da carteira que organiza a reprodução de uma parcela (no geral grande) de capital” (COSTA, 2000b, p. 67).

¹²⁰ “De acordo com Veiga (1996), o crescimento da pecuária passou a ocorrer em maior escala entre os produtores familiares rurais, no final dos anos 80 e início dos anos 90. Em quase toda a região amazônica, a criação do gado bovino era uma atividade típica de médios e grandes produtores. Entretanto, nas regiões de ocupação mais recente, vêm-se verificando, nos últimos anos, uma tendência mais expressiva de introdução da pecuária nos sistemas de produção familiar, promovendo alterações nas estratégias de uso dos solos” (MOURÃO, 2000, p. 147). Prossegue a autora: “por outro lado, as limitações que cercam a produção familiar rural nessas áreas, como escassez de mão-de-obra, ausência de infra-estrutura, dificuldades de comercialização e acesso ao crédito são fatores que poderiam reforçar esse objetivo. Além disso, outra importância da criação bovina para a produção familiar está no fato de esta servir como “poupança” para a família. Ou seja, o gado no pasto significa possibilidade de obter dinheiro de uma forma mais rápida, num momento de urgência” (MOURÃO, 2000, p. 148).

que produziam em 1995), e ainda da extração vegetal (11,9%), da agricultura (10,1%, dos quais 7,3% de culturas permanentes) e da silvicultura (9,1%) (COSTA, 2000a, p. 249). Isto acaba se revertendo em uma diferença expressiva entre a rentabilidade líquida total por unidade de área – ou Índice de Intensidade do Uso do Solo – da produção camponesa e as outras formas de produção: R\$ 142/ha, R\$ 31/ha e R\$ 6/ha para, respectivamente, camponesas, fazendas e latifúndios empresariais (COSTA, 2000a, p. 282).

No entanto, se o conjunto da agricultura familiar apresenta resultados expressivos do ponto de vista da produtividade e do uso intensivo do solo, esses números não têm se refletido em poder simbólico, para usarmos os termos de Bourdieu. A agricultura familiar, através de suas instâncias de representação, como foi visto anteriormente no caso do Pará, tem conseguido a “duras penas” legitimar suas demandas por crédito, justiça e assistência técnica.

Além disso, a produção de conhecimento voltada para agricultura familiar na Amazônia ainda não tem suprido ou correspondido às demandas do setor. Conforme, Costa (1998) e Gasparin *et al* (2001), isso se explica, principalmente, pelo fato das pesquisas desenvolvidas nas áreas de Ciência e Tecnologia terem privilegiado historicamente a agricultura monocultora de larga escala e a pecuária. Implicando, desta forma, em uma série de problemas relacionados à assistência técnica e extensão rural (cujo paradigma dominante ainda é o da Revolução Verde¹²¹), elaboração de projetos inadequados às características dos ecossistemas de diferentes áreas e inadimplência dos agricultores.

“Assim, a existência de poucas pesquisas voltadas para a produção familiar rural aumenta ainda mais os desajustes com a realidade” (GASPARIN *et al*, 2001, p.22). O caso da Embrapa é ilustrativo. Segundo Costa (1998), as pesquisas realizadas

¹²¹ “A Revolução Verde significava um modelo de modernização da agricultura mundial. Utilizando um “pacote tecnológico” que envolvia mecanização, uso de variedades geneticamente melhoradas, fertilizantes, pesticidas, herbicidas e irrigação, este modelo tinha como objetivo maximizar a produtividade agrícola. Por ser baseada em tecnologias genéricas (fertilizantes químicos, equipamentos, agrotóxicos e poucas espécies plantadas), a Revolução Verde pode ser difundida em praticamente todos os lugares do mundo” (MOURÃO, 2000, p. 165).

pela instituição (principal agência pública responsável por pesquisas voltadas para a agropecuária) não têm atendido às demandas da produção familiar paraense. Convém não esquecer que a Embrapa é vinculada diretamente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que possui estratégias e objetivos diferenciados em relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Mourão adverte que ao se basear nas recomendações técnicas da Embrapa, a assistência técnica se vê limitada a elaborar projetos voltados para o produto e não para o sistema de produção. Como consequência, esses projetos geralmente não levam em consideração as necessidades e o potencial dos agricultores familiares, situados em regiões diferenciadas e com características específicas; assim como os conhecimentos destes na elaboração e desenvolvimento dos projetos¹²² (MOURÃO, 2000, p. 167). Em se tratando do FNO-Especial, por exemplo, “para a maioria dos produtos que crescem em importância econômica, não se desenvolvem pesquisas suficientes ou estas se desenvolvem de forma insuficiente”. Como foram os casos do côco, laranja e café (COSTA 1998 apud MOURÃO, 2000, p. 167).

O pesquisador Alfredo Homma, um dos mais conceituados nomes da instituição, já havia observado que as constantes mudanças de prioridades pelos órgãos de pesquisa (incluindo-se aí a Embrapa) “tendem a desconhecer as reais necessidades das comunidades locais”¹²³. Ele assinala que essas novas prioridades são decorrentes de pressões políticas nacionais (como a “abertura de rodovias no passado e de eixos de desenvolvimento no contexto atual”) e internacionais (“como a

Sobre os problemas relacionados à assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar paraense, consultar Mourão, 2000; Tura e Costa, 2000; Smith *et al*, 1996; e Smith, 2001 e 2003.

¹²² No entanto, tem se percebido nos últimos anos uma predisposição institucional da Embrapa para readequar esta tendência histórica, particularmente com o início do governo Lula, em 2003. A cerimônia de posse da pesquisadora Tatiana de Abreu Sá à frente da Embrapa Amazônia Oriental, ocorrida em 26/05/03, é ilustrativa. Na ocasião, o diretor-presidente da Embrapa, Clayton Campanhola, ressaltou a priorização da Agricultura Familiar entre os projetos de pesquisa e desenvolvimento da instituição, acrescentando que, “pela sua importância social, a Embrapa tem compromisso e obrigação de atender esse público com mais ênfase” (<<http://www.embrapa.br:8080/intranet/nde.nsf/0/c50dd3eb1a73916c83256dad00611e73?OpenDocument>>. Em 2003, a Embrapa Amazônia Oriental desenvolvia 21 projetos voltados para a agricultura familiar, entre eles, o já citado Shift Capoeira (<http://www.fase.org.br/conteudo.asp?secao_nome=&conteudo_id=870>). O conjunto dos projetos desenvolvidos pelos pesquisadores da instituição podem ser consultados em <www.cpatu.embrapa.br>. Ver também Costa, 1998a.

redução dos desmatamentos e queimadas”) (HOMMA, 2003, p. 247). Deste modo, a inserção da pesquisa agrícola no contexto de desenvolvimento da Amazônia estaria pautada por uma mudança no enfoque “do vazio a ocupar versus o vazio a preservar” (HOMMA, 2003, p. 250).

Muitas dessas prioridades são demandas governamentais, decorrentes de caprichos de políticas públicas ou até de vontades pessoais, que terminam prejudicando o desenvolvimento adequado da pesquisa na Amazônia, sem condição e tempo para readaptação a novas áreas de ciência e tecnologia. As flutuações nas demandas de pesquisa tendem a formar vácuos tecnológicos, cujo reinício implica pesados prejuízos de tempo e formação de novas equipes e de recuperação das conquistas anteriores (HOMMA, 2003, p. 247).

A ajuda externa na pesquisa e os editais competitivos, prossegue Homma, têm se caracterizado pela unilateralidade e drenagem de recursos nacionais para fazer contrapartida aos projetos financiados. “Com isso, as propostas internacionais terminam imiscuindo-se nas prioridades nacionais e na condução de atividades com fins duvidosos para os produtores. Cria-se a falsa concepção de que a ajuda externa é que vai resolver os problemas da Amazônia, quando na realidade isso depende da própria população local na busca de soluções” (HOMMA, 2003, p. 247). O limitado apoio institucional, através da pesquisa agrícola aplicada para a agricultura familiar, tem, desta forma, se refletido nos segmentos institucionais correlatos, responsáveis pela assistência técnica e pelo crédito agrícola direcionado e diferenciado. As duas citações abaixo levantam importantes aspectos desta questão.

A ênfase no apoio institucional da pesquisa solicitada para convalidar determinados propósitos da classe empresarial, de assegurar empreendimentos duvidosos ou de fazer frente a pressões ambientais das ONGs e dos governantes acaba minando os parcos esforços das instituições de pesquisa. O enfraquecimento das instituições correlatas do setor público e do cansaço institucional, como a extensão rural, planejamento, dados básicos, etc criam um vácuo que conduz a uma tragédia coletiva, com desvio de atividades das instituições de pesquisa (HOMMA, 2003, p. 248).

As linhas de crédito precisam estar integradas aos projetos estratégicos de desenvolvimento da região, baseados na ação dos Produtores Familiares Rurais. E aí a lógica tem de ser invertida: não é o(a) produtor(a) familiar que

¹²³ Ressalte-se também iniciativas de C & T (Ciência e Tecnologia) na direção contrária, com enfoque para agricultura familiar, como a criação do curso de mestrado em Agriculturas Familiares Amazônicas, no Centro Agropecuário da UFPA, no dia 5 de fevereiro de 1996.

precisa sair implorando um creditozinho ao agente financeiro (geralmente ligado ao poder público) (...). O agente financeiro é quem deve propor o crédito adequado para o desenvolvimento de projetos que garantam o investimento porque asseguram previamente preço mínimo e até mercado (isso é o que o Estado faz com a agricultura empresarial, mas só repassa para o pequeno o que faz de errado com o grande, como é o caso do pacote verde). É inexplicável que fique a cargo do pobre agricultor a definição do projeto, o convencimento da instituição financeira, a negociação com a assistência técnica, a busca de mercado e todos os riscos do empreendimento (FALEIRO & GASPARIM, 2000, p. 16).

Apesar dos problemas levantados acima, o campo da agricultura familiar, através de suas instituições representativas, tem feito críticas (como os citados “Gritos da Terra”) ao atual modelo de desenvolvimento agrícola, ainda baseado nos princípios da Revolução Verde, além de “oferecer” alternativas políticas e econômicas (como o Proambiente). A questão ambiental está presente entre elas e é sobre isso que trarei a seguir.

O impacto da produção familiar sobre o meio ambiente

As noções sobre responsabilidade pelos “danos ecológicos”, tema recorrente a partir principalmente de meados da década de 80, se constituíram, segundo Santos, em uma das razões principais “de certa frieza no relacionamento entre o movimento camponês, que negava responsabilidade no prejuízo, e o movimento ambientalista, que nela insistia” (SANTOS, 1992, p.31). O desmatamento¹²⁴ e as queimadas seriam as causas principais desse “estranhamento”. O autor observou, baseando-se em pesquisas realizadas por Donald Sawyer¹²⁵, que os danos ao meio ambiente eram também de responsabilidade objetiva dos pequenos produtores, em uma proporção de cerca de 10% em relação à devastação promovida por grandes empresas e obras governamentais (SANTOS, 1992, p. 31).

¹²⁴ “A equipe liderada pelo pesquisador do INPE, A. T. Tardin, foi a primeira a quantificar a área desmatada da Amazônia [em 1980], com base em imagens Landsat-MSS de 1975 e 1978. Essa equipe concluiu que somente 28.595,3 Km² da Amazônia foram desmatados em 1975 e 54.130,0 km² em 1978. Esse trabalho foi questionado por Phillipe M. Fearnside como aquém da realidade, principalmente pelas dificuldades técnicas em se poder distinguir floresta primária de secundária por meio de imagens do Landsat” (HOMMA, 2003, p. 171).

¹²⁵ SAWYER, Donald Rolfe. *Campeinato e Ecologia na Amazônia. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza*. set. 1991. Mimeo.

A maior parte do desmatamento, conforme demonstrou Fearnside (2001), pode ser atribuída a grandes ou médios fazendeiros. Cerca de 30,5% do desmatamento em 1990 e 1991 foram responsabilidade de agricultores familiares (FEARNSIDE, 2001, p. 183). Segundo o autor, mais da metade (59% em 1995 e 53% em 1996) da área de desmatamentos foi feita por grandes e médios fazendeiros, uma vez que nenhum agricultor familiar consegue desmatar uma área próxima a 100ha em um único ano. “Famílias de pequenos agricultores só são capazes de derrubar aproximadamente 3ha/ ano com mão-de-obra familiar (FEARNSIDE, 1982) e isto é refletido no comportamento de desmatamento em áreas de assentamento” (FEARNSIDE, 1987b apud FEARNSIDE, 2001, p. 184).

Apesar da citada “frieza” em relação à culpabilidade pelos danos ambientais, Castro (1992) já havia notado que as organizações representativas de trabalhadores rurais incorporaram de “forma exemplar a problemática ambiental”, refazendo suas práticas e sistemas agro-extrativos e respondendo com propostas alternativas ao aproveitamento dos recursos naturais compatibilizado com a melhoria de condições de vida. “Esse esforço visível em inúmeros grupos no campo aparece na formulação e execução de projetos com tecnologias alternativas – de produção, de comercialização, de beneficiamento dos produtos agro-extrativos. Mapeiam-se essas experiências da Amazônia Ocidental à Oriental”¹²⁶ (CASTRO, 1992, p. 78). A progressiva vinculação entre a aprovação de projetos de crédito e o cumprimento, por parte do beneficiário, de critérios ambientais (p.ex.: limite de 50% e mais recentemente [1996] de 20% de terras desmatadas¹²⁷, além do limite de desmatamento anual fixado em 3 hectares) reforçaram ainda mais esta postura dos agricultores (BROWN *et al*, 2001).

¹²⁶ Exemplos de iniciativas recentes já citadas são o *Projeto Roça Sem Queimar* da Fundação Viver, Produzir e Preservar, de Altamira-PA; e o Proambiente.

¹²⁷ O lançamento da Medida Provisória 1.511, de 25 de julho de 1996, que faz parte do conjunto de medidas que ficou conhecido como “pacote ecológico”, estabeleceu o aumento de 50% para 80% das áreas passíveis de preservação, dando nova redação ao Código Florestal. O Decreto 1.963, de 25 de julho de 1996, que também partiu do “pacote ecológico”, suspendeu novas autorizações e concessões para a exploração de mogno e virola e estabeleceu prioridades para o deslocamento de incentivos fiscais e propostas de criação de novas florestas nacionais (HOMMA, 2003, p. 213).

Se por um lado o governo federal se protege das críticas criando peças de legislação ambiental "modernas" e preservacionistas, mas em boa medida descoladas da realidade política, econômica e social das regiões onde elas devem se aplicar, assim como dos recursos financeiros, materiais e humanos que o próprio governo dispõe para aplicá-las. Por outro lado, os agricultores e suas organizações engajam-se fortemente no debate sobre a política agrária, mas abstêm-se da discussão sobre a legislação ambiental (...), a não ser por um apoio global à "agenda ambientalista" (...). Essa situação começa a mudar na medida em que os agricultores percebem que normas ambientais como o condicionamento do crédito ao respeito da reserva legal para a Amazônia de 80% da área da propriedade ameaçam colocá-los, na sua grande maioria, na ilegalidade, além de colocar em risco seu modo de vida (BROWN *et al*, 2001, p. 20).

Como ressaltara Castro, as estruturas organizativas de diversos grupos já integravam, no âmbito de sua cultura, práticas ecológicas de manejo. “Desta forma, as organizações do campo reagem a um discurso que tem sistematicamente obscurecido os reais causadores do desmatamento da Amazônia e da degradação ambiental” (CASTRO, 1992, p.79). A citação abaixo corrobora esta afirmação.

(...) havia uma preocupação de produzir de uma outra maneira, de como melhorar a produção. Até pela discussão da ECO-92, que os agricultores foram criticados dizendo que nós que fazíamos um buraco na camada de ozônio através das queimadas (membro da diretoria da FVPP - Altamira). (SILVA, 2003, p. 50).

Castro observou que a “percepção eco-social se monta sobre princípios de universalidade, de totalidade e de coletivismo” e que essas práticas provavelmente abririam espaços para uma outra economia política da natureza na Amazônia, em que o social fosse parte prioritária, como forma de efetiva solução para os problemas de pobreza e desenvolvimento (CASTRO, 1992, p. 78). O Proambiente, como foi visto, é um exemplo de política e proposta que segue nesta direção.

Convém também ressaltar, que o campo da agricultura foi fortemente influenciado pelo processo de modernização agrícola brasileira nos moldes da “Revolução Verde”, já citada neste texto, além, no caso da Amazônia, do próprio processo de migração incentivada, promovido pelo governo federal principalmente nos anos 70. Os migrantes que aqui chegaram (majoritariamente do nordeste e sul do país), ainda não conheciam o meio ambiente amazônico, tinham pouca familiaridade

com os ecossistemas tropicais, tiveram que se adaptar a uma natureza muitas vezes “inóspita e hostil”, que precisava ser “dominada” com trabalho. A interação com a floresta não se deu facilmente (COSTA R., 2002). Deste modo, o *habitus* do campo da agricultura familiar e de seus agentes carregam esta bagagem histórica, que também contribui para compor a visão sobre meio ambiente que perpassa o campo.

Além das questões econômicas, políticas, históricas, sociais e de geração de conhecimento levantadas acima, convém ressaltar também que as práticas agrícolas de cunho familiar são pautadas por um forte componente cultural, que integra o *habitus* de seus agentes e do próprio campo. O uso do fogo está entre elas e é sobre seu manejo e cálculo dos riscos decorrentes que tratarei a seguir.

A avaliação dos riscos do fogo acidental pelo agricultor familiar

O mês de junho marca a época em que muitas famílias de agricultores na Amazônia encontram-se na fase de planejamento para o preparo das roças. No final do mês de setembro, a “fase da broca” (corte dos sub-bosques) é encerrada e boa parte dos agricultores já terá feito a derrubada de árvores maiores com o auxílio de motosserras¹²⁸. Eles aguardarão a vegetação secar para queimá-la em outubro, época que o verão em municípios como Paragominas e Marabá estará bem acentuado¹²⁹. Os meses de outubro, novembro e dezembro, época de preparo da terra para o plantio e limpeza de pastos, é a época de maior intensidade de focos de queimadas acidentais nas cidades citadas. O risco de que essas venham a ocorrer, como constatado por Costa R. (2002), é avaliado por cada agricultor e torna-se o elemento motivador para adoção ou não de técnicas de prevenção. A autora concluiu que é a partir da frequência de queimadas acidentais, que o fogo deixa de ser percebido apenas como

¹²⁸ A broca e a derruba são as primeiras atividades da etapa de preparo de área, elas consistem na retirada da vegetação arbustiva e dos cipós para dar condições à derrubada de árvores maiores. “Em média, é após trinta dias da derrubada que ocorre a queima e, conforme a qualidade da queimada, poderá haver coivara ou não. A coivara só é realizada quando a queimada fica muito ‘ruim’, ou seja, quando restam muitos galhos sobre a terra, aí se faz necessário à junção dos galhos ‘mal’ queimados em vários pontos da área, para proceder a uma nova queima em forma de fogueira”. (COSTA R., 2002, p. 65).

instrumento agrícola utilizado na atividade de preparo e limpeza do terreno e passa a ser percebido como elemento determinante no planejamento do uso da terra, com estratégias de redistribuição de parcelas de produção e definição das técnicas de prevenção e controle do fogo.

“Logo, é a frequência e o significado dos prejuízos das queimadas acidentais que determinam alterações no processo de trabalho com a incorporação ou resgate de técnicas, na concepção de organização do espaço dos lotes e no tempo de realização de algumas atividades” (COSTA R., 2002, p. 137).

O agricultor irá reagir à existência de fogo “invasor” em sua área a partir de perdas significativas, que podem envolver cercas, culturas de ciclo longo em plena produção, pastos em uso, casas e matas. “São esses prejuízos que impulsionam as famílias a reagirem à condição do risco do fogo voltar a causar perdas” (COSTA R., 2002, p. 137).

As precauções ao fogo acidental incluem desde técnicas de preparo de área, como a forma de derrubar e desgalhar a vegetação cortada, até a construção de aceiros mais largos e varridas no dia da queima, a fim de evitar que o fogo ultrapasse a área escolhida. Além disso, evita-se o uso de áreas para roças nas proximidades de pastos e cultivos de ciclos longos, com o intuito de não haver prejuízos econômicos significativos nos plantios de interesse comercial. Quanto mais investimentos em parcelas produtivas nas unidades de produção, maior são os interesses por investimentos em estratégias de prevenção e controle do fogo nas queimadas, principalmente se a família já passou por situações de prejuízos causados pelo fogo “invasor” (NEPSTAD *et al*, 1999); (COSTA R., 2002).

As iniciativas podem ser incorporadas em dois grupos complementares: 1) prevenção, que envolve não fazer roças vizinhas a áreas de pasto e plantios, fazer aceiros mais largos com varridas, combinar com o vizinho local da roça, combinar com os vizinhos o dia da queimada, programar a queimada após pelo menos sete dias de uma chuva e fazer a queima em horários mais “frios” do dia (após às 14

¹²⁹ Os meses de estação seca variam progressivamente no sentido sul para o norte na Amazônia, ou seja, Mato Grosso é o estado que começa a época de queimadas, já no mês de julho.

horas); 2) controle do fogo, quando envolve a participação de vizinhos e parentes em pontos estratégicos para as observações do fogo durante a queimada, para fazer contra-fogo, para aceirar e apagar o fogo caso necessário (COSTA R., 2002, p. 113).

Segundo Costa R. (2002), o risco do fogo acidental, portanto, já está incorporado na maneira de conceber a ocupação espacial no sistema de produção. A autora observa que inicialmente são consideradas características como a qualidade do solo, tipo de vegetação e disponibilidade de água, principalmente para o caso da criação bovina, e, complementarmente a dimensão de risco do fogo “invasor”, relacionada à possibilidade de perdas/prejuízo. As famílias começam a determinar reservas de áreas de capoeiras e mata próximas a parcelas de pasto ativo, com intuito de servir de barreira ao fogo. Além disso, também é feita uma avaliação sobre a posição do vento em função da área de maior risco, pois se o sentido do vento proporcionar perigo, a área pode ser substituída por outra (COSTA R., 2002, p. 118).

As técnicas utilizadas podem começar desde o momento da derrubada das árvores e se traduzem pelo direcionamento das árvores cortadas para dentro da área a ser queimada e pela dispersão ou rebaixamento de galhos mais altos para evitar que fiquem amontoados e a faísca “pule”, levada pelo vento. Contudo, nem todas as famílias seguem essa lógica de preparo de área, pois outras consideram apenas o sentido da queda das árvores, deixando de considerar a distribuição destas depois de cortada (COSTA R., 2002, p. 120). Fazer roças emendadas é outra técnica utilizada em vários pontos da Amazônia. As vantagens estão ligadas a uma maior produtividade de trabalho de prevenção e controle do fogo, que prescindirá do aceiro na divisão dos lotes e contará com o envolvimento de duas famílias no dia da queimada. “Essa iniciativa normalmente parte daquela que já teve prejuízos com ‘fogo invasor’ e que também tem conhecimento de técnicas de prevenção” (COSTA R., 2002, p. 126).

Para os agricultores familiares, conforme constatado pela autora, o sistema técnico de prevenção e controle do fogo apresentado por algumas instituições governamentais e não governamentais não leva em consideração elementos que não estão sob o controle do agricultor, como a intensidade e a mudança no sentido do

vento no momento da queima. “O controle do produtor fica restrito ao que fazer, como fazer e quando fazer, que dependem de uma contínua observação para decidir sobre as técnicas e como aplicá-las, ou seja, definir as estratégias de ação” (COSTA R., 2002, p. 133). A não utilização de técnicas e/ou estratégias recomendadas pela fiscalização do Ibama se deve principalmente ao aumento de diárias que elas geram no trabalho de preparo de área ou pela não eficiência demonstrada em outras queimadas, este último elemento, é citado como o principal desestimulador da continuidade no uso destas, tais como aceiros e combinar com os vizinhos o dia da queimada (COSTA R., 2002, p. 134).

Soma-se aos fatores abordados por Costa R., o já mencionado risco à *eficiência reprodutiva* das famílias. Quando ele existe, devido, por exemplo, ao uso de técnicas de prevenção consideradas ineficazes, elas tendem a não ser adotadas pelos agricultores. Na mesma medida, se o risco está ligado à não adoção das técnicas, o que pode representar prejuízos irreparáveis (quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista político ou legal: multas e prisões), elas tenderão a ser adotadas, mesmo que isso signifique sobrecarga de trabalho e, em alguns casos, também ameace, em menor grau, a *eficiência reprodutiva* das famílias.

A partir da caracterização dos principais elementos do campo ambiental e do campo da agricultura familiar que contribuirão para compreensão das campanhas de prevenção ao fogo acidental (no âmbito da produção, circulação e recepção das informações) na Amazônia e, particularmente no Pará, seguirei em direção à análise. Vários autores do campo da comunicação e de campos afins, como a história e a semiologia, têm se dedicado a entender o papel da comunicação nas relações sociais, tomando o discurso como elemento central para esta compreensão. Passarei agora para apresentação do suporte teórico e metodológico que dará subsídios para a análise subsequente. O objetivo é introduzir alguns conceitos que serão constantemente utilizados, como os conceitos de “mediação”, “estratégia” e “tática”, além de me aproximar da comunicação voltada para intervenção social.

4. A ANÁLISE DAS CAMPANHAS

4.1 - Comunicação e Cotidiano

Durante muito tempo prevaleceu nas pesquisas em comunicação um paradigma cuja ênfase era posta na figura do emissor. Estava implícita uma dominação exercida pelo pólo emissor (os meios de comunicação de massa como parte de um sistema mais amplo de dominação) sobre o receptor, no caso, a massa a quem se dirigem os discursos elaborados e veiculados pela mídia. O modelo, conhecido no campo de estudos da comunicação como “modelo mecânico”, sugeria uma relação básica de poder, em que a associação entre passividade e receptor era evidente. Como observou, Mauro Wilton Sousa (1995), a idéia básica era de dois pólos em oposição.

As matrizes teóricas que forneceram este modelo de análise são as mesmas que tiveram ampla influência nas demais disciplinas das ciências humanas em geral: o funcionalismo (vertente positivista que tem como parâmetro o chamado modelo biológico da sociedade) e a teoria crítica, mas conhecida como Escola de Frankfurt. Herdeira do marxismo, esta escola se propõe a fazer uma releitura da obra marxiana à luz da realidade do século XX, sobretudo no que tange às transformações impostas ao operariado pela superestrutura capitalista (BRITO, 2004).

O modelo frankfurtiano, particularmente através do conceito de *indústria cultural*, contribuiu para formar a base da perspectiva de análise fundada no modelo mecânico, a qual contrapunha um emissor pleno de poderes de um lado, a um receptor reificado, transformado em mercadoria e instrumentalizado pelo sistema dominante, de outro¹³⁰.

¹³⁰ Convém, no entanto, observar que Walter Benjamin, também identificado como pertencente ao grupo de autores da Escola de Frankfurt, cujos nomes mais representativos são Adorno e Horkheimer, já trabalhava sob uma compreensão diferenciada e ativa do papel do receptor no processo comunicativo. “O *status* de pioneiro na valorização das dimensões perceptivas da cultura no processo de recepção, especulação ainda embrionária em sua obra, explica o sucesso de Walter Benjamin no campo da comunicação como uma fonte teórica a partir da

Nos anos 80, a América Latina passava por um importante momento político e social em decorrência de processos de transição democrática vividos na maioria dos países do continente. Foi também neste período que emergiu uma nova vertente de estudos na área de comunicação denominada *Teoria da Recepção*, que se alicerça no deslocamento dos estudos da comunicação para a esfera da cultura. Para Mauro Wilton Sousa (1995), a partir de Marx e Gramsci são apontados os caminhos de como cultura e ideologia, sempre segundo referenciais de classe social, encontram na sociedade civil o espaço de negociação do poder e, na sociedade política, o espaço de seu exercício. A cultura não é vista como secundando a dimensão político-ideológica, ao contrário, é resgatada sua autonomia no processo de negociação do poder.¹³¹

O conceito de *hegemonia* formulado por Gramsci, e que traz a idéia de conquista do consentimento, é um dos alicerces dessa mudança nos estudos de comunicação¹³², pois possibilitou pensar o processo de dominação social já não como uma imposição a partir de um *exterior* e sem *sujeitos*, mas como um processo no qual uma classe obtém a hegemonia, na medida em que representa/incorpora interesses das classes subalternas.

E 'na medida' significa aqui que não *há* hegemonia, mas sim que ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente num 'processo vivido', feito não só de força mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução e de cumplicidade. O que implica uma desfuncionalização da ideologia – nem tudo o que pensam e fazem os sujeitos da hegemonia serve à reprodução do sistema – e uma reavaliação da espessura do cultural:

qual é possível categorizar a experiência cotidiana em termos de experiência cultural — sobretudo no aspecto da representação visual do aspecto metropolitano configurado no século XX. (...) Essa interpretação será o ponto de conexão de Benjamin com os Estudos Culturais. Ao especificar o caráter mediador da cultura e dos meios de comunicação nela inseridos, o autor alemão aproxima-se bastante das teses de Martín-Barbero, Garcia-Canclini ou mesmo de Stuart Hall” (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 197).

¹³¹ Trabalhos de autores brasileiros, como o de Lins da Silva (1985), são bons exemplos que seguem por esse caminho.

¹³² Convém registrar também que a reflexão de Habermas, como observado por Barros Filho & Martino, contribuiu com o aporte teórico para uma valoração do papel da comunicação no entendimento das relações constituídas e constituintes do cotidiano. “O hábito cotidiano, objetivado no discurso, é o elemento propulsor da racionalidade social. A passagem da percepção, ou melhor, das impressões dos sentidos para um ato comunicativo — em outras palavras, a normatização racional com vista à ação — só pode ser levada a cabo a partir da estruturação do fenômeno real como um fenômeno lingüístico. Mais do que isso, a partir de uma teoria da ‘ação comunicativa’, isto é, tomando o ato da fala não apenas como uma matriz geradora de ações, mas como a ação em si. Essa ‘reviravolta lingüística’ é de vital importância por valorar adequadamente a comunicação social — entendida aqui em todas as suas formas — sem reduzir a análise à sociossemiótica do cotidiano” (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 210).

campo estratégico na luta para ser espaço articulador dos conflitos (MARTÍN-BARBERO,1997, p.104).

Especificamente no campo da comunicação, essa vertente caracteriza-se por operar uma ruptura com a idéia de determinismo na relação entre emissor e receptor, ou seja, sujeito e objeto. Os estudos da recepção buscam romper com o chamado “modelo mecânico”, referencial teórico e metodológico até então predominante nas pesquisas em comunicação, segundo o qual comunicar é fazer chegar um significado já pronto, já construído, de um pólo a outro.

Jesús Martín-Barbero observa que, no modelo mecânico, a recepção é um ponto de chegada daquilo que já está concluído, e não um lugar de partida. Ao receptor resta unicamente reagir aos estímulos que lhe são enviados pelo emissor. Na visão de Martín-Barbero, o modelo mecânico é baseado na tradição iluminista de educação, segundo a qual, desde o século XIX, a educação é um processo de transmissão de conhecimento para quem não conhece, ou seja, o receptor era sempre visto como uma espécie de recipiente vazio para depositar conhecimentos produzidos em outro lugar. Esse modelo de análise da comunicação é marcado, na opinião de Martín-Barbero, por um profundo moralismo, pois o receptor é colocado na posição de vítima, um ser manipulado, condenado ao que se quer fazer com ele (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Para autor, cujo pensamento mantém proximidade com a linha de Estudos Culturais de Birmingham¹³³ e com a obra de Bourdieu¹³⁴, essa nova perspectiva significa recolocar os problemas de comunicação em outro lugar, o dos processos

¹³³ Esta linha de estudos surge de forma organizada através do *Centre for Contemporary Studies (CCCS)*, fundado em 1964 por Richard Hoggart, que tinha como principal eixo de pesquisa, “as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais” (ESCOSTEGUY, 2000, p.138). Somavam-se “à análise frankfurtiana da cultura os métodos empiristas norte-americanos, fundindo o rigor metodológico e a elaboração teórica para a definição dos estudos em comunicação. Ao mesmo tempo, o eixo de trabalho deslocava-se mais uma vez: passando da produção (contexto) para a análise da mensagem (texto), buscava-se estabelecer as relações existentes na recepção — fruição de uma comunicação, sobrepondo o texto e o contexto para a compreensão global do processo” (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 211).

¹³⁴ Refiro-me especialmente aos conceitos de “campo” e “*habitus*” formulados por Bourdieu e já abordados neste texto.

socioculturais, por isso propõe o estudo dos fenômenos de comunicação através das *mediações*, ou seja, indica a entrada no campo pelo estudo das instituições, organizações e sujeitos, pelas diversas temporalidades sociais e multiplicidade de matrizes culturais (JACKS, 1999). Ver a comunicação a partir de *mediações* é concebê-la como uma interação entre diversas instâncias que, em maior ou menor escala, exercem um variado sistema de trocas e negociações (p.ex. o bairro, o local de trabalho e a família).

A mediação apresenta-se como o lugar onde se produz o sentido na comunicação (GÓMEZ,1998). “Assim, o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 258). Não apenas o uso dos meios é repensado, mas a própria estrutura da comunicação, partindo de modos de viver e fazer.

Introduz-se na esfera das práticas sociais cotidianas uma nova postura, que vai além da procura das significações e dos usos sociais atribuídos às coisas. “A comunicação pode ser vista com base nessas práticas, ou seja, nessa visão de cultura” (SOUSA, 1995, p.35). *Mediação* pode ser entendida, desta forma, como um conjunto de elementos que intervêm na estruturação, organização e reorganização da percepção da realidade em que está inserido o receptor, tendo poder também para valorizar implícita ou explicitamente esta realidade. “As mediações produzem e reproduzem os significados sociais, sendo o ‘espaço’ que possibilita compreender as interações entre a produção e a recepção” (JACKS, 1999, p.48).

A reflexão de Martín-Barbero parte do pressuposto de que a comunicação não se esgota no estudo dos meios de comunicação em si mesmos. Pensar a comunicação é vê-la como parte constitutiva das dinâmicas culturais, sociais, políticas e econômicas, pois uma teoria da comunicação deve incluir as práticas sociais de comunicação, ou seja, os espaços, os processos e os agentes sociais envolvidos nessa situação. Por isso, não elimina o lugar e o espaço do emissor,

portanto não o nega nem o inocenta, e faz o mesmo com relação ao receptor. Este último é buscado em seu contexto, no lugar social assimétrico que vem a ocupar perante o emissor.

Entender o receptor como parte ativa (mas não independente e tampouco auto-suficiente) na produção de bens simbólicos garante a compreensão mais próxima das situações reais (BARROS FILHO, 2003, p. 230). A recepção, desta forma, é o lugar para repensar o processo global de comunicação, não é a etapa terminal. O espaço da recepção é o espaço do conflito entre o hegemônico e o subalterno, entre as modernidades e as tradições, entre as imposições e as negociações (ESCOSTEGUY, 1997). “Isto também põe em relevo uma redefinição de cultura, compreendendo assim sua natureza comunicativa” (JACKS, 1999, p. 51).

Seguindo por um trajeto bastante convergente com as reflexões de Martín-Barbero, a vertente dos *Estudos Culturais* demonstra a necessidade de levar em conta tanto as rotinas de produção quanto as possibilidades de recepção, vistas como partes integradas de uma totalidade social anterior (BARROS FILHO, 2003, 220). Deste modo, conhecer o cotidiano é conhecer a cultura onde ela se concretiza, nas práticas e posturas dos indivíduos ou grupos. Também é onde algumas instituições básicas que estruturam o “campo cultural” atuam de forma mais expressiva, como a igreja, a escola e os meios de comunicação de massa (JACKS, 1999).

Esse paralelo teórico, conforme observado por Barros Filho & Martino (2003), assenta-se sobre uma base de preocupações comuns, ligadas às práticas e linguagens cotidianas. Assim como Bourdieu, os principais representantes da linha britânica dos Estudos Culturais, Raymond Williams, E.P.Thompson, Richard Hoggarts ou Stuart Hall privilegiam a prática cotidiana e suas motivações como objeto de estudo, enfatizando que a gênese das ações está vinculada a estruturas anteriores geradoras da conduta social¹³⁵.

¹³⁵Convém ressaltar, porém, algumas diferenças entre os métodos. Bourdieu empreende uma análise de cunho sociológico, enquanto que a análise “textual” é predominante em autores ligados aos Estudos Culturais. Segundo Barros Filho e Martino, essa diferença “encontra cruzamentos por vezes conflitantes, mas não chegam a comprometer o desenvolvimento dessa idéia. Os Estudos Culturais, em grande parte, foram influenciados pelo

A seguir, caminharei para algumas preocupações específicas dentre do campo da comunicação, relacionadas à sua “aplicação” estrategicamente planejada.

A comunicação voltada para intervenção social

Como já observará Araújo, políticas de comunicação são políticas de apoio à *intervenção social*¹³⁶ e, neste sentido, são políticas sociais. As práticas de comunicação das organizações correspondem à sua política de comunicação, que por sua vez, corresponde ao seu projeto de intervenção social. “Não podem, portanto, ser entendidas como um mero conjunto de técnicas e materiais, sendo avaliadas e aperfeiçoadas apenas por uma perspectiva instrumentalista” (ARAÚJO, 2000, p. 16-7). Desta forma, as práticas de comunicação que concretizam políticas dirigidas ao campo da agricultura familiar serão analisadas também a partir de sua construção discursiva, buscando compreender como estão ali propostas e pré-configuradas as relações sociais, que são também relações de poder.

A comunicação estabelecida com os agentes que compõem o campo da agricultura familiar está baseada em um método de trabalho que envolve reuniões e cursos nas próprias localidades, associados ao uso dos meios, sobretudo os impressos (cartilhas, cartazes, calendários, folders e outdoors) e o rádio. Em proporção bem menor são utilizados vídeos nas reuniões e produzidos anúncios institucionais para televisão. A modalidade de “campanha de comunicação”, caracterizada pela massiva difusão de informação, principalmente pela TV, foi empreendida apenas em um caso: o do Ministério da Agricultura, Pecuária e

marxismo, fontes nas quais Bourdieu também baseou-se para a construção de sua ampla elaboração teórica” (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 213).

¹³⁶ Incorporo e reproduzo a defesa feita por Araújo para o uso do termo: “falar de políticas públicas leva a falar de *intervenção social*. Algumas pessoas repudiam esse termo, pela carga semântica negativa que carrega, associada a processos autoritários. Mas é, de fato, o termo que atualmente melhor descreve a ação pública ou privada de interferir em uma determinada realidade social, com o objetivo de provocar mudanças. E é justamente o termo que permite compreender o campo das políticas públicas como pertinente não apenas ao âmbito governamental, trazendo para esse cenário as organizações da sociedade civil, como as ONGs e as igrejas, incluindo ainda as organizações representativas da população, que hoje não só operam na implantação e gestão das políticas, mas também reivindicam o direito pleno de influir na sua formulação” (ARAÚJO, 2002b, p. 213).

Abastecimento, através da Embrapa, em que o cantor Almir Sater era o protagonista¹³⁷.

A comunicação estrategicamente planejada, que incorpora também o componente educacional e é geralmente demandada por órgãos governamentais ou ONGs, se dá por meio de “campanhas sociais” e visa, em última instância, gerar a adoção de comportamentos para a efetiva implementação de políticas públicas. O termo “campanhas” será usado no decorrer deste texto, como já mencionado, com o sentido de “campanhas sociais” (TOTH, s/d), incluindo as mais variadas estratégias de comunicação com o público, que englobam desde o contato pessoal em reuniões e cursos, a produção e a utilização de material de apoio (p.ex.: cartilhas e cartazes), até inserções de propaganda em veículos impressos, rádio ou TV.

As práticas comunicativas de ONGs e de órgãos governamentais voltadas para o campo da agricultura familiar concentram-se em basicamente dois tipos de intervenção social: a comunicação para o desenvolvimento e a educação popular. Segundo Araújo, a instituição irá trabalhar com uma forma ou outra, dependendo de sua natureza e fins, mas podem ser encontradas características de ambas em seus objetivos, discurso e/ou práticas. A “educação popular” pode ser entendida como as ações que visam promover processos educativos da população, no sentido da sua promoção como seres humanos e como agentes políticos. Ações de desenvolvimento são as que objetivam promover a melhoria da qualidade de vida da população (ARAÚJO, 2000, p. 45).

Um dos pressupostos básicos dessa prática comunicativa voltada para intervenção social e baseada no “modelo mecânico” é o de que a solução dos

¹³⁷ A peça foi veiculada em 2000 e 2001. Cabe aqui uma breve distinção terminológica, pois como ressaltara Tóth, o termo “promoção”, usado no âmbito dos meios de comunicação de massa, refere-se freqüentemente à publicidade, e está ligado à promoção de produtos ou serviços comerciais. Quando se trata da veiculação de idéias e de valores, o termo utilizado é “propaganda”. A maioria das campanhas está voltada para difusão de informações e busca promover programas sociais ou instituições que realizam ações sociais (TÓTH, s/d, p.1).

problemas de desenvolvimento encontra-se na comunicação, cujos instrumentos de viabilização e operacionalização são os meios (ARAÚJO, 2000, p.56).¹³⁸

Atribuo isto à força paradigmática do modelo, que naturalizou não só a idéia de que problemas de desenvolvimento se resolvem com comunicação, como também a concepção instrumental de comunicação, que reduz o campo a um conjunto de meios e instrumentos de visibilização e transferência de mensagens (ARAÚJO, 2002b, p. 218).

É a partir da década de 40 que se estreita o vínculo entre comunicação e políticas públicas, tendo como pano de fundo a idéia de que “subdesenvolvimento” era produto da ausência de educação formal e de informação para as populações rurais. Para superá-lo, a solução deveria ser a difusão de informações adequadas sobre procedimentos e atitudes que poderiam ser adotados pelas pessoas. Comunicação tornou-se então um elemento estratégico do campo político.¹³⁹ O plano acadêmico vai refletir essa tendência com uma intensa produção de teses e dissertações, elaboradas geralmente por técnicos dos sistemas públicos de extensão, e que buscavam avaliar a eficácia de procedimentos de disseminação tecnológica ou de programas de “educação para o progresso” (ARAÚJO, 2000).

¹³⁸ É importante mencionar também o conceito de “Comunicação Rural”, que ganhou força na década de 60 como conseqüência da reorientação da Unesco sobre o papel da comunicação para os países não desenvolvidos, e que no Brasil está relacionado principalmente às estratégias de comunicação desenvolvidas por diversas instituições, principalmente governamentais, junto a agricultores familiares, com vistas à consecução dos seus projetos de intervenção social. O termo também é usado para designar os processos de comunicação que ocorrem horizontalmente entre os agricultores, ou a partir deles, além de fazer referência à mídia comercial especializada no meio rural (como revistas e programas de TV e rádio). A definição de comunicação rural dada por Bordenave e citada por Araújo é bastante utilizada no meio acadêmico: “conjunto de mensagens, fluxos e processos de comunicação, veiculados, seja por pessoas, meios e organizações, que se relacionam direta ou indiretamente com a produção, distribuição e consumo de bens agrícolas, assim como o desenvolvimento e a transformação da vida rural” (BORDENAVE, 1978, p. 83 apud ARAÚJO, 2000, p. 54).

¹³⁹ “Por algumas décadas, a comunicação aplicada à intervenção social foi pensada e realizada dentro do paradigma difusionista, que tem como premissa a relação causal entre *comunicação* e *desenvolvimento*. Na sua época áurea, ainda não se falava de políticas públicas: as palavras de ordem eram progresso, educação desenvolvimento, transferência tecnológica, difusão, extensão. Introduzidas na década de 1940 pelas missões rurais (as missões foram fruto de um acordo entre os governos brasileiro e americano e consistiam em veículos equipados com tecnologia de comunicação – principalmente rádio, cinema e audiovisuais – e especialistas em desenvolvimento, que percorriam o interior do país), essas idéias-força foram legitimadas na década de 1950 pela implantação do *Ponto IV* (plano do presidente Henry Truman, voltado para os países do Terceiro Mundo, no qual as técnicas de comunicação eram consideradas fundamentais na luta contra os desequilíbrios sociais que, segundo seus mentores, favorecia a implantação do comunismo internacional) e no contexto desenvolvimentista de JK, com importante apoio da Unesco. Levemente questionadas na década de 1960 pelo movimento contra o imperialismo norte-americano, consolidaram-se na década de 1970, sob o regime militar” (ARAÚJO, 2002b, p. 215)

Está prática comunicativa esta alicerçada, por sua vez, em modelos teóricos derivados da *Teoria da Informação*. A concepção de comunicação implícita no “modelo informacional” é a de transferência de informação entre dois pólos: o emissor (que tem a intenção de intervir na realidade social considerando as características sociais e culturais do seu público) e o receptor (que participa no processo de comunicação de forma relativa e do qual se espera receptividade às propostas do emissor). A preocupação principal é em relação à clareza das mensagens (ajustadas às possibilidades de decodificação do receptor) e à eficácia da transmissão. A intenção é provocar um determinado efeito no receptor, que poderia ser avaliado através do *feedback* (adequação entre o dito, a forma de dizer e o compreendido, tomado como medida da eficácia).

Essa concepção de comunicação passa a ter a aparência de um processo de interação, no qual existe a fusão de interesses comuns. A relação entre os pólos emissor e receptor através de um canal (adequado às possibilidades institucionais e/ou às características culturais do receptor) é concebida como se pudesse ocorrer independentemente dos mecanismos de construção de sentidos, ou seja, das condições de produção, recepção e circulação da mensagem, e do contexto histórico no qual os agentes e a mensagem estão inseridos.

Outros processos comunicativos, como as *mediações*, são vistos no modelo informacional como “ruídos”, interferências indesejadas que precisam ser previstas e controladas. A ideologia¹⁴⁰ seria então uma prerrogativa dos conteúdos e a *forma* tida como “neutra” (por exemplo: a sintaxe, o meio e o tipo de material utilizado para divulgação). Quanto ao sentido, estaria contido na mensagem veiculada, pré-fixado pelo emissor, cabendo ao receptor a tarefa de decifrá-lo (ARAÚJO, 2000, p.74).

¹⁴⁰ Marilena Chauí observa que a ideologia organiza-se como um sistema lógico e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) (CHAUÍ, 1984, p.113). Bourdieu assinala que “o efeito propriamente ideológico consiste precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxionomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc. Os sistemas simbólicos devem a sua força ao fato de as relações de força que nelas se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido (deslocação) (BOURDIEU, 1998, p. 14).

Fausto Neto abordou o “modelo informacional” fornecendo um panorama de sua utilização e influência. Em um primeiro cenário, de tradição mais clássica, estariam reunidos os estudos fomentados por pesquisadores de escolas norte-americanas que apontam para três situações: a causalidade do processo da comunicação (as emissões sempre geram os efeitos estimados junto à recepção), a “teoria da comunicação em dois estágios” (os processos emissorários sempre geram efeitos junto à recepção, mas através de um terceiro elemento de mediação, como no caso dos “líderes” de opinião) e a noção de seletividade da recepção (as mensagens sempre causam efeitos, mas a partir dos critérios de “usos e gratificações” que são definidos pela própria experiência do receptor). Em um segundo cenário, mais recente e de inspiração sócio-lingüística, os processos comunicacionais não se efetivam necessariamente na esfera das trocas sociais, mas através dos jogos da linguagem. “É pelas manifestações discursivas que se produzem comportamentos nas esferas macro e micro comunicacional” (FAUSTO NETO, 2000, p.12).

Araújo (2000) observa que a *teoria behaviorista* subjaz nos modelos informacionais na medida que buscam a obtenção de comportamentos e atitudes desejáveis. O objetivo da comunicação é obter mudança de valores, condutas e conhecimentos.

“É produto e serve a uma concepção de sociedade dividida entre os que sabem, possuem os valores corretos, as condutas desejáveis (o emissor) e os que não sabem e cujos valores “indesejáveis” devem ser codificados (os receptores)” (ARAÚJO, 2000, p. 73).

Embora muitas instituições (ou quase todas) coloquem como um de seus objetivos principais garantir a participação dos agricultores familiares no processo comunicativo, os pressupostos da *Teoria da Informação*, presentes na prática comunicativa, acabam gerando um paradoxo e, como citado por Araújo, levando ao acentuado uso de expressões como: “levar conscientização”, “mostrar a realidade social”, “fazer refletir sobre”, “dar o direito de”, “permitir o acesso à informação” e

“possibilitar a participação”, com aparência dialógica, mas reproduzindo o esquema básico e unidirecional do emissor – mensagem – receptor”¹⁴¹ (ARAÚJO, 2000, p. 70).

Na perspectiva deste estudo, as campanhas de prevenção ao fogo acidental não serão analisadas, portanto, sob um prisma instrumental, segundo o qual apareceriam apenas como meios de transmissão de informação e conteúdos. Serão analisadas as estratégias comunicativas no âmbito da produção e da recepção, e os vários pontos de intersecção em que se constituem as situações de negociações e conflitos entre as duas esferas.

Discurso e relações de poder

As políticas de comunicação das instituições responsáveis pelas campanhas de prevenção ao fogo acidental podem ser analisadas através do discurso que lhes correspondem, tomando-o como instância de produção de uma realidade e razão das lutas políticas pela hegemonia do poder de *fazer ver e fazer crer* (BOURDIEU, 1998, p. 173). A teoria dos discursos sociais trabalha com os processos de constituição do *discurso*, que pode ser definido como o lugar do trabalho social de produção do sentido, ou seja, é uma prática discursiva¹⁴² (ARAÚJO, 2000, p. 121).

O discurso é a principal arena na qual os diferentes capitais dos agentes sociais, transfigurados em capital simbólico, lutam pelo poder simbólico e pela hegemonia de modos de ver, perceber e definir o mundo, de representá-lo. O discurso possibilita apreender o consenso e o conflito existentes nas relações sociais através das “marcas” que ele carrega. Os sistemas simbólicos irão cumprir sua

¹⁴¹ Insere-se neste quadro a noção de “compreensão” muito ligada à mensagem e às atitudes do receptor e que, como demonstra Araújo, nos leva “a perceber o fenômeno da compreensão – central para todos que têm interesse nas práticas discursivas – como uma habilidade de contextualizar, ou de fazer contextualizações, quando nos modelos tradicionais ele está ligado à capacidade de decodificação” (ARAÚJO, 2000, p. 142).

¹⁴² “O contexto da ação discursiva vai buscar em Austin e na teoria dos “atos de fala” a sua justificativa: discursos não expressam ações – são ações; o ato de discursar é constitutivo dos efeitos de sentido. Por isto, a prática discursiva pode ser entendida como contexto dos discursos” (ARAÚJO, 2000, p. 141). Barros Filho & Martino observam que “a elevação da comunicação ao *status* privilegiado de objeto-meio para a compreensão de um objeto de maior porte, angariou a simpatia de autores tão díspares quanto Merton e Foucault, passando por diversas correntes teóricas. Há, todavia, uma perspectiva comum, a utilização da comunicação como meio de delineamento das tramas sociais. Enquanto canal de circulação do poder, as formas de comunicação — do

função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da visão de mundo dominante, na medida em que são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, contribuindo para garantir a dominação de uma classe sobre a outra¹⁴³.

Para Bourdieu, essa *violência simbólica*, fazendo ignorar-reconhecer a violência que ela encerra objetivamente, reafirma as relações de força que a fundamentam. O que faz o poder de manter a ordem ou de a subverter através das palavras, é a crença na legitimidade que elas carregam e naquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras, mas deve ser buscada no espaço social. Bourdieu observa ainda que a destruição deste poder de imposição simbólico, radicado no desconhecimento, supõe a *tomada de consciência* do arbitrário (1998, p. 15).

A subordinação do conjunto das práticas a uma mesma intenção objetiva, espécie de orquestração sem maestro, só se realiza mediante a concordância que se instaura, como por fora e para além dos agentes, entre o que estes são e o que fazem, entre a sua <<vocaçã>> subjetiva (aquilo para que se sentem <<feitos>>) e a sua <<missão>> objetiva (aquilo que deles se espera), entre o que a história fez deles e o que ela lhes pede para fazer, concordância essa que pode exprimir-se no sentimento de estar bem <<no seu lugar>> de fazer o que se tem que fazer, e de o fazer com gosto — no sentido objetivo e subjetivo — ou na convicção resignada de não poder fazer outra coisa, o que também é uma maneira, menos feliz certamente, de se sentir destinado para o que se faz (BOURDIEU, 1998, p. 86).

Utilizando-se do conceito de *formações discursivas* elaborado por Foucault, Orlandi observa que as palavras recebem seu sentido da *formação discursiva* na qual são produzidas¹⁴⁴. A autora assinala que “o fato de um texto estar associado,

discurso *vis a vis* às comunicações de massa — tornaram-se cruciais para a análise de uma sociedade progressivamente estruturada por ela” (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 161).

¹⁴³ “Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar *classes* no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, como toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes” (BOURDIEU, 1998, p. 136).

¹⁴⁴ O conceito de formação discursiva elaborado por Foucault (entendido como conjunto de regras discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas e estratégias) é assimilado através da aprendizagem lingüística e é ele que permitirá ao indivíduo elaborar seus discursos e reagir lingüisticamente aos acontecimentos (FOUCAULT, 1995). O conceito de *práticas discursivas* do mesmo autor é complementar ao de formação discursiva: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1995, p.136).

biunivocamente, a um sentido é uma ilusão do sujeito” (ORLANDI, 1978, p.35), pois este recusa a inclusão necessária de toda seqüência em uma formação discursiva (e não outra), para que essa seqüência tenha sentido e, nessa recusa, tem a impressão de que é ele próprio a fonte desse sentido¹⁴⁵.

Pêcheux chama a essa “ilusão do indivíduo”, que se acredita senhor absoluto de seus atos e de seus pensamentos, de *Efeito Munchausen*. Nas palavras do autor: “o efeito fantástico pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito (...), em memória do imortal barão que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos” (PÊCHEUX, 1988, p.157)

Sob um enfoque semiológico¹⁴⁶, Araújo coloca o sujeito como aquele que trabalha sobre a matéria significativa para produzir enunciados, enfatizando, no entanto, que esse trabalho sofre coerções de duas ordens: uma, a de suas singularidades e outra, a do campo histórico (ARAÚJO, 2000, p. 166). Usando como base as classificações elaboradas por Bakhtin¹⁴⁷, Benveniste, Ducrot e Pinto, a autora chega a uma definição de sujeito da enunciação, aplicando-a ao “meio rural”:

É a imagem daquele que se apresenta como emissor, como responsável pelo discurso. No nível de prática discursiva no meio rural, em muitos casos este

¹⁴⁵ Atenta às interpretações que viam nas formações discursivas “regiões fechadas e estabilizadas”, Orlandi explicita que as formações discursivas ao mesmo tempo que determinam a posição do sujeito, não a preenchem totalmente de sentido, pois elas são constituídas pelas diferenças, contradições e movimento, ou seja, um contínuo processo de reconfiguração. “Delimitam-se por aproximações e afastamentos. Mas em cada gesto de significação (de interpretação) elas se estabelecem e determinam as relações de sentidos, mesmo que momentaneamente. E é isto que dá identidade ao sujeito e ao sentido” (ORLANDI, 1994, pp.10-11).

¹⁴⁶ Convém ressaltar a diferença de enfoque sobre o conceito de formação discursiva sob o prisma da AD (Escola Francesa de Análise de Discurso) e da SDS (Semiologia dos Discursos Sociais). “Do ponto de vista da SDS, o problema com o conceito de formação discursiva, tal como trabalhado pela escola francesa de análise de discurso, é que as condições de produção se referem exclusivamente à instância da produção. Para a SDS, seguindo a trilha aberta por Bakhtin, não existem posições discursivas isoladas de uma proposta de interação, o que equivale dizer que o lugar atribuído ao destinatário é também determinante do aspecto lógico de um texto” (PINTO, 1999 apud CARDOSO, 2001, p. 15).

¹⁴⁷ É importante ressaltar a contribuição de Bakhtin para a semiologia e filosofia da linguagem, com ênfase para a representação do *Outro* no discurso. “As idéias de Bakhtin demonstram a presença inalienável do Outro no próprio ato discursivo, em dupla dimensão. Não se trata, portanto, apenas da existência de interlocutores que interagem num processo de comunicação (emissor/receptor empíricos), mas de sua representação na tessitura do próprio texto, como entidades discursivas em que convivem diferentes vozes. Assim, o enunciado não está voltado apenas para seu objeto, mas também para o discurso do outro acerca desse objeto; o enunciado se relaciona com outros enunciados, o sentido não é da ordem do enunciado, mas da enunciação, na interação verbal. Não há, portanto, limites precisos a separar discursos e enunciados: essa é uma propriedade constitutiva que estabelece o primado do interdiscurso sobre o discurso, do intertexto sobre o texto. As estratégias empregadas poderão tanto exacerbar a natureza polifônica de qualquer texto como tentar silenciá-la, produzindo efeitos de sentido por meio dos quais o texto parecerá monológico. A interdiscursividade, porém, é uma condição incontornável” (CARDOSO, 2001, p. 10).

sujeito coincide com o emissor real, que nem sempre é o que produz o suporte discursivo, mas aquele que o faz circular ou intermediar o consumo. Esta distinção tem sido feita intuitivamente por agentes da prática social, manejando-a de acordo com a conveniência de assumir ou não determinados pontos de vista expressos nos textos (ARAÚJO, 2000, p. 127).

As relações de comunicação são, deste modo, relações de poder que dependem do capital simbólico dos agentes e instituições envolvidos, relacionado às estruturas materiais e institucionais da sociedade. A legitimidade discursiva baseada no reconhecimento que os receptores lhe atribuem, instaura as relações de poder que lhe são inerentes, sendo determinada por outros fatores além da posição social e institucional e do poder econômico e social dos agentes. Passa por interesses individuais, grupais e de classe, pela história das relações institucionais anteriores, pela forma de mediação discursiva e pela concorrência de outras falas¹⁴⁸ (ARAÚJO, 2000, p. 145). A linguagem apresenta-se portanto como uma arena de confrontos sociais, na qual as relações de sentido são parte essencial na constituição das relações de poder¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Não utilizarei o conceito de “mercado simbólico” de forma operacional para a análise subsequente, mas vale registrar a importante contribuição teórico-metodológica de Véron para o campo da comunicação. Segundo a proposta do autor, “o espaço da comunicação se constitui em um mercado simbólico que opera segundo as regras de qualquer outro mercado: ‘é só através do processo de produção, circulação e consumo que os objetos adquirem a condição de significante’ (ARAÚJO, 2000, p. 135). Trata-se de “um espaço pré-construído, por um lado, pois as posições sociais estão previamente determinadas. Por outro, um espaço em construção, na medida em que através de suas práticas discursivas, os agentes sociais definem sua posição, nomeiam, descrevem, fazem ver e, deste modo, produzem a realidade social. Nesse espaço eminentemente relacional, o poder circula e é exercido por fluxos de interações simbólicas entre os agentes, que ocupam posições diferenciadas, ora centrais, ora periféricas, de acordo com o seu âmbito de atuação, a conjuntura histórica e política, a vinculação institucional e a propriedade e composição das várias espécies de capital” (ARAÚJO, 2000, p. 151). É esta premissa e seus desdobramentos que formam o postulado da economia política do significante, cuja base metodológica é a comparação e confrontação de enunciados, textos e discursos.

¹⁴⁹ Bourdieu observa que o discurso é marcado por um saber prático propriamente lingüístico, pois trata-se do produto do encontro entre um *habitus* lingüístico, isto é, uma competência inseparavelmente técnica e social (ao mesmo tempo capacidade de falar e capacidade de falar de uma certa maneira, socialmente marcada) e um mercado, isto é, um sistema de formação de preços que vão contribuir para orientar antecipadamente a produção lingüística (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p.29).

Tomando-se a noção de *sentido*¹⁵⁰ como produto do “trabalho social”, as relações sociais são o *locus* da produção desse sentido, e irão ocorrer em determinadas condições históricas, culturais e políticas, mediadas por instituições. Como ressalta Verón, nada no funcionamento de uma sociedade é estranho ao sentido (VÉRON, 1980, p.192). O sentido não é algo palpável ou concreto; por isso, convém utilizar a expressão *efeitos de sentido*¹⁵¹. Sentidos são efeitos de troca de linguagens (ARAÚJO, 2000). Fausto Neto enfatiza que as marcas da história presentes em um discurso trazem consigo a dupla constatação de que o sujeito não controla inteiramente seu discurso, uma vez que é lugar de uma ordem de disputas simbólicas que ultrapassa sua consciência; e a de que “todo discurso se constrói à base de outros discursos e todo discurso, embora pertencendo a um campo matricial distinto, tem conexões com outros campos matriciais discursivos” (FAUSTO NETO, 1991 apud ARAÚJO, 2000, p.166).

Haqaira Osakabe expõe a estreita relação entre o discurso e o contexto no qual é produzido: “(...) o discurso tem sua semanticidade garantida situacionalmente, isto é, no processo de relação que estabelece entre as pessoas e a situação”. Conclui o autor que “é dessas relações, acrescidas àquelas, que se estabelecem entre os interlocutores, que se definem algumas significações básicas ligadas à pragmática discursiva; logo, às significações ligadas aos atos de linguagem” (OSAKABE, 1979, p.53). Nesta prática discursiva, o sujeito da enunciação¹⁵² está impregnado do “outro” que desta forma o constitui. Nas marcas

¹⁵⁰ A semiologia trabalha com a noção de *sentido* ao invés de *significado*, pois busca superar o método estruturalista de análise, no qual a noção de *significado* encontra-se localizada nas estruturas. Como explicita Araújo, “‘*significado*’ carrega a idéia de algo pronto, cristalizado e imanente, isto é, de que cada objeto possui um significado estável, próprio, que independe das circunstâncias. Essa idéia, como já se viu, é herança da lingüística saussuriana, estando intimamente associada ao conceito de *signo*. A Semiologia propõe o termo *sentido* e pretende semantizá-lo com os atributos que percebe nos fenômenos sociais: a pluralidade, o dinamismo e a propriedade de se constituir a cada situação de comunicação. Na perspectiva do *sentido*, o que realmente importa é o processo, não a estrutura. Decorrentes dessa natureza dinâmica do conceito são os termos *produção de sentido e efeitos de sentido*” (ARAÚJO, 2000, p. 120).

¹⁵¹ “O ponto de partida básico da SDS é o de que não existe uma significação imanente das coisas e das palavras, um vínculo imutável e já dado entre o signo e seu referente, da mesma forma que não existe objeto assignificante” (CARDOSO, 2001, p.2).

¹⁵² Segundo Benveniste, o sujeito da enunciação é o lugar idealizado do “eu”, a imagem do “eu” e não o sujeito real. É a maneira pela qual o “eu” se define no próprio discurso (BENVENISTE, 1989).

deixadas pelo sujeito no discurso estão representadas as imagens que o emissor tem de si mesmo (ou quer fazer crer), do destinatário de seu discurso, dos demais agentes sociais e das relações construídas e vividas por eles. No mesmo movimento que se constrói a imagem do receptor, ganha forma também a imagem que o locutor pretende projetar de si, assim como está se delineando a relação que se quer estabelecer (CARDOSO, 2001).

Das condições de produção de um discurso, como demonstrado por Araújo (2000), fazem parte o lugar social do emissor, as estruturas e rituais institucionais (p.ex.: hierarquia interna, instâncias de decisão e poder e a organização de trabalho), a natureza e as características tecnológicas dos meios que veiculam os discursos, os recursos disponíveis (assim como a dependência maior ou menor das fontes geradoras desses recursos), a qualificação profissional dos produtores, as relações políticas e sociais com instituições concorrentes, o momento histórico e a imagem do receptor idealizado pelo emissor. “Essa idealização não é só especulativa, ou teórica, mas funda-se na história das relações entre os dois pólos, mediatizadas por discursos anteriores, onde o emissor impõe uma imagem de si, que vai se refletir no dispositivo de enunciação, na construção do sujeito do enunciado” (ARAÚJO, 2000, p. 138). Esses fatores afetam os discursos produzidos e as estratégias de circulação. Das condições de recepção do discurso fazem parte, principalmente, a posição social do receptor, suas relações com a instituição e agentes que produzem o discurso, assim como suas experiências anteriores (ARAÚJO, 2000).

A partir das marcas deixadas pelos dispositivos de enunciação, o receptor, usando de seus próprios dispositivos, pode refazer as operações do emissor e participar da negociação de sentido em que consiste a prática discursiva. No entanto, estes dificilmente coincidem com o do emissor, uma vez que os dispositivos são condicionados, entre outros fatores, pela cultura, posição social e interesses institucionais e de classe dos sujeitos enunciadores. “No caso específico das práticas discursivas no meio rural, essa defasagem é acentuada não só pela estrutura

concentradora do direito de falar, como pela distância temporal entre a produção e consumo discursivos” (ARAÚJO, 2000, p. 137).

Essa produção de sentido por parte do receptor, geralmente em desvantagem no que se refere às condições de produção de seu próprio discurso, pode se traduzir por uma recusa do sentido proposto pelo emissor sem que haja confronto verbal aberto. Os conceitos de “estratégia” e de “tática”, na concepção de Michel de Certeau, também são funcionais para compreensão do comportamento e do discurso dos agricultores familiares no que se refere às campanhas. Nas palavras do autor:

Estratégia “é o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.)” (CERTEAU, 1994, p. 99).

Os agricultores familiares também desenvolvem *táticas* para conviver com as *estratégias* traçadas pelas campanhas. Os dois conceitos serão bastante operacionais para a análise subsequente. A seguir, a definição do conceito de tática elaborada por Certeau.

Chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Von Büllow, e no espaço por ele controlado. (...) Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. (...) Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CERTEAU, 1994, p. 100). Prossegue o autor: “quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia. Traduzindo: tanto mais se torna tática” (CERTEAU, 1994, p. 101).¹⁵³

¹⁵³ Segundo Von Büllow, a “estratégia é a ciência dos movimentos bélicos fora do campo de visão do inimigo: a tática, dentro deste” (CERTEAU, 1994, p. 100).

A partir desse quadro teórico, é possível antecipar que os agricultores familiares estão no centro de uma disputa de sentidos entre as instituições do campo ambiental, que concorrem entre si pela legitimação de seu discurso. Esses discursos sobre prevenção ao fogo acidental buscam hegemonia no campo ambiental e no campo da agricultura familiar, uma vez que com isso se possibilitará a continuidade das atividades e da conseqüente existência das campanhas, o que envolve a manutenção de cargos e salários, o reconhecimento dos pares na forma de capital simbólico e a captação de recursos financeiros junto a fontes nacionais e internacionais.

É a aceitação ou não dos projetos pelos agricultores que legitima os autores e executores desses projetos, no entanto, os agricultores não são apenas objeto de disputa: eles participam ativamente do processo de negociação de sentido, confrontando interesses e desenvolvendo *estratégias* e *táticas*, ou seja, transformando o sentido das emissões originais em outros sentidos e projetando mudanças sobre o campo ambiental e sobre o próprio campo da agricultura familiar.

As campanhas, como se verá no decorrer deste texto, não operam, de um modo geral, com a idéia de um comportamento estratégico dos destinatários de seus discursos, considerando-os mais “receptores” (nos moldes da Teoria Informacional) do que “interlocutores”. A seguir, de posse do instrumental teórico descrito acima, particularmente dos conceitos de “mediação”, “estratégia” e “tática”, caminharei com o leitor para uma análise mais direcionada das campanhas.

4.2 – Produção e recepção de sentidos sobre o fogo acidental

Os projetos e suas respectivas campanhas sociais adotam basicamente o mesmo roteiro de ação: reuniões com órgãos públicos locais, com associações ou sindicatos de agricultores; reuniões de aproximação nas localidades; reuniões ou cursos com agricultores sobre prevenção ao fogo acidental; distribuição de material de apoio (como cartilhas e cartazes); inserções de mensagens institucionais ligadas à

temática em veículos de comunicação de massa (principalmente o rádio) ou veículos “alternativos” (como as rádios comunitárias e jornais dos próprios projetos); treinamentos opcionais sobre algumas técnicas de prevenção e controle (principalmente quando há parceria com o Corpo de Bombeiros); e, finalmente, visitas de acompanhamento e avaliação das atividades em número mais reduzido.

O processo de produção das campanhas se realiza predominantemente na esfera de especialistas do campo ambiental (com uma pequena participação de técnicos de outros campos). Há, de modo geral, uma interferência limitada dos agricultores familiares e de suas instâncias de representação na “concepção” das campanhas, ou seja, na programação das atividades, nos materiais a serem distribuídos, nos temas a serem abordados e no tempo destinado a cada atividade¹⁵⁴.

Os agricultores não são tratados como *interlocutores* na maioria das situações, na medida que antes mesmo do desenvolvimento das atividades da campanha, a partir da própria concepção dos trabalhos, a imagem construída sobre este destinatário das mensagens é a de alguém cujo comportamento é incorreto, que precisa reaprender a agir adequadamente do ponto de vista ambiental. Estabelece-se aí uma hierarquia do tipo professor-aluno (com a autoridade que compete ao primeiro), na qual quem detém o conhecimento é o emissor, restando ao receptor a tarefa de interagir com ele, complementá-lo com sua própria experiência pessoal e até mesmo questioná-lo, mas sem abalar os princípios que regem a campanha, ou seja, sem corromper a idéia principal de que a proteção ao meio ambiente deve ser uma prioridade perpassando todas as demais.

Não se permite colocar em “xeque” a campanha em si, nem seus pressupostos básicos, em favor de outras formas de tratar a questão ambiental, certamente mais efetivas do ponto de vista dos agricultores familiares. Na citação abaixo, um agricultor observa que o sentido proposto pela esfera da produção é compreendido no âmbito da recepção, mas que a “dificuldade” ou “inviabilidade”

do que é solicitado não parece ser levada suficientemente em consideração pelos proponentes.

Daí em diante a gente fica com a consciência mais pesada porque não pode evitar a queima, mas com o fogo não tem jeito... (agricultor da localidade Maguari, na Flona Tapajós)

Na execução das campanhas, a participação dos agricultores familiares se dá, de um modo geral, de forma pontual e coadjuvante. As reuniões abrem espaço para o registro das palavras dos agricultores, mas não para um redirecionamento das ações previamente programadas. Isso ocorre, inclusive, porque os técnicos não detêm, no mais das vezes, o conhecimento específico necessário para atender algumas demandas, como por exemplo, informações químicas sobre o solo e informações comparativas sobre custos e implicações da mecanização. Além disso, as ações são pontuais. O espaçamento entre uma reunião e outra pode ser de seis meses, reduzindo as chances de avaliação sistemática das campanhas. O contato telefônico, postal e eletrônico é dificultado pelas próprias características estruturais das localidades e tampouco é facilitado pelas equipes, geralmente absorvidas em outras tantas atividades. Algumas vezes se delega aos próprios agricultores a responsabilidade de dar prosseguimento às ações sob o respaldo de um “acordo comunitário”¹⁵⁵.

As entrevistas e a observação de campo demonstraram que esse acompanhamento e “auto-incentivo” para o prosseguimento das ações (baseadas na adoção de técnicas de prevenção), praticamente deixam de existir quando a equipe se

¹⁵⁴ A exceção é o *Proteger* do qual tratarei mais adiante. O projeto *Fogo Emergência Crônica*, através dos *Protocolos de Fogo*, em uma perspectiva mais abrangente de público, também acaba sendo mais “flexível” neste aspecto.

¹⁵⁵ Convém ressaltar o que Araújo já havia destacado em relação ao uso do termo “comunidade” no contexto rural nordestino e sobre a idéia de “desenvolvimento comunitário” vinculada a mudanças de caráter muito mais cultural do que estrutural. “A idéia do agir solidariamente não é estranha à sociedade camponesa. Mas a da ‘comunidade’, tal qual os núcleos centrais a concebem, esta lhes é imposta. A comunidade como espaço social que supera as desigualdades, as diferenças e os interesses individuais é uma ficção (...)” (ARAÚJO, 2000, p.177). Prossegue a autora: “as experiências de *Desenvolvimento de Comunidades* de cunho funcionalista, abordam a comunidade como um todo regido pelo consenso, com problemas e interesses comuns. Em nome desse consenso, todos, e em particular os ‘líderes’, são mobilizados para a solução de seus problemas, mediante utilização de técnicas cooperativas (ajuda mútua, mutirão etc.) ou de organizações ‘capazes de conduzir as mudanças para os fins desejados’: Centros de Demonstração, Extensão Rural, Centros Sociais, Associações, Conselhos de Comunidades etc” (ARAÚJO, 2000, p. 195).

afasta. As exceções ocorrem quando as prefeituras ou mesmo o Ibama - por ser um órgão fiscalizador e com poder de lei - se envolvem neste acompanhamento¹⁵⁶.

Não adianta discutir com agricultor, é melhor investir em solução (membro do STR de Marabá).

Eu cumpro a lei, mas é preciso ter alternativa (agricultor da localidade Maguari, na Flona Tapajós).

As citações acima exemplificam o descompasso constatado através das entrevistas, entre o que é solicitado pela esfera da produção das informações e o novo sentido que esta proposta adquire pelos receptores das mensagens. A “solução” reivindicada na fala do sindicalista, como se verá a seguir, encontra-se fora do discurso das campanhas, ou melhor, no quase silenciamento deste discurso sobre temas de interesse do campo da agricultura familiar, como a mecanização. A menção presente na segunda citação sobre a ausência de alternativas consideradas adequadas pelos agricultores familiares também reforça esta idéia.

Há duas explicações possíveis e complementares para que as campanhas tomem os agricultores mais como receptores do que como interlocutores. Uma delas é que as instituições têm utilizado e reforçado os modelos dominantes de comunicação (do tipo informacional) sem que haja a opção “consciente” de fazê-lo. Neste caso, como apontara Araújo, as instituições “seriam ‘vítimas’ do efeito-teoria, que naturaliza os modelos e torna ‘inevitáveis’ as opções discursivas” (ARAÚJO, 2000, p. 266). A outra é a de que as práticas discursivas das campanhas reflitam, com razoável fidelidade, as realidades institucionais, que se caracterizariam pela tendência a reproduzir o desequilíbrio de forças entre o campo ambiental e o campo

¹⁵⁶ A licença do Ibama para desmatar e queimar é exigida para áreas de floresta secundária acima de 10 hectares (dois hectares e meio) ou de mata virgem. Essa licença, na grande maioria dos casos e segundo o próprio órgão, não é solicitada pelos agricultores. Nas áreas de Flona, como a Floresta Nacional do Tapajós, independentemente do tamanho da roça, os agricultores devem comunicar o agente ambiental da localidade sobre a queimada. Esta medida gera um modo de controle indireto do órgão federal sobre os lotes, uma vez que Ibama não necessita promover a fiscalização ostensiva nessas áreas, salvo em caso de denúncia do agente ambiental ou dos próprios agricultores em relação aos vizinhos. Ver *Legislação Básica sobre o Uso do Fogo*, com valores das multas e tempo das penas previstas, nos Anexos desta tese.

da agricultura familiar, em que o primeiro detém a maior parcela de poder simbólico e busca, desta forma, fazer prevalecer sua visão de mundo.

O desequilíbrio pode ser constatado na medida que se atribui aos próprios agricultores, pela adoção do modelo de comunicação implícito nas campanhas, a responsabilidade pelo êxito delas. Este êxito estaria diretamente vinculado à *capacidade* dos agentes sociais em reagir positivamente aos *estímulos* das mensagens, tidos *naturalmente* (portanto, ignorando-se seu caráter arbitrário já que se trata de uma construção social) como legítimos e apropriados.

Para os agentes do campo da agricultura familiar, as campanhas de prevenção ao fogo acidental adquirem sentidos diversos de acordo com o *habitus*, expectativa, interesses e conseqüências possíveis. Trata-se de uma avaliação que nem sempre é consciente, na qual estão presentes diversas *mediações*, incluindo não apenas as práticas culturais presentes nos *habitus* dos agricultores ou as demandas colocadas pelas próprias campanhas, mas também os benefícios e/ou prejuízos sociais, econômicos e culturais que isto venha a trazer.

O grito do pequeno produtor é muito baixinho, ninguém ouve, a gente tem que ficar prevenido com as pessoas de fora (Agricultor de Conceição do Araguaia-PA).

Estar “prevenido” significa estar atento às conseqüências que podem advir da colaboração ou da não colaboração com os agentes envolvidos com as campanhas. A citação mostra como os canais de interlocução dos agricultores familiares com agentes sociais de outros campos (o político, por exemplo) não são facilmente acessíveis (“o grito do pequeno agricultor é muito baixinho...”). Isto justifica o “cuidado” que ele demonstra ter em relação ao comportamento que deve ser adotado e que pode representar “perdas” ou “ganhos” em seu cotidiano.

A mudança de comportamento por parte do agricultor, principal objetivo das campanhas, dependerá de uma reavaliação das perdas e ganhos materiais e simbólicos que podem advir dela¹⁵⁷. Isso é facilmente observável quando há

¹⁵⁷ Esse ponto foi tratado com mais profundidade no Capítulo 3 ao se ressaltar a importância do conceito de *eficiência reprodutiva* para a agricultura familiar.

resistência à adoção de medidas que visam proteger o meio ambiente e que demandam, por exemplo, sobrecarga da mão-de-obra familiar ou o abandono de áreas mal queimadas. A fala reproduzida abaixo é exemplar neste sentido porque demonstra o porquê da proteção ambiental não ser considerada uma prioridade absoluta para os agricultores.

Ninguém vai discutir meio ambiente com fome (Membro do STR de Belterra).

As instituições ligadas aos agricultores familiares (p.ex: sindicatos de trabalhadores rurais e cooperativas) têm interesse em intensificar ou abrir canais de interlocução com as instituições do campo ambiental, pois, diferentemente de outros campos dentro do campo rural (como o dos sistemas de monocultivo para exportação), a agricultura familiar tem uma força bem menor para fazer prevalecer seus interesses no campo político, onde estes interesses se legitimam. Os “aliados” ou “parceiros”, principalmente no que se refere à produção já legitimada de conhecimento e à possibilidade de apoio financeiro, são indispensáveis.

A gente se preocupa quando vê a gravidade quando queima todo ano. Os que estão lá fora estão mais ansiosos para que a gente preserve. Então eu acho que esse pessoal lá de fora, que quer a preservação da Amazônia, tem que dar injeção de ânimo e reforçar a questão financeira. À medida que a gente está aumentando a mão-de-obra, porque é muito mais difícil mexer com aquela massa do que roçar e queimar (agricultor de pacajá apud SILVA, 2003, p. 147)¹⁵⁸.

A idéia do apoio financeiro fica clara no depoimento reproduzido acima, indicando que a proteção ao meio ambiente, nos moldes sugeridos pelo campo ambiental, requer adição de horas de trabalho e, portanto, um custo complementar que precisa ser contabilizado.

Conforme já percebido pelos idealizadores e executores das campanhas, o que contribuirá para uma mudança de comportamento dos agricultores familiares será a

¹⁵⁸ O agricultor da citação participa do projeto *Roça Sem Queimar*. Trata-se de uma experiência desenvolvida por 150 agricultores da Transamazônica sob coordenação da *Fundação Viver, Produzir e Preservar* (FVPP) de Altamira, com recursos do MMA. O projeto foi desenvolvido no período 2000-2002 e mostrou, do ponto de vista agrícola e cultural, a viabilidade do cultivo de diversas culturas sem o uso do fogo. Os resultados econômicos da experiência ainda não puderam ser aferidos.

incorporação de novos sistemas classificatórios à visão de mundo desses agricultores, na qual o “meio ambiente” (entendido enquanto proteção à natureza) deve assumir um caráter prioritário em suas práticas, a ponto da mudança ser tida como “natural”.

Isso, certamente, é o que vêm tentando os agentes do campo ambiental através das campanhas, autodenominadas “educativas” e auto-avaliadas como experiências pautadas por êxitos, com base em alguns indicadores de redução de focos de calor em determinados anos, na adoção temporária de técnicas de prevenção ou no número de cursos ministrados e brigadas voluntárias formadas (também chamadas comissões de fogo, grupo do fogo e “puxiruns ambientais”¹⁵⁹). As conclusões do Comitê Nacional de Acompanhamento do Proteger são exemplos dessa avaliação favorável.

“Esses cursos também superaram a previsão inicial de sensibilizar em torno de 12 mil lideranças comunitárias porque muitos cursos tiveram 40, 50 ou mais participantes. Isso demonstra o grau de aceitação do trabalho e a necessidade que as comunidades vêm sentindo em relação à problemática dos incêndios na Região” (GTA/PPG-7, 2001)¹⁶⁰.

A “aceitação do trabalho” mencionada na citação acima e embasada pelo número expressivo de pessoas na reunião, indica ser este um fator de “êxito” para os executores das campanhas. No entanto, elas são pautadas predominantemente por princípios de transmissão de conhecimentos pré-estabelecidos e pré-selecionados, fundados em um conceito de meio ambiente marcado predominantemente pelo “preservacionismo”. Convém observar que a noção de proteção ao meio ambiente está e sempre esteve presente no *habitus* dos agricultores familiares, pois o meio ambiente é a base sobre a qual se dá a reprodução da agricultura familiar. No entanto, a relação desse agricultor com o meio ambiente, ou seja, as diferentes formas possíveis de interagir com ele através do uso do solo, atendem a necessidades

¹⁵⁹ Puxirun Ambiental “é um termo usado na cultura indígena da Amazônia Ocidental. Refere-se à filosofia de reunir pessoas para planejar e realizar ações e é entendida como ‘mutirão ambiental’”. No caso da campanha do Proteger II, que incorporou a terminologia, “os puxiruns são formados por grupos comunitários voluntários que definem suas prioridades de atuação, regras de funcionamento, responsabilidades, obrigações e direitos, contando, para isso, com formação anterior através de cursos ministrados por bombeiros, Ibama, ONGs etc” (GTA, 2002b, p. 08).

ditadas por parâmetros culturais, econômicos e sociais, que não incorporaram a lógica da “proteção ambiental” como uma *prioridade absoluta*, ao contrário do que ocorre com o campo ambiental.

Isso não significa que práticas ambientalmente predatórias (como o desmatamento das margens de rios) não ocorram. É importante lembrar que o *habitus* dos agricultores também incorporou a visão econômica, ainda dominante, “da natureza a serviço do homem”. Além disso, como mencionado sobre a Amazônia, dadas as precárias condições de infra-estrutura enfrentadas pela maioria dos migrantes quando de sua chegada e do desconhecimento dos ecossistemas locais, a floresta foi inicialmente um “estorvo”. A trajetória histórica vivida pelos agentes sociais do campo da agricultura familiar foi incorporando ao conceito de meio ambiente os sentidos que se construíram neste caminho.

Portanto, a maioria dos agricultores (agentes do campo da agricultura familiar) tem uma visão sobre *meio ambiente* que incorporou também um forte enfoque *utilitarista*, além de *protecionista*, não correspondendo ao enfoque dominante que os agentes do campo ambiental, particularmente das ONGs, têm sobre ele. A citação abaixo, na qual fica explicitado o interesse dos agricultores pelo meio ambiente enquanto um meio de sobrevivência através da posse da terra (“primariamente interessadas na aplicação da reforma agrária...”), é um exemplo.

Os grupos de interesse, ou os atores individuais ou institucionais que se mobilizam no processo de formulação e implementação das políticas ambientais e agrárias têm muitos membros em comum, só que muitas vezes os seus interesses na área ambiental e agrária são antagônicos. Exemplo são as organizações de agricultores familiares que estão primariamente interessadas na aplicação da reforma agrária e apenas secundariamente na elaboração de políticas ambientais (BROWN *et al*, 2001, p. 13).

As campanhas também empregam um discurso de valorização do conhecimento dos agricultores e de suas experiências alternativas sem o uso do fogo (p.ex.: Proteger), além do entendimento do fogo como uma ferramenta necessária

¹⁶⁰ A publicação “Lições e Metodologia de um Programa Inovador”. Veríssimo, Adalberto. São Paulo: Amigos da Terra Amazônia Brasileira/Programa Fogo Emergência Crônica, s/d., também traz uma avaliação bastante

para o agricultor, mas isso é feito de forma pontual, temporária, deixando pouco espaço e tempo de reflexão ou discussão com os agricultores familiares.

As campanhas também fazem, muitas vezes, “ouvido de mercador” em relação a algumas demandas (ligadas à temática do fogo acidental) que interessam aos agricultores discutir, deixando-lhes pouco tempo para explicitá-las. Sem entrar aqui nas causas dessas demandas, pode-se destacar: assistência técnica regular e participativa, mecanização e conhecimento e participação nos critérios para criação e liberação de crédito para agricultura familiar. Trabalha-se com a perspectiva de obtenção de um resultado quase automático para as campanhas, a partir da imagem que as instituições, predominantemente do campo ambiental, possuem dos agricultores familiares, agentes sociais que precisam ser “sensibilizados”, “conscientizados”, “ensinados” a como proceder e modificar seu comportamento frente ao novo paradigma de proteção ambiental respaldado pela tecnologia dos satélites.

O pressuposto do “conhecimento inadequado” dos agricultores

O pressuposto de que há algo a ensinar através das campanhas implementadas pelos projetos marca o seu conteúdo e formato. Técnicas de prevenção - como fazer aceiro, queimar somente após a segunda chuva, avisar os vizinhos sobre o dia da queima e fazer contra-fogo¹⁶¹ - são informadas e discutidas em reuniões locais ou através da mídia e de material de apoio (como cartilhas, folders, cartazes, calendários). A pesquisa de campo demonstrou que o pressuposto é equivocado, os agricultores familiares usam, quando conveniente, as técnicas “ensinadas”. São técnicas em geral bastante conhecidas, repassadas pelos pais e constituintes do *habitus* destes agricultores. A citação abaixo ilustra a opinião bastante recorrente nas entrevistas sobre o conhecimento e uso das técnicas quando

exitosa do projeto Fogo Emergência Crônica.

¹⁶¹ Detalharei cada um das principais técnicas de prevenção ao fogo acidental ainda na seqüência deste texto.

consideradas necessárias pelos agricultores, ao contrário do pressuposto de que há um desconhecimento ou conhecimento inadequado sobre elas.

Nós já conhecíamos sim. Nossa... há bastante tempo. Mas só usa quem acha que precisa, vai depender da necessidade (agricultor da localidade Maguari, Flona Tapajós).

Outra citação, desta vez, extraída de um relatório de consultoria que avaliou o projeto Proteger em sua primeira etapa, corrobora as falas dos agricultores. Neste caso, o problema não seria o desconhecimento das técnicas pelos agricultores, mas o “diagnóstico” equivocado das campanhas.

O Projeto [Proteger] pode vir a ser reformulado, a partir de um outro diagnóstico, em relação à utilização do fogo por produtores familiares em atividades produtivas. Ou seja, é possível que não falte a pelo menos uma grande parcela dos produtores familiares, conhecimento em relação aos perigos da utilização do fogo, nem tampouco de tecnologias que evitariam um incêndio florestal. Ou seja, mobilização e capacitação podem não ser respostas para a totalidade deste público (VIANNA JR., 1999, p.19).

O IPAM realizou uma estimativa dos custos da adoção das técnicas, na forma de diárias/ano, que foi apresentado aos agricultores das localidades da Flona Tapajós¹⁶². Embora o discurso aponte um aumento não significativo no número de dias (10 dias) em virtude da adoção de técnicas, elas não foram adotadas conforme esperavam os pesquisadores, pois isto envolve além da alocação de mão-de-obra familiar e de tempo, acordos com vizinhos nem sempre convenientes e risco de roças mal queimadas (SILVA, L., 2001b, p. 12).

Além disso, o conhecimento das técnicas por parte dos agricultores familiares é geralmente considerado inadequado, pois não incorpora o componente de proteção ambiental como uma prioridade absoluta, razão de ser das campanhas. Foi o que concluíram, por exemplo, os técnicos do programa *O Bom Manejo do Fogo* (IPAM):

Alguns até sabem técnicas sobre prevenção para que o fogo não escape, ou já ouviram falar, tem comunidades que têm agentes ambientais, brigada

¹⁶² O leitor pode consultar uma tabela produzida pelo IPAM que compara o número de diárias gastas anualmente nas roças, com e sem o uso de técnicas de prevenção ao fogo acidental, nos anexos desta tese.

contra incêndio (formadas pelo Ibama), mas no dia a dia eles voltam a usar a tradicional prática que eles estão acostumados a fazer, queimar sem usar nenhum tipo de técnica de prevenção e conforme os costumes, muitos chegam a afirmar “que é conversa, que o fogo não escapa, os pais deles vêm queimando há anos assim e nunca aconteceu nada...” às vezes queimam e voltam para casa sem se preocupar que aquela queimada poderá fugir do seu controle e prejudicar a si e outras pessoas (SILVA, L., 2001, p.35)

A citação reproduzida acima faz menção há um “desinteresse” consciente por parte dos agricultores em relação ao uso das técnicas de prevenção ou sobre os prejuízos que sua não utilização venha a provocar. É esta “imagem” do agricultor construída pela esfera da produção que justifica a necessidade de “ensinar-lhes” o comportamento correto.

Um estudo desenvolvido por Figueiredo em Marabá, com mais de 200 agricultores familiares, aborda a questão. Segundo a autora, o problema não se concentra no desconhecimento de técnicas de prevenção, dado que 91% dos agricultores entrevistados afirmaram conhecer alguma técnica (principalmente o aceiro e o contra-fogo) (FIGUEIREDO, 2002, p.6). No trecho reproduzido abaixo, que consta de um documento de avaliação externa do projeto *Fogo Emergência Crônica*, Figueiredo indica o descompasso entre a visão do campo ambiental sobre a necessidade do uso das técnicas e a visão dos agricultores.

O que não tínhamos percebido é que a maioria dos agricultores sabe muito bem o que fazer para não perder o controle do fogo. Queríamos então entender o motivo pelo qual o agricultor não o controlava. A resposta, pela nossa razoável amostragem, é que eles não identificam o fogo como um problema, e não acham que vão perder o seu controle. O fogo só passa a ser um problema quando ele, efetivamente, sai de controle (FIGUEIREDO apud VERÍSSIMO, s/d, p.29).

Conforme aparece no trecho citado, o *habitus* dos agricultores, no qual o uso de técnicas já foi incorporado (“...sabem muito bem o que fazer para não perder o controle do fogo”), precisa incorporar também novos valores nos quais a proteção ambiental seja tida como prioridade em relação às demais prioridades que compõem as estratégias de vida desses agricultores. Este é, por sinal, o principal objetivo das campanhas: uma nova “conscientização”.

O uso do fogo é uma prática cultural, incorporada ao *habitus* dos agricultores, economicamente satisfatória; sua substituição somente será conveniente na medida que outras alternativas apresentem vantagens econômicas e culturais mais significativas. Como observado por Silva (2003), trata-se de um modelo produtivo ligado a fortes elementos simbólicos relacionados à própria reprodução da família e a garantia de sua subsistência, e nos quais os conhecimentos a respeito de como trabalhar a terra atravessam gerações.

Os agricultores familiares irão agir buscando corresponder ao que lhes é solicitado pelas campanhas, na medida em que isso se reverta em perdas ou em ganhos materiais ou simbólicos, quer em termos individuais ou coletivos. Por exemplo, fazer aceiro pode significar (por ser também uma das atividades das campanhas – como no caso do projeto *Fogo Emergência Crônica - FEC*) visitas de um médico na localidade, o atendimento hospitalar público mais eficiente no município, abastecimento do posto de saúde da localidade com remédios e inaladores, ou, de modo mais geral, contratação de parentes ou amigos para serem brigadistas.

Na citação a seguir, reproduzida de um artigo assinado por pesquisadores de diferentes instituições do campo ambiental e do campo da agricultura familiar, o risco de “perdas” fica explicitado, inclusive com a menção a uma possível redução do apoio do campo ambiental para o campo da agricultura familiar.

(...) as lideranças dos pequenos produtores passaram a identificar que a preocupação do governo e da sociedade em geral com qualidade ambiental será permanente; e que a continuação de impactos ambientais negativos nas pequenas propriedades podem resultar em perdas importantes em outros setores por exemplo, redução do crédito agrícola tradicional, redução do apoio à reforma agrária e redução do apoio de ambientalistas aos pequenos produtores (BROWN *et al*, 2001, p.15).

A adesão às campanhas por parte dos agricultores também pode se traduzir em formas de evitar fiscalização e multas por parte do Ibama, e na antecipação da data final de proibição de queima (como no caso de cidades no estado do Mato Grosso nas quais o projeto Fogo Emergência Crônica atuou). O órgão público mantinha “parcerias” com os quatro projetos analisados nesta pesquisa (Proteger,

FEC, PGAI Queimadas e O Bom Manejo do Fogo). Isto se dava na forma do repasse de recursos e equipamentos “anti-fogo” (p.ex: bombas costais e botas) para algumas atividades e na participação em palestras e reuniões.

O Ibama, de um modo geral (pelo menos no que se refere às áreas e municípios visitados pela pesquisa), não vinha aplicando multas aos agricultores familiares. Este fato se explica pela própria política do órgão em não agir de forma punitiva em relação aos agricultores e que visa “amenizar” a imagem de autoritarismo existente desde a época do regime militar. Outros motivos são o reduzido número de fiscais trabalhando nos escritórios do órgão e a precária logística existente¹⁶³.

No entanto, o poder de fiscalização e punição é inerente à competência do Ibama e pode ser usado. Os agricultores sabem muito bem disso e agem tendo em conta este pressuposto, ou seja, o poder de autoridade do qual se reveste o órgão¹⁶⁴. A citação de um agricultor da Flona Tapajós reproduzida abaixo ilustra esta idéia (“antes de queimar já vem a proibição), que também é reforçada pela declaração do então chefe do posto do Ibama em Guarantã do Norte, em uma referência ao período da ditadura militar.

Botar um roçado, Deus que defenda, eles já tão fazendo chamado, levando preso. Antes de queimar já vem a proibição (agricultor da localidade Tauari, na Flona Tapajós).

A imagem do Ibama ainda é de terrorismo. Até cachorro e galinha correm do carro do Ibama (Chefe do posto do Ibama em Guarantã do Norte-MT em 2001, comunicação pessoal).

Outro dado importante a ser observado é que as campanhas utilizam material (p.ex: cartilhas, cartazes, folders) produzido ou financiado pelo próprio Ibama, reforçando a imagem institucional do órgão e reproduzindo seu discurso. Muitos

¹⁶³ Alguns números são ilustrativos: o posto do Ibama em Altamira contava em 2001 com 1 carro e 2 fiscais para garantir a fiscalização de possíveis irregularidades ambientais em toda Transamazônica. No posto de Marabá, 9 funcionários eram encarregados da fiscalização de 37 municípios e, em Santarém, 11 fiscais se revezavam para atender 13 cidades.

¹⁶⁴ “A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio ato de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia: a fórmula <<eu autorizo-vos a partir>> só é *eo ipso*

agricultores não participam de reuniões promovidas pelas campanhas alegando que já sabem o que será dito, pelo simples fato de que o “Ibama” já o disse antes. As ONGs que trabalham em parceria com o Ibama são, muitas vezes, confundidas com o próprio órgão governamental, não apenas porque técnicos do Ibama também participam das campanhas (geralmente ministrando palestras), mas porque eles podem ser acionados pela ONG se isto se mostrar necessário do ponto de vista da ONG, que, aliás, muitas vezes recebe recursos para suas atividades do próprio Ibama.

A influência do órgão em relação ao comportamento dos agricultores, apoiada no poder fiscalizatório que lhe é inerente, é explicitada pelos próprios funcionários do Ibama, como se verá na citação a seguir. Da mesma forma, a fala indica um elemento recorrente nas entrevistas realizadas com os funcionários do Ibama: o “descrédito” que alguns deles atribuem à efetividade das campanhas, porque estas são baseadas na transmissão de conhecimentos.

Campanhas não significam quase nada, resolve quando multa (chefe do Posto do Ibama em Altamira em 2001, comunicação pessoal).

Alguns agricultores também expressaram idéia semelhante, reafirmando a autoridade do Ibama, ao mesmo tempo que enfatizaram que as mensagens das campanhas não são razão suficiente para motivar uma mudança de comportamento.

Quando vem uma lei perigosa que tem que tirar dinheiro do bolso, aí não tem jeito mesmo. A gente muda (agricultor de Santana do Araguaia).

A relação com agentes e instituições do campo ambiental pode possibilitar o atendimento ou, ao menos, o conhecimento de outras demandas que passam a ser reconhecidas fora da esfera do campo da agricultura familiar e, portanto, com mais potencial para serem consideradas legítimas e necessárias socialmente. Os agricultores familiares, desta forma, desenvolvem *táticas*, nos termos de Michel de Certeau, para conviver com as *estratégias* traçadas pelos projetos, inerentes à própria

uma autorização se aquele que pronuncia está autorizado a autorizar, tem autoridade para autorizar”

lógica do campo ambiental. Contabiliza-se nos resultados das campanhas, via de regra, *aquilo* que é realizado pelos agricultores, não as *maneiras* de fazê-lo. Algumas falas registradas nas entrevistas são explícitas sobre a questão:

A gente fez aceiro, mas foi pra evitar algum problema depois, com esse pessoal do projeto e do Ibama. Fiz eu e meu cunhado, mas aceiro de um metro só (agricultor de Tauri, Flona Tapajós).

Queimar só a tardinha corre o risco de não queimar direito, mas achei melhor não confrontar. Queimei às duas horas ao invés do meio dia (agricultor de Paragominas).

Conforme aparece nas citações acima, a adoção de técnicas de prevenção pode se efetivar por um período, mas quase sempre não de forma permanente. Ao invés de 2 metros, os aceiros podem ter 1 metro. Ao invés de avisar todos os vizinhos próximos sobre o dia da queima, são comunicados aqueles com os quais se tem bom relacionamento; ao invés de queimar às três da tarde como orientam as campanhas, queima-se às duas, quando o sol ainda está forte, embora este não seja considerado o melhor horário pelos agricultores (entre meio-dia e uma da tarde). Comunica-se a “brigada” não apenas porque foi uma orientação do Ibama, mas porque os brigadistas podem ajudar a controlar e apagar o fogo¹⁶⁵. Convém observar que enquanto as brigadas, pagas pelo Ibama a partir de 2002, apenas “olhavam” o trabalho de prevenção (p.ex: feitura de aceiros) ou o processo de queima, a maioria dos agricultores familiares não via motivo para chamar os brigadistas para acompanhá-los. Isso ocorria, de fato, se o fogo escapava ao controle, afinal, como ressaltou um agricultor na localidade Tauari, na Flona Tapajós: “eles estão ganhando para isto, pra apagar fogo, né?”.

Desta forma, na medida que as campanhas demandam mudança de comportamento por parte dos agricultores familiares têm também de incorporar as

(BOURDIEU, 1998, p. 116).

¹⁶⁵ “Assim, ao saber-se parte de um contingente dominado específico no meio social a tendência é a manifestação do conhecimento das regras implícitas de ação de maneira displicente, como se a participação em uma situação fosse voluntária, não compulsória. Esse procedimento tende a atenuar a sensação de dominação simbólica ao mesmo tempo que legitima as ações reconhecidamente dominadas como estratégias — ou melhor dizendo, ‘truques’ — para o andamento do jogo” (BARROS FILHO, 2003, p. 228).

demandas e o *modus vivendi* destes agricultores, sob pena de “falar para as paredes”. O Proteger, projeto executado por instituições do campo da agricultura familiar, incorporou esta idéia. Nota-se que na citação abaixo, a menção à assistência técnica e linhas de crédito como temas a serem trabalhados na campanha.

O uso do fogo tem entre seus determinantes fatores ligados à cultura, à inserção social e econômica e ao ambiente político-institucional em que se insere o público-alvo do Projeto. Em função disso, ainda que se obtenha sucesso em promover uma ampla divulgação das iniciativas e possibilidades técnicas existentes, a mudança dos sistemas de produção estará diretamente relacionada a mudanças nos seus determinantes, o que vai além do escopo do Projeto. Ainda assim, este contribuirá para tal mudança, ao promover o debate e a elaboração de propostas relativas às atuais políticas de financiamento e assistência técnica ao setor (GTA, 2001, p. 22).

No entanto, como se verá adiante, o tratamento de questões como essas, mesmo no caso do Proteger, tem se dado de forma bastante pontual pelas campanhas, dificultando as possibilidades de interlocução dos agricultores com os demais agentes da esfera da produção das informações. Os trechos reproduzidos abaixo apontam para o longo espaçamento entre as atividades das campanhas e para o fato de serem atividades geralmente pontuais, dado o escopo temporal de cada projeto e o número reduzido de técnicos envolvidos (se comparado ao número de agricultores que as campanhas visam atingir).

Veio o técnico aí, mas foi uma vez só. Nem voltou, nem notícia, nem nada. Acho que era só pra fazer um H pro governo (agricultor de Santana do Araguaia).

Falaram sobre o fogo. Teve até um vídeo, mas depois vieram tão pouco, nem sei no que deu aquilo. Não resolve muito não, né? (agricultor de Paragominas).

As campanhas nem sempre “instalam-se” em uma localidade sem questionamentos ou resistências. Na localidade de São Jorge, na Flona Tapajós (Belterra-PA), por exemplo, os moradores que participaram de uma primeira reunião de contato com o IPAM decidiram não aceitar o trabalho do instituto. A causa principal alegada é que eles já estavam “cansados” de situações semelhantes

envolvendo Ibama e ONGs, que dificultavam a retirada de madeira de seus lotes e não se revertiam em nenhum resultado prático, como mecanização¹⁶⁶.

Existe algum projeto de assistência ou só cobrança? (agricultor da localidade S.Jorge, na Flona Tapajós)

A “desconfiança” por parte de alguns agentes sociais sobre as “intenções” das campanhas, como aparece na citação acima, faz parte do universo destas. Perguntas como: para quê este trabalho? por que eles estão aqui? o que eles ganham com isso? por que eles estão repassando estas informações? o que eu ganho com isso? são freqüentes nos contatos iniciais entre os técnicos das campanhas e os agricultores familiares.

A discussão da temática ambiental como um “problema” é mais recente (por volta do final dos anos 80) do que as discussões sobre crédito agrícola ou tipos de culturas mais apropriadas para um determinado solo. Isso obriga a novas reações, novas tomadas de posição por parte dos agricultores familiares, o que justifica a “desconfiança” e a precaução do como agir.

Conforme constatado através do trabalho de campo e dos documentos dos projetos, na maioria das vezes, a presença de agricultores nas reuniões promovidas pelas campanhas não foi massiva. Em Belterra, por exemplo, muitos deles não participaram de reuniões promovidas pelo IPAM ou o fizeram apenas uma vez. Isto se explica, além de razões circunstanciais como não estar na localidade no momento da reunião ou estar envolvido em outras atividades, a um desinteresse sobre o tema principal. “Eu sei o que eles vão falar” (agricultor de Tauri). “É muita conversa e pouca ajuda” (agricultor de São Jorge). As falas denunciam o reconhecimento da temática e dos possíveis resultados das reuniões¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Conforme as entrevistas de campo realizadas na localidade São Jorge, são muito freqüentes denúncias da ação ilegal de madeiras na Flona Tapajós, particularmente naquela localidade. Em alguns casos, a retirada de madeira estaria ocorrendo com o acobertamento de moradores. Em virtude desse fato, a permissão para retirada de madeira dos lotes para uso próprio (p.ex.: reforma de casas, móveis e cerca) é bastante restritiva por parte do Ibama.

¹⁶⁷ O trabalho de ONGs, como o *Projeto Saúde e Alegria*, além do próprio Ibama, já completou mais de 10 anos nas localidades estudadas (Maguari, Tauari e São Jorge) e havia tratado da temática em várias ocasiões.

Informações de caráter macro, como o seqüestro de carbono, também fizeram parte do conteúdo desses encontros, juntamente com as técnicas de prevenção e uma avaliação dos custos destas técnicas. Deste modo, o discurso das campanhas também reafirmou uma “co-responsabilidade” dos agricultores familiares por um problema ambiental global, no caso, a poluição, o aumento do buraco na camada de ozônio e o aquecimento da terra. Mensagem (algumas vezes declarada mais abertamente em reuniões das campanhas) que as instituições buscaram incorporar à visão de mundo dos agricultores familiares. A partir da ECO-92 essa “co-responsabilidade” ganhou mais visibilidade e espaço na imprensa, gerando uma série de reações e iniciativas por parte de instituições ligadas ao campo da agricultura familiar.

A fala de um agricultor entrevistado por Silva em Altamira exemplifica bem esta preocupação, que ganhou visibilidade midiática com a ECO-92.

(...) havia uma preocupação de produzir de uma outra maneira, de como melhorar a produção. Até pela discussão da ECO-92, que os agricultores foram criticados dizendo que nós que fazíamos um buraco na camada de ozônio através das queimadas. (...) (membro da diretoria da FVPP — Altamira apud SILVA, 2003, p. 50).

Isso não significa que não haja interesse ou curiosidade pelas informações de caráter macro por parte dos agricultores familiares. Ao contrário, o acesso a essas informações “facilita” a interlocução posterior com os técnicos das campanhas e com outros agentes sociais e amplia o conhecimento e as temáticas passíveis de discussão em várias esferas (cotidiano, família e círculo de amigos). As reuniões nas localidades promovidas pelas campanhas geraram e incentivaram discussões sobre o fogo acidental e levantaram questionamentos sobre a percepção que os agricultores familiares tinham sobre meio ambiente, levando-os a repensar suas práticas em relação ao seu *habitus* (predisposições incorporadas), às conjunturas econômicas, sociais e políticas nas quais se encontravam envolvidos e em relação à nova situação gerada pelas campanhas.

Desta forma, as discussões não se limitaram à questão do fogo e envolveram outros problemas ambientais, como escassez de caça, assoreamento dos rios, pesca

predatória, clima mais seco, esgotamento do solo e exploração de determinadas espécies de árvores. Os mapas e imagens de satélite mostrados pelos pesquisadores, além da curiosidade despertada pelo uso dessa tecnologia, chamaram a atenção pelo poder de detecção (fiscalização) que comportam, porque capazes de indicar ao Ibama a localização de desmatamentos e incêndios.

A mecanização, como já salientado, foi o tema mais demandado durante as entrevistas para esta pesquisa como de interesse dos agricultores. É sobre ela que tratarei a seguir.

Mecanização: uma disputa de sentidos

A mecanização, considerada uma alternativa viável para substituição do fogo em algumas áreas, é uma reivindicação presente nos discursos da maioria dos agricultores familiares e é externada por eles sempre que há possibilidade de interlocução com pesquisadores. Esta alternativa, já incorporada à visão de mundo dos agricultores, foi amplamente propagada com a *Revolução Verde* e a disseminação do padrão mecânico-químico em grande escala. É através do apoio governamental que, na percepção dos agricultores familiares, a mecanização seria viabilizada, através da compra de insumos e do aluguel ou manutenção do maquinário adequado aos diferentes tipos de culturas. As instituições e agentes dominantes do campo rural (detentores de maior capital econômico, político e simbólico – como empresas de insumos e máquinas agrícolas) foram bem sucedidos em “naturalizar” para todo o campo, sob a lógica capitalista, a idéia de mecanização associada à modernização e a uma melhor qualidade de vida, comparável a das cidades.

Os grandes que têm maquinário sempre se dão melhor que os pequenos, por isso os pequenos acabam vendendo terras (agricultor da localidade Rio Bonito, em Paragominas).

No trecho reproduzido acima, a associação entre a mecanização e uma produção agrícola bem sucedida é claramente externada pelo entrevistado.

Mecanização, portanto, é uma palavra carregada de sentidos pelos agricultores familiares. Sentidos presentes no *habitus* do próprio campo rural e deles próprios. Não entrarei aqui em uma discussão sobre a viabilidade ou não desta alternativa para os ecossistemas amazônicos ou para agricultura familiar em geral, o que certamente envolveria muitos outros aspectos que fogem do escopo desta tese. No entanto, trata-se do principal elemento presente no discurso dos agricultores quando se aborda a questão do fogo acidental, por isso considere importante colocar como as campanhas têm tratado o tema e como os agricultores percebem este tratamento dado¹⁶⁸.

Mecanização é relacionada pelos agricultores entrevistados por esta pesquisa a ganhos materiais e simbólicos, quais sejam: modernização em contraposição a atraso, grande em oposição a pequeno, melhor qualidade de vida, acesso a bens duráveis (como carro e geladeira), produção em escala ampliada e acesso a mercados consumidores e instituições diversas. Isto também significa abertura dos canais de interlocução e reconhecimento social por agentes do campo rural e dos demais campos com os quais o rural mantém relações. Mecanização é associada ainda a experiências ouvidas ou conhecidas do sul do país, onde parentes ou amigos com terra mecanizada conseguiram uma renda mensal mais estável, pouparam mão-de-obra, passaram de empregados a patrões e tiveram maior atenção do poder público no que se refere a áreas como educação e saúde.

Nem ouvi eles falando disso aí na reunião. Parece que não gostam de máquina, mas deviam tratar com o governo e com os agricultores sobre esse assunto porque é o que interessa pra nós. A gente precisa produzir (agricultor de Marabá).

Ao menos pra fazer aceiro. Falam que a gente tem que fazer aceiro de 3 metros, mas cadê máquina? É no braço mesmo? (agricultor da localidade São Jorge, Flona Tapajós).

¹⁶⁸ A história da agricultura na Amazônia, como constatara Costa (2000), tem demonstrado que sem diversidade os sistemas artificiais homogêneos são insustentáveis e afetam negativamente os ecossistemas próximos. Desta forma, conclui o autor, as fórmulas do paradigma mecânico-químico, que incluem a orientação para culturas isoladas, homogeneidade dos plantios de espécies híbridas, uso intensivo de nutrientes químicos e mecanização pesada, têm se mostrado incompatíveis com as características ecológicas locais.

Como pode ser notado pelas falas reproduzidas acima, a mecanização é apontada na grande maioria das entrevistas como forma de aumentar e obter mais lucro com a produção, além de poupar mão-de-obra, tanto no que se refere ao trabalho agrícola, como para facilitar a adoção da principal técnica de prevenção recomendada pelas campanhas: o aceiro¹⁶⁹.

Na localidade de S. Jorge (Flona Tapajós), muitos entrevistados se autointitularam *lavradores* em contraposição a agricultor, porque não tinham ou usavam máquina, ou seja, estavam em um nível inferior na hierarquia dos *agricultores* bem sucedidos, reproduzindo a lógica simbólica da modernização como sinônimo de progresso.

Mecanização também é uma palavra carregada de sentidos para os pesquisadores e técnicos que estão à frente das campanhas. Algumas opiniões colocadas pelos participantes da *Oficina sobre Planejamento Comunitário de Queimadas*, ocorrida em novembro de 1999, em Santarém-PA, são ilustrativas.

Os que estão plantando na terra mecanizada são pessoas que têm possibilidades financeiras e conseguem se manter, são pessoas que vieram para cá [Baixo Amazonas] na época do café, se deram bem e hoje estão aí (APEL, 2001, p.9-10)

Um projeto feito em Paragominas para o plantio de milho, envolveu 8 comunidades e 20 agricultores. A parceria era com a prefeitura onde ela entrava com a infra-estrutura. A despesa, no final, acabou dividida e em um ano deu problemas. Conclusão: mecanização não é para pequeno (APEL, 2001, p.9-10)

Falta muita informação para que os agricultores possam saber como plantar e não ficar se iludindo com a mecanização. Plantar na terra mecanizada é menos custoso, dá menos trabalho humano. Na roça de toco o trabalho é bem mais suado. Não se tem trator de esteira que facilita um brocado, mas em compensação, [a mecanização] tem muitos custos e ela só dá para a terra inicial (APEL, 2001, p.9-10)¹⁷⁰.

¹⁶⁹ Uma consultoria externa contratada pelo Proteger também observou esta demanda: “em algumas situações, o incentivo à realização de queimadas comunitárias deve ser correlato à oferta de subsídio para a realização do primeiro aceiro – com apoio de máquinas. O segundo aceiro é bastante fácil de ser feito se o primeiro foi realizado com tratores. Neste sentido, o Proteger deve lutar por linhas de crédito e, eventualmente, ter recursos para horas-máquina (VIANNA JR., 1999, p.27).

¹⁷⁰ Com financiamento da prefeitura de Paragominas houve em 2001 uma experiência conhecida como “patrulha mecanizada”. Belterra também viveu experiência semelhante. Neste esquema, os agricultores se inscrevem junto às secretarias de agricultura dos municípios e determinam o tamanho da área que gostariam de trabalhar de forma mecanizada. Os nomes são incluídos então em uma lista da prefeitura com datas estimadas para a

Nos trechos reproduzidos acima é possível perceber a associação da mecanização com duas situações distintas: a mecanização bem sucedida e vinculada “aos que vieram de fora”, e a mecanização “custosa” e que, portanto, “não é para o pequeno”. O “desejo” implícito dos agricultores pela mecanização aparece, no entanto, presente em todas as falas, ao mesmo tempo que é “desqualificado” pelo emissor do discurso (“conclusão: mecanização não é para o pequeno”).

Foi possível constatar com esta pesquisa que há o conhecimento por parte dos agricultores familiares dos custos básicos envolvidos na adoção da mecanização em nível local e a curto ou médio prazos, a partir de experiências vivenciadas nos municípios. Há também a percepção da quase inviabilidade individual para concretizá-la, dados os riscos econômicos subseqüentes e os riscos ambientais imediatos. Sabe-se, por exemplo, da dificuldade do uso de maquinário na “destoca” e da reação negativa do solo com o crescimento de ervas daninhas quando a mecanização é feita poucas vezes na mesma área e não são usados corretivos (p.ex.: calcários e insumos). Não há, na grande maioria dos casos, no entanto, o conhecimento dos riscos ambientais a médio ou longo prazo no caso dos solos amazônicos, assim como dos custos econômicos da iniciativa a longo prazo.¹⁷¹ A fala de um agricultor de Santana do Araguaia é ilustrativa da idéia presente na maioria das entrevistas.

Tem que ter apoio do governo por causa da correção do solo, mas produz muito mais (agricultor de Santana do Araguaia)

execução do serviço. Os próprios agricultores fornecem o óleo diesel e, em alguns casos, pagam o “tratorista”. Houve vários problemas com estas experiências. Nem sempre as máquinas puderam atender a todos os inscritos (que precisam utilizar os serviços basicamente no mesmo período), houve denúncias de favorecimentos (quer a “grandes” agricultores, quer a aliados políticos), algumas máquinas quebraram, o trabalho nem sempre era feito conforme o agricultor solicitava (tamanho da área, tipo e continuidade do serviço), houve muitos atrasos em relação às datas estimadas, alguns agricultores constataram problemas posteriores no solo. Convém registrar que, apesar desses problemas, a maioria dos agricultores entrevistados, que tiveram acesso às patrulhas mecanizadas, afirmaram que a experiência foi compensatória e que deveria se repetir com as correções necessárias.

¹⁷¹ Sobre o uso de diferentes tecnologias (como arado e máquinas) por pequenos agricultores em municípios da Transamazônia, consultar SCHMITZ, H.; CASTELLANET, C.; SIMÕES, A. *Participação dos agricultores e de suas organizações no processo de desenvolvimento de tecnologias na região da Transamazônica*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia, v.12, 1996, n.º.2, p.201-246.

Para o campo ambiental, a mecanização não é vista como uma alternativa adequada em virtude do *habitus* do próprio campo, no qual a proteção ao meio ambiente é o cerne. Mecanização, desta forma, torna-se uma idéia incompatível ou no mínimo inadequada, o que justifica o não interesse em explicitá-la ou incorporá-la com mais ênfase às campanhas, ao contrário do que gostariam os agricultores familiares¹⁷². Os resultados históricos advindos ou vinculados à mecanização em diversas áreas e países, associados à monocultura, uso intensivo da terra, esgotamento do solo, e consumo ascendente e dependente de insumos e defensivos agrícolas embasam esta postura¹⁷³. No entanto, trata-se de uma demanda presente no campo da agricultura familiar, diretamente ligada à temática das campanhas, que não tem sido suficientemente “ouvida” e “discutida” pelos técnicos e pesquisadores do campo ambiental, dificultando as possibilidades de interlocução entre as duas esferas.

O pesquisador Alfredo Homma, abordando a questão do desmatamento na Amazônia, observou o descompasso entre as demandas do campo ambiental e do campo da agricultura familiar sobre o assunto.

O desafio quanto ao desnível tecnológico e a existência de 600 mil pequenos produtores, que necessitam efetuar desmatamentos para garantir a sua sobrevivência, refletem o perigo das propostas essencialmente ambientalistas, esquecendo-se de uma política agrícola para a Amazônia. Questiona-se quanto à validade das atuais políticas em atingir o ‘desmatamento zero’ na Amazônia e reduzir as agressões ambientais, sem uma tecnificação da agricultura e a criação de alternativas para os pequenos produtores. O pensamento comum entre os ambientalistas sobre a Amazônia, de condenar as tecnologias intensivas, pode ter um efeito

¹⁷² Uma consultoria de avaliação do Proteger I já recomendava o tratamento do tema pelas campanhas: “em algumas situações, facilmente identificáveis, talvez seja mais interessante subsidiar o trabalho de construção de ‘aceiros’ que apoiar a realização de um seminário. Assim, é melhor subsidiar a mecanização da preparação dos solos para a produção do que apoiar a realização de um encontro de busca de alternativas, pois elas, em algumas situações, já existem, faltando apenas apoio financeiro para realizá-las (VIANNA JR., 1999, p.21)

¹⁷³ Goodman *et al* (1990) alertam para o impacto ambiental adverso dos padrões históricos decorrentes da transformação da base energética da agricultura através da mecanização e do uso de fertilizantes inorgânicos e agroquímicos. Os autores destacam a erosão do solo e a diminuição de sua fertilidade natural - exigindo aplicações cada vez maiores de fertilizantes para manter a produtividade - , a destruição da fauna e da flora por agroquímicos, e a perda da diversidade genética devido à difusão das variedades de alta produtividade. A biotecnologia, conclui Hobbelink (1987), tem se direcionado sobretudo para tornar possível um aumento na produção de herbicidas. Sobre este último tema ver também Mooney (1987) e RAFI (1987).

contrário quanto à conservação e à preservação, conduzindo a um subdesenvolvimento sustentado para a Amazônia (HOMMA, 2003, p. 243).

As campanhas acabam refletindo o que Araújo denominou de “tentativa de fechamento dos discursos para as vozes de outros agentes sociais”, reforçando uma relação em que prevalece um discurso válido, o do emissor (ARAÚJO, 2000, p. 267). As falas dos agricultores familiares estão, neste sentido, previstas e contidas em circuitos previamente organizados segundo a metodologia comunicativa adotada. Fala-se de mecanização mas com um discurso praticamente “pronto”, com conclusões definidas a priori, nas quais busca-se uma concordância com o que é dito, muito mais do que uma discussão sobre a temática, em que diferentes considerações possam ser efetivamente consideradas. As possíveis intervenções dos agricultores familiares são majoritariamente estimuladas e organizadas discursivamente através de regras e operações estratégicas, ou seja, previamente calculadas. Eventuais intervenções não previstas são como “pontos de fuga” e têm que buscar outros espaços de interlocução para se fazerem realmente ouvir.

Essas organizações não tão colocando na cabeça do governo que o passo é a mecanização para evitar a queimada (agricultor da localidade Rio Bonito, em Paragominas).

A citação acima exemplifica sucintamente o que foi abordado neste tópico: a dificuldade de interlocução encontrada pelos agricultores familiares no âmbito das campanhas, no que se refere à temática da mecanização, apesar da forte demanda existente para discutir o tema.

As recomendações das campanhas

Como ressaltado anteriormente, a maioria dos projetos e, conseqüentemente, das campanhas, trabalha com a idéia central de prevenção ao fogo acidental através da adoção de algumas técnicas de prevenção (p.ex.: aceiro e queimar após a segunda

chuva). Por se tratar basicamente das mesmas técnicas e de um “roteiro” de ação bastante semelhante por parte dos executores das campanhas, irei eleger o projeto O Bom Manejo do Fogo do IPAM como exemplo para analisar as demais. Trata-se de um projeto que buscou implementar a maioria das formas possíveis de relacionamento e contato com os agricultores familiares, incluindo desde reuniões e cursos, até a produção de cartilhas, cartazes, calendários e peças radiofônicas. Também, a exemplo dos demais¹⁷⁴, a produção de peças para veiculação em emissoras de televisão foi excluída da concepção do projeto, em virtude dos altos custos envolvidos. Sempre que necessário, no entanto, me reportarei também a outras campanhas, utilizando exemplos de materiais produzidos ou de situações pertinentes para a análise.

O IPAM foi o instituto pioneiro neste tipo de trabalho com fogo acidental, tendo iniciado suas atividades em 1994, em Paragominas. O pioneirismo se traduziu na produção de uma base de informações e metodologias sobre o tema que foram aproveitadas em outras campanhas e pelo próprio Ibama. É sobre essa base que trabalharei a seguir. Desta forma, para efeito de análise e fluência do texto, não vou me deter neste momento em cada campanha, parto, como já havia mencionado, do pressuposto de que há uma espécie de “roteiro” muito semelhante em todas.

O uso das técnicas para prevenção ao fogo acidental

Para os agricultores familiares, agentes sociais do campo da agricultura familiar, as técnicas de prevenção representam possibilidades de evitar prejuízos econômicos (incluída aí, dependendo da área, a perda de árvores). No entanto, elas também demandam trabalho braçal, despesas financeiras (p.ex: contratação de mão-de-obra e aluguel de trator) e alocação de tempo, além de acordos nem sempre socialmente vistos como convenientes entre vizinhos, uma vez que requerem, para que os acordos sejam efetivos, mecanismos de cobrança e punição. A discussão sobre

¹⁷⁴ A exceção, como já citado anteriormente, foi a campanha realizada pelo Ministério da Agricultura/Embrapa e que tinha o músico Almir Sater como protagonista.

técnicas de prevenção e manejo do fogo tem esbarrado no limite das possibilidades práticas de sua execução, ou seja, as alternativas demandam investimentos proporcionais, quer financeiros, de tempo ou de mão-de-obra, por parte dos diferentes agentes sociais.

Nas duas citações reproduzidas abaixo, os agricultores expõem algumas das dificuldades em seguir as recomendações das campanhas. Nota-se que no primeiro caso, as orientações são consideradas ineficientes e, no segundo, requerem um trabalho adicional para o qual não haverá “compensação”. A idéia aí implícita é de que não há um benefício pessoal a ser obtido através do trabalho conjunto em mutirão.

Se fizerem como eles falam, o fogo não anda (agricultor da localidade Tauari, na Flona Tapajós).

Ninguém quer trabalhar em mutirão, só se tivesse pagamento (agricultor do município de Marabá).

Não há na concepção dos projetos e, conseqüentemente, das campanhas, linhas de crédito para os agricultores, através de órgãos públicos ou privados, que permitam períodos de “teste”, de “experimento”, nos quais a possibilidade de risco seja atenuada¹⁷⁵. Para usar um exemplo simples: queimar somente após a segunda chuva. No município de Guarantã do Norte, localidade de Iririzinho, conforme entrevistas realizadas, alguns agricultores haviam perdido a roça em 2001 porque esperaram para queimar após a segunda chuva, seguindo determinação do Ibama e orientação do projeto Fogo Emergência Crônica. O problema foi que a terceira, quarta e quinta chuvas vieram logo em seguida. Não foi possível queimar de

¹⁷⁵ Observe-se, no entanto, que há, embora de forma limitada e pontual, “parcerias” entre projetos. O caso do Proteger II e do Roça Sem Queimar (coordenado pela Fundação Viver, Produzir e Preservar de Altamira-PA) é um exemplo. Nas atividades desenvolvidas por ambos, os resultados do Roça Sem Queimar são apontados como alternativas para a redução de uso do fogo na agropecuária e vice-versa. Há também algumas experiências realmente pontuais usadas como experimento e modelo. Geralmente escolhe-se uma roça e aplica-se com a presença e acompanhamento dos pesquisadores, um conjunto de técnicas de prevenção recomendadas pelo projeto. O IPAM desenvolveu um trabalho assim em Paragominas, na localidade Del Rei. O FEC também mantém duas experiências nesta linha em Guarantã do Norte no MT. O Corpo de Bombeiros, quando representado nas reuniões das campanhas, também dá demonstrações práticas do uso das técnicas. A avaliação dos agricultores entrevistados (os que tiveram acesso às experiências), no entanto, é de que as experiências mencionadas precisariam se estender por mais tempo e com a presença constante dos pesquisadores no seu acompanhamento, ser ampliadas e divulgadas para um número maior de agricultores, além de serem mais discutidas.

maneira adequada. Coivarar a área seria a solução, mas o trabalho demandado para isto não compensaria o esforço da família ou o investimento em mão-de-obra contratada ou aluguel de maquinário. Algumas áreas foram simplesmente abandonadas, o mesmo ocorreu em Santa Maria das Barreiras, onde atuava, em 2001, o PGAI Queimadas, coordenado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará.

Os agricultores familiares adotaram as técnicas sugeridas pela campanha por um certo período de tempo, quando houve possibilidade de sanção por parte de algum órgão público, principalmente o Ibama, ou quando as técnicas mostraram-se econômica, ambiental e socialmente convenientes em dada conjuntura, ou seja, houve ganho material ou simbólico. É o que ocorre quando, por exemplo, alguns agricultores já adotam algumas técnicas e outros não. Com o projeto, estabelece-se um “acordo comunitário” assinado pelos participantes, geralmente com o aval do STR ou de associações locais, no qual uma parte dos agricultores participará. A partir daí, gera-se uma espécie de constrangimento para os que não participaram do acordo, que pode vir em forma de dificuldade em pleitear crédito agrícola via associação (como o Pronaf ou FNO-Especial) ou na recusa de vizinhos em ajudar em atividades de interesse daqueles agricultores, como ocorre nos mutirões nas roças.

O depoimento abaixo é ilustrativo desta situação, no entanto, pelo que foi possível perceber durante a pesquisa de campo, os “acordos” propostos através das campanhas, não eram seguidos por grande parte dos agricultores das localidades.

Por pressão da maioria, já é obrigado a fazer (agricultor da localidade Maguari, na Flona Tapajós).

Convém ressaltar ainda, que mesmo um regulamento escrito, baseado em um acordo coletivo, pode não ser efetivo por muito tempo, principalmente quando a instituição promotora do acordo se afasta temporariamente ou encerra suas atividades. No caso de Paragominas, por exemplo, o acordo não foi suficiente para garantir a execução das recomendações nele previstas, embora o regulamento tenha sido, segundo os pesquisadores, elaborado e acordado a partir dos conhecimentos e

consentimento dos próprios agricultores (MELLO, 1997, p.7). É importante observar, porém, que se assim o fosse, não haveria necessidade de regulamento por escrito, com toda a carga simbólica que comporta, porque os procedimentos de prevenção já seriam naturalizados e considerados “normais” pelos agricultores.

O discurso das campanhas procura, de um modo geral, evitar uma situação que pareça conflitiva ou impositiva aos agricultores familiares. Busca-se, inicialmente, uma aproximação com as instituições representativas destes agricultores, como os STRs, as associações e cooperativas. Estas instituições são convidadas a participar das reuniões iniciais e da condução subsequente das ações previstas nas campanhas, quando os técnicos e pesquisadores deixam as localidades. Desta forma, as instituições representativas dos agricultores contribuem, com seu respaldo, para a legitimidade das ações previstas nas campanhas.

A seguir, tomando como exemplo a campanha do projeto o *Bom Manejo do Fogo* (IPAM)¹⁷⁶, elencarei as principais idéias que compõem uma campanha de prevenção ao fogo acidental, passadas geralmente durante as reuniões nas localidades. A estratégia consiste em gerar uma concordância dos participantes em relação ao discurso do emissor, ressaltando para isso, a necessidade e as vantagens do uso do fogo na agropecuária, já bastante conhecidas pelos agricultores. Busca-se mostrar, implícita e explicitamente, que não se intenciona “proibir” o uso do fogo, tratar-se-ia de uma “opção”.

Necessidade do uso do fogo.

- Uso do fogo como ferramenta agrícola: atualmente, o fogo é a forma mais prática, barata e rápida de preparar a terra para a agricultura e para fazer a limpeza dos campos.

Vantagens do uso do fogo:

- Limpa a área brocada e derrubada: o fogo é usado para a remoção de troncos e galhos liberando assim a área para o plantio;
- Enriquece a terra: as cinzas que ficam no solo depois da queimada servem de adubo natural para os cultivos agrícolas;

¹⁷⁶ As técnicas descritas a seguir fazem parte do curso *o Bom Manejo do Fogo* ministrado pela equipe de pesquisadores do IPAM nas localidades em que o projeto atua. As técnicas também estão disponíveis total ou parcialmente em alguns materiais de apoio produzidos pelo projeto, como no caso do vídeo. As demais campanhas seguem um roteiro de recomendações bastante semelhante.

- Diminui as pragas e doenças: a queimada diminui os problemas dos cultivos causados por pragas como, formigas e lagartas, e ajuda na redução de doenças que poderiam prejudicar a produção;
- Diminui o crescimento das plantas invasoras: o fogo destrói grande parte das sementes e das plantas invasoras que crescem nos roçados diminuindo o trabalho de capina;
- Limpa os campos: o controle da plantas invasoras nos campos é o principal motivo do uso de fogo como instrumento de manejo nos campos naturais e áreas de pastagens.

A partir daí, começa-se a tratar sobre os prejuízos ambientais causados pelo fogo. O tom do discurso será o de “professor-aluno” (“são aqueles matinhos que obrigam o produtor...”) e o pressuposto - e, portanto, a imagem construída sobre o receptor -, é de que os agricultores não conhecem os prejuízos que estão sofrendo e causando ao solo (“outra parte dos ‘adubos naturais’ se perde...”). O uso de maiúsculas busca chamar a atenção do agricultor sobre a sua parcela de responsabilidade pelo solo “quase sem vida” (“com a queima, grande parte destes seres morrem...”).

Prejuízos causados pelo fogo

- Prejuízos nas áreas queimadas: parte dos “adubos” se perde na fumaça. Quando um agricultor queima uma área, uma parte dos nutrientes que estava armazenada na vegetação é depositado no solo, por meio das cinzas, mas a outra parte é perdida na forma de fumaça. Os principais nutrientes perdidos são: o carbono e o nitrogênio;
- Outra parte dos “adubos naturais” se perde quando queima os galhos e folhas secas. A queimada também elimina a primeira camada da superfície do solo, que é rica em matéria orgânica que já está misturada com o solo;
- A terra fica “nua” e mais quente, diminuindo assim a quantidade de água, que serviria para as plantas: após a queima da vegetação, o solo fica exposto ao sol. Isso provoca o aumento da temperatura na superfície da terra e a diminuição da água. Essas condições dificultam o nascimento das sementes e também seu crescimento porque as raízes das plantas param de funcionar quando a terra está muito quente;
- Mata pequenos animais e seres que nem enxergamos, que ajudam a adubar a terra: são os microorganismos. No solo existem pequenos animais, como as minhocas e formigas, e outros seres que não enxergamos, como bactérias e fungos, que transformam em adubos restos de plantas e animais mortos. Com a queima, grande parte destes seres morre, tornando o solo pobre para os cultivos. “UM SOLO SEM MICROORGANISMOS É, PRATICAMENTE, UM SOLO SEM VIDA”.
- Quando uma mesma área é queimada várias vezes, aparecem plantas invasoras difíceis de controlar: é comum a infestação de algumas ervas daninhas que causam prejuízos para os cultivos. São aqueles matinhos que obrigam o produtor a fazer várias capinas no meio de sua plantação.

A próxima estratégia discursiva é apontar os prejuízos causados aos vizinhos pelo fogo accidental proveniente da queimada (“além de destruir, o fogo pode causar brigas entre vizinhos”). Nota-se que o tom “professor-aluno” é mantido (“como é isto? se você for fazer uma roça...”) e reforçado por exemplos que lembram narrativas de estórias infantis (“o fogo espanta o carapanã, uma bondade!). Ao pressuposto do desconhecimento dos prejuízos causados pelo fogo (“quando o fogo escapa, queima: cultivos, matas...”) é acrescentada a idéia de que a solução para o fogo accidental é a mudança de comportamento do agricultor, através da prevenção (“por isso é preciso prevenir!”).

Prejuízos nas Comunidades

- Quando o fogo escapa, queima: cultivos, matas, campos, animais, cercas, curral, casa etc. Além de destruir, o fogo pode causar brigas entre vizinhos;
- Quando pensamos no fogo vêm logo duas imagens. A primeira é a do fogo bom, que é o utilizado para colocar roçado, ajudando na limpeza e preparo da área. A segunda imagem é a do fogo queimando o que não queremos, desde um pé de fruteira até uma casa com todos os bens dentro;
- O fogo é assim. Da mesma forma que ele ajuda a brotar a fartura através da produção, ele pode cobrar esta ajuda.
- Como é isto?
- Se você for fazer uma roça e não tomar cuidados, esse fogo pode escapar e queimar até mesmo a sua casa.
- Quando um caçador vai para a mata e faz uma fogueira, o fogo espanta o carapanã, uma bondade! Quando sobra uma brasa na fogueira ele destrói a mata que tinha a caça! Acabou a vida do caçador.
- Quando uma pessoa coloca fogo no roçado, ele escapa e queima a cerca do vizinho. Neste caso o vizinho vai querer receber o dinheiro da cerca ou fica brigado com quem deixou o fogo escapar.
- É isto. O fogo pode acabar com uma comunidade através das brigas com os vizinhos, ao destruir as matas, acabando com as caças, as fruteiras etc...
- O fogo accidental pode acabar com um plantio, com uma casa uma propriedade ou até mesmo com uma comunidade. Por isso é preciso prevenir!!!

A solução apresentada no texto para possibilidade do fogo acabar, até mesmo, com uma “comunidade”, em virtude de um comportamento inadequado do caçador ou do agricultor, é o uso planejado e conjugado de técnicas de prevenção. Ao agricultor “responsável”, porém “desconhecedor” até aquele momento destes prejuízos econômicos, sociais e ambientais, caberia então a “tomada de consciência” e a conseqüente mudança de comportamento.

Na seqüência, são apresentadas as recomendações sobre como as campanhas orientam para que isto seja feito. Com o objetivo de ilustrar melhor as técnicas de prevenção, sempre que oportuno, acrescentei também fotos.

Parceria com os Vizinhos

- Combine com o vizinho para brocar e derrubar as roças no mesmo período. Assim, se o fogo escapar e entrar na roça ao lado, a área estará seca e pronta para queimar, evitando prejuízos.
- Convide o vizinho para ajudar. Com muita gente acompanhando é mais fácil controlar o fogo.

Escolha da Área

- Escolha um terreno plano, distante de pastos que pegam fogo facilmente e perto da roça do vizinho, facilitando a abertura de aceiros e o momento da queimada.

A *parceria com o vizinho* e a *escolha da área*, duas técnicas de fácil aplicação segundo os técnicos, pois não demandam custos econômicos ou dispêndio de tempo suplementar para sua implantação, são muito conhecidas pelos agricultores. A não utilização ou utilização “insuficiente” destas técnicas, no entanto, é atribuída por boa parte dos pesquisadores, conforme constatado nas entrevistas, a uma suposta falta de “organização comunitária” e à conseqüente inexistência de um planejamento coletivo para as queimadas. A citação abaixo, é ilustrativa deste argumento.

As queimadas são um problema coletivo e em virtude disso a solução para o problema também deveria ser buscada de forma coletiva. No entanto, para isso, era necessário um nível organizacional local que garantisse o uso das técnicas de prevenção e controle de fogo por todos e principalmente a comunicação entre os vizinhos (SOUZA, 2000, p.14).

Foi possível verificar através da pesquisa de campo que existe uma rede de relações bastante intensa entre vizinhos, pela qual, por exemplo, diárias são trocadas na época da colheita ou da broca, e serviços comunitários durante um dia da semana são realizados pela maioria dos moradores. Os vizinhos, quando demonstram interesse por este tipo de informação, são avisados sobre o dia da queima, e quando há disponibilidade de tempo e um bom relacionamento entre eles, participam da queimada. O cuidado na escolha da área segue um raciocínio próximo, pois apenas será escolhida uma área que coloque em risco a roça ou o pasto do vizinho, caso, na

avaliação de outros fatores pelo agricultor (p.ex.: acesso mais facilitado e indisponibilidade momentânea de outra área), esta, apesar do risco, se mostre a opção mais adequada.

Parceria com vizinho e escolha da área são recomendações já bastante conhecidas e usadas pelos agricultores, mas quando conveniente. A seguir, duas outras técnicas recomendadas pela campanha.

Na hora da derrubada

- A forma como a derrubada é feita pode influenciar muito no momento da queimada. Para evitar grandes problemas alguns cuidados são importantes.
- As árvores e galhos derrubados devem ficar rebaixados, ou seja, o mais próximo do chão que for possível. Se não, as árvores grandes trançadas aumentam a altura do fogo dificultando o controle.
- As árvores devem ser derrubadas para dentro do terreno a ser queimado. Isso facilita abrir o aceiro ao redor da área e dificulta a passagem do fogo para as áreas de reserva.
- Derrube todas as árvores mortas próximas aos aceiros.
- Elas podem pegar fogo facilmente durante a queimada, aí caem sobre o aceiro ou soltam faíscas levando o fogo para outras áreas.
- Cuidado na hora da derrubada. Os galhos podem cair sobre quem está derrubando as árvores. Por isso, chame um motosserrista com muita experiência.
- Poucos produtores utilizam essa técnica porque acham que o corte de árvores mortas cega a corrente da motosserra e gasta muito combustível. Um trabalho realizado pelo IPAM, em Paragominas, demonstrou que isso não é verdade e que não há diferença entre o corte de árvores vivas e mortas.



Imagem IPAM

Um discurso pode comportar várias formas de “silenciamento” (ARAÚJO, 2000) e isto fica claro nas recomendações acima. Supor que os agricultores poderão “chamar um motosserrista com muita experiência”, implica que eles terão recursos para pagar por esse serviço ou, no mínimo, tempo disponível para trocar diárias com esta pessoa futuramente, como forma de pagamento. O fato de *cegar* ou não a

corrente da motosserra, ou gastar ou não mais combustível, deixa encoberta uma outra idéia preliminar e essencial no cálculo dos agricultores. Essa técnica implica, para que seja bem sucedida, o uso de motosserra (o que muitos não têm), além de dinheiro para abastecer o equipamento com combustível.

Época da Queimada

- Queime após as primeiras chuvas. Se a broca e derruba foram bem feitas, a roça não vai deixar de queimar. A vegetação das áreas vizinhas estará úmida e não pegará fogo facilmente, caso ele escape de controle. Na estiagem, se o fogo escapar, queima tudo em volta, pois a vegetação estará muito seca.
- Outro ponto importante para o trabalho do bom manejo de fogo é saber em quantos dias uma vegetação pega fogo após parar de chover. Isto facilita identificar qual o risco de uma vegetação pegar se uma fagulha escapar de um roçado.

Um Estudo de Paragominas chegou a alguns resultados que podem servir de base:

PASTO	3 DIAS
CAPOEIRA	3 SEMANAS
MATA	VÁRIOS MESES

Fonte : UHL & KAUFFMAN, 1990.

Dia e Hora

- A melhor hora para começar o fogo é no final da tarde. Neste horário o sol e o vento estão mais fracos. Assim, caso o fogo escape, será mais lento e de fácil controle.
- É importante avisar os vizinhos o dia e a hora da queimada. Assim eles podem se programar para ajudar. Além disso, sabendo quando será a queimada ficarão alertas para que fogo não entre nas propriedades deles.
- Quando a broca e a derruba são bem feitas, não é necessário queimar no período mais seco do verão e sua roça ficará bem queimada da mesma forma.

Queimar após a segunda ou após as primeiras chuvas é uma das técnicas que encontram maior resistência na sua adoção por parte dos agricultores, assim como queimar em horário de sol e vento mais fracos. A razão, como foi visto anteriormente, é simples: o risco é grande. “Eles ensinam o agricultor a queimar de maneira que não queima” (agricultor de Altamira). A fala demonstra claramente a percepção que o agricultor tem da relação com os técnicos (“eles ensinam...”), apoiada no modelo “professor-aluno”.

A roça pode não queimar bem, o que implica uma limpeza posterior manual e muito trabalhosa, além do volume menor de cinzas. Muitas roças são simplesmente

abandonadas nestas circunstâncias. A recomendação das campanhas ainda pressupõe que a broca e a derruba tenham sido bem feitas para que a técnica seja eficaz. Como foi visto mais acima, isto não é tão simples, considerando que o uso de motosserra é um fator importante para essa efetividade.



Imagem WHRC/IPAM

Aceiro

- O aceiro serve de barreira para que o fogo não escape da roça.
- Na queimada em área de mata o aceiro ou varrida deve ser feito dentro da mata e ter largura mínima de um metro e meio. Entre o aceiro e a área derrubada deve-se deixar uma faixa de floresta intacta de mais ou menos 10 metros que irá frear a ação do fogo. Para isso, a faixa de mata deve estar verde e sem restos de vegetação muito seca.
- É importante retirar as galhadas que atravessam por cima do aceiro e derrubar as árvores secas que estejam dentro da faixa de mata. Isto deve ser feito poucos dias antes da queimada para evitar que as árvores em volta da derrubada sequem.
- Na queimada em área de capoeira o aceiro deve ser o mais largo possível, dividindo bem a área que será queimada da capoeira que será preservada.
- Na queimada em área de pasto o aceiro deve ser ainda mais largo que o usado em áreas de capoeira. O pé-de-cerca também deve ser feito. Assim, a cerca ficará protegida do fogo.
- Alguns produtores não usam o fogo para a limpeza dos pastos, pois sabem que queimadas freqüentes prejudicam o capim. Mas, se o uso do fogo for necessário, é importante soltar o gado no pasto dias antes da queimada. O gado vai comer e pisotear o capim, deixando-o baixo, o que facilitará o controle das chamas.
- Em qualquer tipo de aceiro, a vegetação deve ser jogada para dentro da área a ser queimada.
- O aceiro deve ser varrido pouco antes da queimada para retirar restos de folhas e galhos secos.
- Corte os paus caídos e atravessados sobre o aceiro. Durante a queima eles podem servir de ponte para o fogo.
- O aceiro é a técnica de prevenção de fogo na qual mais se gasta tempo. Porém, pode ser feito mais rápido, quando o trabalho é realizado em parceria com os vizinhos.



Imagens IPAM



O aceiro, técnica de prevenção mais recomendada pelas campanhas, é considerado ineficaz para “segurar o fogo”, segundo boa parte dos agricultores familiares entrevistados. Opinião contrária a que propõe o texto da campanha: “o aceiro serve de barreira para que o fogo não escape da roça”. Quando considerado necessário pelos agricultores, o aceiro atende geralmente a outras finalidades como proteger cerca, evitar intriga com vizinho e facilitar a corrida na hora de apagar o fogo. Na citação abaixo um desses elementos é enfatizado. Nota-se também a referência ao dispêndio de trabalho que a técnica exige e a associação do uso da técnica à variação dos fatores climáticos.

Mas quando? É trabalho que só. Eu faço mais por causa do Ibama e da cerca, mas também é meio metro e se o verão for muito seco (agricultor da localidade Tauari, Flona Tapajós).

Em alguns municípios e localidades, a técnica se mostrou necessária em várias ocasiões. Em Paragominas, por exemplo, o aceiro (em média de 1 metro) passou a ser usado por agricultores familiares quando a barreira natural e úmida da mata virgem foi sendo retirada. O clima mais seco e portanto mais propenso à propagação do fogo, motivou a adoção da técnica por alguns agricultores. No entanto, como já observado por Costa, R., que trabalhou com localidades naquele município, não era apenas fazer o aceiro “que garantia o controle do fogo na área para roça, pois elementos como o vento, as condições do verão, ‘forte’ ou ‘fraco’, e a cobertura vegetal ao redor, também influenciavam”. (COSTA R., 2002, p. 49).

Um ponto importante a ressaltar sobre o aceiro é que é uma técnica trabalhosa, o que pode ser percebido na citação acima e nas próprias recomendações da campanha: “o aceiro deve ser varrido pouco antes da queimada (...)”, “a vegetação deve ser jogada para dentro da área (...)”, “corte os paus caídos e atravessados sobre o aceiro”. O mesmo ocorre com o “aceiro molhado”, porque este ainda requer o transporte da água que será jogada sobre o aceiro. A feitura do aceiro demanda dispêndio de mão-de-obra familiar ou contratada, requer mais tempo para ser efetivada (“é a técnica...que gasta mais tempo”) e é, culturalmente, considerada ineficaz pelos agricultores para segurar o fogo na maioria das situações.

As campanhas apontam para uma possibilidade futura, tida como provável, do fogo acidental causar prejuízo graças à falta do aceiro. Esta situação é colocada como parâmetro e incentivo para que, na situação presente, o aceiro seja feito com a respectiva alocação de mão-de-obra necessária ([a técnica] “porém pode ser feita mais rápida, quando o trabalho é realizado em parceria com os vizinhos”). Como já observado, isso nem sempre acontece e, geralmente, quando feitos, os aceiros têm em torno de um metro de largura. Além dos motivos apontados no parágrafo anterior e dos elementos citados por Costa, R. (2002), o agricultor também considera a possibilidade de fazer aceiro porque o Ibama pode intervir.

Tem deles que fazem. Uns sim e outros não, mas antes da pregação poucos faziam. Agora faz mais por medo do Ibama. (agricultor de Conceição do Araguaia).

O agricultor da citação acima faz referência “a pregação”, ou seja, as atividades que as campanhas implementam nas localidades, associando o discurso das reuniões à fiscalização do Ibama e deixando implícita a idéia de punição. Não se trataria apenas de uma “orientação”, mas de uma espécie de “aviso” a ser considerado. A “necessidade” de fazer ou não o aceiro está, portanto, vinculada a uma série de *mediações* que o agricultor leva em conta antes de tomar uma decisão.

A seguir são apresentadas as principais etapas necessárias para o planejamento de uma queimada nos moldes recomendados pelas campanhas.

Planejar a Queimada

- Reúna todos que ajudarão e combine o que cada um vai fazer durante a queimada;
- Quem vai colocar o fogo;
- Como colocar o fogo;
- Onde deverá começar o contrafogo;
- Em que locais está a água e quais os locais onde há perigo do fogo escapar;
- Esse planejamento precisa ser feito antes do início do fogo. Durante a queimada fica muito difícil se comunicar com as pessoas que estão ajudando.

Contrafogo

- Fazer o contrafogo é iniciar a queimada no sentido contrário ao vento. Essa técnica é usada para aumentar a largura do aceiro;
- Veja como preparar o contrafogo: se o vento sopra da esquerda para a direita, comece a queimar na direção contrária ao vento. Junte com os vizinhos e vá cercando a área com fogo, até chegar a parte do terreno onde o vento sopra a favor. Quando o fogo que vai na direção do vento, que é muito rápido, alcançar o outro lado, já vai encontrar uma área queimada, o que diminui a sua força.



Contrafogo: Imagem IPAM

Vigiar o Fogo

- A queimada precisa ser vigiada o tempo todo;
- Pequenos focos de incêndio podem surgir na hora da queima. Por isso, é importante ter pessoas observando a queimada até que o fogo esteja bem controlado. Assim, caso escape, ele pode ser apagado antes que se inicie um incêndio que não deveria queimar;
- Depois do fogo alto, muitos troncos continuam queimando. É preciso que alguém vá observar a área frequentemente até que o fogo esteja apagado.

Pelo detalhamento das ações recomendadas acima, é possível notar o tom ainda dominante de um discurso “professor-aluno” (“veja como preparar o contrafogo...”) e o pressuposto do desconhecimento das técnicas pelos agricultores (“fazer o contrafogo é iniciar a queimada no sentido contrário ao vento..”). O contrafogo, embora conhecido pela maioria dos agricultores entrevistados (também

como contravento), foi a técnica considerada como uma das “novidades” das campanhas. *“Hoje, conforme o estudo dos homens, toca fogo contra o fogo”* (agricultor da localidade Tauari, na Flona Tapajós). Essa possibilidade chamou a atenção por estar vinculada ao aceiro, tornando-se uma forma de “poupar trabalho” com o preparo deste último.

Se precisar, a gente faz. Junta uns homens, se tiver por aí, e faz o contravento. Acho bom porque aumenta, assim, a largura do aceiro, né? Ajuda um pouco sim (agricultor de Marabá).

Conforme aparece no depoimento acima, o uso do contrafogo, a exemplo das demais técnicas, está atrelado às diversas “mediações” envolvidas na decisão dos agricultores, como o número de pessoas para ajudar na hora da queimada. Convém ressaltar, que o planejamento e a vigilância do fogo também requerem a participação de “ajudantes” na hora da queimada, o que nem sempre é possível, dificultando sua adoção. *“Ninguém deixa seu interesse para ver o interesse dos outros.”* (agricultor da localidade Del Rei, em Paragominas).

A fala deixa transparecer que a relação com os vizinhos, no que se refere a troca de diárias ou a trabalho voluntário, para implementação de técnicas de prevenção ou outras atividades, não é tão simples, pois decorre de negociações e do interesse dos que irão se envolver.

Na hora do fogo: utensílios e roupas

- Antes do início da queimada, providencie abafadores. Eles podem ser de borracha ou feitos com galhos verdes. Os abafadores ajudam a apagar pequenos focos de incêndio em áreas que você não queira queimar;
- Tenha sempre carotes ou pulverizadores à disposição das pessoas que vão ajudar na queimada;
- Ande sempre com roupas grossas, sapato e chapéu, que podem lhe proteger de pequenas queimaduras.

Abaixo: imagens Amigos da Terra, em Plácido de Castro - 02/10/2001



Combate ao fogo com abafador



Fogo no ramal da Encol

Água

- Distribua carotes de água ao longo do aceiro;
- A água levada para o local da queimada é importante para apagar pequenos focos de fogo que começam nas folhas ou troncos secos e que podem se transformar num grande incêndio.

Tochas

- Antes do início da queimada devem ser feitas tochas com materiais que não se apaguem facilmente. Elas devem ficar acesas até que toda a área seja cercada com o fogo. Isso evitará que parte da roça não queime.



Combate ao fogo com água



Queimada sem controle



Mutirão para o combate ao fogo

As técnicas de prevenção relacionadas ao momento da queimada envolvem algumas medidas consideradas simples porque não implicam custos financeiros (“...pode ser feito com galhos verdes”), no entanto, envolvem dispêndio de tempo e pressupõem um trabalho coletivo nem sempre factível (como pode ser visto em algumas fotos), embora isto não seja explicitado no discurso do emissor. Em muitos locais, por exemplo, carregar água a longas distâncias pode ser uma delas.

O Ibama disponibilizou material de combate ao fogo para vários municípios e localidades. Contudo, esses equipamentos ficam geralmente guardados em escritórios da instituição, nas sedes das prefeituras ou até mesmo na associação de moradores da localidade. O problema é que muitas vezes não há tempo, transporte ou interesse em ir buscá-los antes da queimada, mesmo porque, em geral, não se espera que o fogo saia de controle. Na hora da queimada propriamente dita, isso torna-se ainda mais difícil. A citação abaixo é ilustrativa da pouca operacionalidade dessa cessão do equipamento.

“O fogo aqui tá aperreado e a gente tem que ir lá na prefeitura buscar material?” (agricultor de Santana do Araguaia)

Nas localidades onde existem “brigadas comunitárias” pagas pelo Ibama (cada brigadista residente na localidade passou a receber a partir de 2002, durante os 6 meses de verão, um salário mínimo e meio por mês), como no caso das localidades da Flona Tapajós, esse problema é contornado, pois eles são os responsáveis pela guarda do material.

As queimadas precisam ser comunicadas pelos agricultores ao Ibama, mas isso geralmente não acontece. O motivo principal, segundo as entrevistas, é que os agricultores não vêem necessidade de fazê-lo, seja por desconhecerem a lei, seja porque consideram que as áreas a serem queimadas são muito pequenas (por volta de até dois hectares em média).

Autorização

- Pela legislação brasileira é preciso autorização para derrubar e queimar. Ela pode ser conseguida no Ibama ou outro órgão competente. Vários produtores podem pedir uma só autorização para as queimadas. É a queimada solidária.

Já foi mencionado anteriormente que o Ibama possui um forte *poder legal* reconhecido pelos agricultores, que pode se concretizar na forma de multas, fiscalizações, proibições e apreensões de equipamentos (como motosserras). Trata-se de um órgão público capaz de impor normas e restrições quanto ao uso da terra e dos recursos naturais. Por isso, o fato de as campanhas enfatizarem a necessidade da prevenção como uma conduta prevista na legislação brasileira (como aparece acima) é um elemento a mais no sentido de buscar reforçar a imagem idealizada do “agricultor responsável e consciente”, que planeja sua queimada nos moldes sugeridos pelas campanhas.

Materiais de Apoio: o alerta ambiental

Como assinalara Araújo, a forma dos materiais que compõem uma campanha tem que ser analisada juntamente com o conteúdo, além do planejamento

dos modos de circulação e uso. O estatuto do sujeito enunciador e dos seus destinatários é inseparável dos gêneros utilizados e da maneira de organizar e apresentar o conteúdo graficamente. Essas opções são feitas de acordo com as imagens pressupostas de um e outro e das relações daí decorrentes (ARAÚJO, 2000, p. 160). O veículo de comunicação escolhido, o formato do material e o modo de circulação também produzirão efeitos distintos junto aos receptores. É preciso ressaltar que os dispositivos de enunciação, particularmente os impressos, já carregam um desequilíbrio entre emissor e destinatário, de modos e graus diferentes, uma vez que cabe ao primeiro a produção inicial e o registro deste discurso.

Este desequilíbrio pode ser percebido nos textos das campanhas de diversas formas, entre elas o “silenciamento” e as “conclusões”. Estas últimas, recurso bastante usado, diz respeito a reafirmação do dito, já com uma suposta legitimação do coletivo. Araújo destaca três tipos de “silenciamento” que convém explicitar: a denegação, o interdito e a exclusão.

A *denegação* consiste em negar a legitimidade dos outros discursos, aqueles que disputam o mesmo espaço discursivo, desqualificando-os ou tentando subordiná-los ao do emissor, estabelecendo uma hierarquia. Um exemplo, já citado, é o discurso sobre a mecanização presente nas campanhas. A crítica, a ironia, o uso das aspas e, até mesmo, o uso do discurso relatado, “que é um modo de não conceder o direito de expressão aos concorrentes, guardando, porém, uma aparência democrática” também são exemplos desta categoria (ARAÚJO, 2000, p. 163).

A aparência democrática, como enfatiza Araújo ao tratar ainda da *denegação*, caracteriza aqueles discursos que constroem um simulacro do discurso do receptor. Os textos que se propõem pedagógicos ou questionadores freqüentemente estruturam-se em forma de perguntas e respostas, delimitando *a priori* aquilo que pode ser dito. A cartilha em quadrinhos produzida pelo Ibama e principal e mais conhecido material de apoio das campanhas (entre os agricultores entrevistados) enquadra-se neste caso. Para a autora, os textos (escritos, radiofônicos ou audiovisuais) que mobilizam o depoimento de terceiros que supostamente seriam

representativos dos destinatários, “rotulando-o, emoldurando-o, despindo-o de seu contexto e impondo-lhe arbitrariamente um sentido”, também enquadram-se nesta categoria (ARAÚJO, 2000, p. 163).

A exclusão é a omissão de outros discursos possíveis e o interdito caracteriza-se pela substituição de uns termos por outros. Neste caso, atribuí-se sentidos diferenciados, novas classificações e sentidos para palavras e expressões já “conhecidas”. “Meio ambiente” certamente é uma delas.

Os materiais produzidos e utilizados pelas campanhas (como a cartilha em quadrinhos do Ibama/GTA que tem um tamanduá como protagonista) e geralmente distribuídos e discutidos durante as reuniões com técnicos e agricultores familiares são considerados pelos agricultores “alertas” sobre a questão. “Alerta” não porque há um problema ambiental que não está sendo suficientemente percebido ou considerado por eles, como entendem as instituições do campo ambiental, mas no sentido de que há setores da sociedade, incluindo-se aí órgãos públicos do campo ambiental, interessados nas ações (“impróprias”) destes agricultores¹⁷⁷. As duas citações reproduzidas abaixo demonstram a preocupação dos agricultores em relação ao próprio comportamento e às punições que podem advir de sua inadequabilidade às leis ambientais.

Pra gente que já sabia [sobre as técnicas de prevenção], a cartilha valia pela punição. Fala de lei, crime e que pode ir preso (agricultor de Marabá).

O pessoal pensa que vai ter que pagar. Tem medo de multa (agricultor de Santana do Araguaia).

O “alerta” se estende também aos mais jovens, que ainda não são os responsáveis pelos lotes. Há um interesse dos agricultores mais velhos em relação ao conhecimento que precisa ser aprendido pelos filhos e netos, incluindo as técnicas de prevenção consideradas “adequadas” pelo campo ambiental. Sob este aspecto, reuniões (principalmente, porque trazem a possibilidade de interlocução) e demais

¹⁷⁷ “(...) postula-se com frequência que, de forma geral, as mensagens atingem principalmente os já convencidos e menos aqueles que precisamente visavam convencer. Isso porque há por parte do observador uma predisposição a se expor a mensagens que estejam de acordo com seu hábito, isto é, com interesses e atitudes já manifestos” (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 80).

meios (como as cartilhas) podem chamar a atenção, uma vez que para os agricultores mais velhos existe o entendimento de que há e haverá uma cobrança permanente de proteção ambiental, ou seja, os filhos e netos que forem dar prosseguimento ao trabalho no lote terão que estar alertas. Ou, nos termos de Bourdieu, terão que incorporar ao seu *habitus* uma nova concepção sobre meio ambiente, se quiserem evitar situações conflitivas com os órgãos governamentais ou não governamentais.

As falas reproduzidas abaixo apontam para a utilidade da cartilha enquanto uma forma de mostrar aos mais jovens que se trata de um “assunto sério”.

A cartilha tem mais assunto que os cartazes e dá para estudar com os mais novatos. Eles olham e dizem: “isso é sério” (agricultor da localidade Maguari, na Flona Tapajós).

Cartilha mesmo eu recebi porque tinha que receber, mas eu mesmo já sabia, pros mais novos serve (agricultor da localidade S. Jorge, Flona Tapajós).

O tom “professor-aluno” que marca as orientações repassadas durante as reuniões também está presente nestes materiais, assim como o pressuposto do “desconhecimento” ou da necessidade de “conscientização” dos agricultores. A seguir tratarei de cada um deles.

Cartilhas

Gênero¹⁷⁸ predominante, porque foi o mais reproduzido e distribuído durante as campanhas, a cartilha é o mais lembrado e referendado pelos agricultores familiares. No entanto, pelos motivos mencionados acima, ela é apontada por boa parte dos agricultores como sendo mais útil para as crianças, embora não seja este o destinatário principal das campanhas. A citação abaixo faz referência a “inadequabilidade” das cartilhas para os adultos, com ênfase para os elementos relacionados ao mundo infantil (“árvore sorrindo...”).

¹⁷⁸ Parto do mesmo entendimento de Araújo em relação à classificação da cartilha como um gênero. “De acordo com Bakhtin, gêneros do discurso são ‘tipos relativamente estáveis de enunciados’. Um texto não comporta só um gênero; antes, é ponto de interseção de diversos deles. (...) É baseada nessas proposições que classifico a cartilha como gênero, por considerar que ela adquiriu um modo de existência semiológico próprio e estável. (...) O gênero é elemento de definição ou reafirmação da legitimidade discursiva” (ARAÚJO, 2000, p. 227).

Tinha uma aí sim, não sei quem é que fez. Uns desenhos de como fazer aceiro. Árvore sorrindo, árvore chorando. Umas vaquinhas alegres sem o fogo. Engraçadinha. Mas dinheiro jogado fora (agricultor de Marabá).

O conhecimento do conteúdo (baseado geralmente em informações sobre técnicas de prevenção), o número expressivo de analfabetos entre os agricultores (no caso das entrevistas para esta pesquisa, a porcentagem era de mais de 60%) e a pouca familiaridade com a escrita e a leitura, também restringem o interesse dos adultos por elas.

Tem muita gente com problema de vista. O pessoal não lê não (agricultor de Santana do Araguaia).

A gente não tem costume de ler, quer trabalhar (agricultor da localidade Tauari, na Flona Tapajós)

O colono já vive é abusado de promessa. Vou comer papel? (agricultor de Altamira).

O que gasta de dinheiro na imprensa e com papel dava pra comprar um monte de trator (agricultor de Conceição do Araguaia).

Tem deles que fazem até cigarro com a cartilha (agricultor da localidade Rio Bonito, em Paragominas).

As citações acima destacam também outras *mediações* que interferem no interesse dos agricultores pela cartilha: os problemas de visão (bastante comum entre os agricultores mais velhos, que não têm óculos ou cujos óculos não são mais adequados) e o sentimento de insatisfação de alguns agricultores pelo tipo de proposta das campanhas para solucionar os problemas causados pelo fogo acidental (baseada no repasse de informações em reuniões e em materiais de apoio: “o colono já vive abusado de promessa...”, “dava pra comprar um monte de trator”). Um dos agricultores destaca o descompasso entre a necessidade de proteção ambiental colocada pelas campanhas e a necessidade de produzir, ressaltando que a segunda não tem sido suficientemente considerada nas campanhas (“vou comer o que?”).

Como ressaltado por Araújo (2000), na prática discursiva¹⁷⁹ os emissores autodenominam freqüentemente seus textos impressos de “cartilhas”. “Cartilha designa um gênero cuja definição não se separa das imagens de emissor (o que sabe e ensina), de receptor (o que não sabe e aprende), das relações entre os dois pólos (aluno-professor) e do objetivo do emissor: ensinar os rudimentos de um conhecimento qualquer, de forma pedagógica” (ARAÚJO, 2000, p. 227). A autora observa que o fato de um emissor supor ou determinar que seu produto discursivo é uma cartilha, mesmo que não o seja, produz um sentido definido e indica suas concepções de sociedade e a imagem que possui sobre os agentes sociais envolvidos na cena .

A cartilha em quadrinhos produzida pelo Ibama através do *Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais* (Prevfogo), com a colaboração do GTA através do Proteger, e que tem um tamanduá Bandeira como protagonista, é a mais conhecida entre os agricultores. As demais, com algumas especificidades, também adotam o formato colorido, com muitos desenhos e *perguntas e respostas* ensinando como proceder em relação às queimadas, além da ênfase sobre o fogo como uma ameaça e a proteção ambiental como prioridade.

Tomarei então a cartilha do Ibama/GTA para uma análise mais detalhada. Em sua segunda edição (2001), a cartilha sofreu algumas modificações em relação à versão inicial de 1998. A mais marcante foi, sem dúvida, a alteração de um desenho no qual aparecia uma área *aceirada* próxima a um rio, cujas margens estavam completamente desmatadas. O equívoco foi percebido e corrigido, mas a versão inicial, que ainda circula, continua gerando comentários irônicos por parte dos agricultores, que demonstram também a percepção do mecanismo “professor-aluno” contido nas cartilhas. “Tem coisa que eles Querem ensinar, mas tão errados”(agricultor de Marabá).

¹⁷⁹ As práticas discursivas são a face visível das instituições e é por meio dessas práticas que elas agem sobre a realidade, ao concretizar suas políticas sociais que traduzem concepções de mundo, sociedade e relações sociais

Cartilha “Queimada Controlada” do Ibama (Prevfogo) – Edição 2001



A cartilha do Ibama/GTA reafirma o desequilíbrio entre o emissor e o receptor, ao construir a imagem de cada um deles. Ao utilizar o mecanismo de *pergunta e resposta* na construção do texto e ao adotar o formato de estória em quadrinhos e o tamanho de um caderno usado pelas primeiras séries escolares, a cartilha “infantiliza” o receptor das mensagens ao mesmo tempo que destaca a sapiência de um emissor qualificado que ensina. A própria idéia de “cartilha” remonta ao início da alfabetização, para quem está começando a aprender. A citação abaixo aponta nesta direção.

A gente já tem escola de berço. É feito assim um gibi, né? Mais pra criança (agricultor da localidade Del Rei, em Paragominas).

Busca-se suprir a suposta carência de informação dos receptores e o fato de muitos serem analfabetos, utilizando um discurso no qual existe a imagem de um leitor que necessita aprender o *bê-á-bá* das técnicas de prevenção. Pode ser identificada também uma linha *diretiva* persuasiva de argumentação¹⁸⁰, no sentido de

(ARAÚJO, 2000, p. 266).

¹⁸⁰ “A modalidade *diretiva* tem como objetivo tentar que o receptor adote, no futuro, o comportamento expresso pelo estado de coisas ao qual nele se faz alusão. Sua eficácia depende muito das relações anteriores entre emissor e receptor, ou seja, dependem da cena social concreta e próxima em que se inscrevem. Esta afeta, pois, à

induzir os receptores a adotarem um comportamento desejado (ARAÚJO, 2000, p.231). Convém ressaltar que a cartilha foi feita para os adultos e não para as crianças, embora as últimas demonstrem bastante interesse por ela, dadas as características mencionadas. Abaixo, reproduzo alguns trechos do texto da cartilha:

Eu sou o tamanduá Bandeira, me chamam de “Labareda”.
Fui escolhido como animal símbolo para representar a prevenção e combate aos incêndios florestais.
Preocupado com os danos ambientais causados pelos incêndios florestais, venho ensinar algumas técnicas para se fazer uma queimada controlada. Seja cuidadoso e siga minhas instruções (RAMOS & SANTOS, 2001, p.5). (Grifos meus).

Labareda, dá para explicar cada um dos pontos?
Calma, Pessoal...
Eu vou explicar tudo direitinho
(RAMOS & SANTOS, 2001, p.9). (Grifos meus).

Todo mundo entendeu?
Só faça queimada quando o vento estiver fraco.
A força e a mudança de direção dos ventos é que podem transformar uma queimada em grande incêndio (RAMOS & SANTOS, 2001, p.17). (Grifos meus).

O tom “professor-aluno” fica bastante explicitado nos trechos reproduzidos acima. Note-se também o “diálogo” entre os personagens, em que os assuntos tratados vão adquirindo o formato do atendimento de uma “demanda” do receptor (“Labareda, dá para explicar cada um dos pontos? Calma pessoal...”). Os receptores da cartilha *Queimada Controlada* acabam sendo “espectadores” e não interlocutores. A cartilha fala deles, não com eles, ou melhor, fala com eles mas a partir de uma imagem do agricultor familiar construída pelo emissor. Cria a situação ideal da limpeza de uma roça preparada a partir das recomendações do Ibama, mas sem mencionar os “custos” que isso irá trazer ao agricultor familiar, quer em termos financeiros ou de tempo. Um aceiro de três metros, por exemplo, em volta de toda a área a ser queimada (como aparece no desenho) requer, como o próprio desenho mostra, um número de trabalhadores disponíveis para a tarefa muito além da

legitimidade discursiva pré-construída. Perguntas, interpelações, vocativos, o uso das 2ª e 3ª pessoas da conjugação verbal (tu e você) são marcas possíveis dessa modalidade” (ARAÚJO, 2000, p. 231).

realidade dos agricultores. Mesmo a troca de diárias, como é sugerido na cartilha, suporia uma disponibilidade de tempo significativa para trabalhar também nas roças de vizinhos.

Nem os filhos obedecem, imagina cartilha que o povo vem e deixa aí (agricultor de Santana do Araguaia).

Na citação acima, destacam-se dois pontos: as atividades de caráter pontual e temporário que caracterizam as campanhas (“o povo vem e deixa aí”) e a dificuldade de “obedecer” ao que é proposto (como a feitura de um aceiro de três metros). Enquanto adota o tom “professor-aluno” no discurso dos personagens, a cartilha reforça também o poder legal do Ibama. No rodapé das páginas, em vermelho e em letras maiúsculas, as orientações adquirem um tom mais impositivo.

CONSULTE O IBAMA SEMPRE QUE PRECISAR FAZER QUEIMADA
PRESERVAR O PATRIMÔNIO NATURAL É UM DEVER DE TODOS
O USO DO FOGO É UMA PRÁTICA MUITO ANTIGA, MAS PODE CAUSAR
MUITOS PREJUÍZOS
COM AUTORIZAÇÃO TUDO FICA LEGAL
(Na ordem: RAMOS & SANTOS, 2001, pp. 6,7,8 e 10).

A última página colorida da cartilha, logo após o final da estória em quadrinhos, ilustra melhor esta idéia:

VOCÊ NÃO PODE ESQUECER

- A autorização do Ibama deverá estar no local da realização da queimada.
- Fica expressamente proibido o uso de fogo em áreas de preservação permanente e de reserva legal.
- Os infratores estarão sujeitos às penas previstas nos artigos 14 e 15 da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 e na Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.
- Os danos causados a terceiros correrão por conta do proprietário da área onde teve início o fogo.
- O Ibama suspenderá a realização da queimada controlada se as condições meteorológicas ou ambientais forem desfavoráveis.
- Um representante do Ibama ou de órgão autorizado poderá comparecer ao local no dia e hora da realização da queimada.

(RAMOS & SANTOS, 2001, p.17)

Como foi possível notar, a menção às leis e às punições conclui o discurso sobre o que os agricultores “não podem esquecer” em relação ao que foi “ensinado”

pelo personagem Labareda, reforçando o aspecto mais impositivo da proposta. As duas primeiras páginas, reservadas ao texto de apresentação, são ainda mais explícitas sobre a imagem que se tem dos destinatários da cartilha. A seguir, o parágrafo de abertura e um dos parágrafos finais:

A destruição das florestas para serem transformadas em áreas para agricultura, pecuária e exploração florestal seletiva tem ampliado a perda da biodiversidade, modificando a estrutura da floresta, tornando-a inflamável. Associados a isso, fenômenos climáticos periódicos, como por exemplo o “El Nino”, provocam severas secas, aumentando os riscos de ocorrência de incêndios florestais (RAMOS & SANTOS, 2001, p.3). (Grifos meus).

É necessário, portanto, que antes de se fazer uma queimada se *PENSE* nos prejuízos que ela poderá causar. Assim, *SE REALMENTE PRECISAR, USE O FOGO CORRETAMENTE* (RAMOS & SANTOS, 2001, p.4). (O uso de maiúsculas, itálico e negrito reproduz o texto original da cartilha).

A imagem do destinatário da cartilha, que será “ensinado” posteriormente a proceder corretamente, é associada a dos causadores da “destruição das florestas” (em virtude da transformação destas “em áreas para agricultura, pecuária e exploração florestal seletiva”) e a pessoas que usam o fogo sem pensar e, em muitos casos, sem necessitar. A visão predominantemente preservacionista presente no campo ambiental, de proteção de uma floresta que quanto mais intocada, melhor, também aparece no parágrafo inaugural. Poder-se-ia argumentar que, por ser uma cartilha produzida pelo Ibama, nada mais “natural”, no que diz respeito à forma e conteúdo do discurso, pois plenamente de acordo com o *habitus* do campo ambiental¹⁸¹. No entanto, o último parágrafo da seção *Apresentação* vai relativizar um pouco essa suposição inicial.

O IBAMA, por intermédio do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – Prevfogo e do Grupo de Trabalho Amazônico-GTA, apresenta algumas técnicas fundamentais e recomendações básicas para a realização de queimada controlada (RAMOS & SANTOS, 2001, p.1). (Grifos meus)

¹⁸¹ Muitos técnicos do Ibama que hoje estão ou estiveram à frente de programas ambientais coordenados pelo instituto, foram e ainda são consultores ambientais que trabalharam ou trabalham em ONGs ambientalistas e vice-versa. A situação em outros órgãos públicos que tratam da questão ambiental não é muito diferente. Desta forma, o discurso ambiental dominante no campo ambiental encontra forte ressonância nestas instituições públicas que também acumulam capital econômico e político, portanto, poder simbólico para contribuir para a legitimação deste discurso.

Como mencionado, o Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA¹⁸², que congrega diversas instituições representativas de agricultores familiares (como os STRs) e que coordena o Proteger, também participa, pelo menos formalmente, da concepção e das idéias presentes na cartilha, além de usá-las como material de apoio nas atividades da campanha. É portanto, com o “aval” do GTA que o leitor (cuja imagem já é dada desde o início do texto) terá que estar atento às recomendações ambientais e à sua esperada mudança de comportamento.

Convém fazer também algumas observações sobre os desenhos contidos na cartilha e que mostram uma paisagem mais próxima ao cerrado do que à floresta Amazônica. Os agricultores dos municípios pesquisados comentavam com frequência: “ah, isso é mais pro pessoal lá do Mato Grosso”, fazendo menção ao fato de que o emissor que “ensina” pode não conhecer muito bem o que supostamente precisa ser ensinado.

Em resumo e de um modo geral, as cartilhas utilizadas pelas campanhas têm seguido um mesmo padrão: formato de estória em quadrinhos ou com muitos desenhos, coloridas e no tamanho de um caderno escolar das primeiras séries. O conteúdo dos textos é marcado pelo tom “professor-aluno” e construído em forma de *perguntas e respostas* já definidas, dando-lhe uma aparência democrática, mas ao mesmo tempo *silenciando* sobre outros aspectos importantes do tema, como a alocação de tempo e mão-de-obra na implementação das técnicas de prevenção. Além disso, as cartilhas contribuem para a construção e difusão da imagem de um agricultor que precisa ser ensinado a como proceder adequadamente em relação às queimadas e cujo comportamento futuro deve ter a proteção ambiental como uma prioridade.

¹⁸² A participação do GTA na elaboração dos materiais foi expressa, inclusive, na própria proposta encaminhada ao Ibama em 1998: “ a fim de garantir uma unidade entre a metodologia proposta e o material didático, será importante que o GTA participe na elaboração de todo o material que se destina ao público alvo deste projeto. No caso dos *spots* de rádio, o GTA irá preparar um pequeno programa informativo sobre a questão dos perigos do fogo para circular em rádios comunitárias por nós identificadas” (GTA, 1998a, p.4).

A seguir, tratarei de outro gênero também bastante utilizado nas campanhas, embora pouco referenciado pelos agricultores.

Cartazes

Os cartazes procuraram seguir o conteúdo das cartilhas com ênfase na proteção ao meio ambiente e no uso de técnicas de prevenção ao fogo accidental. Em alguns casos, como o do Proteger, o formato dos “quadrinhos” também foi mantido, com a adição de um calendário ao final da folha. O objetivo era “didático” e utilitário: ensinar as técnicas de prevenção e indicar a necessidade de uma mudança de comportamento em relação ao meio ambiente, além de servir como fonte de consulta diária sobre dias da semana.



Cartaz do Proteger

A referência a leis e punições também foi encontrada em alguns cartazes. Nestes casos, com a função de “aviso”, eles eram mais lembrados pelos agricultores, como aparece na citação a seguir. “Cartaz faz efeito quando diz que vai mexer no bolso do cidadão”. (agricultor de Santana do Araguaia). Os cartazes, no entanto, não foram produzidos em número expressivo se comparados às cartilhas e, por isso, muitos agricultores entrevistados não haviam tido contato com nenhum cartaz sobre prevenção ao fogo accidental.

Ao contrário dos calendários também usados nas campanhas, que tinham uma utilidade prática independentemente do conteúdo ou do formato, os cartazes, de um modo geral, não foram mantidos pelos agricultores que os receberam. Porém, em

algumas casas, eles tiveram a função (como explicado pelos agricultores) de ajudar a tapar os buracos da parede (feitas com barro) e enfeitar o local. Os cartazes foram, como ocorreu com os demais materiais, considerados pelos agricultores “alertas” sobre uma expectativa social (particularmente por parte do Ibama e das ONGs) relacionada à proteção ao meio ambiente.

Em uma clara indicação de que as construções de sentido ocorrem também na esfera da recepção das mensagens, um dos cartazes produzidos pelo Ibama e reproduzido abaixo, findou, em algumas situações, gerando efeitos de sentido contrários aos esperados pelos emissores. O fogo na citação abaixo, interpretado como um instrumento agrícola, foi considerado benéfico pelo agricultor e, diferentemente do que sugere o título, não havia, sob esta interpretação, nada a evitar (“parceiro da natureza, só você pode evitar essa imagem”).

Fogo bonito, né? Aí não vai ficar nada, já tá pronto pra jogar semente (agricultor de Paragominas).



Cartaz do Proarco (IBAMA)

Outdoors

O projeto *Fogo Emergência Crônica* (FEC) foi o que mais utilizou outdoors na divulgação da campanha¹⁸³. Outras iniciativas semelhantes relacionadas a queimadas ou incêndios partiram do próprio Ibama, através do Proarco. O objetivo principal dos outdoors, segundo os coordenadores do FEC, era chamar a atenção da imprensa e da população em geral, inclusive a urbana, sobre a proximidade do período das

queimadas e para o risco do fogo accidental, razão pela qual eram expostos antes da época da estiagem.

A estratégia era conseguir a adesão à campanha por parte da mídia (através da realização de reportagens) e da população urbana (devido ao enfoque para uma desejada redução de doenças respiratórias causadas pela fumaça). Os outdoors proporcionaram “visibilidade” para o FEC e para a ONG Amigos da Terra, contribuindo, desta forma, para facilitar as relações da ONG com os agentes sociais e instituições de outros campos (particularmente o político) e para legitimar as ações da campanha.

Um dos outdoors, por exemplo, trazia como mensagem “*A Copa é Nossa. A Árvore Também. Fogo, só depois da chuva*”. A alusão às copas das árvores e à Copa do Mundo de Futebol de 2002 (tema bastante em destaque naquele ano, reforçada pelas cores verde e amarelo) foi uma das estratégias usadas para chamar a atenção sobre o fogo durante o período chuvoso.



Outdoor geral da campanha

Poucos agricultores entrevistados para esta pesquisa lembravam-se de outdoors sobre prevenção ao fogo accidental, inclusive pela concentração destes em áreas mais urbanas, mas o sentido de “alerta”, a exemplo dos cartazes, era percebido pelos agricultores como o objetivo das mensagens.

Se o outdoor foi um veículo de divulgação considerado estratégico basicamente pelo FEC, o rádio, ao contrário, foi utilizado, em maior ou menor grau,

¹⁸³ Em março de 2003, por exemplo, foram colocados pelo FEC, em 30 municípios do Mato Grosso, Acre e Pará, cerca de 100 outdoors com diferentes mensagens, espalhados em pontos estratégicos de rodovias e das cidades. <<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=19568>>. Acesso em: 29 ago. 2003.

em todas as campanhas. É sobre o veículo de comunicação de massa mais popular entre os agricultores que tratarei a seguir.

Rádio e TV

O rádio foi um veículo usado com regularidade pelas campanhas de prevenção ao fogo accidental. Além das emissoras comerciais, também foram veiculadas peças radiofônicas em rádios comunitárias, neste último caso, com destaque para o Proteger. No entanto, conforme pode ser observado durante a pesquisa de campo, em muitas casas não havia o aparelho ou ele não se encontrava em condições de funcionar. “Tem gente que sente até vergonha do vizinho quando não tem mais pilha”. (agricultor de Marabá). A citação aponta para uma das causas deste fato, que também está ligada a problemas de captação de ondas, ao tipo de aparelho necessário (somente o modelo “motoradio” funciona bem em algumas localidades), ao custo das pilhas e do próprio aparelho, e em virtude da ausência de rede de energia elétrica na maioria das localidades.

Apesar disso, sempre que importante (como no caso de “recados” transmitidos pelas emissoras), os vizinhos comunicavam-se uns com os outros para repassar uma determinada informação. Em Santarém, por exemplo, as emissoras avisam os moradores de certas localidades sobre o horário e dias de reuniões, a chegada de parentes no município e o horário da saída dos barcos.

As peças radiofônicas sobre “fogo” variaram em formato e tempo de duração conforme a campanha, mas foram comuns os *spots* (frases curtas, com mensagens geralmente afirmativas: “com fogo não se brinca, previna-se”, “queimar sem autorização é crime ambiental”), as dramatizações em forma de estorinhas (com um texto muito parecido com o das cartilhas) e as entrevistas com coordenadores das campanhas e/ou com agricultores (indicados pelos primeiros) na época das queimadas, geralmente em programas matutinos dedicados ao “homem do campo”.

Essas mensagens, a exemplo do já colocado em relação aos demais materiais de apoio das campanhas, funcionaram como “alerta” para os agricultores familiares e

reforçaram a visão ambiental de que a solução para os problemas ligados ao fogo depende da “vontade”, “iniciativa” ou “conscientização” dos agricultores familiares. Além disso, o uso do veículo foi uma estratégia das campanhas para dar mais credibilidade ao discurso do emissor, apoiado, por sua vez, na credibilidade do próprio veículo junto aos agricultores.

Se deu no rádio a pessoa já fica ligada. Acredita mesmo. Às vezes é uma entrevista, é o apresentador que comenta. A gente já fica atento, né? (agricultor de Maguari, Flona Tapajós).

O grau de “credibilidade” da informação ouvida irá depender de vários fatores como o tipo da mensagem (as reportagens foram consideradas mais “sérias” e com maior peso de “verdade”, ao contrário das “estorinhas” dramatizadas com personagens fictícios), a emissora e o programa nos quais a informação foi inserida, a pessoa que a transmitiu (os locutores das emissoras contavam com bastante prestígio junto aos agricultores), a menção a multas ou punições (reforçando a idéia do “alerta”), a presença simultânea de técnicos do Ibama e de ONGs nas localidades, e uma avaliação da viabilidade do que foi proposto na mensagem, para ficar no principal.

As citações abaixo abordam a questão. Nota-se que a mensagem ouvida no rádio adquiriu o mesmo “peso” de uma informação colocada durante uma reunião. Além disso, o mecanismo de *pergunta e resposta* presente nas cartilhas, também apareceu nas peças radiofônicas, porém, “fortalecido” pela credibilidade do veículo (“a gente...até se conforma”). O objetivo da mensagem do emissor, no entanto, esbarrou na exequibilidade do que foi proposto ao chegar na esfera da recepção (“não dá condições de fazer”).

Diz no rádio que não pode queimar. A gente fica ouvindo as respostas das perguntas e até se conforma, mas não dá condições de fazer (Agricultor de Marabá).

É bom pra quem não vai pra reunião, fica ligado, dá no mesmo (Agricultor de Conceição do Araguaia).

Ah, o colono já pensa assim: o que fulano tá falando é verdade porque deu no rádio (Agricultor de Altamira).

A ONG *Amigos da Terra* chegou a ter um programa de rádio semanal de 20 minutos de duração, feito ao vivo na Rádio Clube (AM) de Marabá e dedicado a temática fogo. O programa intitulado *Projeto Fogo*, com patrocínio do Ministério das Relações Exteriores da Itália, teve início em abril de 2000 e recebia uma média de cinco cartas semanais de vários municípios do sudeste do Pará. As cartas faziam elogios ao programa e se destinavam, principalmente, a pedir calendários, bonés e camisetas.

Os apresentadores eram o radialista veterano Zeca Moreno e a coordenadora do Projeto, Carmém Figueiredo. A estrutura do programa se baseava na divulgação das ações do FEC realizadas em escolas, hospitais e zona rural, abordando problemas de saúde, ambientais e econômicos causados pelo fogo acidental, além de tocar músicas sertanejas e MPB (Música Popular Brasileira)¹⁸⁴. A exemplo dos outdoors, o programa de rádio também foi uma estratégia de campanha utilizada para “conquistar” o apoio da população urbana às idéias do projeto, além de incorporar a já mencionada credibilidade do veículo junto à população rural.

Assim como as cartilhas e os cartazes, o rádio contribuiu para reforçar, nas várias peças radiofônicas que foram criadas pelas campanhas (particularmente o *Proteger* e *O Bom Manejo do Fogo*), a imagem do agricultor que precisa aprender e cuja “conscientização” vai levá-lo a uma mudança de comportamento que, por sua vez, trará benefícios individuais e sociais, através da proteção ao meio ambiente. Os custos desta mudança dificilmente foram mencionados, assim como a quem caberia boa parte dos ônus destes custos.

¹⁸⁴ O programa de rádio “Fogo Emergência Crônica” (denominação posterior) acabou sendo estendido a cerca de 20 municípios dos Estados do Pará, Mato Grosso e Acre, mantendo formato semelhante (Fonte: Rádio Amazônia. *A voz da floresta*. Folder, s/d).

A seguir, reproduzo uma peça radiofônica produzida pelo Proteger¹⁸⁵ e divulgada principalmente em rádios comunitárias nos municípios que o projeto atuou.

Peça: Spot

Tempo: 30''

Título: Queima segura

Trilha: Ambiente

Slogan: “Incêndios, evite esse prejuízo”.

- Bom dia, cumpadre Edgar ?
- Bom dia cumpadre.
- Levantou cedo hoje?
- É cumpadre, hoje vou colocar fogo na minha derrubada, pra começar o plantio.
- “Cumpadre, sei que é difícil o plantio sem a queima, mas ouvi no rádio, lá no Jornal Proteger, que por causa das queimas, várias partes do Brasil e do mundo tão um fogaréu só, é que nessa época do ano, quase não tem chuva e os ventos são muito fortes, qualquer fogueiro pode virar um grande incêndio se não tomarmos cuidado.”
- Ah cumpadre é mesmo, então como é que eu faço ?
- Homi, vamos reunir a vizinhança e planejar a queimada comunitária, assim fica mais fácil preparar os aceiros e todo mundo se ajudá no dia da queima, para o fogo não escapuli e queimar tudo.
- Sabe cumpadre, vamos reunir o pessoal agorinha mesmo e pedir a solicitação de queima comunitária no Ibama. Organizando nossas queimadas, não corremos o risco de perder nossas roças, nossos animais, nem essa nossa mata.
- Pois é, cumpadre! E pro ano que vem, vamos discutir com o sindicato como preparar a terra e fazer o plantio sem queimar!

Loc.1: “Queimadas acidentais, evite esse prejuízo.”

Assinatura: Informativo do GTA, Grupo de Trabalho Amazônico. Projeto Proteger. (O uso de grifos e negrito reproduzem o texto original).

A peça radiofônica alerta para necessidade de legalização da prática das queimadas e sobre os benefícios que uma “postura adequada” e solidária irá trazer para todos, inclusive para o meio ambiente (“organizando nossas queimadas, não corremos o risco de perder nossas roças...”). Utiliza uma linguagem pontuada por “sotaques” (“pois é, cumpadre...”) e reproduz uma imagem idealizada pelo emissor em relação ao “agricultor responsável”: que trabalha coletivamente, que é solidário,

¹⁸⁵ A peça radiofônica em questão foi encontrada nos arquivos do Proteger, mas não havia menção quanto à sua autoria ou data de elaboração. O período de veiculação desta peça radiofônica concentrou-se, conforme entrevistas feitas nos municípios, particularmente em Marabá, nos seis últimos meses de 1998.

que está sintonizado com as informações veiculadas pelo rádio, que é preocupado com o meio ambiente (“qualquer foguinho pode virar um grande incêndio”), que participa do STR, que se interessa por inovações agrícolas ambientalmente adequadas (“vamos discutir no sindicato como preparar a terra e fazer o plantio sem queimar”), que utiliza técnicas de prevenção (aceiros, planejamento...) e que tem acesso ao Ibama e interesse em cumprir a legislação (“...e pedir a solicitação de queima comunitária no Ibama”).

Durante as entrevistas, muitos agricultores demonstravam, sempre que lembravam do conteúdo e formato das mensagens das campanhas ouvidas pelo rádio (o que foi mais difícil, pois as referências eram em sua maioria feitas a reportagens), um “estranhamento” em relação ao uso de certas palavras ou expressões como: “cumpadre”, que já não são mais usadas em muitas localidades como forma de cumprimento. “Eu estranhei porque a gente não usa mais essas palavras não. Será que falam assim em outros lugares?” (agricultor de Marabá).

No caso da TV, as iniciativas foram bem mais rarefeitas. Salvo entrevistas em algumas emissoras de televisão, principalmente no caso do *Projeto Fogo Emergência Crônica*, quando da assinatura dos *Protocolos de Fogo*, com a presença de várias autoridades, a única campanha que optou pelo uso sistemático e predominante da TV foi a campanha desenvolvida pela Embrapa/Ministério da Agricultura no período 2000-2001¹⁸⁶. O IPAM também produziu um vídeo sobre técnicas de prevenção, que foi passado nas comunidades durante as reuniões, atingindo uma audiência reduzida. O vídeo manteve o esquema de *perguntas e respostas*, adicionado a algumas entrevistas e depoimentos que corroboravam o discurso do emissor.

Ao se fazer menção à TV, as reportagens sobre o incêndio ocorrido em Roraima, em 1998, eram sempre lembradas pelos agricultores entrevistados. Na

¹⁸⁶ Como já mencionado, por suas características diferenciadas tanto no que se refere ao uso dos meios de comunicação de massa, quanto ao formato e conteúdo do material, além de uma pulverização maior dos destinatários das mensagens (agricultores familiares e fazendeiros), não analisarei esta campanha neste texto. Além disso, trata-se de uma campanha idealizada por agentes do *campo rural* e executada por uma agência de publicidade, o que envolveria outros métodos de análise e a complementação de entrevistas de campo, fugindo ao escopo temporal e aos objetivos desta pesquisa.

maioria dos casos, o incêndio foi considerado por eles uma “fatalidade”, provocada por um longo período de seca associada a algum incidente com o uso do fogo. As causas do incêndio eram atribuídas a fogueiras na floresta, fogo acidental nas roças e queima de lixo. Não houve uma única ou principal causa apontada, nem tampouco foram levantados “culpados”, uma vez que o entendimento geral era de que se tratou de um “acidente”.

Embora na maioria das localidades não houvesse rede de energia elétrica e o gerador de luz funcionasse no “horário da novela” ou quando havia jogos de futebol, os agricultores também viram as imagens sobre Roraima quando estiveram na cidade ou na casa de parentes. As informações sobre o incêndio causaram curiosidade e interesse em virtude da dimensão atingida pelo fogo, da presença de bombeiros, voluntários e índios no combate às chamas, da morte de animais e do uso de helicópteros e imagens de satélite (“mostraram pro mundo todo”).

Vixi! Foi feio mesmo, né? Que nem quando ocorre enchentes lá pelo sul. Eu vi que os índios ajudaram, mas também já tinha um tanto de helicóptero e homem do exército por lá. Eles usaram satélite [Ibama e mídia] e mostraram pro mundo todo o que estava acontecendo (agricultor de Altamira).

Percebeu-se mais claramente a importância dada pelo restante da sociedade e pela mídia aos incêndios florestais e a sofisticação da tecnologia disponível para detectá-los. O “alerta”, portanto, estava dado e abriu caminho para as campanhas que vieram ou se intensificaram a seguir.

Calendários

Os calendários, coloridos e no formato de estórias em quadrinhos, produzidos inicialmente pela ONG Amigos da Terra e posteriormente também pelo IPAM, mantiveram o conteúdo e o pressuposto já explicitados em relação aos demais materiais, portanto, não irei me deter novamente sobre eles. Os calendários tiveram uma aceitação maior (podiam ser encontrados com mais frequência nas paredes das casas) e ganharam mais visibilidade por estarem expostos também em órgãos

governamentais e locais públicos. Além disso, possuíam uma utilidade que transcendia a questão do fogo, relacionada ao calendário agrícola. “É melhor, né? A pessoa precisa da data, das fases da lua.” (agricultor da localidade São Jorge, na Flona Tapajós).



Calendário do projeto O Bom Manejo do Fogo (IPAM)



Cartaz do projeto O Bom Manejo do Fogo
Imagem: IPAM

O calendário e o cartaz do projeto O Bom Manejo do Fogo traziam espaços livres (do lado esquerdo da folha) para que fossem preenchidos pelo agricultor, com informações sobre o planejamento da queimada (desenho da área a ser queimada ou anotações sobre dia e hora, e participantes). Nas localidades Maguari, Tauari e São Jorge (Flona Tapajós) estes espaços, em geral, permaneceram em branco, embora muitos calendários estivessem fixados na parede.

Ressalta-se que nestas localidades, o número de analfabetos é bastante significativo e são poucos os moradores que têm por hábito escrever ou desenhar. Desta forma, a idéia inicial de motivar o próprio agricultor a registrar o planejamento de sua queimada e fixá-lo de modo visível para ele e para as “visitas” (os calendários são colocados preferencialmente nas salas ou cozinhas das residências) não resultou, em muitos casos, no efeito desejado pelos pesquisadores.

Abaixo, reproduzo os desenhos constantes do calendário pioneiro produzido pelo projeto Fogo Emergência Crônica, em forma de estória em quadrinhos. As considerações feitas em relação às cartilhas são aplicáveis ao calendário, particularmente a dominância do tom “professor-aluno”, com a ressalva de que neste

último caso, a aceitação é maior pelos agricultores, em virtude de sua utilidade prática para verificação dos dias da semana.

JULHO



AGOSTO



SETEMBRO



OUTUBRO



NOVEMBRO



DEZEMBRO



Camisetas e Bonés

Alguns projetos, como o *Fogo Emergência Crônica*, PGAI Queimadas e Proteger chegaram a produzir camisetas e bonés. No primeiro caso, a distribuição foi mais massiva e vários agricultores ainda os usavam, considerando-os um bom material de vestuário. Além disso, eram utilizados como “brindes” para as pessoas sorteadas nos programas de rádio. No caso do PGAI Queimadas, com um número bem mais reduzido de material, as camisetas eram destinadas aos “voluntários” que participavam das brigadas e para os agricultores que mantinham contatos constantes com os executores do projeto, sendo uma forma de “identificação” e “distinção” junto aos moradores da localidade.

No entanto, não foram poucos os agricultores que fizeram ironia sobre o recebimento das próprias camisetas, produzindo uma resposta “tática” (nos termos de Certeau) e demonstrando sua percepção sobre os novos valores ambientais em jogo.: “eles acham que a gente tá pregando o evangelho pra eles” (agricultor de Marabá).

A exemplo do PGAI Queimadas, a coordenação do Proteger também avaliou as camisetas e bonés como uma estratégia eficiente da campanha.

Após a distribuição de camisetas e bonés, pode-se perceber o quanto que estes produtos simples e baratos contribuem para a divulgação do projeto [Proteger] e para as idéias por trás deste, contribuindo também para o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento (belonging) entre os envolvidos com o projeto (GTA, 2003, p. 21).

Este sentimento de pertencimento precisa ser relativizado. Ele é bem mais presente entre as pessoas que assumiram funções nas campanhas (inclusive agricultores, como no caso dos monitores do Proteger) porque eles precisavam de elementos simbólicos de “distinção” em relação aos demais envolvidos e na interlocução com agentes de outros campos, como a imprensa.

Assim como o conteúdo e formato dos demais materiais, as camisetas e bonés adquiriram, via de regra, sentidos diferenciados e, algumas vezes conflitantes, quando no âmbito da esfera da produção ou da recepção das campanhas. A citação irônica reproduzida mais acima é um exemplo (“pregar o evangelho pra eles”). A seguir, já tendo por base a análise geral do “núcleo comum” das campanhas, passarei para uma especificação mais detalhada de cada uma delas. O intuito é fornecer ao leitor informações particularizadas e históricas sobre os projetos e as respectivas campanhas, além de análises mais específicas. Começarei com o *Proteger*.

4.3 – Um olhar mais específico para cada campanha

4.3.1 – O Proteger

Proteger I

O Proteger I, projeto elaborado e coordenado pelo Grupo de Trabalho Amazônico, foi executado no período compreendido entre julho de 1998 e julho de 1999 em duas fases: a primeira, de “cursos de sensibilização” e, a segunda, de estudos de alternativas ao uso do fogo e/ou de experiências de desenvolvimento sustentável. Além destas, uma fase paralela, a partir de outra metodologia –

designada “corpo a corpo”, por não contar com agentes multiplicadores e se basear em “visitas” às casas - foi desenvolvida em Roraima no primeiro semestre de 1999 (VIANNA JR., 1999, p. 14).

O conteúdo da campanha, baseado no alerta sobre os prejuízos ambientais e econômicos causados pelo fogo acidental e no repasse de informações sobre técnicas de prevenção e legislação ambiental (preferencialmente em reuniões nas localidades), marcaram a primeira etapa do Proteger, assim como ocorreu com os demais projetos (O Bom Manejo do Fogo-IPAM, Fogo Emergência Crônica-Amigos da Terra e PGAI Queimadas-Sectam/PA). A diferença básica entre o Proteger e os demais foi que as atividades eram executadas pelas Federações dos Trabalhadores na Agricultura - em nível estadual -, e em nível local, pelos sindicatos de trabalhadores rurais, que indicavam as pessoas que seriam capacitadas como “agentes multiplicadores”.

O projeto também promoveu a realização de estudos sobre experiências alternativas para produção sem fogo, a partir do registro do conhecimento e de experiências em práticas alternativas que vinham sendo desenvolvidas por agricultores familiares em vários estados da Amazônia. Aquela pesquisa acabou dando subsídios para as linhas de ação que viriam nortear o Proteger II, a partir de 2001.

O Proteger I pode ser resumido em três componentes: capacitação, formação de brigadas e busca de alternativas. Por meio da realização de reuniões, cursos e seminários foram planejadas atividades de capacitação que, inicialmente, envolveriam a realização de nove cursos inter-regionais para 200 monitores. Os cursos foram realizados em Santarém, Altamira, Marabá, Manaus, Chapada dos Guimarães, Belém, Araguaína, Rio Branco e Ji-Paraná, onde foram capacitadas 225 pessoas. Estes monitores, por sua vez, chamados de “agentes multiplicadores”, através de encontros intermunicipais, capacitaram cerca de 12 mil “lideranças comunitárias”, que também por meio de cursos nas localidades, atingiram aproximadamente 120 mil pessoas. Foram criadas 225 “brigadas comunitárias” nas

localidades rurais do chamado “Arco do Desmatamento”, sendo cada monitor responsável pela organização de, pelo menos, uma brigada.

Além da equipe de coordenação do projeto (composta por três integrantes, sendo um sindicalista rural, um assessor técnico especializado em questões agrárias e uma técnica ambiental), os cursos contaram com a orientação de bombeiros. O Ibama, através do Proarco, ficou responsável pelo repasse do equipamento básico para controle do fogo acidental (abafadores, bombas costais e uniformes especiais). Esse repasse só veio a ocorrer, de modo precário, após o final das atividades do Proteger I, o que provocou a desarticulação das brigadas então criadas. Acrescente-se que o Ibama nacional atrasou o envio da *Instrução Normativa* e dos formulários de *Autorização para a queima controlada comunitária*, que chegaram aos postos do órgão apenas no mês setembro, em pleno período de queimadas na maioria das localidades. O item “comprovação de propriedade da terra”, requerido pelo Ibama, também dificultou o acesso ou interesse dos agricultores pelas autorizações de queima.

Os cursos intermunicipais e nas localidades, dado o caráter emergencial da campanha, foram marcados pelo pouco tempo disponível para as atividades; ausência de material de apoio elaborado pelo Ibama e GTA (cartilhas e cartazes não ficaram prontos a tempo) e interlocução muito reduzida com órgãos governamentais e não governamentais (VIANNA JR., 1999, p. 18).

Os monitores, com apoio das Federações de Trabalhadores Rurais, dos STRs ou de ONGs, conseguiram, em muitos casos, produzir suas próprias cartilhas (VIANNA JR., 1999, p. 14)¹⁸⁷. As cartilhas elaboradas pelo Ibama foram distribuídas posteriormente através de seus escritórios regionais e dos sindicatos de trabalhadores rurais. Outra atividade da primeira etapa do Proteger foi a realização de uma

¹⁸⁷ Durante a pesquisa de campo em Brasília (onde se encontra a sede do GTA) e nos municípios trabalhados por esta pesquisa não foi localizado nenhum exemplar destas cartilhas alternativas, razão pela qual não foram incluídas na análise.

conferência sobre “desenvolvimento sustentável e alternativas ao uso do fogo”, em Belém, em 1999¹⁸⁸.

O número expressivo de agricultores familiares “atingidos” pela campanha (cerca de 120 mil), apesar do atraso na liberação de recursos, do caráter emergencial e da amplitude da campanha, foi considerado um “sucesso” pelas entidades envolvidas e motivou a continuação do projeto (GTA, 2002, p. 06)¹⁸⁹.

O Proteger I também aproximou e abriu o canal de interlocução entre as principais instituições representantes de movimentos ligados aos trabalhadores rurais na Amazônia: as federações e o GTA, e o principal agente financiador de projetos ambientais no Brasil: o PPG-7 (com recursos, neste caso, da Usaid, administrados pelo Banco Mundial). Tratou-se, naquele momento, em que as “brasas” de Roraima ainda ardiavam (inclusive na mídia), de uma “parceria” que traria benefícios imediatos a todos os envolvidos.

Para os financiadores, o projeto foi uma resposta rápida para a opinião pública internacional, preocupada com o futuro da floresta e dos Ianomâmi. Para o Ministério do Meio Ambiente/Ibama foi o início de um diálogo que, até então, era marcado predominantemente por conflitos históricos entre os dois lados (órgão fiscalizador ambiental e agricultores familiares)¹⁹⁰ e uma resposta à imprensa e à opinião pública nacional e internacional.

Para os agricultores familiares, principalmente através de suas instituições de representação, também se abriram os canais de interlocução, o acesso aos fundos

¹⁸⁸ “Os objetivos específicos desta conferência foram: 1) apresentar e debater experiências e práticas exitosas que possibilitam a diminuição e/ou erradicação do uso do fogo nas atividades extrativistas e agropecuárias e viabilizam um desenvolvimento sustentável; 2) debater propostas e políticas capazes de desencadear um desenvolvimento sustentável na Região, melhorando as condições de vida da população e preservando o meio ambiente e, 3) elaborar políticas para os diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal) e propor ações e práticas para as comunidades rurais e seus movimentos e organizações” (SAUER, 2003, p. 11).

¹⁸⁹ A partir de uma avaliação do Proteger I realizada pelo Banco Mundial, Usaid e Ministério do Meio Ambiente, as referidas instituições dispuseram-se a continuar financiando “a iniciativa, garantindo, num primeiro momento, apoio da ordem de US\$1 milhão para a continuidade do Projeto” (GTA, 2002, p. 17).

¹⁹⁰ Uma consultoria externa de avaliação do projeto também ressaltou o fato. “As dificuldades, entraves, desafios e avanços estão, na verdade, relacionados com as parcerias e/ou enfrentamentos entre as entidades do Proteger e órgãos governamentais, especialmente em relação ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e aos programas do PPG-7. Esta realidade reflete dificuldades históricas, portanto, não é fruto apenas de ações equivocadas de uma ou outra organização no processo de execução do Proteger” (SAUER, 2003, p. 23).

ambientais, o contato mais freqüente com instituições do campo ambiental e político, a possibilidade de mudar concretamente a imagem de “destruidores da floresta” (que a imprensa vinha alimentando desde a divulgação pelo INPE, dos primeiros índices de desmatamento em 1992¹⁹¹) e fortaleceu-se política e institucionalmente o GTA, as federações e os sindicatos de trabalhadores na agricultura (junto aos próprios agricultores familiares e instituições dos demais campos). A citação a seguir, extraída de um documento sobre o Proteger, aponta para estas mudanças.

“O Projeto Proteger representa uma iniciativa que consolidou a preocupação do MSTR [Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais] de mobilizar as lideranças e comunidades para temas ambientais” (GTA, 1999, p. 17).

Como também observou o consultor Vianna Jr., “o saldo positivo do Proteger foi a apresentação e a consolidação do sindicalismo de trabalhadores rurais no contexto do PPG-7, o que, por sua vez, levou mais diretamente a questão ambiental para um conjunto de entidades que, apesar de trabalharem com a temática, não a pensavam como parte do debate ambiental” (VIANNA JR., 1999, p. 24).

Só faltava saber em que bases se daria esta incorporação do debate ambiental pela agricultura familiar e vice-versa. O Proteger II trouxe algumas respostas.

“A gente vai trabalhar uma nova consciência”
(Ibanês Pereira Marinho – Monitor do Município de Estreito – MA)
Fonte: Folder Projeto Proteger II, s/d.

O Proteger II

O Proteger II, com duração prevista de dois anos, teve seu início em maio de 2001¹⁹² e, a exemplo da primeira etapa do projeto, os agricultores familiares foram o seu público majoritário, embora as atividades contemplassem também as populações extrativistas e aldeias indígenas de oito estados amazônicos: Acre, Rondônia, Mato

¹⁹¹ Sobre índices de desmatamento e relatórios do INPE ver <www.INPE.gov.br>.

¹⁹² Em virtude de atividades preliminares de planejamento, somente em setembro de 2001, os recursos foram repassados pelo GTA aos estados. A prorrogação do Proteger II e a continuação do projeto (Proteger III), com um caráter permanente, estava sendo discutida no início de 2004 com as instituições envolvidas nas duas primeiras versões do projeto.

Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará, Roraima e Amapá¹⁹³. Os executores estaduais do Proteger incluíam as Federações de Trabalhadores na Agricultura (AC, MT, PA, RO e TO), a Comissão Pastoral da Terra (RR) e o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – Centru (MA). No Amapá, o projeto era coordenado pela Rede das Associações das Escolas Família e pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA) (SAUER, 2004, p. 09).

Os critérios para a escolha dos municípios basearam-se “no histórico de incidência de queimadas, no maior ou menor número de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, e na análise sobre a capacidade institucional de execução do projeto pelas Fetagrís nos estados, existência de parceiros municipais/locais, e possibilidade de replicação e irradiação das atividades do projeto para municípios vizinhos” (GTA, 2002, p. 09). As atividades estavam divididas em três eixos temáticos: educação ambiental, produção sustentável e mobilização social. O fio condutor dessas atividades foi a formação de “agentes multiplicadores” através de reuniões e cursos nas localidades.

Os cursos locais são o “carro chefe” do Proteger, pois é neles que se exercita a metodologia do projeto de utilizar membros da própria comunidade para capacitar seus companheiros e fortalecer os laços comunitários que irão garantir a sustentabilidade das ações (GTA, 2003, p. 20).

A proposta do Proteger II previa a realização, a cada ano, de 12 caravanas para visitas de intercâmbio, abrangendo 36 experiências de manejo e produção agropecuária sem uso do fogo na Amazônia. Essas experiências serviriam “de base para a realização de 24 Seminários Estaduais/Regionais sobre produção sem uso do fogo, envolvendo a participação de monitores e lideranças na elaboração de propostas de disseminação e fomento dessas experiências” (GTA, 2001c, p. 03).

¹⁹³ No entanto, atividades como os “puxiruns ambientais” envolvem um público mais amplo, conforme consta do Vol. I do Manual Operacional: “o público prioritário do Proteger II é formado por agricultores/as familiares, extrativistas e comunidades indígenas que habitam os sete Estados Amazônicos” (GTA, 2002, p.8). “Além do público prioritário, o Manual considera que também serão beneficiários das ações as populações rurais e povos indígenas, que vivem em áreas de risco de incêndios, e as populações urbanas, mais especificamente concessionárias e usuários de serviços de eletricidade (risco de danos nas linhas de transmissão)” (SAUER, 2004, p. 09).

O projeto foi financiado com recursos do *Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais – PPG-7*¹⁹⁴, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) - através da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA)¹⁹⁵ -, e de outras instituições e programas como o SPRN – Subprograma de Política de Recursos Naturais¹⁹⁶ (GTA, 2001c, p. 10). O alcance do projeto, em termos de metas, era bastante expressivo: capacitação de 425 monitores, para o repasse de informações a pelo menos 39 mil agricultores familiares em 134 municípios nos estados da Amazônia Legal (exceto o Estados do Amazonas), e realização de 22 seminários estaduais/regionais de capacitação de monitores em prevenção de queimadas acidentais, para realização de 1.143 cursos dirigidos a lideranças locais. Os monitores teriam à disposição cartilhas e cartazes, além de vinhetas educativas em rádio, para estimular a formação de 241 “puxiruns ambientais” e a formalização de 241 acordos comunitários para a realização de queimadas controladas (GTA, 2001b, p. 03); (GTA, 2002, p. 16).

Além do enfoque diferenciado sobre as alternativas de produção sem o uso do fogo, o Proteger II também buscou ampliar suas temáticas com os “puxiruns ambientais”¹⁹⁷ (p.ex.: recuperação de matas ciliares, criação de horto florestal, criação e manutenção de viveiros de mudas) e a promoção de atividades com públicos específicos. Os jovens que, como foi visto anteriormente, precisam ser “alertados” sobre a crescente preocupação ambiental e suas implicações para a agricultura familiar, incorporando os novos valores aos seus *habitus*, foram incentivados a participar nas “atividades de monitor, formação de brigadas anti-incêndio e na

¹⁹⁴ “Constituído de fundos provenientes dos países do Grupo dos Sete, a União Européia e os Países Baixos, por intermédio do RFT – Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais. Este fundo é administrado pelo Banco Mundial” (GTA, 2001b, p. 03). O valor a ser repassado pelo Bird ao projeto era de R\$ 1.100.000,00.

¹⁹⁵ “Participa do financiamento do projeto através do fornecimento de contrapartida no valor de R\$ 200.000,00” (GTA, 2001c, p. 26).

¹⁹⁶ “Em âmbito nacional (Proarco), estadual (PGAIs, executores, outros parceiros) e local (STRs e/ou outras organizações). Estima-se que o aporte de recursos dos parceiros para essas atividades será da ordem de R\$1.105.200,00 (um milhão, cento e cinco mil e duzentos reais), sendo 48,62% oriundos do SPRN – Subprograma de Política de Recursos Naturais (PGAIs e/ou PCA); 31,05% do Proarco; e 20,33% das Fetagris, STRs e demais organizações envolvidas” (GTA, 2001c, p. 26).

¹⁹⁷ As principais temáticas trabalhadas pelos “puxiruns ambientais” são: definição e objetivos das queimadas controladas; autorização e organização comunitária para a execução da queimada; comportamento do fogo; noções básicas de educação ambiental; estímulo à regeneração de áreas degradadas; conhecimento e manejo dos sistemas agroflorestais e difusão de técnicas de produção sustentável sem o uso do fogo (GTA, 2003).

divulgação dos conteúdos trabalhados, potencializando, inclusive, o trabalho de rádios comunitárias existentes na região” (GTA, 2001c, p. 03). Além de reuniões e puxiruns, o Proteger II promoveu 15 oficinas sobre técnicas radiofônicas direcionadas para os jovens, resultando em um CD e na disponibilização do material gravado na Internet <www.proteger.org>.

As mulheres também foram incluídas em diversas atividades específicas, com a realização de seis oficinas durante 2003 e a produção de um manual voltado exclusivamente à temática (GTA, 2002c). A idéia central era a de contribuir para abertura de espaços de atuação e de interlocução para as mulheres dentro das instituições participantes do Proteger e no próprio ambiente cotidiano. A partir das atividades do Proteger, por exemplo, o STR de Belterra criou a “Secretaria da Mulher”.

Com o Proteger II, a proteção ao meio ambiente passa ser uma “aliada” para busca de melhores condições de vida. Ressalta-se que um dos objetivos gerais do projeto era “contribuir para a preservação do *Ecosistema Amazônico*, através da disseminação da concepção de que a preservação ambiental não é um obstáculo ao desenvolvimento mas sim uma oportunidade, um parceiro na busca pela melhoria nas condições de vida das populações locais.” O projeto também buscou “auxiliar na organização e mobilização dos agricultores familiares, extrativistas e indígenas nas áreas abrangidas pelo Projeto” (GTA, 2001c, p. 05).

Essa foi a linha condutora do Proteger II, a proteção ambiental vista como uma prioridade, na medida em que deixa de ser um “obstáculo ao desenvolvimento” para se transformar em uma “oportunidade”.

A presença em campo de diversas instituições juntamente com as federações, os sindicatos e associações de produtores rurais têm conferido maior legitimidade à implementação do projeto, assim como tem contribuído para mudar a própria visão do desenvolvimento da agricultura familiar entre dirigentes sindicais e lideranças comunitárias (BIRD, 2002, p. 05).

Esta oportunidade, como visto em relação ao Proteger I, significa abertura de canais de interlocução com agências financiadoras do campo ambiental, com representantes do campo político (responsáveis pela definição de políticas públicas), com agentes e instituições do campo jornalístico¹⁹⁸, além do próprio fortalecimento institucional das entidades representativas dos trabalhadores rurais envolvidas no projeto.

Ao fim do Projeto, espera-se um maior nível de integração e articulação de ações entre as organizações representativas dos agricultores familiares, extrativistas e indígenas e as demais organizações e instituições que atuam na prevenção de queimadas acidentais. As primeiras deverão estar participando ativamente dos fóruns estaduais e municipais de coordenação das políticas públicas voltadas à questão ambiental. Espera-se que tal participação contribua para aperfeiçoar estratégias, métodos e instrumentos de intervenção das políticas, de modo a permitir maior alcance e capilaridade às suas ações (GTA, 2002, p. 07)

Pela mesma via, o Proteger II vai contribuir para aproximar os agricultores familiares e suas instituições de representação, das “demandas” do campo ambiental em relação ao uso do fogo.

O envolvimento cotidiano com as questões ambientais, a partir das atividades do projeto Proteger, não se restringe ao MSTR, mas está perpassando várias organizações e lideranças comunitárias. Conseqüentemente, o aprendizado e a incorporação da temática não são apenas ganhos do movimento sindical, mas penetram no interior dos grupos sociais e comunidades locais, possibilitando mudanças de valores e novas perspectivas (SAUER, 2003, p. 16).

Por ser um projeto de características específicas, coordenado por uma instituição também representativa de órgãos do campo da agricultura familiar e cuja concepção baseia-se em demandas tanto do campo da agricultura familiar quanto do campo ambiental, o projeto vai se aproximar e se distanciar das demais campanhas (*O Bom Manejo do Fogo, Fogo Emergência Crônica e PGAI-Queimadas*). É sobre isso que tratarei a seguir.

¹⁹⁸ A proposta de continuação do projeto, apresentada aos financiadores em abril de 2003, explicita este ganho. “Os monitores do Proteger têm se constituído em referência, pois são procurados para darem declarações à imprensa local sobre assuntos ambientais” (GTA, 2003, p. 20).

As implicações do modelo de comunicação adotado pelo Proteger II

De acordo com entrevistas feitas com monitores do Proteger II em Santarém e Altamira, em 2003, apesar da cooperação de instituições como Embrapa e IPAM - cujos técnicos ministraram palestras-, as atividades do projeto ainda têm um caráter bastante pontual e centrado nas técnicas de prevenção¹⁹⁹, assunto sobre o qual os próprios monitores têm mais domínio. As alternativas agrícolas para uma roça sem fogo ainda não são um assunto minimamente sistematizado ou presente nos materiais de apoio produzidos pelo projeto (cartilhas e cartazes) e, portanto, de difícil acesso para consulta para os próprios monitores ou agricultores interessados. Além disso, as ações, pelo próprio modelo estratégico adotado (p.ex.: multiplicação de informações através de cursos ou reuniões, realização de um ou dois puxiruns anualmente), têm um caráter pontual que lembra a campanha do Proteger I²⁰⁰.

Mesmo em se tratando do Proteger, cuja participação do campo da agricultura familiar na sua concepção e execução é majoritária, o modelo que toma a comunicação como um instrumento de desenvolvimento (neste caso, “desenvolvimento sustentável”²⁰¹) continua sendo usado. Reforça-se a imagem do agricultor que precisa ser “conscientizado” e que deve ser “ensinado” a proceder da maneira correta. Isto se deve à própria força do modelo de comunicação de caráter informacional, presente no *habitus* dos agentes envolvidos, e tido como

¹⁹⁹ Como observado pela consultoria independente finalizada em janeiro de 2004, “não houve uma preocupação didática no processo de preparação dos monitores e monitoras (só de conteúdo) tornando o trabalho destas pessoas ainda mais difícil (em vários casos, a situação ainda foi pior porque técnicos e especialistas convidados acabaram não aparecendo, forçando a improvisação das monitoras e monitores)” (SAUER, 04, p. 17). Além disso, “(...) não há disponibilidade de recursos financeiros para realizar tal capacitação. É preciso ter bastante claro também que as monitoras e monitores fazem muitas atividades à base de trabalho voluntário (só receber uma pequena compensação pela realização dos cursos locais), o que impede qualquer exigência mais formal de continuidade ou mesmo comprometimento a longo prazo” (SAUER, 2004, p. 17).

²⁰⁰ Uma das consultorias de avaliação do projeto também ressalta esse “descontinuísmo”. “Os puxiruns despertam as comunidades para questões ambientais, mas o problema continua sendo a continuidade, ou seja, quando a proposta de trabalho inclui novas ações e mobilizações não há capacidade de acompanhamento, monitoramento etc. Dependendo da atividade prática realizada (criação de viveiro, horta comunitária, curso de SAF, criação de abelha etc.) há uma maior demanda por acompanhamento, mas as equipes não têm capacidade para dar a assistência técnica necessária” (SAUER, 2004, p. 25).

²⁰¹ “Por sustentáveis entendemos os Sistemas de Produção que contribuam para a manutenção da biodiversidade, fertilidade do solo e conservação dos recursos hídricos. Além disso, esses Sistemas devem contribuir com a geração de emprego e renda para as comunidades envolvidas e para o equilíbrio das relações de gênero” (GTA, 2002b, p.13)

“procedimento natural” e, inclusive, muito bem intencionado. “Levar informação”, “educar”, “conscientizar”, “sensibilizar” são as palavras que traduzem esta idéia²⁰².

O Proteger acaba estabelecendo uma relação com a maioria dos agricultores (“as bases”)²⁰³, através do modelo de comunicação adotado, que integra e perpassa a própria estrutura do projeto, tomando-os mais como receptores de informações do que como interlocutores. Ou seja, as ações de caráter predominantemente pontual²⁰⁴ deixam pouca oportunidade ou tempo para que os agricultores possam contribuir de forma mais efetiva para a “construção conjunta” de uma visão ambiental que venha a ser incorporada pelo projeto e que ganhe uma ampla legitimidade social posterior, enquanto política pública. Os documentos consultados sobre o Proteger (com exceção de Vianna, 1999²⁰⁵) e os manuais e cartilhas, quase nem mencionam “mecanização” como uma demanda ou uma temática a ser discutida, embora esta tenha sido a principal questão apontada pelos agricultores na quase totalidade das entrevistas realizadas para esta pesquisa, inclusive pelos sindicalistas (representantes de sindicatos de trabalhadores rurais), para, por exemplo, viabilizar a construção de aceiros.

Enquanto silencia sobre determinados temas (“inadequados” ao campo ambiental), o material de apoio reforça em vários momentos imagens pré-construídas

²⁰² Segundo o Manual Operacional do Proteger Vol. II, a capacitação dos monitores deve procurar “incorporar a conscientização ambiental a partir de uma discussão sobre os fatores naturais que são sensíveis a danos causados pelo homem. Nesse contexto dar visibilidade às medidas de diminuição dos impactos e reversão dos processos nocivos ao meio ambiente e à qualidade de vida” (GTA, 2002b, p.9).

²⁰³ Refiro-me à meta de 39 mil agricultores do Proteger II e a de 120 mil do Proteger I, pois como observa Sauer, “apesar da grande abrangência e da metodologia adotada, o Proteger não é um projeto massificador porque, por exemplo, o número de monitores e monitoras é pequeno em relação à quantidade de municípios, bem como a sua atuação atinge pequena parcela de comunidades e agricultores familiares em relação ao número total do público que seria alvo em potencial deste tipo de trabalho” (SAUER, 2003, p. 33).

²⁰⁴ O consultor do projeto observou essa descontinuidade característica das atividades: “seria fundamental repensar algumas ações do Proteger como, por exemplo, a lógica de realizar apenas um curso local em cada comunidade. Além de haver constantes cobranças das lideranças comunitárias aos monitores, a dimensão formativa fica prejudicada com a falta de continuidade. Além da continuidade, o retorno das monitoras e monitores para organizar e administrar um segundo curso funcionaria também como uma forma de acompanhamento e monitoramento das ações e processos de mudanças das comunidades” (SAUER, 2004, p. 15).

²⁰⁵ “A difusão de sistemas alternativos de produção (Sistemas Agroflorestais - SAFs, técnicas agroecológicas, dentre outras) devem ser estimuladas pois já se mostraram viáveis. O problema continua sendo sua viabilidade econômica. No entanto, como a demanda para a utilização do plantio convencional (destoca, cultivos da revolução verde e alto uso de insumos químicos) é permanente, devem também ser consideradas alternativas

dos agricultores familiares em relação ao meio ambiente, ao mesmo tempo que contribui para incorporar ao *habitus* desses agricultores uma visão ambiental que tem a conservação dos recursos naturais como prioridade.

A cartilha do Proteger II intitulada “Fogo Bom é Fogo Controlado”, publicada pelo GTA em 2003 (portanto, após a experiência do Proteger I), é um exemplo. Mantendo um formato que lembra histórias em quadrinhos/cartoons (com poucas frases), colorida e com uma narrativa do tipo “professor-aluno”, a cartilha traz basicamente informações sobre técnicas de prevenção. O tema central do projeto, “alternativas ao uso do fogo”, nem chega a ser mencionado. Além disso, a cartilha contribui para reforçar a imagem de um agricultor que “ingênuo” ou “irresponsável” em relação ao meio ambiente, acaba literalmente “dormindo no ponto” ao manejar o fogo.



para esses produtores ‘convencionais’, como subsídio de horas-máquina para a formação de aceiros, dentre outras” (VIANNA JR., 1999, p. 27).

Considerando o conteúdo das campanhas em reuniões e cursos do Proteger II, voltado também para temáticas como “alternativas ao uso do fogo”, surgem algumas perguntas. Quem faz o acompanhamento das localidades após o fim do projeto ou mesmo após o término das atividades previstas em cada etapa? Quem tira as dúvidas dos agricultores quando da adoção de uma técnica sugerida pelo projeto? Quem os acompanha analisando conjuntamente os resultados e problemas encontrados? Quem assume os custos da experimentação? São perguntas de difícil resposta. Os STRs atualmente não têm pessoal técnico ou recursos financeiros para viabilizar esse atendimento. As Ematers e a Embrapa²⁰⁶ também não. O mesmo ocorre com a equipe do próprio GTA que coordena o Proteger e com os chamados “parceiros” (p.ex.: IPAM e Amigos da Terra). Caberia então aos próprios agricultores o ônus da mudança proposta nas diversas campanhas? Salvo alteração nos modelos das campanhas vigentes, apesar das especificidades de cada uma, a resposta, por enquanto, é afirmativa.

Se os agentes do campo da agricultura familiar que estão à frente do Proteger também se questionam sobre isso, por que reproduzir um formato de campanha que não fornece respostas efetivas aos agricultores familiares? A resposta deve ser procurada também fora do campo da agricultura familiar, mais precisamente, nas relações deste último com o campo ambiental e suas instituições financiadoras. Trata-se de um jogo de forças no qual o campo da agricultura familiar, em desvantagem em relação ao acúmulo de capital econômico e político, tem que “avançar e recuar” com frequência para abrir e manter seus canais de interlocução com os demais campos, aumentar seu capital simbólico e alterar a relação de forças vigente.

²⁰⁶ Sauer já alertava para os limites da colaboração entre as instituições “parceiras” do Proteger. “É necessário ter claro que esta busca de parceria também se constitui em um processo político, especialmente porque historicamente entidades públicas de pesquisa, a exemplo da própria Embrapa, nunca tiveram claros objetivos sócio-ambientais, priorizando o desenvolvimento de tecnologias no bojo da assim chamada “Revolução Verde” (produção baseada no uso intensivo de insumos químicos e máquinas)” (SAUER, 2003, p.31). Para um aprofundamento sobre o debate relacionado à ciência e tecnologia na Amazônia, ver Costa, 1998.

A primeira reunião do Comitê Nacional do Proteger II, ocorrida em agosto de 2001, da qual participaram instituições pertencentes aos dois campos²⁰⁷, é particularmente ilustrativa. Nesta reunião, um representante da Usaid indaga aos coordenadores do Proteger por que “o orçamento geral para o projeto não privilegia a questão da produção sem fogo (que conta com apenas 4% do orçamento), ao passo que tem um papel de destaque dentro das linhas de ação propostas pela Coordenação Nacional” (GTA-PPG-7, 2001, p. 04). O início da resposta dada pelo representante do GTA foi bastante explícita. Ele “ressaltou que no anteprojeto houve a preocupação de tentar garantir um fundo rotativo para o financiamento da produção sustentável, mas que não foi aprovado pelos doadores (...)” (GTA-PPG’7, 2001, p. 04)²⁰⁸. Por se tratar de um jogo de forças dinâmico, no qual os dois lados precisam e buscam legitimidade no espaço social para garantir a continuidade de suas ações, há os “avanços e recuos”²⁰⁹. O próprio Proteger, como foi explicitado, contribui para o fortalecimento do campo da agricultura familiar dentro do campo rural e em relação aos demais campos.

O Proambiente, por exemplo, já abordado neste texto, é um indicador de que a produção familiar vem conseguindo, no âmbito do debate ambiental e político, incorporar suas demandas, embora o caminho ainda seja longo e pautado por “boas intenções” que, muitas vezes, contribuem para reproduzir uma imagem do agricultor familiar “ingênuo” ou “irresponsável” que deve ser “educado” para lidar corretamente com o meio ambiente, como mostra, em alguns momentos, o próprio Proteger.

²⁰⁷ Usaid, Proarco, PPG-7, COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia), GTA, SPRN (Subprograma de Política de Recursos Naturais), MMA/PDA, SCA e Proteger.

²⁰⁸ Na mesma reunião foram citados o PD/A e o FNMA como duas linhas de financiamento que atenderiam parcialmente esta demanda. Sobre as normas e critérios para se ter acesso a essas linhas de financiamento, consultar *homepage* do MMA <www.mma.gov.br>.

²⁰⁹ Uma consultoria realizada em 2003 sobre o Proteger também ressalta esta dinâmica. “Nesse sentido, a solução para o problema das queimadas e os perigos de incêndios florestais não se restringe à capacidade de articulação das comunidades e suas lideranças nem da ampliação da atuação do projeto Proteger. Há um contexto social, econômico, cultural e político envolvendo forças muito mais amplas que as organizações envolvidas nas ações do projeto, que determinam (ou limitam) os possíveis impactos do Proteger” (SAUER, 2003, p. 32).

Especificamente no Estado do Pará um outro projeto de prevenção ao fogo acidental também buscou envolver segmentos específicos da população para seu desenvolvimento. Embora de curta duração e com poucos recursos financeiros, o PGAI-Queimadas atuou em diversos municípios das regiões sul e sudeste do Pará. É sobre ele o tópico seguinte.

4.3.2 - O PGAI Queimadas

O PGAI-Queimadas, coordenado pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam), foi um braço do PGAI/PA (Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Estado do Pará)²¹⁰, voltado especificamente para a prevenção e controle de queimadas acidentais no estado. O projeto foi desenvolvido predominantemente em 2000-2001, embora seu planejamento tenha começado um pouco antes e algumas atividades ligadas ao monitoramento tenham se estendido aos primeiros meses de 2002.

O objetivo do projeto era criar e implementar o *Sistema de Controle, Fiscalização e Monitoramento das Queimadas – SisQueima*²¹¹, além de executar atividades de prevenção baseadas em “campanhas educativas”. Desta forma, foi criado um banco

²¹⁰ O *Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Estado do Pará (PGAI/PA)* teve iniciado em 1998 e tem como objetivo principal “elaborar, testar e implementar um modelo de gestão ambiental integrada em duas regiões do Estado, contemplando 31 municípios, nas áreas do Mojú-Capim e Tapajós”. O PGAI/PA é coordenado pela Sectam e executado em cooperação com o Ministério Público Estadual, secretarias de Meio Ambiente das prefeituras das áreas prioritárias, Polícia Militar, Polícia Civil, Ibama, Secretaria Estadual de Agricultura, Secretaria Estadual de Indústria, Comércio e Mineração; Secretaria Estadual de Saúde e as entidades não-governamentais GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) e o FAOR (Fórum da Amazônia Oriental). A concepção do projeto baseia-se numa combinação de quatro componentes: *Informação Ambiental*; *Participação da População*; *Gestão Ambiental Descentralizada*; e, *Planejamento e Controle Ambiental*. Em 2003, o projeto passou por um período de reavaliação e redefinição de atividades, com previsão de ser retomado a partir do segundo semestre de 2004. No caso específico do estado do Pará, mais informações podem ser obtidas em <www.sectam.gov.br>. Outra fonte de consulta é o *Guia Ambiental do Estado do Pará: o que você precisa saber sobre gestão ambiental*. Belém: Sectam/PGAI, 2000.

²¹¹ Para viabilizar a operacionalização do *SISQueima* foi criada, nas dependências do prédio da Sectam, uma “sala de situação”, composta por microcomputadores, aparelho de fax, linha telefônica e infra-estrutura para realização de reuniões e discussões do *Comitê Estadual de Prevenção e Controle de Incêndio Florestais e Queimadas* (criado pelo Decreto Estadual nº 3.036 de 27 de agosto de 1998), e formado por representantes da polícia militar, corpo de bombeiros, secretarias estaduais, empresas e agricultores. O maior número de reuniões do Comitê ocorreu em 2000/2001, sendo que em 2002 e 2003 (quando já haviam sido encerradas as atividades do PGAI-Queimadas), o Comitê praticamente não se reuniu. À *sala de situação* também está conectado todo o aparato tecnológico de geoprocessamento e sensoriamento remoto do Laboratório de Sensoriamento Remoto da Sectam.

de dados georeferenciado com informações de localização de localidades, cadastro de voluntários para combate ao fogo, equipamentos e materiais. Também compunham o banco de dados informações sobre as datas previamente acordadas para a realização das queimadas e o monitoramento destas através do satélite NOAA - 12.

Para execução das atividades foi escolhida uma área piloto com alta incidência de focos de queimadas no período de julho a novembro, envolvendo os municípios de São Félix do Xingu, Tucumã, Ourilândia do Norte, Bannach, Cumarú do Norte, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Rio Maria, Redenção, Floresta do Araguaia, Pau D'Arco e Conceição do Araguaia, numa área total de 162.113,147 km². O custo das atividades de campo do projeto, excetuando-se salários e gastos efetuados por "instituições parceiras", foi de cerca de R\$ 30 mil, financiados através de recursos do PGAI/PA.

A "campanha educativa" baseou-se na visita de um técnico, especialmente contratado pela Sectam com esta finalidade, para promover reuniões com diversos agentes sociais (como agricultores familiares, prefeitos, secretários de meio ambiente, empresários, professores, bombeiros e fazendeiros) nos municípios citados, organizar brigadas voluntárias de combate ao fogo e distribuir materiais de apoio (p.ex.: cartilhas e cartazes).

O rádio também foi usado como veículo de divulgação de atividades (datas e locais de reuniões e de treinamentos das brigadas). Apesar do técnico ter reivindicado junto às rádios o cumprimento do artigo 42 da Lei 4771, de 15 de setembro de 1965, o qual "determina que as estações de rádios e televisão incluirão, obrigatoriamente em suas programações, textos e dispositivos de interesse florestal, aprovados pelo órgão competente no limite de cinco minutos semanais distribuídos ou não em diferentes dias", as inserções, em número maior do que o previsto pela lei, foram pagas, embora a um "preço menor do que o da tabela" (Técnico do PGAI Queimadas. Comunicação pessoal em julho de 2001).

As atividades da campanha foram desenvolvidas através de "parcerias" com empresas, instituições e agentes sociais de diferentes campos e basearam-se,

principalmente, na experiência profissional anterior do técnico contratado pelo PGAI-Queimadas²¹² e em recomendações de membros do *Comitê Estadual de Prevenção a Queimadas*.

A seguir, apresentarei as várias etapas que compõem as estratégias desta campanha. O objetivo é apresentar um roteiro detalhado dos procedimentos adotados em uma campanha de prevenção a incêndios florestais empreendida por um órgão governamental ambientalista e destacar suas principais especificidades. Nota-se que haverá muitas semelhanças entre as estratégias adotadas pelo PGAI Queimadas e as que foram adotadas pelas ONGs, em virtude das instituições executoras pertencerem ao campo ambiental.

*Estratégias de campanha do PGAI Queimadas*²¹³

1) Etapa 1: Sensibilização

Esta estratégia visa obter apoio político e econômico para a campanha, envolvendo agentes e instituições de outros campos e do próprio campo ambiental, particularmente as prefeituras e ONGs. Busca-se a adesão de “parceiros” nas atividades de proteção ao meio ambiente ligadas à prevenção ao fogo acidental e a legitimação das ações da campanha junto aos demais campos.

Nesta etapa, as principais semelhanças com as demais campanhas foram o enfoque sobre prejuízos econômicos e ambientais causados pelo fogo acidental através do uso de imagem de satélites (caso do *Bom Manejo do Fogo*) e o trabalho em nível municipal envolvendo diferentes instituições e agentes sociais na programação das atividades, particularmente as prefeituras (caso do *Fogo Emergência Crônica*).

²¹² O referido técnico trabalhou em projetos ambientais desenvolvidos pela prefeitura de Conceição do Araguaia na década de 90. Sua formação nesta área era eminentemente prática, pois não chegou a cursar o terceiro grau completo. Com o término de seu contrato de trabalho junto ao PGAI-Queimadas no final de 2001, da reestruturação da equipe do PGAI-PA (provocando mudanças nas prioridades gerais do projeto), além da ausência de outro técnico do quadro permanente da Sectam com os atributos necessários para substituí-lo, o PGAI-Queimadas suspendeu suas atividades a partir de 2002.

²¹³ As informações referentes às estratégias de campanha postas em prática pelo PGAI Queimadas foram obtidas através de várias entrevistas realizadas em 2001 com o técnico de campo do projeto, em Belém e Conceição do Araguaia. Ao contrário de outras campanhas, como o Bom Manejo do Fogo, não havia informações disponíveis

Os “passos” empreendidos na fase de “sensibilização” pela campanha do projeto PGAI Queimadas foram os seguintes:

- Contato com órgãos governamentais e não governamentais nos municípios, através de conversas introdutórias com o prefeito e secretários de governo sobre os índices de queimadas em cada cidade;
- Apresentação do plano ambiental estadual e de mapas com imagens de satélite indicando as áreas de risco de fogo;
- Vinculação das queimadas a problemas econômicos enfrentados em cada município, como forma de não restringir a temática do fogo à questão ambiental. No caso de Conceição do Araguaia, por exemplo, foi observado que com o uso do fogo para a manutenção dos pastos estava-se atingindo áreas não desejadas, o que gerava problemas para alimentação do gado, afetando a produção e fornecimento de leite para os laticínios locais;
- Sugestão para o envolvimento das secretarias municipais de agricultura e meio ambiente nas ações da campanha, observando, no entanto, a impossibilidade do repasse de verbas estaduais para esta finalidade;
- Adoção do mesmo procedimento em relação às ONGs, órgãos de representação de agricultores familiares e fazendeiros, e representações locais do Ibama, Incra e Emater;
- Contato com fazendeiros para que os mesmos cedessem tratores para fazer aceiros na beira de estradas e caminhões para transporte de água em áreas de fogo descontrolado; .
- Contato com as principais empresas dos municípios que mantinham relações comerciais com os agricultores familiares e fazendeiros (geralmente laticínios). A estratégia era convidá-las a participar das ações da campanha através do patrocínio de “placas de rua” alertando sobre o fogo acidental (parecidas com placas de sinalização em estradas) ou de inserções de

sistematizadas ou publicadas sobre as estratégias que detalharei a seguir, razão pela qual são baseadas nas entrevistas.

mensagens radiofônicas (estas últimas geralmente com as vozes dos próprios agricultores, convidando para as reuniões da campanha nas localidades)²¹⁴;

- Realização de reuniões nas escolas públicas das áreas urbana e rural (com professores, pais e alunos), em parceria com o corpo de bombeiros e polícia militar (que ministravam palestras sobre os riscos e conseqüências do fogo accidental, “sensibilizando” também a população urbana sobre a temática). Os materiais de apoio, principalmente as cartilhas, eram distribuídos nessas ocasiões. Procedimento semelhante também foi adotado pelos projetos *O Bom Manejo do Fogo* e *Fogo Emergência Crônica*.

2) Etapa 2: Mobilização

Após os contatos introdutórios da “etapa de sensibilização”, uma reunião era realizada na sede do município (geralmente na Câmara dos Vereadores), com a presença dos agentes sociais contatados na etapa anterior. Além de promover o envolvimento de caráter público dos demais agentes sociais com a campanha, a estratégia era despertar o interesse da mídia e, desta forma, chamar a atenção da população urbana para os objetivos da campanha.

Nesta fase de “mobilização” destacou-se a assinatura de “acordos de cooperação”, com a definição de uma agenda de atividades envolvendo políticos, representantes do STR e de ONGs, fazendeiros e empresários. Ressalte-se que as estratégias mencionadas acima foram bastante semelhantes às do projeto “Fogo Emergência Crônica”.

Outro aspecto importante desta fase, comum a todas as campanhas, foi o direcionamento de suas principais atividades para os agricultores familiares, que precisavam ser “mobilizados” e “conscientizados” a agir da “forma correta” em

²¹⁴ O preço médio de cada inserção em 2001, em uma rádio FM de Conceição do Araguaia e municípios próximos, girava em torno de R\$ 1,50 cada (para um pacote de 18 inserções diárias, de 30 segundos cada, durante 7 dias).

relação à prevenção ao fogo accidental (Técnico da Sectam. Comunicação pessoal em julho de 2001).

Os “passos” empreendidos na fase de “mobilização” pela campanha do projeto PGAI Queimadas foram os seguintes:

- Assinatura de acordos de cooperação entre as entidades contadas na “etapa de sensibilização” e definição de uma agenda de treinamentos e reuniões sobre técnicas de prevenção ao fogo accidental nas localidades. A exemplo das demais campanhas (Proteger, Fogo Emergência Crônica e O Bom Manejo do Fogo), nos treinamentos e reuniões nas localidades enfatizava-se que o objetivo não era a “proibição da queima”, mas a “sensibilização”/“conscientização” sobre os prejuízos ambientais e econômicos causados pelo fogo accidental;
- Ênfase do conteúdo discursivo da campanha nas reuniões (particularmente para os agricultores familiares e sindicalistas) sobre o caráter não punitivo ou fiscalizatório das atividades propostas (adoção de técnicas de prevenção e formação de brigadas voluntárias) e sobre a não vinculação do Ibama na concepção da campanha. Observe-se no entanto, que a legislação ambiental e suas implicações foram também temas das reuniões e que os cartazes e placas de rua usados na campanha traziam mensagens sobre multas e prisões, indicando as contradições no discurso do emissor;
- Os chamados “agentes comunitários de saúde”, pessoas da própria localidade que recebiam salário e treinamento da prefeitura para prestar primeiros socorros e realizar algumas ações preventivas de saúde, também eram convidados a participar da campanha. Eles recebiam material de apoio (como as cartilhas) e orientações sobre técnicas de prevenção ao fogo accidental, além de serem informados sobre dias e horários de reuniões. Tinham a incumbência de divulgar estas informações durante as visitas

semanais nas localidades. Esta estratégia também foi utilizada pelas demais campanhas, particularmente o Fogo Emergência Crônica.

3) Fase 3: Capacitação

As reuniões nas localidades com os agricultores familiares tiveram um caráter bastante pontual. Na maioria dos casos, houve apenas uma reunião por localidade durante todo o período de verão de 2001. Isto se deve ao número muito reduzido de técnicos em campo (apenas um) e à expressiva quantidade de atividades e localidades a serem percorridas (240).

Este caráter “pontual” das atividades das campanhas é uma característica comum a todas elas. Geralmente são realizadas uma ou duas reuniões (às vezes com treinamento prático ministrado por bombeiros ou técnicos) com os agricultores, na qual são informadas as principais técnicas de prevenção ao fogo acidental e a maneira *correta* de implementá-las. Em seguida “escolhem-se” ou “elegem-se” entre os participantes, os moradores da localidade que gostariam de formar uma “brigada voluntária” de combate ao fogo.

O PGAI Queimadas seguiu este roteiro e muitas brigadas foram criadas, porém, com a ausência do técnico da Sectam nas localidades, elas acabaram se desarticulando pouco tempo depois.

Os “passos” empreendidos na fase de “capacitação” pela campanha do projeto PGAI Queimadas foram os seguintes:

- Os agricultores eram motivados a dar depoimentos sobre a necessidade do uso do fogo e sobre os prejuízos de toda ordem que sofreram em virtude do seu manuseio inadequado (o mesmo foi observado em relação às demais campanhas);
- Um dos agricultores, considerado o mais “esforçado” do grupo (segundo avaliação do técnico da Sectam e dos demais participantes dos

treinamentos), era escolhido para ser o “líder do grupo” e tornava-se o “contato principal” do projeto na localidade;

- O técnico da Sectam, “dando uma prova de confiança” ao líder, repassava sua própria camiseta a ele (vermelha, com o nome da Sectam, tirada do corpo na presença de todos durante a primeira reunião na localidade);

- As decisões posteriores sobre datas de reunião, pessoas a serem convidadas, horários e assuntos a serem abordados contavam sempre com a aquiescência do líder antes que ocorressem;

- O líder era encarregado de reunir a brigada voluntária em caso de incêndio e tomar as providências para debelar o fogo;

- O conteúdo das reuniões com os agricultores era voltado principalmente para o incentivo à adoção de técnicas de prevenção (como aceiro, contrafogo e queimar após a segunda chuva), com ênfase para os benefícios ambientais decorrentes e para os prejuízos econômicos advindos do fogo acidental. Também eram abordadas durante as reuniões temáticas relacionadas às alternativas ao uso do fogo (geralmente com sugestão de técnicas desenvolvidas pela Embrapa para manejo de pasto), ações necessárias para o combate ao fogo acidental (itens de segurança, higiene e primeiros socorros em caso de acidentes com o fogo) e formação de brigadas voluntárias;

- A produção e o uso de material de apoio nas reuniões (cartazes, cartilhas e folders) e demais atividades da campanha do PGAI Queimadas foram bastante reduzidos. Isto ocorreu porque o projeto não contava com um orçamento específico para esta finalidade. Além disso, segundo o técnico da Sectam, a maioria dos agricultores era analfabeta e não demonstrava interesse em ter a guarda do material. “Eu os usava apenas para ‘mostrar’ durante as reuniões nas localidades” (Técnico de Campo da Sectam). No caso da cartilha em particular (sempre com o uso de desenhos simulando a

típica situação professor-aluno), intitulada *Roça sem Queimada: a agricultura em andares como alternativa*, embora se introduza esta técnica, que consiste no cultivo simultâneo e sem o uso do fogo de várias espécies de plantas no terreno dividido em partes, recomenda-se que as informações metodológicas sejam obtidas junto à Sectam e a órgãos de assistência técnica como Emater e Ceplac. Instituições a cujo acesso, tanto aos técnicos, quanto aos próprios escritórios localizados nas cidades, é difícil.



Cartilha usada pelo projeto PGAI-Queimadas

- A campanha também promovia o “ranking das localidades”, divulgando entre elas os nomes dos voluntários mais “dedicados” e as localidades com menores índices de acidentes registrados com fogo ou com maior número de brigadistas. Esta estratégia também foi usada por técnicos ou pesquisadores das demais campanhas, mas tiveram efeito bastante limitado, uma vez que com o afastamento dos técnicos as informações sobre números de queimadas deixavam de ser conhecidas pelos agricultores.

A reconstrução de sentido pelos agricultores

Como é possível observar pelo elenco de atividades previstas e o número de municípios a serem trabalhados (13), o técnico de campo contratado pela Sectam com esta finalidade mal conseguiu percorrer todas as localidades programadas pelo menos uma vez em 2001. Embora contasse com o apoio de técnicos de ONGs, polícia militar e bombeiros para ministrar palestras e realizar treinamentos, ele não tinha

como proceder ao acompanhamento do trabalho posterior das brigadas voluntárias e dos “líderes” eleitos em cada localidade. Suas atividades principais, portanto, acabaram se concentrando no município de Conceição do Araguaia (onde ele residia).

A campanha delegou aos próprios agricultores, através do único técnico em campo, a responsabilidade de prosseguir com ações e orientações fornecidas em reuniões, treinamentos e através dos escassos materiais de apoio (como cartilhas e cartazes) sem fornecer as condições estruturais para que isso pudesse ocorrer. Também se partiu do princípio de que as recomendações, por si só, uma vez seguidas, dariam os resultados esperados, ou seja, não trariam prejuízos econômicos para os agricultores e, ao mesmo tempo, beneficiariam o meio ambiente e a saúde da população em geral, o que não aconteceu em muitos casos.

Muitos agricultores alegavam que não “valia a pena dar crédito” para a campanha, pois se tratava, segundo eles, somente de uma espécie de “chamariz para a imprensa e para os políticos que não queriam ver fumaça” e não uma possibilidade real de interlocução sobre a temática.

A maioria dos brigadistas voluntários, já em 2001, tinha, de acordo com as entrevistas, desistido da tarefa. A argumentação era a falta de remuneração para um trabalho, para o qual “nem reconhecimento havia”. As roças eram distantes, o transporte de água difícil (pois feito a pé) e os equipamentos de combate ao fogo, fornecidos através do Proarco (bombas costais, abafadores e botas), ficavam guardados na sede da prefeitura. “Você pode morrer no fogo aí, que eles não vão nem ficar sabendo” (agricultor de Conceição do Araguaia). A citação reforça o caráter pontual das atividades.

Houve a reivindicação feita ao técnico da Sectam de que os brigadistas tivessem uma “carteirinha” especial que lhes desse acesso facilitado ao posto de saúde, ao mesmo tempo que lhes proporcionaria uma distinção “por escrito” dentro das próprias localidades. O pedido, que pode ser considerado uma “tática” dos

agricultores para permanecer na função, não foi aceito pelo *Comitê Estadual de Prevenção e Controle de Incêndio Florestais e Queimadas*.

As brigadas voluntárias, quando da formação inicial, contavam com cerca de 30 membros entre homens, mulheres e adolescentes. Aos mais jovens cabia dar o aviso de fogo descontrolado, logo que se percebesse o problema, usando suas próprias bicicletas. O cadastro de voluntários, desde o início da campanha, segundo o técnico da Sectam, possuía 2800 nomes inscritos.

Durante as entrevistas realizadas com agricultores familiares nos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia, em julho de 2001, foi possível verificar um descontentamento muito grande em relação às atividades pontuais do projeto. “Ele disse que não podia queimar, foi embora e deixou a gente sem saber de mais nada” (agricultor de Santa Maria das Barreiras). A recomendação da campanha de queimar somente após a segunda chuva havia sido seguida por muitos agricultores em Conceição do Araguaia e cidades próximas, que findaram por abandonar suas roças. As chuvas subseqüentes haviam sido ininterruptas, impedindo que a queima fosse bem feita.

Apesar da referência inicial nas reuniões de que não se tratava de um trabalho do Ibama e que, portanto, não haveria risco de multas ou prisões (conforme a imagem do órgão junto aos agricultores e ao próprio técnico da Sectam), muitos agricultores não faziam distinção entre os dois órgãos governamentais e ficaram com medo de multas. Isso se explica porque as temáticas das reuniões que contemplavam a legislação ambiental e os crimes ambientais, inevitavelmente faziam referência ao Ibama. Além disso, “as placas de rua” e os cartazes usados na campanha possuíam mensagens claras sobre as punições existentes, relacionando os nomes dos dois órgãos.

O PGAI-Queimadas, com o patrocínio de um laticínio, espalhou cerca de 60 placas, concentradas nos municípios de Conceição do Araguaia, Pau D’arco e Floresta do Araguaia. As placas mediam 1,1m x 2,4m e estavam localizadas na área rural, próximas a paradas de ônibus ou em ruas por onde os agricultores passavam

usualmente de bicicleta. As placas traziam os logotipos da Sectam e da Leitbom (empresa patrocinadora) e eram fixadas geralmente em árvores. O técnico da secretaria sempre fazia menção a elas durante as reuniões.

Algumas placas tiveram uma destinação bastante diferenciada em relação a sua função original. Elas foram arrancadas e usadas posteriormente pelos agricultores em fornos de farinha. Outras traziam marcas de tiro, porque foram usadas para treinar pontaria²¹⁵. A campanha foi associada por muitos agricultores como uma forma de repressão.

Abaixo, reproduzo o conteúdo de algumas placas fixadas em árvores na beira de estrada, entradas de ramais e paradas de ônibus próximas às localidades de Conceição do Araguaia. Notem-se as várias referências às leis ambientais e ao Ibama. No caso das placas, destaca-se o tom imperativo da maioria das frases (“as queimadas estão sendo monitoradas por satélites, não queime sem licença”), marcado pelo uso do “não” antes do verbo, e a possibilidade de repressão e vigilância sugerida pelo texto. As frases revelam a forte contradição do discurso do emissor presente nestes materiais e o discurso reafirmado nas reuniões de que não haveria “multas ou prisões” (fase da “mobilização”):

Placas :

**Sem as florestas o calor vai aumentar
Não queime sem a permissão da Sectam e do Ibama
Governo Pará Sectam PGAI Leitbom**

**Expor a vida e o patrimônio dos outros através de queimadas é crime
Sectam**

**Não deixe nossas florestas pegarem fogo
Preserve a natureza
As queimadas estão sendo monitoradas por satélites,
Não queime sem licença
Governo Pará Sectam PGAI Leitbom**

²¹⁵ Situação semelhante ocorreu com a placa colocada pelo projeto o Bom Manejo do Fogo (IPAM), em Paragominas, na localidade Rio Bonito. Neste caso, o conteúdo da placa referia-se às regras estabelecidas por um “acordo comunitário” sobre queimadas.

Não dê prejuízos ao seu vizinho
Queime de forma controlada
Sectam Leitbom

A campanha do projeto PGAI-Queimadas, cujas ações foram detalhadas acima, seguiu um roteiro muito parecido com o das demais, reproduzindo, inclusive nos materiais de apoio (embora escassos), a imagem de um agricultor que precisa ser “ensinado” a como proceder e que, de acordo com sua capacidade e desempenho, vai atingir adequadamente este objetivo.

As condições estruturais que pudessem tornar viável e desejável por parte dos agricultores uma mudança de comportamento, no que se refere ao uso do fogo, quando muito, foram apenas mencionadas nas atividades de campanha do PGAI-Queimadas. Reforçou-se o discurso ambiental dominante sem questionar suas implicações e origens, e ao mesmo tempo, sem permitir canais efetivos de interlocução para os diferentes sentidos atribuídos pelos agricultores familiares às próprias campanhas e ao debate sobre meio ambiente.

Além disso, a campanha também apontou várias contradições no discurso do emissor, percebidas pelos agricultores familiares. Ao mesmo tempo que colocava a proteção ambiental como uma forma “opcional e voluntária” de evitar prejuízos econômicos, a campanha sinalizava através de outros meios (placas e cartazes), as possibilidades de punição que um comportamento “inadequado” poderia gerar.

A seguir, tratarei de outras duas campanhas, desta vez, implementadas por ONGs ambientalistas.

4.3.3 - Projeto “O Bom Manejo do Fogo”

O trabalho pioneiro do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)²¹⁶, na localidade Del Rei, em Paragominas, teve início em 1994 e tinha como

²¹⁶ O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, entidade não governamental sem fins lucrativos, foi criado em maio de 1995 e está sediado em Belém do Pará, com sucursais em Brasília e Santarém. A missão do instituto é a promoção do desenvolvimento sustentável através de pesquisa. As áreas de atuação do IPAM

objetivo, de acordo com a própria instituição, “entender as estratégias de uso de fogo da comunidade, avaliar prejuízos e buscar soluções viáveis e baratas para o problema”. (MELLO, 1997, p. 07). Foi a primeira localidade em que o IPAM realizou um trabalho prático de prevenção ao fogo accidental. Desde a explicitação dos objetivos do projeto, o fogo é visto como um problema e este será o fio condutor das ações subseqüentes. Como já observado sobre as campanhas em geral, a idéia é a “sensibilização” e “conscientização” de agricultores familiares através do repasse de informações, que culminaria com a mudança de comportamento.

A questão no momento é como fazer com que os agricultores não queimem mais áreas (florestas, pastagens, cultivos, etc.) do que aquela que intencionalmente se queira queimar e sensibilizá-los para que os mesmos percebam a necessidade de introduzir novas técnicas, novos comportamentos na forma de queimar (SILVA, L., 2001, p. 08)

A equipe de pesquisadores do IPAM acompanhou as estratégias de manejo do fogo utilizadas por agricultores de 11 famílias da localidade Del Rei durante o preparo de área, no verão de 1994, concluindo que os agricultores conheciam a maioria das técnicas. “Dois exemplos presenciados (sem haver a nossa intervenção) demonstraram que a maior parte das soluções já estavam lá, faltando apenas uma forma de sistematizar o conhecimento local” (MELLO, 1997, p. 03). Desde o trabalho inicial em Paragominas, o *Bom Manejo do Fogo* (denominação dada a posterior) estendeu suas atividades a outros municípios paraenses como Belterra e Marabá, além de realizar ações conjuntas com outros projetos, como o *Proteger* e o *Fogo Emergência Crônica*. Entre os principais financiadores do *Bom Manejo do Fogo* destacam-se: o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (via PDA), a Usaid, o Promanejo e o Proarco.

incluem: ecologia, economia, modelagem, manejo de recursos naturais e políticas públicas. Três pesquisas desenvolvidas pelo IPAM estão mais diretamente voltadas ao uso do fogo e ao fogo accidental. O projeto *Seca Floresta* tem como objetivo verificar como as florestas da Amazônia reagem face às mudanças no regime climático, cada vez mais influenciado por episódios de El Niño. A pesquisa *Flamabilidade da Floresta* monitora a umidade da camada de combustível no chão da floresta, as condições do dossel, juntamente com as condições atmosféricas e do solo, para tentar prever quando as florestas tornam-se suscetíveis ao fogo <<http://www.IPAM.org.br/programas/ecoflor/ecoflor.php>>. Acesso em: 05 set. 2003. O projeto *O Bom Manejo do Fogo* buscou aplicar mais diretamente os conhecimentos teóricos sobre prevenção desenvolvidos pelo IPAM. O trabalho visa o “uso do fogo de forma consciente, programada, controlada e manejada corretamente, evitando com isso prejuízos e queimadas desnecessárias em enormes áreas” (MELLO, 1997, p. 03).

As fases que compuseram o trabalho do IPAM em Paragominas e Belterra foram marcadas por tentativas de aproximação e de conhecimento do *saber acumulado* dos agricultores familiares, da mesma forma que se buscava o reconhecimento das ações do projeto, ou seja, a legitimidade das atividades executadas pelos próprios pesquisadores ou de suas propostas, que deveriam ser incorporadas pelos agricultores para que se materializassem em atos.

A estratégia adotada pelo *O Bom Manejo do Fogo*, uma vez que os pesquisadores concluíram que os agricultores conheciam boa parte das técnicas (como aparece na citação acima), foi construir um discurso sobre a prevenção ao fogo acidental marcado por elementos ambientais respaldados pelo aspecto econômico. A intenção era informar os agricultores sobre a desvantagem e potenciais prejuízos da não utilização ou utilização inadequada de técnicas de prevenção ao fogo acidental (p.ex.: aceiro e queimar após a segunda chuva).

Produtores rurais munidos com o conhecimento do valor real das perdas monetárias causadas pelo fogo acidental, com informações sobre os custos de aplicação das técnicas de P&C [prevenção e controle] e o tempo gasto com mão-de-obra, poderão conscientizar-se dos riscos e motivar-se a aplicar tais técnicas, em função dos benefícios que tais atividades incorporadas ao sistema produtivo podem trazer ao produtor e os seus recursos naturais (MELLO, 1997, p. 34).

A cartilha “Fogo Legal”, editada pelo IPAM, na qual aparecem casos fictícios de prejuízos econômicos sofridos por agricultores, também é um exemplo desta estratégia.



O pressuposto presente no discurso contido na cartilha e, de um modo geral, nas atividades da campanha, é do conhecimento inadequado de técnicas de prevenção ao fogo acidental. Isto justificou e motivou, a exemplo das demais campanhas, a adoção de uma metodologia do tipo “professor-aluno”, embasada no modelo informacional de comunicação. Através da “conscientização” dos agricultores, se chegaria ao resultado esperado, ou seja, uma mudança de comportamento, refletida na adoção adequada de técnicas de prevenção e na conseqüente redução do número de ocorrências de fogo acidental.

Costa R. observou que após o trabalho do IPAM em algumas localidades de Paragominas estudadas pela autora, iniciativas de prevenção puderam ser notadas. Houve, em alguns casos, a preocupação em se considerar o dia da queima somente após algumas chuvas e, além disso, foi observada uma mudança em relação ao horário tradicional para queima (meio-dia), que passou a ser no meio da tarde (COSTA R., 2002). Outra modificação no comportamento de alguns agricultores observada desta vez por Souza, já na localidade Del Rei, foi um aumento na diversidade de técnicas utilizadas. “Em 1994, quando os produtores relataram as primeiras tentativas de controlar as queimadas acidentais, as técnicas utilizadas se resumiam a aceiro e varrida. Em 1997, os agricultores já se comunicavam com os vizinhos, utilizaram abafadores, derrubaram pau-secos e fizeram pé-de-cerca” (SOUZA, 2000, p.19).

De um modo geral, e não apenas no caso da campanha do *Bom Manejo do Fogo*, a mudança de comportamento dos agricultores leva em conta uma série de mediações como, por exemplo, a presença dos pesquisadores e/ou do Ibama nas localidades e seu poder fiscalizatório, além de perdas e ganhos materiais e simbólicos que podem advir da cooperação com o projeto (como no caso da abertura ou incremento dos canais de interlocução com algumas instituições, como as prefeituras).

O que foi possível constatar através da pesquisa de campo é que as “mudanças” de comportamento motivadas pelas campanhas ocorrem por um curto período de tempo e não atingem a maioria dos moradores das localidades trabalhadas. Os agricultores desenvolvem “táticas” discursivas e de ação no relacionamento mantido com os técnicos, a partir da consideração das várias *mediações* que permeiam esta relação. Quando os pesquisadores se afastam da localidade ou os ganhos simbólicos deixam de existir, a tendência é de retorno às antigas práticas. A citação abaixo mostra claramente a avaliação feita pelo agricultor sobre a decisão a ser tomada em relação ao uso das técnicas de prevenção recomendadas pela campanha.

“A gente tá vendo que eles querem ajudar, educando, mas com o fogo não tem jeito” (agricultor da localidade Rio Bonito, em Paragominas).

O exemplo da *Comissão de Fogo* da localidade Del Rei, onde mora cerca de 150 famílias, também é ilustrativo. No verão de 1995, após diversas discussões internas e com técnicos do IPAM, além da ocorrência de novos casos de fogos acidentais, alguns moradores da localidade Del Rei, em Paragominas, decidiram criar um regulamento interno sobre as queimadas. Para isso foi escolhida uma comissão, composta por homens e mulheres, com o objetivo de elaborar uma primeira versão do regulamento que, posteriormente, foi discutido e votado em assembléia geral. A Comissão de Fogo da localidade Del Rei atuou durante os anos de 1997 e 1998. No início de 1999, o coordenador da equipe solicitou afastamento do grupo alegando sobrecarga de funções na localidade (SOUZA, 2002, p. 11).

Regulamento de Queimadas na Colônia Del Rey



• Regulamento 3º:

Sobre a Derruba de Pau-seco:

Recomenda-se a **DERRUBA** de pau-secos, principalmente aqueles maiores e ocados, com maior risco de passar o fogo, incalizados perto do sequeiro, na saída do fogo.

• Regulamento 4º:

Época do Ano para Queimada:

A época do ano indicada para se queimar roçados e pastos na colônia Del Rey é de outubro a novembro.



Figura 5.1

Regulamento de Queimadas na Colônia Del Rey – Imagem:IPAM

A Comissão de Fogo tinha como responsabilidade principal dar assistência aos moradores em relação à implementação do regulamento e à intermediação na fiscalização e avaliação dos prejuízos provenientes de fogos acidentais (MELLO, 1997). No entanto, isso acabou não ocorrendo conforme o combinado porque, segundo Souza (2000), os membros da comissão não assumiram plenamente suas funções. Em outubro de 1998, por exemplo, um fogo acidental originado de roças de membros da própria comissão, que não teriam adotado técnicas de prevenção de modo adequado, causou prejuízos a outros moradores da localidade.

O Regulamento previa que as regras deveriam ser cumpridas, porém, como observado por Souza (2000), elas praticamente não eram citadas pelos agricultores nas reuniões posteriores entre técnicos do IPAM e moradores, ou mesmo quando os últimos foram perguntados sobre as técnicas e sobre o uso do regulamento por

Souza. Outro ponto do regulamento que não recebeu adesão dos agricultores foi o período para queimar. Em Del Rei foi estabelecido que as queimadas deveriam ocorrer de outubro a novembro. A comissão, no entanto, não registrou nenhum pedido de autorização para quem quisesse queimar nos meses que estavam fora do período estabelecido pelo regulamento, embora tivessem ocorrido queimadas em vários lotes (SOUZA, 2000, p.24).

Alguns agricultores que não concordam com o regulamento afirmaram que as queimadas acidentais continuaram apesar das regras e que as regras não eram seguidas pelos moradores da localidade, uma vez que grande parte dos agricultores “não estava interessada no assunto” e nem assumiria os eventuais prejuízos. A argumentação, segundo Souza, era de que eles não iriam trabalhar sozinhos para o benefício de outros “que nem mesmo das reuniões participavam” (SOUZA, 2000, p.25).

Na avaliação de Souza, houve uma “acomodação” dos demais moradores, que esperavam que a comissão assumisse a responsabilidade sobre a prevenção e controle das queimadas. “Em várias ocasiões em que os vizinhos poderiam ter sido comunicado isso não ocorreu porque eles achavam que essa tarefa era responsabilidade da comissão de fogo” (SOUZA, 2000, p.25). As principais avaliações feitas pelos membros da comissão sobre o trabalho desenvolvido pelo IPAM, em reunião ocorrida em março de 2001, apontam também para outros elementos, como a presença pontual da instituição nas atividades sugeridas e ausência de apoio financeiro para as atividades propostas.

- Faltou um apoio financeiro da organização;
- Afastamento da organização prejudicou o trabalho;
- Faltou apoio em termos de visitas, de informações;
- Marcou coisas e não cumpriu. Marcava um dia para vir e vinha no outro, mas também ajudou a estimular o trabalho, era um parceiro.
- O trabalho ajudou, pois as pessoas tiveram aprendizado. Aceiro que ninguém falava, hoje já sabe.
- Não teve treinamento com a Comissão;
- A instituição formou a Comissão e depois saíram;
- Vinha mais para pegar dados. (SOUZA, 2002, p. 26).

Além disso, os agricultores da localidade Del Rei, de um modo geral, tinham outras expectativas em relação ao trabalho do IPAM, ligadas não apenas à questão ambiental, mas também ao atendimento de demandas relacionadas à produção agrícola, como o fornecimento de maquinário. As citações abaixo são explícitas em mostrar os limites das campanhas, baseadas principalmente em “recomendações” (“...para fogo, só falar não adiantava”).

Queriam que a organização [Comissão de Fogo + IPAM] implementasse um projeto demonstrativo sobre manejo sem utilização de fogo, como por exemplo, mecanização da terra. O próprio líder da Comissão, como já mencionado, alegando excesso de funções também em outras atividades, demandava alternativas que *viesses de fora*, como a mecanização da agricultura (SOUZA, 2000, p.25).

Alguns agricultores atingidos por fogo acidental vindo de lotes vizinhos chegaram a dizer para os representantes da organização, que se não tivessem planos de levar um trator para lá, deveriam ir embora, “*por que para fogo só falar não adiantava*” (sic). Diante deste impasse, o coordenador da Comissão encerrou a reunião e saiu do local (SOUZA, 2002, p. 18).

Baseado na experiência de Paragominas, iniciada em 1994, o IPAM elaborou em 2001 uma proposta apresentada ao *Promanejo*²¹⁷, para ser desenvolvida junto às localidades de agricultores, pescadores e extrativistas da Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós). O objetivo central era a definição de um programa de prevenção e controle de queimadas para áreas de reserva florestal (SILVA, L., 2001, p. 01).

Uma pesquisa realizada em seis localidades da Flona pelo IPAM (SILVA, L., 2001b) chegou às seguintes conclusões, no que concerne ao uso de técnicas de prevenção ao fogo acidental por parte daqueles agentes sociais:

- não há costume de utilizar técnicas para evitar que o fogo escape do roçado;
- apenas 22% fazem aceiro (destes aceiros, somente 38% são nas

²¹⁷ O ProManejo, coordenado pelo Ibama, com financiamento do PPG-7, “visou equacionar o problema da exploração predatória e não sustentável de madeira. A estratégia consiste em tornar o manejo economicamente vantajoso através da incorporação dos avanços tecnológicos, da simplificação da legislação, do aumento da fiscalização, do estímulo à certificação e do desestímulo à extração predatória de madeira. Enquanto os componentes de ação visavam acelerar o processo de valorização dos produtos florestais, o apoio ao manejo florestal e a simplificação das normas de licenciamento ambiental”. Folder Projeto Piloto de Manejo Florestal Sustentável de Óleo de Andiroba e Copaíba, Asmiprut, Flona - Tapajós.

características indicadas para a prevenção), contra a imensa maioria de 78% que não fazem aceiros.

- somente 46% queimam contra o vento;
- 19% têm costume de levar água para perto do roçado caso o fogo escape.
- 35% das famílias não fazem nenhum tipo de prevenção (SILVA, L., 2001, p. 07).

Os moradores das áreas de Flona onde foi realizada pesquisa de campo, alegaram durante as entrevistas, que o uso das técnicas não é freqüente porque eles consideram que elas são necessárias em poucos casos, uma vez que a umidade da própria floresta inibe o avanço do fogo, além do mais, as áreas de roça são pequenas (em torno de dois hectares). Por outro lado, a abertura de pasto em várias localidades, como no caso de Tauari, tem motivado a adoção de aceiros por alguns moradores, geralmente em torno de um metro, no “pé da cerca”. A presença constante de técnicos da Ibama nas localidades também foi apontada como um dos principais motivos para a adoção do aceiro, conforme aparece na citação abaixo.

O pessoal tá mais cuidadoso, por causa do Ibama. Nós tamos orientados da proibição (agricultor de Tauari).

Com o financiamento do Ibama, através do Promanejo, o IPAM iniciou em 2001 a campanha de prevenção ao fogo acidental em localidades da Flona, baseada principalmente em reuniões, visitas dos técnicos do IPAM, uso de material de apoio (cartazes, calendários, cartilhas e vídeo) e fechamento de “acordos comunitários”²¹⁸. Conforme constatado nas entrevistas de campo realizadas nas localidades de Tauari e Maguari, em 2003, os acordos comunitários foram seguidos parcialmente por algumas famílias mas, basicamente, durante o período em que os técnicos do *Bom Manejo do Fogo* ainda estavam trabalhando na Flona.

Em Tauari, por exemplo, onde vivem cerca de 60 famílias, o “acordo comunitário” foi celebrado. Na reunião de avaliação, da qual participaram 10

²¹⁸ O Acordo do *Bom Manejo do Fogo* “é a constituição de um grupo de pessoas residentes em uma área, que se comprometem a trabalhar para a melhoria do uso do fogo, de tal forma que o fogo cumpra o papel ‘bom’, reduzindo ao máximo o lado ‘ruim’, até que existam alternativas para que não mais precise utilizar o fogo. Para isto elaboram o acordo de bom manejo de fogo. Neste estão escritas as regras a serem seguidas pelo grupo ao utilizar o fogo e de como proceder em caso de descumprimento destas”. Baú do Bom Manejo do Fogo. IPAM, 2003. Mimeo.

famílias (representando 10 queimadas), chegou-se às seguintes conclusões: a maioria dos participantes da reunião (80%) conhecia os termos do acordo. Todos tomaram conhecimento através de reuniões realizadas na localidade para tratar de prevenção ao fogo acidental e o aceiro foi citado como a regra mais importante do acordo (utilizada por cerca de sete das famílias presentes). “Sendo que nenhuma família cumpriu esta regra como estava previsto no acordo (3 metros de largura)” (SILVA, L., 2001b, p. 04).

Metade das famílias usou contrafogo e cerca de sete queimaram após às 13:30h. “Pela forma como os dados foram obtidos não é possível saber se a queimada foi vigiada. Nenhuma das famílias levou água para o local da queimada ou usou outras técnicas de prevenção de fogo além das escritas no regulamento” (SILVA, L., 2001b, p. 05). Em 57% das propriedades entrou fogo acidental vindo de outras áreas. Os chamados “facilitadores” (pessoas da localidade que voluntariamente assumiram as tarefas de avisar os vizinhos sobre as regras do acordo e acompanhar seu cumprimento), no caso de Tauari, visitaram cerca de três das dez famílias presentes à reunião. Conforme registrado por Silva, não houve nenhuma reunião na localidade sem a participação do IPAM para discussão das queimadas (SILVA, L., 2001b, p. 05).



Já abordei anteriormente as diversas *táticas* adotadas por agricultores familiares em relação às “orientações” dadas pelas campanhas, mas vale ressaltar mais uma vez, que o comportamento ou a mudança de comportamento do agricultor

será pautado por seu *habitus*, pelas *mediações* existentes (como os ganhos e perdas simbólicas ou econômicas advindos da relação) e pelas relações objetivas que permeiam os campos. Os resultados da reunião de avaliação descritos acima apontam também para esta direção, ou seja, apenas na medida que as demandas dos próprios agricultores (entendidos enquanto interlocutores) forem incorporadas pelas campanhas, o descompasso entre as expectativas do emissor e as “respostas” dos receptores será menor.

A seguir, tratarei da campanha mais abrangente de prevenção ao fogo accidental sob coordenação de uma ONG ambientalista.

4.3.4 - O Projeto “Fogo Emergência Crônica”

O projeto Fogo Emergência Crônica (FEC), financiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália e lançado em outubro de 1999 pela organização internacional *Amigos da Terra (Friends of Earth)*, começou sua atuação em onze municípios da Amazônia brasileira²¹⁹, tendo sua ação ampliada para 29 municípios. Segundo estimativas do próprio projeto, foram atingidas pelas atividades do FEC mais de 50 mil famílias em áreas rurais e urbanas dos municípios envolvidos, assim como aproximadamente quatro mil técnicos e proprietários rurais participaram de cerca de 200 cursos de capacitação e treinamento em diversos temas. Aproximadamente 500 entidades participaram dos *protocolos municipais* (A AMAZÔNIA ENCONTRANDO SOLUÇÕES, 2002, p. 16).

O objetivo principal, a exemplo das outras campanhas, era controlar e prevenir o fogo accidental na Amazônia, além de favorecer iniciativas municipais neste sentido, contando com o apoio de cerca de 100 instituições públicas e privadas (p.ex.: Exército em Marabá, Embrapa no Pará e Acre, Fundação Estadual de Meio

²¹⁹ Alta Floresta, Guarantã do Norte, Novo Mundo, Carlinda, Matupá e Peixoto de Azevedo (MT), Marabá (PA), Acrelândia, Xapuri, Rio Branco e Senador Guiomar (AC). Outros municípios foram se incorporando ao programa desde então: Juína, Juruena, Castanheira, Cotriguaçu e Paranaíta (MT), Tucuruí, Novo Repartimento,

Ambiente – Fema e Ceplac no Mato Grosso). O projeto encerrou suas atividades em 2002, com um orçamento no valor total de 2.600.000 euros²²⁰.

A idéia central da campanha era a integração entre as ações emergenciais de controle do fogo acidental e a ação preventiva estabelecida em cada município. Partiu-se da premissa de que os efeitos do uso descontrolado do fogo sobre o meio ambiente, economia e saúde se constituem em emergência em muitas regiões da Amazônia, embora com características crônicas. Por esta razão, as ações da campanha eram desenvolvidas anualmente antes da época das queimadas. O FEC pautou suas atividades por uma estreita relação com o campo político, particularmente nos níveis municipal e federal, visando “incorporar sua metodologia às políticas públicas, oferecendo ao governo federal e aos governos estaduais uma opção de metodologia alternativa aos programas tradicionais, baseados em ações esporádicas de fiscalização e em equipamentos de alto custo” (<www.amazonia.org.br>. Acesso em: 27 jan. 2003).

A seguir, elenco as principais características do projeto Fogo Emergência Crônica. Nota-se o uso de uma estratégia bastante semelhante à adotada pelo PGAI-Queimadas: o convite a diversos agentes sociais e instituições para participar da campanha. No entanto, diferentemente do PGAI, as prefeituras envolvidas com o FEC receberam recursos financeiros para implementar algumas atividades, representando, logo de início, um ganho econômico.

- A discussão do tema fogo com pequenos agricultores e fazendeiros ainda durante o período de chuva;
- As ações do projeto executadas em escala municipal de acordo com prioridades levantadas em cada município;
- O processo “aberto” de discussão das atividades a serem desenvolvidas, para o qual eram convidados agentes e instituições considerados

Breu Branco, Goianésia do Pará, Nova Ipixuna, Itupiranga, Jacundá, Goianésia do Pará e Baião (PA), Brasília, Epitaciolândia, Capixaba e Plácido de Castro (AC).

²²⁰ In: Marabá – Protocolo Municipal sobre Fogo. Folder. Julho de 2000 e Veríssimo, Adalberto. Fogo: Emergência Crônica - Lições de um programa inovador. Gazeta Mercantil Norte. 07/06/2001. Disponível também em <http://www.amazonia.org.br/opiniao/artigo_detail.cfm?id=15051>. Acesso em: 29 ago. 2003. Uma nova versão mais localizada do projeto, em Mato Grosso, que manteve a mesma metodologia, denominada *Amazônia Encontrando Soluções*, sob coordenação apenas do ICV (Instituto Centro de Vida, de Cuiabá-MT), teve início em 2002.

representativos da sociedade local, que assinavam o Protocolo de Fogo (acordo consensual sobre ações de controle do fogo);

- O repasse direto dos recursos no início do programa;
- A inclusão de atividades relacionadas às causas e conseqüências diretas e indiretas das queimadas, contemplando as áreas de saúde, educação, manejo florestal, resíduo industrial e intensificação da agropecuária;
- Gestão descentralizada durante a execução e pautada por objetivos gerais, sem detalhamento de atividades nem especificação de linhas orçamentárias (VERÍSSIMO, 2001).

A campanha do FEC foi pioneira no uso e distribuição de calendários em suas atividades e utilizou o rádio como o principal veículo de comunicação de massa para divulgação do projeto. Não abordarei o uso específico destes materiais porque já foi tratado anteriormente, mas vale ressaltar que o discurso sobre a prevenção ao fogo acidental através da adoção de medidas de prevenção, respaldadas pelos *Protocolos de Fogo*, continua sendo o carro-chefe do projeto.

Assim como as demais campanhas, “ensina”, “conscientiza”, “leva informação” para tornar a preocupação ambiental uma prioridade, mas sem abrir canais efetivos de interlocução com os agricultores familiares, em virtude do próprio formato da campanha (baseada em atividades pontuais e desenvolvidas em curto período de tempo) e do enfoque principal dado por elas, voltado para o incentivo à adoção de técnicas de prevenção ao fogo acidental, embora outros temas também sejam tratados. A coordenadora do FEC em Marabá em 2001, Carmém Figueiredo, observou a necessidade de conscientização como prioritária (“... caso contrário, vamos morrer de falar”).

O investimento tem que ser feito no sentido de ajudar os agricultores a identificar o fogo como um problema antes de sair de controle. Caso isto seja feito, e eles se conscientizem deste fato, eles irão tomar todos os cuidados necessários para que isso não ocorra, caso contrário, vamos morrer de falar para eles fazerem aceiros que não serão feitos (FIGUEIREDO, C. apud VERÍSSIMO, 2001, p. 08)

O projeto ganhou destaque na mídia em maio de 2001, quando houve um encontro em Brasília²²¹ sobre o combate e prevenção ao fogo acidental, no qual temas

²²¹ Ações de combate aos incêndios na Amazônia. Correio Braziliense. 23 de maio de 2001. Fonte: <http://www2.correioweb.com.br/cw/2001-05-23/mat_39133.htm>. Acesso em: 29 ago. 2003. O FEC também recebeu o prêmio Henry Ford como *Iniciativa do Ano em Conservação* de 2001 e o prêmio *Super Ecologia 2002*,

como as “lições aprendidas”, metodologia, experiências locais, “lições” para outros programas e projetos foram apresentados. O seminário foi promovido pela *Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional* da Câmara dos Deputados e pela Cooperação Italiana do Ministério das Relações Exteriores da República da Itália (*Correio Braziliense*, 23/05/2001). O FEC sempre manteve um estreito relacionamento com a mídia, como forma de dar visibilidade social às suas ações e de legitimá-las perante a sociedade e dentro do próprio campo ambiental. Esta estratégia facilitou a abertura dos canais de interlocução com os diversos agentes, particularmente as prefeituras.

Em 2003, o *Programa Fogo: Amazônia Encontrando Soluções* (um desdobramento do FEC no MT) vinha trabalhando com técnicas de sustentabilidade no setor madeireiro, agropecuário e na agricultura familiar²²². Também em junho deste mesmo ano, no município de Novo Mundo (norte do Mato Grosso), foi iniciada uma série de seminários sobre a dinâmica do uso do fogo na Amazônia, promovido pelo projeto em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, indicando a convergência de objetivos e metodologia das duas instituições para tratar da temática. Os seminários eram destinados a agricultores e autoridades municipais e tinham como tema principal “o manejo do fogo de forma controlada e as técnicas agrícolas que eliminam a queima para desmatamentos e limpeza das áreas”, além dos custos do uso do fogo na agricultura. Os municípios contemplados foram: Guarantã do Norte, Carlinda, Alta Floresta e Paranaíta, no MT (*Folha do Estado*, 23/06/03).²²³

As principais estratégias adotadas na campanha

A campanha do projeto Fogo Emergência Crônica (FEC) tinha como principal diferencial em relação às demais o fato de envolver, além dos agricultores familiares,

da revista Super Interessante. Sato, Sandra. Itália patrocina projeto contra queimadas: embaixada no Brasil ensina agricultores sobre males do fogo e a evitar incêndios. *Jornal O Estado de S.Paulo*. Geral. 9/5/2002. Disponível também em: <<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2002/05/09/ger010.html>>.

²²² Informações disponíveis em <http://www.estacaovida.org.br/one_news.asp?IDNews=451>. Acesso em: 11 set. 2003.

outros agentes sociais na discussão sobre o uso do fogo nas atividades agropecuárias, o que pode ser constatado através dos *Protocolos Municipais de Fogo*. A campanha não se concentrou apenas no campo da agricultura familiar, buscando através deste envolvimento, o reconhecimento e legitimação de suas ações por outros segmentos do rural (o da pecuária em larga escala, por exemplo) e do campo político e jornalístico, principalmente. A razão explicitada pelo projeto é de que as causas do fogo acidental estão relacionadas a diversos fatores, entre eles, desmatamento provocado por madeireiras, por fazendeiros ou por sojeiros (mais recentemente) e que afetam não apenas a população rural, mas também a urbana, através de problemas de saúde.

A campanha, desta forma, também buscou atender a uma demanda dos agricultores familiares (grupo majoritário), ao incluir os fazendeiros e madeireiros nas atividades, não apenas porque estes últimos também são responsáveis por queimadas, mas porque os agricultores acreditam (baseados principalmente na experiência cotidiana, conforme colocado nas entrevistas) que para os fazendeiros não há punição, uma vez que “eles pagam a multa e pronto, é muito difícil ir preso.” (agricultor de Marabá).

Esta opinião dos agricultores é corroborada por Fearnside.

Vale notar que a ameaça de sentenças de prisão tem pequeno efeito apesar do “crime ecológico” ter sido criado em 1989 como um crime inafiançável. Como muitas das agressões maiores contra o ambiente são cometidas por empresas ou por indivíduos ricos, a aplicabilidade de prisão está limitada porque a lei brasileira faz com que seja quase impossível prender alguém com uma boa educação e bons antecedentes. A lei de crimes ecológicos de 1989 ameniza as penalidades que seriam aplicadas a executivos empresariais, obrigando-lhes a prestar serviço comunitário, assim aumentando a probabilidade de que as penalidades sejam impostas na verdade (FEARNSIDE, 2003, p. 33).

Conforme constatado nas entrevistas, os agricultores familiares, de um modo geral, não se sentem “responsáveis” por incêndios florestais ou pela devastação da floresta, salvo raríssimas exceções. O argumento é que eles desmatam áreas

²²³ Disponível também em : <<http://www.icv.org.br / icvnoticias /comment.asp? IDCATEGORY =18&IDNews>

pequenas, utilizam o fogo porque é preciso e quando considerado viável ou necessário, também adotam técnicas de prevenção ao fogo acidental. Os grandes desmatamentos ou incêndios são atribuídos pelos agricultores familiares aos fazendeiros porque estes lidam com áreas muito maiores.

Outra estratégia da campanha foi o fato de que o FEC tratou da questão ambiental, mais precisamente do uso do fogo e da adoção de técnicas de prevenção, sem que este fosse o principal “atrativo” das atividades realizadas (embora fosse o enfoque principal), particularmente junto aos agricultores familiares. O fio condutor, a exemplo das demais campanhas, era a proteção ambiental como prioridade, através da “conscientização” dos agentes envolvidos (conforme demonstram os materiais de apoio), mas, estrategicamente, o projeto ocupou, em alguns momentos, “vácuos” institucionais deixados por diversos órgãos do poder público nas áreas de saúde, educação, agricultura, assistência social, turismo e lazer (incentivo à criação de parques naturais), o que findou representando ganhos simbólicos e até econômicos para os agricultores. Abaixo, uma das cartilhas produzidas para campanha, realçando a relação do fogo com os problemas respiratórios.



Cartilha do Projeto Fogo Emergência Crônica - Marabá

Na área de saúde, por exemplo, o projeto constatou que o fogo não era considerado um problema para a maioria dos agricultores familiares ou demais agentes, mas sim o seu resultado, ou seja, as doenças respiratórias provocadas pela fumaça. A campanha incorporou então atividades voltadas para a distribuição de equipamentos para hospitais e a capacitação de médicos e agentes de saúde em

alguns municípios e localidades. Foram aplicadas vacinas contra várias doenças (poliomielite, tríplice viral, difteria e tétano, hepatite B, BCG e febre amarela), além de uma equipe médica ter sido deslocada para várias localidades, viabilizando o atendimento de doenças como parasitose intestinal, anemia pós-malária, vulvo-vaginite, lombalgia e escabiose²²⁴. Embora o fogo, através das doenças respiratórias, fosse o tema principal, os atendimentos relacionados a uma série de outras causas, tornaram-se o principal “atrativo” da campanha em muitos lugares, ocupando o vazio institucional deixado pelos órgãos públicos de saúde.

Outras atividades voltadas para agricultura, como a distribuição de sementes de pupunha para implantação de *Sistemas Agroflorestais – SAFs*, distribuição de pluviômetros com orientações sobre a leitura de dados das chuvas (Guarantã do Norte) e implantação da “pastagem ecológica” (uso intensivo do pasto através de piquetes e de rodízio)²²⁵ também foram coordenadas ou incentivadas pelo FEC, algumas, inclusive, com financiamento de órgãos governamentais. É o caso, por exemplo no MT, da recuperação de áreas degradadas pela atividade garimpeira (projeto com recursos da Secretaria da Amazônia/MMA) e a implantação de brigadas municipais de combate a incêndios florestais, com recursos do Ibama/Proarco. Também no MT incentivou-se a realização de feiras ambientais municipais (as “Expo Ambientes Amazônia”) e os “dias municipais de prevenção ao fogo”, nos municípios de Guarantã do Norte e Alta Floresta (A Amazônia Encontrando Soluções, 2002, pp.34, 37)

Na área de educação, houve a organização de turmas de alfabetização em localidades rurais de Marabá (principalmente para adultos) e a realização de oficinas de artesanato com o aproveitamento de restos de madeira (para crianças e jovens)²²⁶.

²²⁴ “Entre a vida e a morte: o projeto ‘Fogo: Emergência Crônica’ vem se transformando na principal barreira contra o avanço do fogo na Amazônia”. <<http://www.cidadesdobrasil.com.br/gestao/gestao26p3.htm>>. Acesso em: 03 set. 2003. Informações detalhadas podem ser obtidas em <www.amazonia.org.br>.

²²⁵ A pastagem ecológica “é uma forma de manejo sustentável de pastagem que leva em consideração o equilíbrio e o controle das pragas, sem uso de produtos químicos. Possibilita a biodiversidade na pastagem, favorece a vida do solo, não utiliza arações ou gradeamentos e exclui terminantemente o uso do fogo no manejo” (A Amazônia encontrando soluções, 2002, p. 25).

²²⁶ Embora a iniciativa, que contou com a doação de resíduos de madeira por parte do sindicato do setor, tenha sido bastante comentada pela imprensa e “assumida” pela prefeitura durante pouco mais de um ano, esta acabou

O projeto também providenciou documentos para pessoas que os solicitaram, resultando na expedição de RG e CPF para mais de uma centena de pessoas²²⁷. Tratou-se de uma campanha que se reverteu em “ganhos” para muitos agricultores familiares, embora não diretamente relacionados ao fogo.

*Os Protocolos Municipais sobre Fogo*²²⁸

O *Protocolo Municipal sobre o Fogo* é um acordo em que diversos agentes e instituições locais assumem compromissos em relação ao uso, controle e limitação do fogo, constituindo-se em uma das principais estratégias da campanha do FEC. Por serem voluntários, os protocolos não têm valor legal, mas proporcionam legitimidade social para o projeto e respaldo institucional do Ibama. Ao assinarem os protocolos, “os participantes reconhecem a importância que o uso do fogo tem para os agricultores, em virtude da insuficiência de políticas públicas específicas sobre o tema e dificuldade de acesso a tecnologias que incentivem formas diferenciadas de uso e ocupação do solo. Entretanto, eles também reconhecem os graves prejuízos que o fogo pode provocar a cada ano para toda a população local” (VERÍSSIMO, 2001)²²⁹. Os acordos vigoram antes da temporada de queimadas, que começa (do sul em direção ao norte) com a estação seca, entre junho e julho.

Para viabilização do protocolo, todas as instituições e agentes envolvidos com a questão são convidados pelo projeto. Em seguida, os termos do protocolo são definidos pelas organizações participantes, que aderem às ações previstas. O protocolo prevê a revisão e adaptação periódica dos seus termos, de acordo com os

se inviabilizando em decorrência da priorização de outras atividades pela administração municipal. “O projeto de produção de brinquedos a partir de resíduos madeireiros, com adolescentes da periferia de Marabá – uma inovação no âmbito de projetos com o tema fogo – está no momento completamente abandonado. Esta iniciativa foi de extrema importância para o programa como um todo, pois conseguiu transmitir algo prático que as pessoas puderam ver, tocar e entender enquanto alternativa real ao uso do fogo” (FIGUEIREDO apud VERÍSSIMO, 2001, p. 08).

²²⁷ Fonte: <www.amazonia.org.br>. Acesso em: 27 jan. 2003 e <<http://www.cidadesdobrasil.com.br/gestao/gestao26p3.htm>>. Acesso em: 03 set. 2003.

²²⁸ Informações detalhadas sobre os protocolos podem ser obtidas em: <<http://www.amazonia.org.br/especiais/protocolos.cfm>>. e na publicação sobre a experiência de implantação do projeto: A Amazônia encontrando soluções, 2002.

resultados alcançados. O monitoramento e avaliação da implementação das ações e compromissos previstos no protocolo eram feitos, no caso do FEC, pela ONG Amigos da Terra²³⁰ (VERÍSSIMO, 2001). Embora o fogo e suas conseqüências (particularmente as doenças respiratórias) sejam a razão principal dos protocolos, várias outras demandas de caráter “ambiental”, algumas vezes bastante específicas, são incorporadas ao documento, contribuindo também para “visualização” midiática e social de reivindicações de vários grupos.

Na renovação do Protocolo de Fogo de Guarantã do Norte, por exemplo, o texto contemplou “o desejo de alternativas de renda que podem ser obtidas por meio da agricultura sustentável” e a “reivindicação de madeiros e lideranças da região pela criação de uma floresta pública, onde empresas com o *Selo Verde* poderiam explorar a madeira da região”. (Rede Vida. Edição 407 - Cuiabá-MT, 13 a 19 de julho de 2001).

Para se ter uma noção mais precisa da visibilidade midiática de um evento deste tipo para os participantes, basta mencionar que estiveram presentes todos os órgãos da imprensa local e cerca de mil e quinhentas pessoas, entre elas, representantes do sindicato de trabalhadores rurais, a então Secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Alegretti, o presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente do MT, Frederico Muller, e prefeitos dos municípios de Novo Mundo, Matupá e Terra Nova Rede Vida (Edição 407 - Cuiabá-MT, 13 a 19 de julho de 2001).

A fala reproduzida abaixo, do prefeito de Guarantã do Norte, também aponta para um outro elemento de apoio aos protocolos, a ação fiscalizatória mais intensiva do Ibama, nos municípios de atuação do FEC.

²²⁹ Disponível em: <<http://www.cidadesdobrasil.com.br/gestao/gestao26p3.htm>>. Acesso em: 03 set. 2003.

²³⁰ Até 2001, protocolos municipais haviam sido firmados em Xapuri (AC), Guarantã do Norte (MT), Acrelândia (AC), Alta Floresta (MT), Marabá (PA), Paranaíta (MT), Plácido de Castro (AC) e Castanheira (MT). O protocolo da bacia do lago de Tucuruí (PA), assinado em agosto de 2001, foi o primeiro protocolo regional, envolvendo sete municípios. Folder *Protocolo Regional sobre Fogo*. Tucuruí/PA, 10 de Agosto de 2001.

“Hoje todo mundo sabe que é ilegal queimar, tem que pedir licença. Com o envolvimento do protocolo, o Ibama foi lá nas comunidades” (Prefeito de Guarantã do Norte, Lutero Siqueira. Comunicação pessoal em 23.08.01).

Guarantã renovou seu protocolo sobre fogo em julho de 2001, prevendo a utilização de queima controlada após a ocorrência da segunda chuva, com o monitoramento de 60 pluviômetros instalados no município. A cidade também dispõe de um decreto municipal sobre queimadas. Com o protocolo firmado em 2000 e o apoio de fiscalização do Ibama, o município teve redução de 83% nos incêndios (conforme tabela abaixo) e redução de 50% no atendimento hospitalar relacionado a doenças do aparelho respiratório em relação a 1999 (Rede Vida. Edição 407 - Cuiabá-MT, 13 a 19 de julho de 2001).

Município	Nº. de focos							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Guarantã do Norte	81	202	275	641	91	94	288	151

Fonte: <http://www.anu.seplan.mt.gov.br/anuario2002/caracteristicas_estado/plan1-5-4.htm>. Acesso em: 29 mar. 2004.

No entanto, como foi mencionado anteriormente, em 2002, muitos agricultores que haviam deixado de queimar suas roças em 2001, no período mais seco, em virtude principalmente da fiscalização do Ibama (que sobrevoou várias vezes localidades de Guarantã do Norte com helicópteros), findaram por “perdê-las”. Algumas roças não queimaram de forma adequada em decorrência das chuvas subseqüentes, o que provocou, em vários casos, a retomada do comportamento anterior, nos níveis de 1998.

Acrescente-se a este fator outras mediações, como o ano eleitoral, quando há um esperado “relaxamento da fiscalização”; a redução do desmatamento nos anos de 2000 e 2001, de aproximadamente 30% das derrubadas, atribuída à implantação do licenciamento ambiental via geoprocessamento iniciado em 1999 em MT (<www.fema.mt.gov.br>); e o acúmulo excessivo de biomassa após dois anos sem queimar, facilitando a combustão natural.

Convém ressaltar que, em virtude do protocolo, houve a “flexibilização das portarias conjuntas de proibição das queimadas expedidas todos os anos pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fema) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama)”, no MT²³¹. Isso significa que a proibição de queimada válida para todo o Estado a partir de meados de julho pode ter sua data de término antecipada para os municípios que possuem programas ambientais, como o *Fogo Emergência Crônica*, desde que se constatem condições climáticas favoráveis, atestadas pela prefeitura local. Ou seja, participar da campanha torna-se uma estratégia utilizada por algumas prefeituras.

Outro fator a ser considerado é que para os políticos das cidades participantes da campanha, particularmente os prefeitos, o projeto atua também como um “bom cabo eleitoral” junto aos agricultores familiares caso haja a antecipação da data de fim de proibição da queima, criando um diferencial favorável em relação a outras cidades. Na área de saúde, as ações da campanha voltadas ao tratamento de doenças respiratórias também são “contabilizadas” pelos políticos locais como sendo um resultado da parceria efetivada pela administração municipal com a ONG, em prol do bem-estar da população.

A relação com os demais campos deu ao FEC visibilidade social (competência legítima do campo jornalístico) e a incorporação de alguns de seus pressupostos ou atividades pelo campo político (principalmente em nível municipal), no qual adquiriram legitimidade e legalidade (p.ex: implantação do *Dia de Prevenção ao Fogo* em Guarantã do Norte). As ações da campanha, porém, em virtude da própria amplitude geográfica do projeto e da diversidade de temas, agentes e instituições envolvidos, ainda tem um caráter pontual e centrado em atividades conduzidas ou mantidas por “instituições parceiras” que, muitas vezes, as prosseguem por pouco tempo, em virtude da priorização de outras ações ou enquanto estas recebem atenção da mídia.

²³¹ Alves, André Luís. Programa Fogo estimula alternativas sustentáveis. In: <http://www.jornalexpress.com.br/noticias/detalhes.php?idjornal=54&id_noticia=33>. Acesso em: 12 set. 2003.

Para os agricultores familiares, a campanha representou alguns “ganhos” já mencionados (como emissão de documentos e atendimento médico), ao mesmo tempo que recomendou a adoção de técnicas de prevenção ao fogo acidental (tendo por base o modelo informacional de comunicação).

Feito o detalhamento dos quatro projetos analisados por esta pesquisa e suas respectivas campanhas, que não pretendeu ser exaustivo, mas que buscou trazer as principais informações referentes às especificidades de cada um, passarei para a conclusão.

CONCLUSÃO

O caminho foi longo e haveria ainda muito mais por percorrer, explorando “ramais” que foram brevemente mencionados, aprofundando temáticas relacionadas ao objeto de estudo e incorporando vozes de outros autores, que certamente trariam significativas contribuições para a análise que se fez aqui. No entanto, trata-se de um “recorte”, cujos limites – do ponto de vista temporal, histórico, teórico/metodológico, geográfico e temático- se fizeram necessários para que fosse possível chegar a este ponto e para que se pudesse, sob a forma de conclusão, refletir sobre os muitos sentidos construídos e reconstruídos ao longo desta tese - um texto aberto -, a partir do qual o leitor também produziu e incorporou outros sentidos.

Partiu-se de uma problemática que já à primeira vista mostrava-se carregada de significados: as campanhas de prevenção ao fogo acidental pareciam não corresponder às expectativas de redução do número de incêndios ou “focos de calor” provenientes de queimadas praticadas por agricultores familiares. Em 1998, sob os olhares da mídia internacional, potencializados pelas “lentes” dos satélites, Roraima ardia em chamas. A resposta governamental, com o apoio financeiro de instituições e governos de outros países, foi rápida. Nos dois anos seguintes surgiram ou se intensificaram várias campanhas de prevenção ao fogo acidental voltadas, principalmente, para os agricultores familiares.

As campanhas foram produzidas predominantemente por agentes e instituições do *campo* ambiental, quer se tratasse de órgãos governamentais como a Secretaria de Meio Ambiente do Pará, quer se tratasse de ONGs ambientalistas, como o Ipam e Amigos da Terra. A exceção foi o Proteger, coordenado por uma entidade que congrega mais de 500 instituições, entre elas, as federações de trabalhadores na agricultura e os sindicatos de trabalhadores rurais.

A idéia básica das campanhas, apoiada no modelo informacional de comunicação, era de que através da transmissão de informações sobre técnicas de prevenção ao fogo acidental supostamente desconhecidas ou “inadequadamente” utilizadas pelos agricultores, seria possível “conscientizá-los” sobre a importância da proteção ambiental enquanto uma prioridade, o que levá-los-ia, por sua vez, a uma mudança de comportamento.

As informações obtidas com as entrevistas realizadas, a observação *in loco* através da participação em atividades promovidas pelas campanhas, como reuniões e cursos, além da análise de documentos, relatórios e materiais de apoio (p.ex.: cartilhas, cartazes e peças radiofônicas) possibilitaram chegar a algumas conclusões preliminares e abriram novos questionamentos.

Um dado significativo que emergiu das entrevistas em campo foi o fato de que as respostas dos agricultores para a maioria das perguntas sobre o uso do fogo, independentemente da cidade, localidade ou da campanha com a qual eles interagem, eram bastante semelhantes. A pesquisa mostrou que isso não era uma coincidência, pois se tratava de campanhas com vários elementos convergentes, tanto do ponto de vista teórico/metodológico, dos destinatários das informações, dos objetivos, dos materiais produzidos ou das áreas geográficas trabalhadas, quanto da “imagem” forjada dos principais destinatários das campanhas - os agricultores familiares.

Essa imagem era a de agricultores que precisavam aprender a lidar corretamente com o meio ambiente e que, em alguns casos, até conheciam técnicas de prevenção ao fogo acidental, mas raramente as utilizavam. Os motivos seriam uma suposta falta de iniciativa individual ou coletiva para que isto ocorresse, desinteresse em relação aos prejuízos ambientais e econômicos que pudessem ser causados a terceiros, o custo econômico e de alocação de mão-de-obra como fator desestimulante e o “hábito” de não utilizá-las por razões “culturais”. Em casos mais específicos, como o verificado em algumas cartilhas, essa imagem era ainda

reforçada por menções a uma suposta “irresponsabilidade” consciente deste agricultor em relação ao meio ambiente.

Estabeleceu-se então, a partir desta imagem presente e reafirmada nos materiais de apoio, uma relação de tipo “professor-aluno”, na qual o primeiro, emissor das informações e detentor do conhecimento “correto”, deixou pouco espaço de interlocução para o segundo. Ao receptor das informações coube a tarefa da complementaridade (com sua experiência pessoal) das orientações dadas, mas com poucos espaços possíveis para incluir suas próprias demandas ambientais, sua visão de “meio ambiente”.

Como assinalado no decorrer da tese, o conceito de meio ambiente não é “neutro”, mas uma construção histórica e social, que adquire sentidos diferentes quando referida por agentes do campo ambiental e, de outro lado, por agentes do campo da agricultura familiar. Em outras palavras, uma visão com enfoque muito mais “protecionista e conservacionista”, no primeiro caso - que valoriza a floresta em pé -, e uma outra visão sobre meio ambiente que incorporou também um forte enfoque *utilitarista*, além de *protecionista*, no qual a prioridade não é somente a proteção das florestas em si, mas esta proteção entendida e compondo a lógica reprodutiva específica dos agricultores familiares, diretamente vinculada à sua própria sobrevivência.

Isso não significa, no entanto, que as instituições que estavam à frente das campanhas tinham uma estratégia explícita ou “consciente” para contrapor-se de modo deliberado aos interesses dos agentes do campo da agricultura familiar. O que ocorreu, de modo geral, é que os agentes responsáveis pela produção das informações, predominantemente do campo ambiental, tinham por base um modelo de comunicação que restringiu as possibilidades de interlocução com os destinatários das informações. Além disso, a proteção ao meio ambiente entendida como uma prioridade estava na base do discurso ambiental das campanhas, incorporada também ao *habitus* do campo ambiental e de seus agentes, justificando suas práticas e pressupostos e alimentando a própria dinâmica do campo.

A gênese dessas práticas apoiadas sobre um discurso pretensamente universal, no entanto, nem sempre é clara, e muitas vezes encontra-se tão “naturalizada”, que dispensa reflexão a respeito, com todas as conseqüências possíveis. A construção da imagem do agricultor familiar explicitada acima e a busca de generalização de valores ou visões de mundo tidas como legítimas pelo *campo* ambiental (possibilitando a este último um acúmulo mais expressivo de *poder simbólico* e indicando uma relação de forças com o campo da agricultura familiar marcada pelo desequilíbrio), foram, no escopo desta pesquisa, algumas dessas conseqüências.

Por outro lado, também se procurou mostrar as diversas “estratégias” e “táticas” desenvolvidas pelos agricultores familiares e suas instituições de representação (STRs e associações) para reconstruir, com diferentes sentidos, os discursos das campanhas e afirmar seu lugar na disputa simbólica.

Para os agricultores familiares, o campo ambiental, através de suas instituições e das campanhas, representou uma possibilidade a mais de acesso ao campo político, uma espécie de atalho que abriu janelas de interlocução e conhecimento/reconhecimento de demandas do campo da agricultura familiar. O contato com os pesquisadores e a “conduta receptiva” para com as campanhas de prevenção ao fogo accidental funcionaram como um potencial elo de interlocução neste sentido. Um exemplo de tentativa conjunta dos campos ambiental e do campo da agricultura familiar para legitimar demandas (proteção ambiental e produção) que atendessem aos dois campos e que, graças ao número maior de instituições e agentes envolvidos (e do peso do acúmulo dos diferentes capitais que esta “união” conjuntural permitiu) puderam ganhar mais força no campo político, foi o Proambiente²³².

²³² O Proambiente, já explicitado neste texto, é resultado de uma ação das organizações ligadas aos trabalhadores rurais da Amazônia, que reivindicavam incentivos fiscais específicos direcionados ao manejo sustentável da propriedade, visto que as linhas de crédito tradicionais (principalmente Pronaf e FNO-Especial) não financiam projetos com características ambientais. A proposta do programa, baseada no manejo integral dos recursos naturais em toda a unidade de produção, foi realizada por um grupo de entidades de pesquisa (Ipam, Fase) em conjunto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri). A partir das experiências inovadoras desenvolvidas pelos agricultores familiares em suas organizações, em vários locais da Amazônia (entre elas, destaca-se o já citado projeto *Roça sem Queimar*, da Fundação Viver, Produzir e Preservar), as entidades elaboraram uma proposta técnica de funcionamento do programa, cujo repasse inicial de recursos para as

As campanhas também trouxeram benefícios imediatos, embora pontuais, a muitos agricultores, como emissão de documentos, visitas de médicos nas localidades, aplicação de vacinas, atividades voltadas aos jovens (oficina de brinquedos, realização de programas de rádio) e às mulheres (oficinas sobre gênero).

No entanto, os seus resultados (dados os limites temporal, político e econômico de uma intervenção deste tipo), de um modo geral, não corresponderam aos seus principais objetivos (redução do número de focos de calor causados por queimadas e “conscientização” dos agricultores familiares para a adoção de técnicas de prevenção ao fogo acidental). Houve, sim, redução do número de focos de calor e algumas mudanças de comportamento dos agricultores, mas por curtos períodos e em moldes diferenciados do que preconizavam as campanhas (p.ex.: tamanho do aceiro e horário da queimada).

Além disso, as campanhas não consideraram suficientemente em suas estratégias e conteúdo, o já mencionado risco à *eficiência reprodutiva* das famílias. Quando ele existe, devido, por exemplo, ao uso de técnicas de prevenção consideradas ineficazes ou de alto risco (como queimar após a segunda chuva), elas tendem a não ser adotadas pelos agricultores. Na mesma medida, se o risco está ligado à não adoção das técnicas, o que pode representar prejuízos irreparáveis (quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista legal: multas e prisões), elas tenderão a ser adotadas, mesmo que isso signifique sobrecarga de trabalho e, em alguns casos, também ameace, em menor grau, a *eficiência reprodutiva* das famílias.

Portanto, as conclusões desta pesquisa sobre as campanhas de prevenção ao fogo acidental na Amazônia e particularmente no Pará, no âmbito da produção, circulação e recepção das informações, permitem dizer que se trata de experiências pautadas muito mais na imagem e nas necessidades pressupostas pelo emissor sobre

primeiras famílias contempladas está estimado para o segundo semestre de 2004, através de uma parceria entre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Amazônia e os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente. Desta forma, valoriza-se o caráter multifuncional de produção com conservação do meio ambiente, garantindo-se aos produtores familiares rurais da Amazônia a cobertura dos custos adicionais de manutenção ambiental e a remuneração dos serviços ambientais prestados à sociedade (PROAMBIENTE, 2002); (SILVA, 2003, p. 43).

o destinatário, do que campanhas que conheçam as ações que a recepção realiza como resposta às informações ofertadas. Além disso, estas ações são difíceis de serem compreendidas porque os mecanismos de avaliação existentes nos próprios projetos estão mais voltados para dar conta da eficácia do processo produtivo, através de alguns indicadores quantitativos como número de focos de calor registrados; número de reuniões, cursos e participantes; número de monitores treinados; número de acordos comunitários celebrados e número de casos de atendimento hospitalar registrados devido à fumaça.

Como já observado anteriormente ao citarmos Certeau, o enfoque é mais voltado para o que foi feito do que para as “maneiras” como foi feito. A esfera da produção das campanhas tem pouco conhecimento sobre as maneiras como suas práticas adquiriram novos sentidos na esfera da recepção das informações. Isto, em boa medida, como já salientado, em virtude do próprio *habitus* dos agentes do campo ambiental, assim como do *habitus* institucional ao qual também estão vinculados.

As estratégias utilizadas pelas instituições responsáveis pelas campanhas, predominantemente do campo ambiental, têm obtido relativo êxito na generalização da visão de mundo cara a este campo, porém, parece ser esse o limite que se pode atingir. O “alerta” ambiental foi compreendido pelos agricultores familiares, mas uma mudança permanente de comportamento por parte deles só se fará sentir quando as campanhas incorporarem as demandas e os valores do campo da agricultura familiar, ou seja, quando se abrir verdadeiramente um espaço para interlocução que rompa o modelo informacional de comunicação (pano de fundo das campanhas) e permita um reequilíbrio nas relações de poder entre as duas esferas, no que concerne às campanhas.

Um olhar do presente para o futuro

A título de recomendações para as campanhas existentes, cuja perspectiva é de se tornarem políticas públicas, é importante que a esfera da produção - neste caso,

predominantemente do campo ambiental - antes de reafirmar uma imagem do receptor presente no *habitus* institucional e dos próprios agentes do campo, questione e desnaturalize seus pressupostos. Os sentidos tidos como “neutros”, porque supostamente universais, que embasam os conceitos utilizados, como o de “meio ambiente”, carregam toda a história de sua gênese e de sua utilização, adquirindo outros sentidos dependendo do contexto no qual são utilizados.

O formato em que o conteúdo das informações é repassado também reforça a imagem que se tem do receptor das mensagens. Por isso, o uso das cartilhas coloridas, em quadrinhos ou com ilustrações, nas quais sempre há a figura de um “professor”, a exemplo do que ocorre com as primeiras séries do ensino fundamental, também é permeado de sentidos presentes nos *habitus* dos produtores e dos receptores das informações. O pressuposto é de que há um conhecimento que precisa ser repassado para quem supostamente não sabe nada, sabe muito pouco ou aprendeu do modo incorreto e que deve, desta forma, ser “ensinado” a agir “adequadamente”.

O conteúdo, que “fala” a partir do que a esfera da produção julga importante ser dito e aprendido, silencia sobre outros tantos temas de interesse da esfera da recepção, além de levantar poucos questionamentos sobre a viabilidade ou não “do que fazer” e “como fazer”. Ao mesmo tempo, o discurso adquire uma roupagem de democrático na medida que se reveste de mecanismos como “perguntas e respostas” e “relatos de experiências” que, na prática, reafirmam a “importância” da problemática proposta pela esfera da produção e de seus pressupostos e conclusões que, em se tratando desta pesquisa, tinha a proteção ambiental como prioridade. Acabou se estabelecendo uma relação assimétrica, na qual o campo ambiental buscou a legitimação de seus valores, deixando pouco espaço para que o campo da agricultura familiar pudesse fazer o mesmo; e possibilitando deste modo ao primeiro um acúmulo maior de poder simbólico.

As campanhas, em geral, também não levaram suficientemente em consideração um conjunto de elementos que incluem as “maneiras” como tem se

dado a apropriação das informações pelos receptores, os usos – além do previsto ou esperado – que delas tem sido feito e, principalmente, as causas culturais, econômicas, sociais e políticas envolvidas nestas decisões. Ou seja, um olhar atento às “mediações”, que perpassam e interagem com as campanhas e os agentes nelas envolvidos, também contribui para redimensionar sua importância e “sentidos” em um contexto certamente mais complexo e diferencial em relação àquele imaginado pela esfera da produção das mensagens. Desta forma, evita-se que através dessas mensagens se busque apenas a ratificação, junto à recepção, de um conjunto de pressupostos, valores e conclusões já contidos na própria oferta das campanhas.

Como foi mencionado anteriormente, os agricultores familiares não são os maiores responsáveis pelos elevados índices de desmatamento e queimadas registrados na Amazônia nos últimos anos (FEARNSIDE, 2001), portanto, vale repetir a pergunta: por que então as campanhas são direcionadas preferencialmente a eles? As instituições que estão à frente das campanhas, predominantemente do campo ambiental ou tendo como eixo norteador de ações, valores e conhecimentos geridos por aquele campo, trabalham com o pressuposto do desconhecimento ou conhecimento inadequado por parte do agricultor familiar de técnicas de prevenção ao fogo acidental. Sob este prisma, seria preciso “ensiná-los” a agir corretamente, o que justifica, por exemplo, o uso de cartilhas.

No caso de outros agentes, como os monocultores, pecuaristas ou madeireiros, o pressuposto não parece ser o mesmo, indicando uma diferenciação valorativa sobre estes agentes. Ou seja, não se trataria, neste último caso, de “desconhecimento” ou de “falta de informação”, mas, principalmente, de interesses econômicos se sobrepondo a valores ambientais. Eles não precisariam “aprender” porque já saberiam e porque possuem recursos econômicos para utilizar alternativas consideradas ambientalmente mais adequadas ao modelo de corte-queima. O objetivo, neste caso, seria então conseguir reverter o enfoque predominantemente econômico das atividades praticadas por monocultores e pecuaristas. Esta, porém, é apenas uma das respostas

possíveis que merece ser aprofundada por pesquisas complementares e que deixo para reflexão.

Encerro aqui minha participação nesta tese. Por certo, haveria outras palavras a se somarem às que aqui deixaram suas marcas, acrescentando a esta trajetória outros sentidos. Divido esta tarefa com os futuros leitores, que lançarão a este percurso novos olhares, outras “visões de mundo”. É, de fato, um começo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Livros, artigos e outras publicações

- ALENCAR, A. *et al.* **Desmatamento na Amazônia: indo além da Emergência Crônica**. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2004.
- A Amazônia encontrando soluções**. Brasília: Embaixada da Itália, 2002.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Editora Hucitec/ANPOCS/Editora da Unicamp, 1992.
- ACEVEDO, R. A. & GUERRA, G. A. D. Das associações de lavradores aos sindicatos de trabalhadores rurais: o caso do Pará. In: **Cadernos do CEAS**. Salvador, 126. mar./abr., 1990.
- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S. & PÁDUA, J. A. (Orgs.) **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Fundação Ford, 2004.
- AIDAR, A. C. K. & PEROSA JR., R. M. Espaços e Limites da Empresa Capitalista na Agricultura. In: **Revista de Econômica Política**, v. I, nº. 3, p. 17-40, jul/set., 1981.
- AIDAR, M. M. & ALVES, M. A. Comunicação de massa nas organizações brasileiras: explorando o uso de histórias em quadrinhos, literatura de cordel e outros recursos populares de linguagem nas empresas brasileiras. In: MOTTA, F. C. P. & CALDAS, M. P. (eds.). **Cultura Organizacional e cultura Popular Brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- ALMEIDA, A. W. B. Os fatores étnicos como delineadores de novos procedimentos técnicos de zoneamento ecológico-econômico na Amazônia. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S. & PÁDUA, J. A. (Orgs.) **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Fundação Ford, 2004.
- _____. Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: **CESE Debate**, vol. 4, nº 33, Salvador, 1994. p. 22-41.
- _____. O intransitivo da Transição. O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: LÉNA, P. & OLIVEIRA, A. E. (orgs.). **Amazônia a fronteira agrícola vinte anos depois**. 2ª ed. Belém: CEJUP: MPEG, 1992.
- _____. O movimento sindical dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia (1988 - 1990). In: **Revista Pará Agrário**, número 6/7, dez/89-jan/90, págs. 90-100. Belém: Idesp. 1989b.

- ALMEIDA FILHO, E. P. ONGs Ambientalistas e comunicação: ainda na idade verde/ Colaboração de Roberto Hipólito Rodrigues Filho. In: DIDONÉ, I. M^a & MENEZES, J. E. de O. (Orgs.) **Comunicação e Política: a ação conjunta das ONGs**. São Paulo: Paulinas, 1995.
- ANDRADE, E. B. Desmatamento, solos e cultura na Amazônia Legal. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.
- ARAÚJO, I. Ligações estratégicas: comunicação, políticas públicas e intervenção social. In: MOTTA, L. G. *et al.* **Estratégicas e culturas da comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002b.
- _____. **A reconversão do olhar**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.
- ARIMA, E. Desmatamento e economia local e Políticas Públicas. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.
- ASSIFI, N. M. & FRENCH, J. H. **Guidelines for planning communication support for rural development campaigns**. Bangkok: United Nations Development Program: Asia and Pacific Program for Development Training and Communication Planning, 1984.
- BACCEGA, M^a. A. (org.). **Gestão de processos comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. Recepção: nova perspectiva nos estudos de comunicação. In: **Comunicação & Educação**. Editora Moderna. São Paulo, [12]: 7 a 16, maio/ago. 1998.
- BACKER, T. E.; ROGERS, E. M. & SOPORY, P. **Designing Health Communication Campaigns: What Works?**. Newbury Park, CA: SAGE, 1992.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 7^a ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BARLETT, P. F. Labor efficiency and the mechanism of agricultural evolution. In: **Journal of Anthropological Research**. Vol. 32 (2), Summer, 1976.
- BARP, W. J. Teoria do conhecimento em Pierre Bourdieu. In: COSTA, M^a. J. J. (Org.) **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.
- BARROS FILHO, C. de & MARTINO, L. M. S. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.
- BARROS, F. (Org.). **As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil**. Brasília: Rede Brasil, 2001.

- BECKER, B. K. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do Passado e desafios do Presente. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.
- BELLONI, I. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- BELTRÃO, L. & QUIRINO, N. de O. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa**. São Paulo: Summus, 1986.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II**/ Trad: Eduardo Guimarães *et al.* Campinas/SP: Pontes 1989.
- BOSERUP, E. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BOURDIEU, P. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2002.
- _____. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- _____. **O poder simbólico**/ Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. **Sobre a televisão**/ Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.
- _____. **A Economia das Trocas Lingüísticas: O que falar Quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996a.
- _____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das letras, 1996b.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 1996c.
- BRAGA, J. L. Campo da Comunicação – caracterização, problematização e perspectivas. In: FAUSTO NETO, A.; PRADO, J. L. A. & PORTO, S. D. (Orgs.). **Constituição do Campo da Comunicação – caracterização, problematização e perspectivas**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2001.
- BRITTOS, V. C. **Recepção e TV a cabo: a força da cultura local**. 2ª ed. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.
- BRONDÍZIO, E. S. and SIQUEIRA, A. D. From Extractivists to Forest Farmers: changing Concepts of Agricultural Intensification and Peasantry in the Amazon Estuary. In: **Research in Economic Anthropology**, 18:233-279, 1997.
- BRONDÍZIO, E. S. *et al.* The Colonist Footprint. In: WOOD, C. H. & PORRO, R. (Eds.) **Deforestation and Land Use in the Amazon**. Gainesville, Florida: University Press of Florida, march de 2002.

- BRONDÍZIO, E. S. and NEVES, W.A. A percepção do ambiente natural por parte de populações Caboclas do Estuário do Amazonas: uma experiência piloto através do método de trilhas pré-fixadas. In: PAVAN, C. (ed.) **Uma estratégia Latino Americana para Amazônia**, vol. I. São Paulo: Editora UNESP, pp. 167-182, 1997.
- BRONDÍZIO, E. S. & SIQUEIRA, A. D. O habitante esquecido: o caboclo no contexto amazônico. In: **São Paulo em Perspectiva**. Fundação SEADE, São Paulo, 6 (1-2): 187-192, jan./jun. 1992.
- BROWN, K. *et al.* **Políticas Agrárias e Ambientais na Amazônia Oriental: impactos e participação da sociedade civil**. ODG/Copatiorô/Imazon/NEAF, 2001.
- CANCIAN, F. Economic behavior in peasant communities. In: STUART, P. (ed.) **Economic anthropology**. Stanford University Press, 1989.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- _____. **O poder da identidade**, vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.
- CASTRO, E. M. R. Pobreza, desenvolvimento e crise ecológica: organizações do campo como resposta. In: OLIVEIRA, N. P. (Org.) **Comunidades Rurais, Conflitos Agrários e Pobreza**. Belém: Editora da UFPA, 1992. p. 68-81.
- CATANI, A. M. A sociologia de Pierre Bourdieu (ou como um autor se torna indispensável ao nosso regime de leituras). In: **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 78, Abril/2002.
- CAVALCANTE, H. C. A experiência do Proarco. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**/ Trad: Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. **A cultura no plural**/ Trad: Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- _____. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**/ Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COHN, G. O Campo da Comunicação. In: FAUSTO NETO, A.; PRADO, J. L. A. & PORTO, S. D. (Orgs.) **Campo da Comunicação: caracterização, problematização e perspectivas**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2001.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMMD. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

- COSTA, F. de A. Indicações do desmatamento na Amazônia: análise empírica para o caso do Pará. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.
- _____. **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA/UFPA, 2000a.
- _____. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO. In: TURA, L. R. & COSTA, F. de A. (Orgs.) **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000b.
- _____. Contexto, impactos e efeitos econômicos do FNO-Especial no estado do Pará. In: TURA, L. R. & COSTA, F. de A. (Orgs.) **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000c.
- _____. Políticas públicas, camponeses e desenvolvimento regional sustentável: uma avaliação das possibilidades do FNO-Especial. In: TURA, L. R. & COSTA, F. de A. (Orgs.) **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000d.
- _____. Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos. In: **Novos Cadernos NAEA**, v. 01, nº 01. Belém: NAEA/UFPA, 1998a. p. 23-78.
- _____. **Ciência, Tecnologia e Sociedade na Amazônia: questões para o desenvolvimento sustentável**. Belém: Cejup, 1998b.
- _____. Racionalidade Camponesa e Sustentabilidade. In: **Paper do NAEA**, v.1, nº. 29. Belém: NAEA: 1994. p. 05-48.
- _____. Novos paradigmas e realidade brasileira. In: XIMENES, T. (Org.) **VI Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste**. Belém: UFPA/NAEA, 1993.
- _____. Estrutura fundiária, modos de produção e meio ambiente na Amazônia. In: OLIVEIRA, N. P. de. (Org.) **Comunidades rurais, conflitos agrários e pobreza**. Belém: Editora Universitária UFPA, 1992a.
- _____. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992b.
- _____. Valor e preço, exploração e lucro da produção camponesa na Amazônia: crítica à noção de funcionalidade da produção familiar na fronteira agrícola. In: LÉNA, P. & OLIVEIRA, A. E. de (Orgs.) **A fronteira agrícola 20 anos depois**. 2ª ed. Belém: CEJUP/Museu Paraense Emílio Goeldi (Coleção Eduardo Galvão), 1992c.
- COSTA, J. M. M. Desenvolvimento Sustentável, Globalização e Desenvolvimento Econômico. In: XIMENES, T. (Org.) **Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para Agenda 21**. Belém: UFPA/NAEA/Assoc. de Univ. Amazônicas, 1997.

- COSTA, L. M. **Discurso e conflito: dez anos de disputa pela terra em Eldorado do Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- COSTA, M. J. J. (org.) **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2001.
- CZERMAK, R & SILVA, R. A. N. Comunicação e produção da subjetividade. In: GUARESCHI, P. A. (Coord.) **Comunicação e controle social**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.
- D'INCAO, M. A. & SILVEIRA, E. M. **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: MPEG, 1994.
- DEUSDARÁ FILHO, R. Programa Nacional de Florestas. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.
- DIAZ, M^a. del C. V. *et al.* **O Prejuízo oculto do fogo: custos econômicos das queimadas e incêndios florestais na Amazônia**. Brasília e Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Centro de Pesquisa Woods Hole (WHRC), 2002.
- DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec-NUPAUB/USP, 2000. p. 1-46.
- _____. (org.). **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: Editorial NUPAUB/USP, 1999.
- DOWNING, T. E.; HECHT, S. B.; PEARSON, H. A. and GARCIA-DOWNING, C. (Eds.) **Development or Destruction: The Conversion of Tropical Forest To Pasture in Latin America**. Boulder/San Francisco/Oxford: Westview Press, 1992.
- DRUMMOND, J. A. L. A Visão Conservacionista (1920 a 1970). In: SVIRSKY, E. & COPOBIANCO, J. P. R. (Orgs.) **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.
- DUPAS, G. **Economia Global e Exclusão Social**. São Paulo: 2000
- ECO, H. **Como se faz uma Tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- EMMI, M. E. **A Oligarquia do Tocantins**. Belém: Editora da UFPA, 1988.
- Environment conservation and the media: proceedings: seminar organised by the Directorate of Environment and Local Authorities of the Council of Europe on the occasion of the 30th annual meeting of the Centre Naturopa's national agencies, Strasbourg (France), 5-6 June 1997**. Strasbourg: Council of Europe Pub., 1997.
- ESCOSTEGUY, A. C. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, T. T. (Org.) **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.133-166.

- FALEIRO, A. & G, I. R. Prefácio. In: TURA, L. R. **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília Jurídica: Fase, 2000.
- FAO meeting on public policies affecting forest fires: Rome, 28-30 October 1998: proceedings**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1999.
- FARIA, A. *et al.* As alianças com o Movimento Social. In: SVIRSKY, E. & COPOBIANCO, J. P. R. (Orgs.) **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.
- FATHEUER, T.; ARROYO, J. C.; MACHADO, J. A. da C. (Orgs.). **Simpósio Internacional Amazônia: estratégias de desenvolvimento sustentável** (maio, 1997). Belém: FAOR, 1998.
- FAUSTO NETO, A. PRADO, J. L. A. & PORTO, S. D. (Orgs.). **Campo da Comunicação: caracterização, problematização e perspectivas**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.
- FAUSTO NETO, A. **Ensinando a televisão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.
- _____. **Mortes em derrapagem: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1994.
- _____. A deflagração do sentido: estratégias de produção e de captura da recepção. In: **Textos de cultura e comunicação**, nº 27. Salvador: Departamento de Comunicação e Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea da UFBA, 1985.
- FEARNSIDE, P. M. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. Manaus: INPA, 2003.
- _____. Efeitos do uso da terra e Manejo Florestal no ciclo de carbono na Amazônia. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.
- _____. Desmatamento e Desenvolvimento Agrícola na Amazônia Brasileira. In: **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2ª ed. Belém: Cejup/Museu P. E. Goeldi, 1992.
- _____. Derrubada da floresta e roçagem de crescimento secundário em projetos de colonização na Amazônia brasileira e a sua relação à capacidade de suporte humano. In: **Acta Amazônica** 16/17 (suplemento): 123-141. 1987b.
- _____. **Human Carrying Capacity of the Brazilian Rainforest**. New York: Columbia University Press, 1986.

- _____. Alocação do uso da terra dos colonos da Rodovia Transamazônica e sua relação com a capacidade do suporte humano. In: **Acta Amazônica** 12(3): 549-587, 1982.
- FELDMANN, F. Apresentação. In: SVIRSKY, E. & COPOBIANCO, J. P. R. (Orgs.) **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997a.
- FELDMANN, F. *et al.* Do Ativismo à institucionalização. In: SVIRSKY, E. & COPOBIANCO, J. P. R. (Orgs.) **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997b.
- FENZL, N. Estudo de Parâmetros e Indicadores Capazes de Dimensionar A Sustentabilidade de Um Processo de Desenvolvimento. In: XIMENES, T. (Org.) **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: Uma contribuição para a Amazônia 21**. Belém: UFPA/NAEA/Associações de Universidades Amazônicas, 1997. p. 01-31.
- FERREIRA, L. da C. F. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- FÍGARO, R. & BACCEGA, M^a A. Sujeito, comunicação e cultura. In: **Comunicação & Educação**. Editora Moderna. São Paulo, [15]: 62 a 80, Número 15, Maio/Agosto, 1999.
- FÍGARO, R. Uma pedagogia para os meios de comunicação. In: **Comunicação & Educação**. Editora Moderna. São Paulo, [12]: 77 a 88, maio/ago. 1998.
- FIGUEIREDO, C. **Cadê a vida que estava aqui? O Fogo Queimou!**. Brasília [s.n.], 2000.
- FÓRUM DE ONGs BRASILEIRAS. **Meio Ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros**. Rio de Janeiro: Fórum de ONGs brasileiras, 1992.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber/ Trad: Luiz Felipe Baeta Neves**. 4^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GASPARIN, I. R.; TURA, L. R. & MOURÃO, P. L. FNO e a Produção Familiar no Pará. In: **Caderno de Estudos**. 2^a ed. Belém: Fase Programa Pará, , 2001.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.
- GOLDEMBERG, J. **Amazônia: Facts, Problems and Solutions**. São Paulo: Campus of USP, July 31 – August 1, 2, 1989.
- GOMES, W. Esfera pública política e media: Com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, A. A. C.; BENTZ, I. M^a. G. & PINTO, M. J. (Org.) **Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.155-186.

- GÓMEZ, G. O. De las mediaciones a los medios: contribuciones de la obra de Martín-Barbero al estudio de los medios y sus procesos de recepción. In: CANCLINI, N. G. *et al* (Orgs.) **Mapas nocturnos: diálogos com la obra de Jesús Martín-Barbero**. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central. Departamento de Investigaciones, 1998. p.91-101.
- GOODMAN, D., SORJ, B. & WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional/** Trad: Carlos E. B. de Souza e Carlos Schlottfeldt. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, J. F. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 3ª ed. Brasiliense, 1986.
- GRIGG, D. Ester Boserup's theory of agrarian change: a critical review. In: **Progress in Human Geography**. 1979.
- GUARESCHI, N. Comunicação e Psicanálise. In: GUARESCHI, P. A. (Coord.). **Comunicação e controle social**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001a.
- GUARESCHI, P. A. (Coord.). A realidade da comunicação – visão geral do fenômeno. In: **Comunicação & Controle Social**. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2001b.
- GUEDES, O. Os estudos de recepção, etnografia e globalização. In: RUBIM, A. A. C.; BENTZ, I. M. G. & PINTO, M. J. (Orgs.) **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 107-118.
- HABERMAS, J. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**, vol. II / Trad: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- _____. **Consciência e agir comunicativo/** Trad: Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. Comunicação, opinião pública e poder. In: COHN, G. (Org.) **Comunicação e indústria cultural**. 5ª ed. São Paulo: T.A. Queiróz Ed., 1987.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 7ª edição. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- HALL, S. Identidade Cultural e Diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**. Número 24, 1996.
- HARDY, C. E. **The Gisborne era of forest fire research: legacy of a pioneer**. Portland, Or.: U.S. Dept. of Agriculture, Forest Service, 1983.
- HECHT, S. and COCKBURN, A. **The Fate of the Forest: Developers, Destroyers and Defenders of the Amazon**. London: Verso, 1989.

- HOBDELINK, H. As novas biotecnologias para o terceiro mundo: novas esperanças ou falsas promessas? In: MOONEY, P. R. (Org.) **O Escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos/** Trad: Adilson D. Paschoal. São Paulo: Nobel, 1987.
- HOLDSWORTH , A. R. & UHL, Christopher. O Fogo na Floresta Explorada e o Potencial para Redução de incêndios Florestais na Amazônia. In: **Série Amazônia N° 14.** Belém: Imazon, 1998.
- HOMMA, A. K. O. **História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.
- JACKS, N. **Querência: cultura regional como mediação simbólica – um estudo de recepção.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999.
- JACKS, N. & TUFTE, T. Televisão, identidade e cotidiano (parte de um projeto integrado). In: RUBIM, A. A. C.; BENTZ, I. M^a. G. & PINTO, M. J. (Orgs.) **Produção e recepção dos sentidos midiáticos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 99-106.
- JOHNSON, R. O que é, afinal, Estudos Culturais. In: SILVA, T. T. (Org.) **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 2^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.7-132.
- JORDAN, C. L. **Nutriente circling tropical Forest ecosystem.** New York: Jonh Wiley & Sons, 1985b.
- JOVCHELOVITCH, S. **Representações Sociais e Esfera Pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- KEUSCH, A. **Fighting forest fires: models and applications.** Thesis (Ph.D.). Indiana University, 1992.
- KIRCHHOFF, V. W. J. H. & ESCADA, P. A. S. **O megaincêndio do século – 1998.** Transtec Editora, 1998.
- KRUG, T. O Quadro do desflorestamento da Amazônia. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia.** Brasília: MMA, 2001.
- LAZZAROTTO, G. R. & ROSSI, J. S. Comunicação, gestalt, behaviorismo. In: GUARESCHI, P. A. (Coord.). **Comunicação e controle social.** 4^a edição. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEAL, G. L. R. **Paragominas – A realidade do pioneirismo.** 2^a ed. Belém: Alves Gráfica e Editora , 2000.
- LEAL, O. F. Etnografia de audiência: uma discussão metodológica. In: SOUSA, M. W. de (Org.) **O Sujeito, o lado oculto do receptor/** Tradução e transcrição: Sílvia Cristina Dotta e Kiel Pimenta. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.113-121.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

- LÉNA, P. & OLIVEIRA, A. E. de (Orgs.) **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2ª ed. Belém: Cejup: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.
- LEROY, J. P. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: FASE/ Editora Vozes, 1991.
- LEWIS, A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada da mão de obra. In: ARGARWALA/SINGH (Org.) **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, 1962.
- LIMA, L. *et al.* **Fogo legal**. Belém: IPAM, 1999.
- LINHARES, G. **A televisão no imaginário dos Terena**. Campo Grande/ MS: Ed. UNIDERP, 2000.
- LINS DA SILVA, C. **Muito Além do Jardim Botânico**. São Paulo: Sumus, 1985
- LOPES, M. I. V. **Pesquisa em comunicação: Formulação de um método metodológico**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.
- LOUREIRO, M. R. **50 anos de ciência econômica no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LUHMANN, N. **A improbabilidade da Comunicação**. 2ª ed. Vega/Passagens, 1999.
- MACHADO, R. B. & AGUIAR, L. M. de S. Desmatamentos na Amazônia e conseqüências para a Biodiversidade. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.
- MANTEGA, G. O pensamento econômico brasileiro de 60 a 80: os anos rebeldes. In: LOUREIRO, M. R. (Org.) **50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Vozes/Fipe, 1997. p. 107-157.
- MARGULIS, S. Introdução à economia dos recursos naturais. In: MARGULIS, S. (Org.) **Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos**. Brasília: IPEA, 1996.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**/ Trad.: Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- _____. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, M. W. (Org.) **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.39-70.
- MARTINO, L. C. Elementos para uma Epistemologia da Comunicação. In: FAUSTO NETO, A.; PRADO, J. L. A. & PORTO, S. D. (Orgs.) **Campo da Comunicação – caracterização, problematização e perspectivas**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2001.
- MARTINO, L. M. S. **Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso**. São Paulo: Paulus, 2003.
- MARTINS, C. B. Notas sobre a noção da prática em Pierre Bourdieu. In: **Novos Estudos Cebrap**, N. 62. São Paulo: março de 2002. p. 163-181.

- _____. Estrutura e ator: a teoria da prática em Bourdieu. In: **Educação & Sociedade**, vol. 9, nº 27, 1987. p. 33-46.
- MARTINS, J. de S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, vol. 6 - nº 1-2, Junho, 1995.
- _____. Expropriação e Violência. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MATUCK, A. **O potencial dialógico da televisão: comunicação e arte na perspectiva do receptor**. São Paulo: Annablume: ECA-USP, 1995 – (Selo Universidade; 33.).
- McCAY, B. & ACHESON, B. The question of the commons. In: **Human ecology of the commons**. Tucson, Az: University of Arizona Press, 1996.
- McCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista/ Trad: Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar**. — Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- McGRATH, D. G. Biosfera ou Biodiversidade: Uma avaliação crítica do paradigma da biodiversidade. In: XIMENES, T. (Org.) **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: Uma contribuição para a Amazônia 21**. Belém: UFPA/NAEA/Associações de Universidades Amazônicas, 1997.
- MELO, J. M. de & DIAS, P. da R. (Orgs). **Comunicação, Cultura e Mediações: O percurso intelectual de Jesús Martín-Barbero**. São Bernardo do Campo: Umesp / Unesco, 1999.
- MENEZES, M. A. O controle qualificado do desmatamento e o ordenamento territorial na Região Amazônica. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.
- MICELI, S. Introdução: A Força do Sentido. In: **A economia das trocas simbólicas**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.
- MIRANDA, E. E. **Variabilidade Espaço-temporal das Queimadas no Brasil**. Paper apresentado no VII Brazilian Remote Sensing Symposium. Curitiba, 10-14 de Maio de 1993.
- _____. Avaliação do Impacto Ambiental da Colonização em Floresta Amazônica. In: **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2ª ed. Belém: Cejup/Museu P.E.Goeldi, 1992.
- MOLINA, M. G. & MARTÍNEZ-ALIER, J. (Eds.) **Historia y Ecologia**. Madrid: Editorial Marcial Pons, 1993.
- MONTEIRO NETO, A. Impactos do crescimento econômico no desmatamento da Amazônia. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.

- MOONEY, P. R. Perdendo diversidade, diminuindo possibilidades. In: **O Escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos/** Trad: Adilson D. Paschoal. São Paulo: Nobel, 1987.
- MORAES, A. C. R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- MORAN, E. F. Deforestation and land use in the Brazilian Amazon. In: **Human Ecology**, vol. 21, nº 1, 1993.
- MORAN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- MORAN, E. F., BRONDÍZIO, E. S., McCracken, S. D. Trajectories of Land Use: soils, succession, and crop choice. In.: WOOD, C. H. & PORRO, R. (Eds.) **Deforestation and Land Use in the Amazon.** Gainesville, Florida: University Press of Florida, March de 2002.
- MOURÃO, P. de L. Os impactos dos projetos financiados pelo FNO- Especial nos sistemas de produção familiar do estado do Pará. In: TURA, L. R. & COSTA, F. de A. (OrgS.) **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará.** Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000.
- MÜLLER, F. de M. Sistema de fiscalização, licenciamento e monitoramento de propriedades rurais de Mato Grosso. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia.** Brasília: MMA, 2001.
- MUELLER, C. C. Avaliação de duas correntes da economia ambiental: a escola neoclássica e a economia da sobrevivência. In.: **Revista de Economia Política.** Vol. 18, nº 2 (70), abril/junho, 1988.
- MURRIETA, R. S., BRONDÍZIO E. S., SIQUEIRA, A., and MORAN, E. Estratégias de subsistência da comunidade de Praia Grande, Ilha do Marajó, Brasil. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia** 8(2):185-201, 1992.
- MURRIETA, R. S. Estratégias de Subsistência de uma população ribeirinha do Rio Marajó-açu, Ilha do Marajó, Brasil. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia**, 5(2):147-163, 1989.
- NEPSTAD, D. C., MOREIRA, A. G. & ALENCAR, A. A. **A floresta em chamas: origens, impactos e prevenção de fogo na Amazônia.** Brasília: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, 1999.
- NEPSTAD, D. C. Empobrecimento Biológico da Floresta Amazônica por seringueiros, madeireiros e fazendeiros. In.: XIMENES, T. (Org.) **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia** 21. Belém: UFPA/NAEA/Associações de Universidades Amazônicas, 1997.
- NETTING, R. **Smallholders, Householders: Farm Families and the Ecology of Intensive, Sustainable Agriculture.** Stanford, Califórnia: University Press, 1993.

- NOBRE, C. A. Amazônia: fonte ou sumidouro de carbono?. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.
- NOGUEIRA, C. M. M. & NOGUEIRA, M^a A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. In: **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 78, Abril/2002.
- NORGAARD, R. B. A base epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, M. A. (Org.) **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- NOVAES, W. **A década do impasse: da Rio-92 à Rio + 10**. São Paulo: Estação Liberdade/Instituto Socioambiental, 2002.
- OLIVEIRA, G. S. de. **O El Niño e Você - o fenômeno climático**. São José dos Campos (SP): Editora Transtec, 1999.
- ORLANDI, E. P. *et al* (Orgs.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.
- ORLANDI, E. P. Protagonistas do/no discurso. In: **Foco e Pressuposição**. Uberaba: Instituto de Ensino das Faculdades Integradas de Santo Tomás de Aquino, 1978. p. 30-41.
- ORTIZ, R. Trajetos interdisciplinares: o caminho das mediações. In: MELO, J. M. de & DIAS, P. da R. (Orgs). **Comunicação, Cultura e Mediações: o percurso intelectual de Jesús Martín-Barbero**. São Bernardo do Campo: Unesp / Unesco, 1999.
- OSAKABE, H. **Argumentação e Discurso Político**. São Paulo: Ed. Kairós, 1979.
- OST, F. **Naturaleza y derecho: para um debate ecológico en profundidad**. Bilbao: Ediciones Mensajero, 1996. p. 139-193.
- OSTROM, E. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. In: **American Political Science Review**, Vol. 92(1):1-22, 1998.
- OTA, D. **Rádio em Boa Sorte uma comunidade negra**. Campo Grande – MS: Ed. UNIDERP, 2000.
- PÁDUA, J. A. Natureza e Projeto Nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920). In: SVIRSKY, E. & CAPOBIANCO, J. P. R. (Orgs.) **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.
- _____. (Org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.
- PAULA, S. Estudos culturais e receptor ativo. In: RUBIM, A. A. C.; BENTZ, I. M^a. G.; PINTO, M. J. (Orgs.) **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 131-141.

- PAULINO, R. A. F. **Comunicação e Trabalho: estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso - Uma crítica à afirmação do óbvio/** Trad: Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- PELIZZOLI, M. L. **A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- PFAU, M.; PARROTT, R.; **Persuasive Communication Campaigns.** Needham Heights, Massachusetts: Allyn and Bacon, 1993.
- PICHÓN, F. J. Settler Agriculture and the Dynamics of Resource Allocation in Frontier Environments. In: **Human Ecology**, Vol. 24, Nº 3, 1996. p. 341-371.
- PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos.** São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- PONTING, C. **Uma história verde do mundo/** Trad: Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- PONTING, C. Modos de Pensamento. In: **Uma história verde do mundo /** Trad: Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- POPKIN, S. **The Rational Peasant.** Berkeley: University of California Press, 1979.
- Proceedings of the Symposium on Wildland Fire 2000.** South Lake Tahoe, California. Berkeley, Calif.: U.S. Dept of Agriculture, Forest Service, Pacific Southwest Forest and Range Experiment Station, April 27-30, 1987
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL NA AMAZÔNIA – PROAMBIENTE. **Conservação ambiental e vida digna no campo.** FETAGs, MONAPE, COIAB. Folder de divulgação, 2002.
- Promanejo: Relatório de Atividades 2002.** Manaus: DR Design e Propaganda, Fevereiro de 2003.
- PYNE, S. J. **Fire: a brief history.** Washington: University of Washington Press, 2001.
- _____. **Fire in America: a cultural history of wildland and rural fire.** Seattle: University of Washington Press, 1997a.
- _____. **Vestal fire : an environmental history, told through fire, of Europe and Europe's encounter with the world.** Seattle: University of Washington Press, 1997b.
- _____. **World Fire: the culture of fire on earth.** New York: University of Washington Press, 1997c.
- RABELO, D. C. **Comunicação e mobilização na Agenda 21 local.** Vitória: EDUFES/FACITEC, 2003.
- RAMOS, L. F. A. **Meio Ambiente e Meio de Comunicação.** São Paulo: ANNABLUME, 1995.

- REIGOTA, M. **Ecologia, elites e inteligência na América Latina: estudo de suas representações sociais**. São Paulo: Annablume, 1999.
- _____. **Meio Ambiente e representação social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- RICE, R. E.; PAISLEY, W. J. (Eds). **Public Communication Campaigns**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1981.
- ROOSEVELT, A. C. Determinismo Ecológico na Interpretação do Desenvolvimento Social Indígena da Amazônia. In: NEVES, W. A. (Org.) **Origens, Adaptações e Diversidade Biológica do Homem Nativo da Amazônia**. Belém-PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.
- ROSEBERRY, W. Peasants and the World. In: STUART, P. (ed.) **Economic anthropology**. Stanford University Press, 1989.
- RUBIM, A. A. C.; BENTZ, I. M. G. & PINTO, M. J. (Org.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- RURAL ADVANCEMENT FUND INTERNATIONAL - RAFI. De onde vêm as sementes... e para onde vão?/ Trad: Adilson D. Paschoal. In: MOONEY, P. R. (Org.) **O Escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SALATI, E. Mudanças climáticas e o ciclo hidrológico na Amazônia. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.
- _____. O clima atual depende da floresta. In: SALATI, E. **Amazônia; integração, desenvolvimento e ecologia**. Brasília: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983. p. 16-41.
- SALMON, C. T. (Ed.). **Information Campaigns: balancing social values and social change**. Newbury Park, Calif: Sage Publications, 1989.
- SAMPAIO, R. Apêndice: a campanha de propaganda. In: **Propaganda de A a Z**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- SANTOS, M^a S. T. Gestão da comunicação no desenvolvimento regional. In: **Comunicação & Educação**. Editora Moderna. São Paulo, [11]: 29 a 34, Número 11, Janeiro/Abril, 1998.
- SANTOS, R. A. O. Ocupação econômica do espaço rural e a política do meio ambiente. In: OLIVEIRA, N. P. de. (Org.) **Comunidades Rurais, Conflitos Agrários e Pobreza**. Belém: Editora da UFPA, 1992. p. 23-41.
- SANTOS, R. **Os novos media e o espaço público**. Lisboa: Gradiva, 1998.
- SCHMINK, M. & WOOD, C. **Contested Frontiers in Amazonia**. New York: Columbia University Press, 1992.

- SCHMITZ, H. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. In: SIMÕES, A.; SILVA, L. M. S.; MARTINS, P. F. da S. & CASTELLANET, C. (Orgs.) **Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa – desenvolvimento**. Belém: NEAF/CAP/UFGA, GRET, 2001. p. 39-99.
- SCHMITZ, H.; CASTELLANET, C.; SIMÕES, A. Participação dos agricultores e de suas organizações no processo de desenvolvimento de tecnologias na região da Transamazônica. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia**. v. 12, nº 2, 1996. p. 201-246.
- SCOTT, J. C. **The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia**. New Haven/London: Yale University Press, 1974.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**, São Paulo. Cortez/Autores Associados, 1989.
- SHANIN, T. **La clase incómoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- _____. Polarization and cyclical mobility: the russian debate over the differentiation of the peasantry. In: Harris, J. **Rural Development: theories of peasant economy and agrarian change**. London: Hutchinson University, 1982. p. 223-246.
- SHAUN, M. **Interpreting audiences: the ethnography of media consumption**. London: Sage, 1993.
- SHOEMAKER, P. J. **Communication campaigns about drugs: government, media, and the public**. Hillsdale, NJ: L. Erlbaum Associates, 1989.
- SILVA, C. E. L. da. **Muito além do jardim botânico**. São Paulo: Summus, 1985.
- SILVA, J. G. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SILVA, T. T. (Org). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SILVA-SÁNCHEZ, S. S. **Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.
- SIQUEIRA, A. D., McCracken, S. D., BRONDÍZIO, E. S., MORAN, E. F. Women and Work in a Brazilian Agricultural Frontier. In: CLARK, G. (Ed.) **Gender at Work in Economic Life**. Society for Economic Anthropology Monograph Series, Nº. 20. Walnut Creek, Calif.: AltaMira Press, 2002.
- SIRKIS, A. Enquanto isso, na terra do pau-brasil... In: McCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**/ Trad: Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- SMERALDI, R. Soluções locais integradas sobre fogo na Amazônia. In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.

- SMITH, C. **Media and apocalypse: news coverage of the Yellowstone forest fires, Exxon Valez oil spill, and Loma Prieta earthquake.** Westport CT: Greenwood Press, 1992.
- SOBRINHO, M. D. *Habitus* e representações sociais: questões para o estudo de identidades coletivas. In: MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares e representação social.** Goiânia: AB Editora, 2000.
- SOLYNO SOBRINHO, S. A. Capacidade de pagamento e viabilidade técnica do FNO-Especial para o desenvolvimento da produção familiar rural no estado do Pará. In: TURA, L. & COSTA, F. de A. (Orgs.) **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará.** Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000.
- SORRENTINO, M. Crise Ambiental e Educação In: **Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente.** Brasília: IBAMA, 2000. p. 95-104.
- SOUSA, M. W. de. (Org). **Sujeito, o lado oculto do receptor.** São Paulo: Brasiliense, 1995a.
- _____. Recepção e comunicação: a busca do sujeito. In: **Sujeito, o lado oculto do receptor.** São Paulo: Brasiliense, 1995b. p.13-38
- SPINK, M. J. P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- STEWART, J. H. **Theory of culture change.** Urbana: University of Illinois Press, 1955.
- SVIRSKY, E. & CAPOBIANO, J. P. R. (Orgs). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro.** São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.
- TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais.** Paris: Colin, 1973.
- TORRES, H. da G. Migrações e o migrante de origem urbana na Amazônia. In: LÉNA, P., OLIVEIRA, A.E. (Orgs.) **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.** 2ª ed. Belém: CEJUP/MPEG, 1992.
- TURA, L. R.; GASPARIN, I. R. & MOURÃO, P. L. **FNO Produção Familiar no Pará.** In: **Caderno de Estudos.** 2ª ed. Belém: Fase Programa PA: 2001.
- TURA, L. R. Notas introdutórias sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento e sua configuração na Região Norte. In: TURA, L. R. & COSTA, F. de A. (Orgs.) **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará.** Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000a.
- _____. Atores sociais e o suporte institucional dos projetos do FNO-Especial. In: TURA, L. R. & COSTA, F. de A. (Orgs.) **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará.** Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000b.

- URBAN, T. **Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil**. São Paulo: Petrópolis; 2001
- VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- _____. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VERÓN, E. **A produção do sentido**. São Paulo: Cultrix/USP, 1980.
- VIOLA, E. J. *et al.* **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 2^a ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- VIOLA, E.; LEIS, H. R.; FERREIRA, L. da C. Confronto e legitimação. In: SVIRSKY, E. & CAPOBIANCO, J. P. R. (Orgs.) **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.
- VIOLA, E. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: **Ecologia & Política no Brasil**. Pádua, José Augusto (Org). Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo/ IUPERJ, 1987. p. 65-109.
- WHITE, R. A. Recepção: a abordagem dos Estudos Culturais. In: **Comunicação & Educação n^o 12**. São Paulo: USP, Editora Moderna, Maio/Agosto de 1998a. p.57-88.
- _____. Robert A. Tendências dos Estudos de Recepção. In: **Comunicação & Educação n^o 13**. São Paulo: USP, Editora Moderna, Setembro/Dezembro 1998b. p.41-66.
- WOLF, M. **Teorias da Comunicação/ Trad: Maria Jorge V.de Figueiredo**. 4^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- WOOD, C. H. & PORRO, R. **Deforestation and Land Use in the Amazon**. Gainesville, FL: University Press of Florida, 2002.
- WOOD, C. H. and SCHMINK, M. Blaming the Victim: small farmer production in an amazon colonization project. In: **Changing Agricultural Systems in Latin America**. Publication Number Seven, april/ 1979.
- ZAMBERLAN, J. & FRONCHETI, A. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ZELEDÓN, R. Z. **Desarrollo sostenible e derecho agrario**. San José: Editorial Guayacán, 1998.

II. Teses, monografias e outros textos não publicados

- ALMEIDA, A. W. B. **Terra, conflito e cidadania**. Baseado em apresentação oral durante sessão do Tribunal Permanente dos Povos. Paris, 1992a. Mimeo.
- _____. **Os Movimentos Camponeses e os Conflitos Sociais na Amazônia**. Rio de Janeiro, 1989a. Mimeo.
- AMAZONAS, M. C. Economia Ambiental Neoclássica e Desenvolvimento Sustentável. In: **ANPEC XXVI Encontro Nacional de Economia**. Vitória, 1998. p. 1585-1606.
- APEL, L. K. Oficina sobre Planejamento Comunitário de Queimadas. In: **Relatório de Atividades. Santarém: Fórum de Produção Familiar de Santarém**. 30/10/99 a 01/11/99. Mimeo.
- ARAÚJO, I. **Mercado simbólico: interlocução, luta, poder – um modelo de comunicação para políticas públicas**. Programa de pós-graduação em comunicação e cultura - Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. Mimeo.
- BIRD. **Projeto de Mobilização e Capacitação da Sociedade Civil em Prevenção de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia - PROTEGER II**. Documento da Missão de Supervisão. 6 a 22 de maio de 2002. Brasília: PPG7/BIRD, 2002. Mimeo.
- BISHOP, J. **Evaluating the development impact and sustainability of environmental projects: a brief survey of analytical methods**. IIED, 28 de abril de 2000. Mimeo.
- BRITO, R. **Reflexões sobre a Indústria Cultural**. UFPA, 2004. Mimeo.
- BRITTES, J. **Enfoques teóricos dominantes nas ciências da comunicação e os distintos olhares sobre o receptor**. Trabalho apresentado no NP01 – Núcleo de Pesquisa Teorias da Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 4 e 5 de Setembro, 2002. CD-ROM.
- BRONDÍZIO, E. S. Agriculture intensification, economic identity, and shared invisibility In: **Amazonian peasantry: Caboclos and Colonists in comparative perspective**. Indiana University/ACT, 2002. Mimeo.
- CALLOU, A. B. F. & SANTOS, M. S. T. **Estratégias governamentais de comunicação para o desenvolvimento local**. Trabalho apresentado no NP09 – Núcleo de Pesquisa Comunicação Científica e Ambiental, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05 de setembro, 2002. CD-ROM.
- CARDOSO, J. M. **Comunicação, Saúde e Discurso Preventivo: reflexões a partir de uma leitura das campanhas nacionais de Aids na TV (1987-1999)**. Dissertação (mestrado em Comunicação e Cultura). ECO-UFRJ, Rio de Janeiro, 2001. Mimeo.

- CASTELLANET, C.; SIMÕES, A. & CELESTINO FILHO, P. **Diagnóstico preliminar da agricultura na Transamazônica: indicações para pesquisa-desenvolvimento.** Seminário Interno apresentado na Embrapa/Cpatu, 20 de outubro de 1994. Mimeo.
- COSTA, R. **Queimadas, mudanças ecológicas e transformações nas atividades Agroextrativistas da fronteira agrícola Amazônica: o ponto de vista dos pequenos produtores de duas localidades na região de Paragominas/PA.** Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da UFPA/Embrapa, maio de 2002. Mimeo.
- CPRM/SEICOM/Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia. **Programa de Integração Mineral do Município de Conceição do Araguaia, 1996.** Mimeo.
- DUTRA, M. J. S. **A redescoberta midiática da Amazônia: sedutoras reiterações dos discursos sobre a natureza.** Tese de Doutorado. Belém: NAEA/UFPA, 2003. Mimeo.
- ESCOSTEGUY, A. C. **Comunicação: uma questão de cultura.** Porto Alegre: PUC RS, 1997. Mimeo.
- FAUSTO NETO, A. (Coord.). **O Outro Telejornal: condições de recepção e modos de apropriação das informações televisivas no Brasil.** Relatório de Pesquisa: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Comunicação, 1996. Mimeo.
- _____. **Televisão e Políticas Públicas: estudo de avaliação sobre as condições da recepção da TV Escola.** Relatório de Pesquisa. São Leopoldo, 2000. Mimeo.
- FIGUEIREDO, C. **Fogo: Problema ou Solução: a percepção dos agricultores familiares do Sudeste do Pará.** Relatório de Pesquisa. Material elaborado para apresentação na 1ª Jornada Amazônica. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável – UNB. Junho de 2002. Mimeo.
- _____. **Relatório Final do Proteger: etapa Roraima.** Brasília, Junho de 1999. Mimeo.
- FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR. **Usos Sustentáveis dos Recursos Naturais na Transamazônica e Xingu.** Folder, s/d.
- GTA. **Solicitação de apoio para novas atividades do Projeto Proteger.** Brasília: GTA, Abril de 2003. Mimeo.
- _____. **PRODOC. Documento de Projeto. Proteger II. Mobilização e Capacitação de Agricultores Familiares, Extrativistas e Indígenas para a Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia.** Brasília: GTA: Março/2001a. Mimeo.
- _____. **Avaliação da Primeira Etapa do Proteger.** Brasília: GTA, 1999. Mimeo.
- _____. **Manual Operacional do Projeto Proteger II, V.I: Instruções Gerais.** Versão Preliminar. Brasília: GTA, 2001b. Mimeo.

- _____. **Projeto de Mobilização e Capacitação em Prevenção e Combate a Incêndios Florestais na Amazônia: Envolvimento das Organizações dos Trabalhadores Rurais da Amazônia Legal: Proposta.** Brasília: GTA, 1998a. Mimeo.
- _____. **Relatório do Encontro Regional para Região Amazônica - Proteger.** Manaus, 11-14 de dezembro de 1998b. Mimeo.
- GTA/PPG-7. **1ª Reunião do Comitê Nacional de Acompanhamento – Notas.** 01/08/2001. Brasília: PPG-7, 2001. Mimeo.
- IPAM. **Curso sobre a implantação do Bom Manejo do Fogo.** Santarém: IPAM, 2003.
- IPAM. **Relatório do I Encontro de Prevenção e Controle de Queimadas Acidentais em Áreas de Agricultura Familiar da Flona.** Santarém/Tauari/Flona, 31/05 e 01/06 de 2001. Mimeo.
- INPE. **Amazônia: desflorestamento 1995-1997.** São José dos Campos/SP, s/d.
- JORDAN, C. L. Reciclagem de nutrientes e agricultura de baixos insumos nos trópicos. In: **Reunião Brasileira de Fertilidade dos Solos.** 16, 1985, Ilhéus. *Anais...* Ilheus: Ceplac, 1985a. p. 187-202.
- KATO, O. R. *et al.* Preparo de área sem queima : aspectos agrotécnicos para produção de mulch a partir da trituração da capoeira. In: **Seminário sobre manejo da vegetação secundária para a sustentabilidade da agricultura familiar da Amazônia Oriental,** 1999. Belém: Embrapa/CNPq, 2000. p. 38-41.
- MARQUETTE, C. M. **Household demographic factors and land use among small farmer settlers in the Amazon.** Paper Submitted to Demography, 29 de abril de 1998. Mimeo.
- MELLO, R. Projeto Manejo Comunitário de Fogo em áreas de Pequenos Produtores Rurais na Amazônia. In: **Subprojeto PD/A: Manejo comunitário de queimadas para redução de fogos acidentais.** IPAM, 1997. Mimeo.
- MENEGUIM, A. M. P. L. **O imaginário da drogadição: uma análise das campanhas antidrogas.** Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa e comunicação para a cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 de setembro de 2002. CD-ROM.
- MIRANDA, E. E. de; SETZER, A. W.; TAKEDA, A. M. **Monitoramento Orbital das queimadas no Brasil.** Campinas: Ecoforça, 1994. Mimeo.
- MONTEIRO, F. **Projeto Roça sem Queimar: uma alternativa ao uso do fogo na Transamazônica.** Altamira: FVPP, 2001. Mimeo.
- MURPHY, L.; BILSBORROW, R. & PICHÓN, F. **Poverty and Prosperity among Migrant Settlers in the Amazon Rainforest Frontier of Ecuador.** January, 1997. Mimeo.

- MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta - Colonização 'espontânea', campesinato e patronagem na Amazônia Oriental**. 2 volumes. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984. Mimeo.
- NEPSTAD, D. C. **RisQue98: Mapas de risco de incêndios florestais e queimadas agrícolas na Amazônia Brasileira no segundo semestre de 1998**. In: **Report to the President of IBAMA**. Relatório do projeto RisQue, 1998.
- NODVIN, S.C. and WALDROP, T.A. (Eds.). **Fire and the environment: ecological and cultural perspectives: proceedings of an international symposium, Knoxville, Tennessee, March 20-24, 1990**. Asheville, NC: Southeastern Forest Experiment Station, 1991.
- PEIXOTO, L. **Análise em estabelecimentos agrícolas familiares beneficiados pelo FNO Especial em três municípios da região da Transamazônica: mudanças e tendências**. Altamira/PA: LAET – Laboratório Agroecológico da Transamazônica, Junho/1996. Mimeo.
- PIZARRO, J. V. **Implicaciones del Gran Incendio de Roraima y Medidas a tomar para un Desarrollo Sustentable**. Belém: NAEA/UFGA. Janeiro de 2001. Mimeo.
- SÁ, T. D. A. Projeto Shift-capoeira: uma avaliação geral, com ênfase na segunda fase. In: **Seminário sobre manejo da vegetação secundária para a sustentabilidade da agricultura familiar da Amazônia Oriental**, 1999. Belém: Embrapa/CNPq, p. 23-26, 2000.
- SANTOS, M. S. T. **Comunicação rural – velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local**. Palestra apresentada no V Colóquio Brasil – França de Ciências da Comunicação. Recife, 07 a 09 de setembro de 1998. Mimeo.
- SAUER, S. **Lições e reflexões sobre o Projeto Proteger**. Brasília: GTA/Proteger, Janeiro de 2004. Mimeo.
- _____. **Projeto Proteger: Projeto de Mobilização e Capacitação para a Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia – Relatório de lições Aprendidas**. Brasília: PPG7/AMA, Março de 2003. Mimeo.
- _____. **Terra e Modernidade: A dimensão do espaço na aventura da luta pela terra**. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, junho de 2002. Mimeo.
- _____. (Org). **Relatório de Atividades do Proteger**. Brasília, Dezembro de 1998. Mimeo.
- SAWYER, D. R. **Campesinato e Ecologia na Amazônia**. Brasília: Instituto Sociedade/População e Natureza, Set. 1991. Mimeo.
- SCHMITZ, H. **Uma assistência técnica participativa para a agricultura familiar**. Cronos, Natal: UFRN, 2003. Mimeo.

- SILVA, G. P. & VELA, H. A. G. **Desenvolvimento e comunicação no meio rural: a dificuldade de se estabelecer relações dialógicas.** Trabalho apresentado no NP09 – Núcleo de Pesquisa Comunicação Científica e Ambiental, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05 de setembro, 2002. CD-ROM.
- SILVA, L. A. **Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) sobre o uso de fogo nas comunidades da FLONA-Tapajós.** Relatório de Consultoria. Santarém: Promanejo/IBAMA. Agosto de 2001a. Mimeo.
- _____. **O fogo na FLONA- Panorama Atual e Perspectivas Futuras.** Relatório de Consultoria. Santarém: Promanejo/IBAMA/IPAM. Agosto de 2001b. Mimeo.
- SILVA, M. M. **Projeto Roça Sem Queimar: uma proposta de manejo agroecológico para região da Transamazônica - Pará.** Florianópolis, Abril de 2003.
- SIQUEIRA, A. D., McCracken, S. D., Moran, E. F., and Brondízio, E. S. **Small Farmers and Land Use in the Amazon: A Preliminary Analysis of Households in the Altamira Region, Pará, Brazil.** Paper presented at the XXI Latin American Studies Association (LASA) International Meeting, Chicago, Ill., Sept. 24–26.
- SOUSA, A. P. S. *et al.* **Diagnóstico Rápido e Participativo – DRP** (realizado no pólo Transamazônica pertencente ao Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia -Proambiente). FVPP: Dezembro de 2002. Mimeo.
- SOUZA, M. L. de L. **Da formação à dissolução - análise da dinâmica de um grupo de produtores rurais da Amazônia a partir da teoria de grupo operativo.** Departamento de Psicologia/UFGA, Fevereiro de 2002. Trabalho de conclusão de Curso. Mimeo.
- _____. **Pequenos produtores e o Manejo Comunitário do fogo: a experiência da comunidade de Del Rei, Paragominas/ Pará.** Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia/IPAM, Outubro de 2000. Mimeo.
- Symposium on Fire and Watershed Management. Proceedings of the Symposium on Fire and Watershed Management. October 26-28, 1988, Sacramento, California.** BERG, N. H. (Technical Coordinator). Berkeley, Calif.: Pacific Southwest Forest and Range Experiment Station, 1989.
- TACCONI, L. **Fires in Indonesia: causes, costs, and policy implications.** Cifor/ICRAF. May, 2002. Mimeo.
- The use of fire in forest restoration: a general session at the Annual Meeting of the Society for Ecological Restoration, Seattle, WA, September 14-16, 1995.** HARDY, C. C. & ARNO, S. F. (Eds.) Ogden, UT: U.S. Dept.of Agriculture, Forest Service, Intermountain Research Station, 1996.
- TURA, L. R. **Gritos do Campo: reconhecimento político e exercícios de cidadania no Pará.** (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: PPGS/IFCS/UFRJ, 1996.

TARIFA, R. **Relatório da missão de supervisão**, Brasília, maio de 2002.

VAYDA, A. P. (1999). **Finding Causes of the 1997-1998 Indonesian Forest Fires: Problems and Possibilities**. World Wild Fund for Nature- Indonesia Programme, November 30, 1998. Report on Preliminary Research, 1999.

VEIGA, J. E. da. Problemas da Transição à Agricultura Sustentável. In: **XXII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**. *Anais...*, 1994.

VERÍSSIMO, A. **Lições e Metodologia de um Programa Inovador**. São Paulo: Amigos da Terra Amazônia Brasileira/Programa Fogo Emergência Crônica, s/d.

VIANNA JUNIOR, A. **Relatório de avaliação e de recomendações do PROTEGER**. Brasília, outubro de 1999. Mimeo.

Workshop sobre Prevenção de Queimadas Acidentais na Amazônia: Relatório de Atividades. Belém: IPAM, abril de 1998. Mimeo.

III. Publicações e notícias em periódicos digitais

BRONDÍZIO, E. S.; NEVES, W. A., and SIQUEIRA, A. D. **An ethnographic guide to caboclos of the Amazon estuary: material culture, daily life, and environment**. Web-based book to be published at <http://php.indiana.edu/~ebrondiz>.

TÓTH, M. **Campanhas Sociais vs Comunicação Social Estratégica**. Disponível em http://www.socialtec.org.br/artigos/MT_Trabalho.htm. Acesso em: 23 abr. 2004.

IV. Revistas e matérias de jornais

ANTUNES, A. (Ed. Executivo). **Revista Amazônia Legal: Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal**. Proarco/Prevfogo/ Ibama/ MMA, 2002.

BARBOSA, R. I. & FEARNSIDE, P. M. O grande incêndio de Roraima. **Ciência Hoje** 27 (157), Jan/Fev 2000. p. 26-43.

_____. As lições do Fogo. **Ciência Hoje** 27 (157), Jan/Fev 2000. p. 35-39.

_____. Incêndio na Amazônia Brasileira: estimativa da emissão de gases do efeito estufa pela queima de diferentes ecossistemas de Roraima, na passagem do efeito El Nino. **Acta Amazônica**, v. 4, nº. 29. Manaus, 1999. p. 513-534.

BEGOSSI, A. Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. **Interciência**, vol. 18, Nº 3, Mai/Jun, 1993.

BRONDÍZIO, E. S. *et al.* Land Use Change in the Amazon Estuary: Patterns of Caboclo Settlement and Landscape Management. **Human Ecology**, 22(3):249-278, 1994.

CARNEIRO, R. L. A theory of the origin of the state. **Science**, vol. 169. 21/08/1970.

- CARVALHO, G. O. *et al.* Frontier expansion in the Amazon: Balancing Development and Sustainability. Georgia O. Carvalho *et al.* **Environment**, Volume 44, Number 3, page. 34-45. Abril/2002.
- COCHRANE, M. A. Fire science for rainforests. **Nature**, Vol. 421. 27/02/2003. Pág. 913-919. <www.nature.com/nature>.
- _____. O significado das queimadas na Amazônia. **Ciência Hoje**, vol. 26, nº 157, jan-fev, 2000.
- COUTINHO, L. A Floresta – Os xiitas da ecologia estão errados. A Amazônia pode e deve ser explorada. **Revista Veja**. Ecologia, 22 ago. 2001. p. 76-81.
- FEARNSIDE, P. M. Como o efeito estufa pode render dinheiro para o Brasil. **Ciência Hoje** 26(155): 41-43, 1999b.
- _____. Greenhouse gases from deforestation in Brazilian Amazonia: net committed emissions. **Climatic Change**, Volume 35, Issue 3, Mar 1997. p. 321-360.
- _____. Causas do desmatamento na Amazônia brasileira. **Pará Desenvolvimento, Meio Ambiente**, nº 23. Belém, Jun/Jul, 1988. p. 24-32.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science** 162:1243-12448, 1968.
- HOMMA, A. Curupira ou Smokey Bear?. **Gazeta Mercantil do Pará**. Belém, 20 mar. 2000. p. 2.
- _____. Desenvolvimento sustentável como segunda natureza?. **O Liberal**. Belém, 01 jan. 2000. Painei, p. 7.
- _____. Seqüestro de carbono como novo produto da Amazônia. **Gazeta Mercantil**. Belém, 18/08/99, p. 2.
- _____. Indefinição sobre a Amazônia. **Gazeta Mercantil do Pará**. Belém, 19 fev. 1999.
- _____. Em favor da fronteira interna. **Gazeta Mercantil do Pará**. Belém, 16 dez. 1998. p. 2.
- _____. Política agrícola ou ambiental para a Amazônia?. **Gazeta Mercantil do Pará**. Belém, 6 abr. 1998. p. 2.
- JOHN, L. Queimadas batem recorde em Novembro. **Agência Estado**. Ciência e Meio Ambiente, 2 dez. 2002.
- _____. Queimadas de setembro somam 61.991 focos. **Agência Estado**. Ciência e Meio ambiente, 7 out. 2002.
- _____. Balanço de queimadas é desequilibrado. **Agência Estado**. Ciência e Meio Ambiente, 4 dez. 2001.

- _____. Queimadas retornam com intensidade. **Agência Estado**. Ciência e Meio Ambiente, 20 nov. 2001.
- _____. Clima ainda comanda o índice de queimadas. **Agência Estado**. Ciência e Meio Ambiente, 15 out. 2001.
- _____. Amazônia queima com intensidade. **Agência Estado**. Ciência e Meio Ambiente, 24 set. 2001.
- _____. Ibama suspende queimadas no Pantanal. **Agência Estado**. Ciência e Meio Ambiente, 25 jul. 2001.
- _____. Queimadas concentram-se em Mato Grosso. **Agência Estado**. Ciência e Meio Ambiente, 20 jul. 2001.
- _____. Norte da Amazônia continua queimando. **Agência Estado**. Ciência e Meio Ambiente, 4 jan. 2001.
- _____. Índice de queimadas bate novo Recorde. **Agência Estado**. Ciência e Meio Ambiente, 16 out. 2000.
- _____. Diminui o ritmo das queimadas em julho. **Agência Estado**. Ciência e Meio Ambiente, 11 ago. 2000.
- _____. Monitoring The Brazilian Fires. **Wildfire**. Tech, Jun/1994. p. 2-6.
- MANSUR, A. A Trilha da Salvação. **Revista Época**. Sociedade, Edição 140, p. 66-67, 22/01/2001.
- _____. O crime continua – devastação da Floresta Amazônica se estabiliza em patamar elevado, similar ao da década de 80. **Revista Veja**. Ambiente, p. 68-69, 19 abr. 2000.
- _____. O mosaico brasileiro – A Embrapa leva à Internet uma coleção com milhares de fotos de satélites da Amazônia e do Nordeste. **Revista época**. Ciência e Tecnologia, p. 85, 19 nov. 2001.
- NEPSTAD, D. C., and UHL, C. Amazonian at the millennium. **Interciência** 25(3): 159-164, 2000.
- NEPSTAD, D. C. *et al.* Large-scale impoverishment of Amazonian forests by logging and fire. **Nature**, 398:505-508, 1999.
- NEPSTAD, D. C. *et al.* Forest fire prediction and prevention in the Brazilian Amazon. **Cons. Biology**, 12(5): 951-953, 1998.
- NEPSTAD, D. C. *et al.* Land-use in Amazônia and the Cerrado. **Ciência e Cultura**, 49: 73-86, 1997.
- NEPSTAD, D. C. *et al.* Positive feedbacks in the fire dynamic of closed canopy tropical forests. **Science**, Vol 284, Issue 5421, 1832-1835, 11 June 1999.

- NOBRE, C. A Amazônia e o carbono atmosférico. **Scientific American Brasil**, ano 1, nº 6, p. 36-39. São Paulo, novembro de 2002.
- NOBRE, C. A.; GASH, J. Desmatamento muda o clima na Amazônia. **Ciência Hoje**, vol. 22, nº. 128, p. 32-40, maio de 1997.
- PIVETTA, M. Sombras sobre a Floresta. **Revista Ciência e Tecnologia no Brasil**, nº 86. Pesquisa/FAPESP. Abril/2003.
- PROCÓPIO, M. Incêndios ameaçam a Biodiversidade. **Ciência & Desenvolvimento** 97 (Ano 11), Outubro/2001. p. 15-22.
- Revista Ação Ambiental**. Viçosa: UFV. Revista Bimestral – Ano II – Número 12 – Junho/Julho, 2000.
- REVISTA IMPRENSA, nº. 172, jun./2002. p. 32.
- SCHWARTZ, C. Até onde a Amazônia pode resistir. **Revista Veja**. Ambiente. 67-72, 22 nov. 2000.
- _____. Ritmo atual de destruição da Amazônia é um dos maiores registrados em todos os tempos. **Revista Veja**. Ambiente, 23 de maio de 2001. p. 113-114.
- TUCKER, J.; BRONDÍZIO, E. S., & MORAN, E. F. Rates of forest regrowth in Eastern Amazônia: A comparison of Altamira & Bragantina Regions, Pará State, Brazil. **Interciência**, 23(2):1-10, 1998.
- UHL, C. & KAUFFMAN, C. Deforestation, fire susceptibility and potential free response to fire in the eastern Amazon. **Ecology**, 71(2): 437-449, 1990.
- UHL, C.; NEPSTAD, D.; SILVA, J. M. C. da. and VIEIRA, I. Restauração da floresta em pastagens degradadas. **Ciência Hoje**, 13: 23-31, 1991.

V. Páginas da Internet

www.amazonia.org.br

www.amazonia.org.br/especiais/protocolos.cfm

www.amazonpress.com.br/meio_ambiente/dedoc/amb11112000.htm

www.anu.seplan.mt.gov.br/anuario2002/caracteristicas_estado/plan1-5-4.htm

www.cidadesdobrasil.com.br/gestao/gestao26p3.htm

www.cnpm.embrapa.br/projetos/qmd/index.html

www.contag.org.br

www.correioweb.com.br/cw/2001-05-23/mat_39133.htm

www.cpatu.embrapa.br

www.cpt.org.br

www.cptec.INPE.br/queimadas
www.defesacivil.gov.br/defesa_civil/pro_index.htm
www.embrapa.br
www.estacaovida.org.br/
www.estado.estadao.com.br/
www.fase.org.br
www.fema.mt.gov.br
www.fsp.org.br
www.ibama.gov.br/proarco/
www.icv.org.br/
www.INPE.gov.br
www.IPAM.org.br/
www.jornalexpress.com.br/
www.mct.gov.br/clima
www.mda.gov.br
www.mma.gov.br
www.mst.org.br
www.oparaense.com/48-queimadas.htm
www.planejamento.gov.br/
www.proteger.org
www.queimadas.cnpm.embrapa.br/
www.saudeealegria.org.br/
www.sectam.pa.gov.br
www.senado.gov.br/web/secsdefa/principa.shtm
http://www2.uol.com.br/JC/_1998/0907/cm0907b.htm

CORPUS DE ANÁLISE

Abaixo o leitor encontrará os principais materiais que compuseram o *corpus* de análise desta tese. Ressalta-se, porém, que dada a grande quantidade de documentos e de entrevistas realizadas, não foi possível incluí-los aqui em sua totalidade.

1. Cartilhas

Com Fogo não se brinca, se briga!. Marabá: Programa Fogo Emergência Crônica, maio de 2000.

FERREIRA, T. (Ed.) **Programa Amazônia Fique Legal.** Brasília, s/d.

FIGUEIREDO, C. **Onde está a vida que estava aqui? O fogo queimou!.** Brasília: [s.n], 2000. 2ª ed. Brasília, 2002.

GTA. **Fogo Bom é Fogo Controlado: prevenção aos incêndios florestais.** Brasília: GTA, Abril de 2003a.

Ibama/Prevfogo. **Queimada controlada: o verde é a cor do Brasil.** Brasília: IBAMA, 1998.

IPAM. **Fogo Legal.** Belém, PA: janeiro de 1999.

RAMOS, P. C. M. **Queimada Controlada.** 2ª ed., revista e atualizada. Brasília: PREVFOGO, 2001.

SECTAM. **Roça sem queimada: agricultura em andares como alternativa.** Série Meio Ambiente, nº 1. Belém, janeiro de 1998.

2. Cartazes

Antes de iniciar a queima para renovação de pastagens ou para limpeza de terreno: procure o Ibama. Queimada Controlada! MMA/PREVFOGO/ IBAMA/SUPES-MT. s/d.

Condições para queima controlada. PROTEGER II/ GTA, s/d.

Desmatamento ilegal é crime: o Brasil está de olho na Amazônia. Programa Amazônia Fique Legal/Ibama/PPG-7, s/d.

Não deixe nossas florestas pegarem FOGO. Sectam, s/d.

Parceiro da natureza só você pode evitar essa imagem: oriente-se para a queimada controlada. Procure o Ibama. Prevfogo/Proarco/Ibama, s/d.

Planejando a Queimada. IPAM, s/d.

Quando a Floresta pega fogo, seu futuro vira fumaça. Ibama/ Prevfogo/ Proarco, s/d.

Queimada... Controlada!. Núcleo de Educação Ambiental/ Ibama/ Brasil em Ação, s/d.

Queimada Comunitária. Proteger II, s/d.

Superar Limites em Defesa da Qualidade de vida: queimadas sem autorização é crime colabore para a prevenção dos incêndios florestais. Proarco.

3. Calendários

Fogo Emergência Crônica/ Amigos da Terra. Calendário, 2001/ 2002.

IPAM. **Manejo Integrado da Propriedade.** Calendário, 2003.

PROTEGER II. **Queimada Comunitária.** Calendário, 2003.

4. Folders

Onde há fumaça há FOGO. Sectam/Pa. s/d.

Rádio Amazônia: a voz da floresta. São Paulo: Amigos da Terra, s/d.

Superar Limites em Defesa da Qualidade de vida. Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal. s/d.

5. Documentos e Artigos

A Amazônia encontrando soluções. Brasília: Embaixada da Itália, 2002.

ANTUNES, A. (Ed. Executivo). **Revista Amazônia Legal: Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal.** Proarco/ Prevfogo/ Ibama/ MMA, 2002.

BIRD. **Projeto de Mobilização e Capacitação da Sociedade Civil em Prevenção de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia - PROTEGER II.** Documento da Missão de Supervisão. 6 a 22 de maio de 2002. Brasília: PPG7/BIRD, 2002. Mimeo.

BOLETIM DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO PROTEGER II. **Folha Proteger,** Ano 2 nº 7. Brasília: Maruta Arte Gráfica, agosto de 2003.

Competência Municipal para regular o uso do Fogo na Amazônia. Fogo Emergência Crônica, fevereiro de 2000.

FIGUEIREDO, C. **Relatório Final do Proteger: etapa Roraima.** Brasília, Junho de 1999. Mimeo.

- GTA. **Solicitação de apoio para novas atividades do Projeto Proteger.** Brasília: GTA, Abril de 2003a. Mimeo.
- _____. **Manual Operacional do Projeto Proteger II, V.III: Como trabalhar com mulheres.** Brasília: GTA, 2003b.
- _____. **Manual Operacional do Projeto Proteger II, V.I: Instruções Gerais.** Brasília: GTA, 2002a.
- _____. **Manual Operacional do Projeto Proteger II, V.II: Plano de Trabalho e Atividades.** Brasília: GTA, 2002b.
- _____. **PRODOC. Documento de Projeto. Proteger II. Mobilização e Capacitação de Agricultores Familiares, Extrativistas e Indígenas para a Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia.** Brasília: GTA: Março/2001a. Mimeo.
- _____. **Avaliação da Primeira Etapa do Proteger.** Brasília: GTA, 1999. Mimeo.
- _____. **Manual Operacional do Projeto Proteger II, V.I: Instruções Gerais.** Versão Preliminar. Brasília: GTA, 2001b. Mimeo.
- _____. **Projeto de Mobilização e Capacitação em Prevenção e Combate a Incêndios Florestais na Amazônia: Envolvimento das Organizações dos Trabalhadores Rurais da Amazônia Legal: Proposta.** Brasília: GTA, 1998a. Mimeo.
- _____. **Relatório do Encontro Regional para Região Amazônica - Proteger.** Manaus, 11-14 de dezembro de 1998b. Mimeo.
- GTA/PPG-7. **1ª Reunião do Comitê Nacional de Acompanhamento – Notas.** 01/08/2001. Brasília: PPG-7, 2001. Mimeo.
- IPAM. **Relatório do I Encontro de Prevenção e Controle de Queimadas Acidentais em Áreas de Agricultura Familiar da Flona.** Santarém/Tauari/Flona, 31/05 e 01/06 de 2001. Mimeo.
- Programa Estadual de Educação Ambiental: diretrizes e políticas.** Belém: Sectam, 2000.
- Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Estado do Pará – Pgai/PA.** Belém: Sectam, 2000.
- Protocolo Municipal sobre o Fogo de Acrelândia.** Fogo Emergência Crônica, 27 de julho de 2000.
- Protocolo Municipal sobre o Fogo de Alta Floresta.** Fogo Emergência Crônica, 20 de julho de 2000.
- Protocolo Municipal sobre o Fogo de Garantã do Norte.** Fogo Emergência Crônica, maio de 2000.

Protocolo Municipal sobre o Fogo de Xapuri. Fogo Emergência Crônica, maio de 2000.

Protocolo Municipal sobre o Fogo de Marabá. Fogo Emergência Crônica, 8 de julho de 2000.

Regulamento de Queimadas na Colônia Del Rey. Paragominas, PA: Associação dos Mini e Pequenos Produtores da Colônia Del Rey, agosto de 1996.

SAUER, S. **Lições e reflexões sobre o Projeto Proteger.** Brasília: GTA/Proteger, Janeiro de 2004. Mimeo.

_____. **Projeto Proteger: Projeto de Mobilização e Capacitação para a Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia – Relatório de lições Aprendidas.** Brasília: PPG7/AMA, Março de 2003. Mimeo.

_____. (Org). **Relatório de Atividades do Proteger.** Brasília, Dezembro de 1998. Mimeo.

SECTAM. **Guia Ambiental do Estado do Pará: o que você precisa saber sobre gestão ambiental.** Belém: Sectam/Pgai, 2000.

SILVA, L. A. **Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) sobre o uso de fogo nas comunidades da FLONA-Tapajós.** Relatório de Consultoria. Santarém: Promanejo/IBAMA. Agosto de 2001a. Mimeo.

_____. **O fogo na FLONA- Panorama Atual e Perspectivas Futuras.** Relatório de Consultoria. Santarém: Promanejo/IBAMA/IPAM. Agosto de 2001b. Mimeo.

TARIFA, R. **Relatório da missão de supervisão,** Brasília, maio de 2002.

VERÍSSIMO, A. **Lições e Metodologia de um Programa Inovador.** São Paulo: Amigos da Terra Amazônia Brasileira/Programa Fogo Emergência Crônica, s/d.

VIANNA JUNIOR, A. **Relatório de avaliação e de recomendações do PROTEGER.** Brasília, outubro de 1999. Mimeo.

Workshop sobre Prevenção de Queimadas Acidentais na Amazônia: Relatório de Atividades. Belém: IPAM, abril de 1998. Mimeo.

6. Registros audiovisuais

IPAM. **Campanha de prevenção e controle de queimadas.** 2ª ed. Belém/Pa, s/d. 1 fita cassete (60 min), estéreo.

Oficina de beija-flores, nas ondas do rádio: usando a comunicação para PROTEGER a natureza. GTA, CD-ROM, s/d.

QUEIMADAS, prevenção e controle. Belém: IPAM, s/d. 1 fita de vídeo (19 min), VHS, som., color.

ANEXOS

PRINCIPAIS CIDADES TRABALHADAS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO Dados Gerais

Conceição do Araguaia

O município de Conceição do Araguaia, localizado na região sudeste do Estado, com uma área de 8.780 km², possui uma população estimada de 55 mil habitantes. Segundo dados da prefeitura municipal²³³, a vegetação dominante é de campos cerrados (36%), cerca de 10% do território ainda são cobertos por floresta latifoliada aberta e o restante de território representa áreas desmatadas. A pecuária (corte e leite) é a principal atividade econômica, seguida do comércio, da indústria oleira e da agricultura. Trata-se de um município com forte concentração de pequenos produtores rurais migrantes e fazendeiros do sul e sudeste do país, em virtude, principalmente, dos grandes programas de desenvolvimento implementados na Amazônia na década de 70 pelo governo federal.

O município data dos tempos coloniais, originário do extenso território de Baião. Em 1897, Frei Gil de Vila Nova fundou, no território de Baião, um arraial com o nome de Conceição do Araguaia que passou à freguesia em 14 de abril de 1900. O desenvolvimento da freguesia levou o Legislativo do Estado do Pará a criar o Município de Conceição do Araguaia, que teve sua sede no antigo povoado do mesmo nome, através da Lei nº 1.091, de 3 de novembro de 1908, concedendo ao lugar o título de vila. Sua instalação só aconteceu em 10 de janeiro de 1910. Com a Lei nº 1905, de 18 de outubro de 1920, a Vila de Conceição de Araguaia foi elevada à categoria de cidade. (Fonte: <<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/conceicaodoaraguaia.asp>>. Acesso em: 23 mar. 2004.

Altamira

Localizado no sudoeste do Pará, Altamira fica distante 468 km em linha reta, da capital do Estado, Belém, ou cerca de 720km pela via rodoviária, rota de Tucuruí. Com acesso rodoviário, aéreo e fluvial. A cidade também é conhecida como a "capital da Transamazônica" e é banhada pelo rio Xingu. Tido como o maior município do mundo, com 153.862 km², Altamira, ao longo dos últimos 30 anos, foi palco de intenso fluxo migratório, tendo a exploração agropecuária como mola propulsora da economia local. A criação do Município de Altamira se deu em 6 de Novembro de 1911, já de acordo com a Lei Estadual nº 1.234.

²³³ Programa de Integração Mineral do Município de Conceição do Araguaia. CPRM/SEICOM/Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia, 1996.

Superfície: 161.445,93 km² (maior município do mundo)
 População: 85.901 habitantes, com densidade demográfica de 0,5 habitantes /km²
 Distância da capital do estado: 512 km em linha reta, ou aproximadamente 820km pela via rodoviária.
 Clima: aw na lamificação kapper, tendo pelo menos 1 mês durante o ano com precipitação inferior a 60mm.
 Temperatura média anual: 23,3°C
 Precipitação pluviométrica: 1.885mm/ano
 Umidade relativa do ar: 80%
 Período de menor pluviosidade: julho a novembro
 Período de maior pluviosidade: dezembro a junho

Marabá

O município de Marabá, localizado na região sudeste do Estado, com uma área de 15.157, 90 km², possui uma população estimada de 200 mil habitantes. Segundo dados da prefeitura municipal²³⁴, a vegetação dominante em mais da metade de seu território ainda é de floresta nativa (59,4%). A pastagem cultivada (capim) ocupa 23,3% e as áreas agricultáveis 14,3%, trata-se de um município com grande concentração de trabalhadores rurais migrantes e fazendeiros do sul e sudeste do país, em virtude dos grandes programas de desenvolvimento implementados na região na década de 70 pelo governo federal. As principais atividades econômicas do município são a pecuária, a agricultura, a extração de madeira e de minérios, além do comércio e serviços.

A origem de Marabá foi a existência de um núcleo agrícola que se instalou na margem esquerda do rio Tocantins, no entanto, alguns moradores abandonaram o local, transferindo-se para a colônia militar de São João do Araguaia. Outra parte formou um novo estabelecimento, em agosto de 1895. O município foi criado através da Lei nº 1.278, de 27 de fevereiro de 1913. <<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/maraba.asp>>. Acesso em: 23 mar. 2004.

Santana do Araguaia

As origens do município estão intimamente ligadas ao Município de Conceição do Araguaia. Conforme o Decreto-Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial do Estado, o Município de Conceição do Araguaia estava constituído de dois distritos: Conceição do Araguaia e Santa Maria das Barreiras. Com a Lei nº 2.460, de 20 de dezembro de 1961, no governo de Aurélio do Carmo, o Município de Conceição do Araguaia teve parte de seu território desmembrado para ser criado o Município de Santana do Araguaia. <<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/santanadoaraguaia.asp>>. Acesso em: 23 mar. 2004.

²³⁴ In: <www.maraba.pa.gov.br>.

A maior fonte de arrecadação é a pecuária, com 14% do rebanho bovino da região, e 6% do rebanho suíno. O município ainda é responsável por 12% da produção de leite. O setor agrícola ainda está voltado para as culturas de subsistência, como milho, arroz, mandioca e cana-de-açúcar. A extração de madeira nobre, como pau-brasil, mogno e jatobá, vem ganhando destaque. Fonte: <http://www.amat.org.br/municipios/mun_santana.html>. Acesso em: 09 maio 2004.

Lei de Criação	2.460, de 29 de dezembro de 1961. Desmembrado de Conceição do Araguaia.
População	34.436 (Fonte IBGE/2002)
Eleitores	12.001 (Fonte: TRE – 16/07/2002)
Localização	Sudeste do Pará, Microrregião de Conceição do Araguaia.
Área	11.508,90 km ²
Coordenadas geográficas	09°17'50" de latitude sul e 50°06'07" de longitude oeste.
Limites	Norte – Santa Maria das Barreiras; Sul – Estado do Mato Grosso; Leste – Estado do Tocantins; Oeste – Cumaru do Norte.
Distância da capital	1.050 km.
Clima	tropical úmido de com inverno seco.
Vegetação	predomina a floresta ombrófila aberta, com savana (cerrado) e áreas antrópicas.
Hidrografia	rio Araguaia, que passa ao sul da sede.
Relevo	área de planície, formada por sedimentos recentes.

Fonte: <http://www.amat.org.br/municipios/mun_santana.html>. Acesso em: 09 maio 2004.

Santarém

Santarém é a principal cidade do Oeste do Pará. Conhecido como “Pérola do Tapajós”, o município está localizado numa área com mais de 24 mil metros quadrados, distante 850 quilômetros de Belém (<<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/santarem.asp>>. Acesso em: 23 mar. 2004). A economia do município está baseada na extração madeireira, agropecuária, extrativismo, pesca, turismo e agricultura, sendo que neste último caso, com destaque recente para o cultivo de soja.

Santarém está localizada na margem direita do Rio Tapajós, na sua confluência com o Rio Amazonas. Suas coordenadas geográficas são: 2° 24' 52" S e 54° 42' 36" W. Toda a região possui clima quente e úmido, característico das Florestas Tropicais. Não está sujeito a mudanças significativas de temperatura devido à sua proximidade da linha do Equador. A temperatura média anual varia de 25° a 28° C, com umidade relativa média do ar de 86%. A precipitação pluvial média anual é de 1920 mm, com maior intensidade no chamado período de "inverno", que ocorre de dezembro a maio. O município tem diversos tipos de grupos de vegetação, que variam bastante em função dos tipos de solos e da drenagem hídrica.

Terrenos de origem sedimentar compõem a faixa ribeirinha, com planícies quaternárias e tabuleiros terciários presentes em numerosas várzeas e na formação de regulares bacias terciárias (<<http://www.etfpa.br/santarem/caract.htm#LOC>>. Acesso em: 23 mar. 2004).

Belterra

O município de Belterra, no oeste do Estado, possui uma área de 2.628,9 km² e uma população de cerca de 15 mil habitantes, sendo que 64% destes vivendo na zona rural²³⁵. Segundo dados da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente do município, mais de 70% de sua superfície está na área da Floresta Nacional do Tapajós²³⁶, onde vivem populações ribeirinhas e migrantes nordestinos. As principais atividades econômicas são a agricultura, pesca e pecuária. O extrativismo, principalmente da borracha, também é praticado em algumas localidades. Somente em 1997, os moradores de Belterra conseguiram a emancipação do município (<<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/belterra.asp>>. Acesso em: 23 mar. 2004).

A Flona Tapajós

O Governo Federal criou a Floresta Nacional do Tapajós através do Decreto Presidencial nº 73.684 de 19/02/1974, com uma área aproximada de 600.000ha e tendo como objetivo manejar áreas com elevado potencial madeireiro localizadas nos municípios de Santarém, Aveiro, Rurópolis e Belterra, além de dar proteção a flora amazônica. A Flona Tapajós, portanto, está localizada no oeste do Estado do Pará, na margem direita do Rio Tapajós, tendo como limite sul o Rio Cupari, a leste a Rodovia Santarém Cuiabá (BR 163), a oeste o Rio Tapajós e ao norte o município de Belterra. (Silva, L., 2001)

A população local não foi consultada sobre a criação da Flona Tapajós. O projeto inicial previu “desapropriar os ribeirinhos e indenizá-los”. O IBDF (atual Ibama), órgão governamental responsável pela administração da Flona, partia da compreensão de que a presença de moradores era um obstáculo ao manejo florestal.

A população residente na Flona Tapajós, em 1993, era composta por 3.250 habitantes distribuídos em 15 povoados: São Jorge, São Domingos, Maguari, Acaratinga, Jaguarari, Pedreira, Piquiatuba, Marai, Tauari, Pinim, Taquara, Prainha, Itapuama e Jatoarana. Destes, apenas o povoado São Jorge situa-se na rodovia BR-163, os outros povoados localizam-se na margem direita do Rio Tapajós. A infraestrutura social básica dos povoados consistia em escola municipal (1ª a 4ª série), igreja e salão comunitário. Não existiam postos de saúde, havendo assistência da FNS (Fundação Nacional de Saúde) no controle de doenças transmitidas por insetos.

Atualmente existem 24 localidades e cerca de 1.100 famílias vivendo na Flona. As principais instituições atuantes na área são: Associação Intercomunitária do Tapajós – AITA, Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais do Tapajós – ASMIPRUT, Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais das Comunidades de São Jorge, Santa Clara e Nossa Senhora de Nazaré – km 83 a 115 – APRUSANTA, ASNUTA (Associação Intercomunitária Nova União do Tapajós de

²³⁵ In: <www.ibge.gov.br>.

²³⁶ In: Breve Histórico – Prefeitura de Belterra. Secretaria de Turismo e Meio Ambiente (folheto de divulgação).

Prainha I, Prainha II e Itapaiuna), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belterra, Ibama, Projeto Saúde e Alegria (PSA) e IPAM.

ASSOCIAÇÕES	NUMERO DE COMUNIDADES	N. FAMÍLIAS ASSOCIADAS
ASMIPRUT Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais do Tapajós – Margem direita.	Maguari, São Domingos, Santa cruz, Revolta, Jamaraquá, Acaratinga, Jaguarari, Pedreira, Piquiatuba. 09	90
AITA Associação Inter Comunitária do Tapajós.	Jutuarana, Paraíso, Itapaiuna, Prainha, Taquara, Pini, Tauari, Marituba, Nazaré, Itapuama. 10	255
BRAGANÇA - Comunidade	Aldeia Bragança	12
ASCATJÓS (Associação Comunitária Tauari/Tapajós)	Tuari	76

Fonte: SILVA, L., 2001c

As famílias residentes, na sua maioria ribeirinhos, sobrevivem da pesca, do cultivo agrícola de arroz, feijão, milho e mandioca, e do extrativismo. Neste sentido, utilizam-se basicamente de uma dieta alimentar à base de farinha de mandioca e peixe que, ocasionalmente, é complementada com arroz, feijão e carne de animais silvestres e gado. A criação de gado vem crescendo a cada ano, principalmente nas localidades São Jorge e Tauari.²³⁷

A partir de 1980, os ribeirinhos abriram um pico, tendo uma profundidade média de 10 km, como limite para separar a área de uso tradicional da área da Flona. Entretanto, o IBDF ignorou a existência do mesmo até 1983, quando admitiu que as comunidades locais poderiam permanecer nas áreas de ocupação mais antigas. Esta iniciativa dos ribeirinhos deveu-se, em parte, ao processo de renovação sindical no STR Santarém que apoiou os moradores nas negociações com os órgãos governamentais.

Dada a persistência da indefinição em relação à regularização da questão fundiária, em abril de 1992, após várias rodadas de negociação, foi criada uma Área de Proteção Ambiental (APA) no interior da Flona, visando assegurar o domínio da terra pelos moradores para o uso agrícola, pesca, criação de animais e extrativismo. O impasse político sobre a Flona do Tapajós, envolvendo os órgãos governamentais e não governamentais, devia-se a três pontos: a inexistência de consenso sobre o conceito de manejo florestal sustentado; a falta de articulação entre a Flona com políticas públicas para o setor madeireiro na Amazônia e a pouca participação das populações locais na formulação do Projeto até então esboçado.

²³⁷ As 24 comunidades que se encontram hoje na área da FLONA “se constituem em pequenos núcleos familiares que se formaram através de gerações. Apresentando estas características em relação à organização do trabalho e ocupação da terra, estas comunidades desenvolvem uma economia baseada na exploração dos recursos florestais e aquáticos e na agricultura itinerante”. Fonte: folder do Projeto Piloto de Manejo Florestal Sustentável de Óleo de Andiroba e Copaíba, ASMIPRUT, FLONA - Tapajós. (Silva, L., 2001)

Nesse contexto (1993), em termos de Cooperação Internacional, iniciou-se o Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) que tornou-se uma alternativa de financiamento de modelos de manejo para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais das unidades de conservação de uso direto. Em junho de 1995, surge o “Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia” (ProManejo), cuja principal característica é a importância da participação do setor não-governamental como garantia para a fiscalização da atuação governamental, especialmente do IBAMA.

Em fevereiro de 1996, através de plebiscito, os moradores optaram entre duas propostas: 1) permanecer dentro dos limites da Flona, recebendo do IBAMA um contrato de concessão de uso da terra que garantia aos moradores o direito de morar e explorar a faixa de terras destinadas aos mesmos; 2) ficar fora dos limites da Flona e buscar a regularização das terras junto aos órgãos fundiários. O resultado foi que a maioria (61,73%) dos moradores optou pela exclusão dos povoados da área da Flona.

O desmembramento da faixa de terra ocupada pelas comunidades ribeirinhas, que tradicionalmente habitam as margens do rio Tapajós, somente poderá ocorrer por uma Lei Federal. Aprovada a lei na Câmara de Deputados, ela se limitará a excluir a área das comunidades (além de Aveiro, São Jorge e os lotes dos colonos), sendo que dois pontos importantes serão definidos depois: o primeiro é sobre o tamanho da área que será desmembrada, que segundo o Projeto de Lei nº 939, estabelece que será definida pelo IBAMA. O segundo, é a regularização fundiária das comunidades, cuja competência de fazê-la, após a exclusão das áreas, é do INCRA. Até o presente momento, a lei ainda não foi votada na Câmara.

LEVANTAMENTO DAS COMUNIDADES DA FLONA

N.º	COMUNIDADES	N.º	COMUNIDADES	N.º	COMUNIDADES
01	SÃO DOMINGOS	10	PIQUIATUBA	19	PRAINHA II
02	SANTA CRUZ	11	MARITUBA	20	ITAPAIUNA
03	REVOLTA	12	BRAGANÇA	21	PARAÍSO
04	BOCA NOVA	13	MARAI	22	JUTUARANA
05	MAGUARI	14	NAZARÉ	23	ITAPUAMA
06	JAMARAQUÁ	15	TAUARI	24	SÃO JORGE
07	ACARATINGA	16	PINI	25	SANTA CLARA
08	JAGUARARI	17	TAQUARA	26	N. Sra. NAZARÉ
09	PEDREIRA	18	PRAINHA I	27	NOVA VIDA

IPAM, 2001

Paragominas

A criação do município data de 4 de janeiro de 1965, constituído por terras desmembradas dos municípios de São Domingos do Capim e de Viseu. Atualmente conta com um território de 19.310 Km² e uma população de 76.450 habitantes, deste

total 23% está na área rural (IBGE, Censo/2000). Suas primeiras ocupações se deram por populações caboclas nas décadas de 40 e 50 nas margens dos rios, em busca de novas terras para a atividade extrativa e para implantação de roças. Na década de 60, com a abertura da estrada Belém-Brasília, a região começou a ser ocupada por pequenos agricultores, fazendeiros e madeireiros migrantes em busca de terra e melhoria de vida.

O município possuía uma grande extensão de floresta densa, com alta incidência de espécies como Angelim-Pedra, Cumaru, Jatobá, Pau-Roxo e Maçaranduba. Em virtude do alto valor comercial destas espécies houve um acentuado processo de exploração madeireira e atividades de carvoaria nos últimos 15 anos. Desta forma, mais da metade das florestas nativas do município deram lugar ao capim ou a capoeira (Leal; 2000). As principais atividades econômicas são o extrativismo vegetal, a mineração (bauxita e caulim), agricultura e pecuária e, mais recentemente, pelo cultivo da soja.

Na região de Paragominas a pluviosidade é fortemente marcada pela alta sazonalidade. A média anual é de 1.750 mm com uma notável estação seca (denominada verão), que ocorre de julho a novembro com a média de < 50 mm ao mês (Nepstad, 1989). A temperatura média anual varia de 26 a 28° C. (Embrapa/Cpatu, 1985). (Mello, 1997)

Guarantã do Norte (MT)

A região do município de Guarantã do Norte foi habitada primitivamente por nações indígenas, notadamente xinguanas. No tempo da entrada dos brancos, com vistas ao estabelecimento da colonização, foi encontrado o povo kreen-aka-rorê. A penetração histórica da abertura da região se realizou com a chegada da BR-163, sendo que sua inauguração data de 1975.

Dependência Genealógica	– O município de Cuiabá deu origem ao município de Chapada dos Guimarães, que deu origem ao município de Colíder, do qual originou-se o município de Guarantã do Norte.
Denominação dos Habitantes	– Guarantãenses-do-norte ou Guarantãenses.
População	– 24.164 habitantes (IBGE/96).
Eleitores	– 13.220 (TRE/96).
Distritos	– Sede
Limites	– Novo Mundo, Matupá e Estado do Pará.
Comarca	– **
Altitude	– 260 m.
Relevo	– Planalto residual norte de Mato Grosso. Serra do Cachimbo.
Distância da Capital	– 690 Km.

Coordenadas	– 09° 56' 37" latitude 54° 54' 37" longitude oeste Gr.
Extensão Territorial	– 2.240,13 Km ²
Formação Geológica	– Coberturas dobradas do Fanerozóico, Formação Iriri. Complexos metamórficos arqueanos ou pré-cambrianos indiferenciados. Faixa móvel rio Negro-Juruena.
Bacia Hidrográfica	– Grande Bacia do Amazonas.
Principais Atividades Econômicas	– Destaca-se o extrativismo mineral. A pecuária é pelo sistema de cria, recria e corte. A agricultura é perene e de subsistência.
Clima	– Equatorial quente e úmido. Precipitação anual de 2.750 mm, com intensidade máxima em janeiro, fevereiro e março. Temperatura média anual de 24° C, sendo a maior máxima de 40° C, e menor mínima 4° C.

<<http://www.mtnews.com.br/cidades/guaranta.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2004.

POPULAÇÃO RURAL E URBANA DOS MUNICÍPIOS TRABALHADOS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO

População Urbana e Rural						
<i>Variável = População residente (Habitate)</i>						
Município	Situação	Ano				
		1970	1980	1991	1996	2000
Altamira – PA	Total	15.345	46.496	72.408	78.782	77.439
	Urbana	5.905	26.905	50.145	54.235	62.285
	Rural	9.440	19.591	22.263	24.547	15.154
Santarém – PA	Total	135.215	191.945	265.062	263.468	262.538
	Urbana	61.324	111.493	180.018	180.189	186.297
	Rural	73.891	80.452	85.044	83.279	76.241
Belterra – PA	Total	-	-	-	-	14.594
	Urbana	-	-	-	-	5.126
	Rural	-	-	-	-	9.468
Paragominas – PA	Total	14.697	48.112	67.075	65.931	76.450
	Urbana	1.683	12.357	40.054	47.789	58.240
	Rural	13.014	35.755	27.021	18.142	18.210
Marabá – PA	Total	24.474	59.881	123.668	150.095	168.020
	Urbana	14.569	41.752	102.435	123.378	134.373
	Rural	9.905	18.129	21.233	26.717	33.647
Conceição do Araguaia - PA	Total	28.953	111.332	54.900	58.765	43.386
	Urbana	6.637	33.189	29.851	30.881	29.370
	Rural	22.316	78.143	25.049	27.884	14.016
Santana do Araguaia - PA	Total	9.085	12.605	15.923	20.844	31.218
	Urbana	1.661	2.639	8.521	11.283	17.326
	Rural	7.424	9.966	7.402	9.561	13.892
Guarantã do Norte - MT	Total	-	-	23.825	27.673	28.200
	Urbana	-	-	11.097	13.970	19.365
	Rural	-	-	12.728	13.703	8.835

Nota do IBGE (Censo Demográfico): Para os anos de 1970, 1980 e 1991: 1 - Dados da Amostra

Para o ano de 1996: 1 - Dados da Contagem da População

Para o ano de 2000: 1 - Para os níveis territoriais Bairro, Subdistrito, Região Metropolitana e Região Metropolitana e Subdivisão só existem dados carregados para o ano de 2000. 2 - Nem todos os municípios possuem subdistritos e bairros.

Tabela gerada a partir de informações encontradas em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=631>>

Obs.: Para o município de Belterra, desmembrado em 1997 de Santarém, os dados passaram a ser registrados a partir do censo de 2000, razão pela qual optei por deixar os números de população das duas cidades.

FONTES DE FINANCIAMENTO PARA MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- **Agência Brasileira de Cooperação-ABC/Ministério das Relações Exteriores** (Projetos socioeconômicos e ambientais). Esplanada dos Ministérios – Palácio do Itamaraty – Anexo I – 8º Andar – 70.170-900 – Brasília – DF, tel: +61-411-6862, fax: +61-411-6894, site: <www.abc.mre.org.br>.
- **Associação Recife Oxford para a Cooperação ao Desenvolvimento-Oxfam** (Agricultura familiar). Rua Dr. Silva Ferreira, 122 – Santo Amaro – 50.040-130 – Recife – PE, tel: +81-231-5448/9, fax: +81-221-5319, e-mail: oxfam@oxfam.org.br, site: <www.oxfam.org.uk>.
- **Banco do Nordeste – Farol do Desenvolvimento** (Meio ambiente, educação ambiental, desenvolvimento sustentável). Rua Hipólito Cassiano, 4.960 – São Judas Tadeu – 59.900-000 – Pau dos Ferros – RN, telefax: +84-351-3887, site: <www.banconordeste.gov.br>.
- **BP Conservations Programme** (Biodiversidade). C/O BirdLife International – Wellbrook Court – Girton Road – Cambridge – CB3 0NA – Reino Unido, tel: +44-1223-27-7318, fax: +44-1223-27-7200, e-mail: bp-conservation-programme@birdlife.org.uk, site: <www.bp.com/conservation>.
- **Catholic Relief Services-CRS** (Desenvolvimento agricultura, educação). Rua Monte Castelo, 195 – Boa Vista – 50.050-310 – Recife – PE, tel: +81-423-8711, fax: 423-8620, e-mail: CRS@truenet.com.br, site: <www.crs-brasil.org.br>.
- **Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento-CIID** (Pesquisa para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável, conservação da biodiversidade). Plaza Cagancha, 1.335 – Piso 9 – Casilla de Correos 6.379 – 111.000 – Montevideo – Uruguai, tel: +598-2-902-2031/34/37/43, fax: +598-2-902-0223, e-mail: info@idcr.ca, site: <www.idrc.ca>.
- **Charles Stewart Mott Foundation** (Meio ambiente, desenvolvimento sustentável). Mott Foundation Building – 503 S Saginaw, Suite 1200 – Flint – MI – 48502-1851 – EUA, tel: +1-810-238-5651, fax: 766-1753, e-mail: infocenter@mott.org, Site: <www.mott.org>.
- **Chevron Overseas Petroleum Inc.** (Educação, meio ambiente). 6001 Bollinger Canyon Road – P. O. Box 5046 – San Ramon – CA – 94583-0946 – EUA, tel: +1-925-842-1000, site: <www.chevron.com>.
- **Comissão Fullbright – Casa Thomas Jefferson** (Bolsa de estudo para pós-graduação em meio ambiente). SEPS – 706/906 – CJ B – 70.390-065 – Brasília – DF, tel: +61-443-6588, fax: +61-443-8857, e-mail: ctjeao@zaz.com.br.
- **Conservation International-CI** (Proteção e conservação da biodiversidade) e **Prêmio Henry Ford de Conservação Ambiental** (4 prêmios para projetos de conservação da natureza). Av. Antônio Abrahão Caram, 820/Conjunto 302 – 31.275-000 – Belo Horizonte – MG, fax: +31-3441-2582, e-mail: info@conservation.org.br, site: <www.conservation.org.br>.

- **Conservation, Food & Health Foundation** (Conservação de recursos naturais). 77 Summer Street, Suite 800, c/o Prentice Zinn, Administrator – Grants Manag. Associates – Boston – MA – 02110-1006 – EUA, tel: +1-617-426-7172 ext. 307, fax: +1-617-426-5441, telefax: +31-3441-1795, e-mail: cfhf@grantsmanagement.com, site: <www.grantsmanagement.com/cfhguide.html>.
- **Coordenadoria Ecumênica de Serviço-Cese** (Meio Ambiente). Rua da Graça, 164 – Graça – 40.080-410 – Salvador – BA, tel: +71-336-5457, fax: +71-336-0733, e-mail: comunica@cese.org.br, cese@cese.org.br, site: <www.cese.org.br>.
- **Embaixada Britânica – Programa de Pequenas Doações** (Desenvolvimento sustentável). SES – Avenida das Nações – Qd. 801 – CJ K – Lote 08 – 70.408-900 – Brasília – DF, tel: +61-225-2710/45, fax: +61-225-1777, e-mail: chancery@reinounido.org.br, site: <www.reinounido.org.br>.
- **Embaixada da Austrália – Programa de Assistência Direta** (Desenvolvimento comunitário). SHIS – QI 09 – CJ 16 – Casa 01 – 71.625-903 – Brasília – DF, tel: +61-248-5569, fax: +61-248-1066, e-mail: embaustr@zaz.com.br, site: <www.embaixada-australia.org.br>.
- **Embaixada da Holanda** (Pequenos projetos na área de meio ambiente). SES – Av. das Nações – Qd. 801 – Lote 05 – 70.405-900 – Brasília – DF, tel: +61-321-4769, fax: +61-321-1518, e-mail: bra@minbuza.nl.
- **Embaixada do Japão** (Pequenos projetos na área de Meio Ambiente). SES – Av. das Nações – Qd. 811 – Lote 39 – 70.425-900 – Brasília – DF, tel: +61-242-6866/6543/6552/6475, fax: 61-242-0738, e-mail: info@japao.org.br, site: <www.japao.org.br>.
- **Embaixadas**, outras. Procurar os dados no site <www.dicas.com.br> → Corpo Diplomático → Embaixadas Estrangeiras no Brasil.
- **Embrapa/Ministério da Agricultura e Abastecimento** (Uso sustentável dos recursos naturais, recuperação de áreas degradadas). Parque Estação Biológica – PqEB S/N, Edifício Sede – C. P. 08.815 – 70.770-901 – Brasília – DF, tel: +61-448-4491, fax: +61-347-2061, e-mail: sci@sede.embrapa.br, site: <www.sede.embrapa.br>.
- **Exxon Corporate Contributions** (Meio Ambiente, Educação). 5959 Las Colinas Boulevard – Irving – Texas – 75039-2298 – EUA – fax: +1-972-444-1405, site: <www.exxon.com>.
- **Fonds Mondial de Solidarité Contra la Faim-FMSCF** (Desenvolvimento). C. P. 3.713 BR – 69.054-220 – Manaus – AM, +92-938-3762, e-mail: muriel@inpa.gov.br.
- **Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança – Programa Crer Para Ver-PCPV** (Educação). Rua Lisboa, 224 – Jardim América – 05.413-000 – São Paulo – SP, telefax: +11-3081-0699, e-mail: pcpv@fundabrinq.org.br, info@fundabrinq.org.br, site: <www.fundabrinq.org.br>.

- **Fundação Acesita para o Desenvolvimento Social** (Educação, meio ambiente). Alameda 31 de Outubro, 500 – 35.180-000 – Timóteo – MG, tel: +31-848-4758, fax: +31-848-4785 ramal 64, e-mail: facesita@gtc.com.br.
- **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-Fapesp – Programas Especiais** (Pesquisa científica – ciências biológicas e outras). Rua Pio XI, 1.500 – Alto da Lapa – 05.468-901 – São Paulo – SP, tel: +11-3838-4000, fax: +11-3645-2421, e-mail: info@trieste.fapesp.br, site: <www.fapesp.br>.
- **Fundação Ford** (Educação, desenvolvimento sustentável). Praia do Flamengo, 154 – 8º Andar – 22.207-900 – Rio de Janeiro – RJ, tel: +21-2556-1586, fax: +21-2285-1250, e-mail: Ford-rio@fordfound.org, site: <www.fordfound.org>.
- **Fundação Interamericana-IAF** (Desenvolvimento local, bolsas de graduação e pós-graduação nesta área). 901 North Stuart Street – 10th Floor – Arlington – VA – 22203 – EUA, tel: +1-703-841-3800, fax: +1-703-841-0973, e-mail: jmorrisson@iaf.gov, correo@iaf.gov, site: <www.iaf.gov>.
- **Fundação Iochpe** (Educação). Alameda Tietê, 618/casa 01 – Cerqueira César – 01.417-020 – São Paulo – SP, telefax: +11-3060-8388, e-mail: fiochpe@osite.com.br, site: <www.widesoft.com.br/fiochpe>.
- **Fundação O Boticário de Proteção à Natureza** (Conservação da natureza). Avenida Rui Barbosa, 3.450 – Afonso Pena - 83.065-260 – São José dos Pinhais – PR, tel: +41-381-7396, fax: +41-382-4179, e-mail: fundação@fbpn.org.br, site: <www.fbpn.org.br>.
- **Fundação Odebrecht** (Educação). Avenida Tancredo Neves, 450/29 A – Cond. Suarez Trade – Caminho das Árvores – 41.827-900 – Salvador – BA, tel: +71-340-1111, fax: +71-340-9129/8929, e-mail: fundação@odb.com.br, info@odebrecht.com.br, site: <www.odebrecht.com.br>.
- **Fundação Orsa** (Educação). Avenida Deputado Emílio Carlos, 821 – Santa Terezinha – 06.310-160 – Carapicuíba – SP, tel: +11-429-4664, fax: 429-2232, e-mail: fundorsa@amcham.com.br.
- **Fundação Telefônica** (Educação). Rua Pio XII, 258 – Bela Vista – 01.322-030 – São Paulo – SP, e-mail: fundação@telefonica.org.br.
- **Fundação W. K. Kellogg** (Educação, desenvolvimento rural). Alameda Rio Negro , 1.084/Conj. 31 – Centro Comercial Alphaville – 06.453-000 – Barueri – SP, tel: +11-421-2233, fax: +11-7295-0992, e-mail: wkkfbr@wkkf.org, site: <www.wkkf.org>.
- **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade-Funbio** (Conservação e o uso sustentável da biodiversidade). Secretaria Executiva: - Largo do IBAM, 1 – 6º Andar – Humaitá - 22.271-070 – Rio de Janeiro – RJ, telefax: +21-2579.0809, e-mail: funbio@funbio.org.br, site: <www.funbio.org.br>.
- **Fundo Canadá em Apoio a Pequenos Projetos Comunitários** (Educação profissionalizante, geração de renda). C. P. 341 – 70.359-970 – Brasília – DF, telefax: +61-321-3061.

- **Fundo das Nações Unidas para a Infância-Unicef** (Educação, meio ambiente). SEPN 510 – Bl. A – Edf. Inan – 2º Andar – 70.750-530 – Brasília – DF, tel: +61-348-1900/340-1212, fax:+61-349-0606, e-mail: brasil@unicef.org.br, site: www.unicef.org.br.
- **Fundo de Direitos Difusos-FDD** (Educação, Meio-Ambiente, Direitos do Consumidor). Nelson Campos - Esplanada dos Ministérios – Bl. T – Edf. Sede – Sala 505 – 70.064-900 – Brasília - DF. Tel: +61-429-3488/3387.
- **Fundo do Amparo ao Trabalhador/Ministério do Trabalho e Emprego** (Educação profissional para artesanato, pesca, desenvolvimento comunitário, turismo, comunidades rurais, etc). Esplanada dos Ministérios – Bl. F – Sala 218 – 70.059-900 – Brasília – DF, site: www.mte.gov.br.
- **Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environment Facility-GEF)** (Questões ambientais globais). Site: www.ufmg.br/cci.gef.htm.
- **Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA** O Fundo financia projetos de educação ambiental não formal nas seguintes linhas temáticas: educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, construção de agendas ambientais institucionais e comunitárias e Agenda 21 Local. No entanto o fundo considera fundamental incluir a componente educação ambiental em todas as outras linhas temáticas do FNMA. Para maiores informações sobre os princípios gerais, linhas temáticas, etc, consulte a página do FNMA. Fundo Nacional de Meio Ambiente-FNMA/Ministério do Meio Ambiente. Esplanada dos Ministérios – Bl. B – 7º Andar – 70.068-900 – Brasília – DF, tel: +61-317-1037, e-mail: fnma@mma.gov.br, site: www.mma.gov.br.
- **Fundos Estaduais do Meio Ambiente.** Averiguar em cada estado com a Instituição Estadual de Meio Ambiente.
- **Good Samaritan Inc.** (Proteção do Meio Ambiente). 600 Center Mill Road – Wilmington – Delaware – 19807 – EUA.
- **Governo do Japão – Assistência para Projetos Comunitários** (Educação, meio ambiente, desenvolvimento). Consulado Geral do Japão – Avenida Paulista, 854 – 3º Andar – 01.310-913 – São Paulo – SP, tel: +11-287-0100, fax: +11-288-9460, e-mail: cgjsp@nethall.com.br, site: www.japao.org.br.
- **Ibama/Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais-CNPT** (Meio Ambiente). SAIN – L4 Norte – Edf. Sede do Ibama – Bl. A – Sala 66 – 70.620-000 – Brasília – DF, fax: +61-321-7538, pinzon@sede.ibama.gov.br, webmaster@ibama.gov.br, site: www.ibama.gov.br.
- **Instituto C&A de Desenvolvimento Social** (Educação). Alameda Araguaia, 1.222 – Alphaville – 04.655-000 – Barueri – SP, tel: +11-7266-9105, fax: +11-7266-9747, e-mail: instituto@ceamodas.com.br.
- **Interchurch Organization for Development Cooperation-ICCO** (Educação, desenvolvimento sustentável, geração de renda). P. O. Box 151, 3700 AD – Zeist – Holanda, tel: +31-30-692-7811, fax: +31-30-692-5614, e-mail: community@icco.nl, site: www.icco.nl.

- **James S. McDonnell Foundation** (Ciência da Educação/Pesquisa). Suite 1610, 1034 – South Brentwood Blvd - St. Louis – Missouri – 63117 – USA.
- **Levi Strauss do Brasil** (Desenvolvimento econômico e social). Rua Oscar Freire, 2.379 – Cerqueira César – 05.409-012 – São Paulo – SP, tel: +11-3066-3700, fax: +11-3066-3654/6, e-mail: mguida@levi.com.
- **Lincoln Park Zoo Scott Neotropic Fund** (Conservação da fauna latino americana). 2001 North Clark Street – Chicago – IL – 60614 – EUA, tel: +1-312-742-2000/7765, fax: +1-312-742-7220, e-mail: steved@ix.netcom.com, conservation@lpzoo.org, site: <www.lpzoo.com>.
- **Liz Clarborn Art Ortenberg Foundation** (Conservação e educação ambiental). 650, 5th Avenue – 10019 – New York – NY – EUA, fax: +1-212-956-3531.
- **Misereor** (Geração de renda, agricultura sustentável). Mozartstrasse, 9 – 52064 – Aachen – Alemanha, tel: +49-241-4420, fax: +49-241-442188, e-mail: postmaster@misereor.de, site: <www.misereor.de>.
- **National Fish and Wildlife Foundation** (Capacitação de pessoal, conservação da fauna). 1120 Connecticut Ave, NW, Suite 900 – Washington – D.C. – 20036 – USA, tel: +1-202-857-0166, fax: +1-202-857-0162, e-mail: montambault@nfwf.org, johnson@nfwf.org, site: <www.nfwf.org>.
- **National Geographic Society** (Biologia, projetos multidisciplinares com enfoque ambiental). 1145 17th Street, NW – Washington – DC – 20036-4688 – EUA, e-mail: askngs@nationalgeographic.com, jfintel@ngs.org, site: <www.nationalgeographic.com>.
- **Nature Conservation Society of Japan** (Conservação da Natureza e Educação Ambiental) – PRONATURA FUND. Taranomon Denki Building. 4F, 2-8-1 – Taranomon Minato-Ku – Tóquio – 105 – Japan.
- **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- Unesco** (Educação, meio ambiente). SAS – Qd. 05 – Bl. H – Lote 06 – 9^o Andar – C. P. 08.563 – 70.070-914 – Brasília – DF, tel: +61-223-8684, 217-4261/321-3525, fax: +61-322-4261, e-mail: webmaster@unesco.org, uhbrz@unesco.org, site: <www.unesco.org.br>.
- **Organização Mundial da Saúde** (Educação Ambiental e Saúde). WHO - Division of Health Education – Avenue Appia 20 – 1211 Geneva 27 – Suíça, tel: +41-22-791-2111, fax: +41-22-791-3111, telex: 415-416, e-mail: info@who.int, site: <www.who.int>.
- **Oro Verde** (Educação ambiental florestal). Bodenstedtstrasse 4, D – 60594, Frankfurt/Main – Germany.
- **Petrobrás – Petróleo Brasileiro S. A.** (Meio ambiente, educação, geração de emprego). Avenida República do Chile, 65 – Centro – 20.035-900 – Rio de Janeiro – RJ, tel: +21-534-33217/3925, fax: +21-534-6199, e-mail: brnet@petrobras.com.br, sc24@petrobras.com.br, site: <www.petrobras.com.br>.

- **Planfor/Ministério do Trabalho e Emprego** (Educação profissional). Esplanada dos Ministérios – Bl. F – Sala 306 - 70.059-900 – Brasília – DF, Tel: +61-317-6165, 0800-610101, site: <www.mte.gov.br/sppe/eduprof/planfor_idx.htm>.
- **Política Nacional para a Amazônia Legal/Ministério do Meio Ambiente** (Projetos sócio-ambientais para a Amazônia Legal). Esplanada dos Ministérios – Bl. B – 9º Andar - 70.068-900 – Brasília – DF, Tel: +61-317-1430/1334, 322-3727, fax: +61-322-3727 e-mail: sca@mma.gov.br, site: <www.mma.gov.br>.
- **Prêmio Itaú-Unicef Educação & Participação** (Prêmio para ações complementares à escola). Agências do Banco Itaú ou tel: 0800-55-03-41, site: <www.cenpec.org.br>, <www.unicef.org.br>.
- **Proger/Ministério do Trabalho e Emprego** (Geração de emprego e renda). Esplanada dos Ministérios - Bl. F – 2º Andar – 70.059-900 – Brasília – DF, Tel: 0800-610101, site: <www.mte.gov.br>
- **Programa de Pequenos Projetos-PPP**. Instituto Sociedade População e Natureza-ISPAN/GEF – Banco Mundial. 202 Norte – Brasília – DF, Tel: +61-321-8085.
- **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf/Ministério da Agricultura e Abastecimento** (Desenvolvimento, capacitação e geração de renda para comunidades da Amazônia). Esplanada dos Ministérios – Bl. D – Sala 304 – 70.043-900 – Brasília – DF, Tel: +61-218-2461, 226-3594, fax: +61-321-4524, e-mail: attch.sdr@pnfc.org, site: <www.agricultura.gov.br>.
- **Programa Nacional de Meio Ambiente-PNMA** (Unidades de Conservação, Proteção de Ecossistemas e Desenvolvimento Institucional). Esplanada dos Ministérios – Bl. B – 8º Andar – 70.068-900 – Brasília – DF, Tel: +61-317-1118/1155/1367, E-mail: pnma@mma.gov.br, site: <www.mma.gov.br>.
- **Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais-PPG7/Ministério do Meio Ambiente** (Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Manejo; e Ciência e Tecnologia). Secretaria de Coordenação da Amazônia Legal – SCS – Qd. 6 – Edf. Sofia – Sala 102 – 70.300-500 – Brasília – DF, Tel: +61-325-8402/2762, site: <www.mma.gov.br>.
- **Projetos Demonstrativos-PD/A /Ministério do Meio Ambiente** (Preservação e uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia Legal, Mata Atlântica e ecossistemas associados). Secretaria de Coordenação da Amazônia Legal, SCS – Qd. 6 – Edf. Sofia – Sala 207 - 70.300-500 – Brasília – DF, Tel: +61-325-5224, e-mail: pda@mma.gov.br, site: <www.mma.gov.br>.
- **Rainforest Action Network** (Proteção das florestas tropicais e seus habitantes). 221 Pine Street, Suíte 500 – San Francisco – CA – 94104 – EUA, tel: +1-415-398-4404, fax: +1-415-398-2732, e-mail: rainforest@ran.org, site: <www.ran.org>.
- **Resources for the Future** (Meio ambiente, energia). 1616, P Street, NW – 20036 – 1400 – Washington – DC – EUA, fax: +1-202-939-3460.

- **Richard & Rhoda Goldman Fund** (Meio Ambiente) e **The Goldman Environmental Prize** (Prêmio anual para 6 pessoas de destaque ambiental). One Lombard Street, Suite 303 – San Francisco – CA – 94111 – EUA, tel: +1-415-788-9090/1090, fax: +1-415-788-7890, e-mail: andrea@goldmanprize.org, site: <www.goldmanfund.org>.
- **Round Up for the Rainforest** (Conservação ambiental). P. O. Box 1092 – 02142 Brookline – MA – EUA, fax: +1-617-723-5424.
- **Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social-DED** (Agricultura familiar, geração de renda, desenvolvimento). Rua Joaquim Felipe, 101 – 50.050-340 – Recife – PE, +81-221-0075, fax: +81-222-1959, e-mail: dedbra@elogica.com.br.
- **Shell Brasil S. A.** (Preservação e Educação Ambiental). Praia de Botafogo, 370 – 2º Andar – 22.258-900 – Rio de Janeiro – RJ, tel: +21-559-7777, fax: +21-559-7171, site: <www.shell.com.br>.
- **Sophie Danforth Conservation Biology Fund** (Biodiversidade, educação ambiental). Roger Williams Park Zoo – 1000 Elmwood Avenue – Providence – RI – 02905 – EUA, tel: +1-401-785-3510 ext. 335, fax: +1-401-941-3988, e-mail: BI599132@BROWNV.M.BROWN.EDU, Ldabek@worldnet.att.net.
- **Tearfund** (Agricultura, geração de renda). 100 Church Road – Teddington – Middlesex – TW11 8QE – Reino Unido, tel: +44-208-977-9144, fax: +44-208-943-3594, e-mail: enquiry@tearfund.org, site: <www.tearfund.org>.
- **Terra Capital**, é um fundo Ambiental, criado pelo Banco Axial, que financia projetos de agricultura orgânica de pequeno e médio porte, projetos de prospecção biológica na Amazônia, projeto de manejo florestal, e energia alternativa, entre outros.
Maiores informações: <www.terra-capital.com.br>
- **The Center for Field Research/Earthwatch** (Conservação, desenvolvimento sustentável). 3 Clock Tower Place, Suite 100 – Box 75 – Maynard – MA – 01754, EUA, tel: +1-978-461-0081, fax: +1-978-461-2332, e-mail: cfr@earthwatch.org, info@earthwatch.org, site: <www.earthwatch.org>.
- **The John D. and Catherine T. Macarthur Foundation** (Conservação, educação ambiental). 140 South Dearborn Street, Suite 1100 – Chicago – IL – 60603-5258 – EUA, tel: +1-312-726-8000, fax: +1-312-920-6258, e-mail: 4answers@macfound.org, site: <www.macfdn.org>. MacArthur Foundation – Brazil. Av. Engº Luiz Carlos Berrini, 936 – CJ 71 – Brooklin – 04.571-000 – São Paulo – SP, tel: 55-11-5505-2527, fax: 55-11-5505-5316, e-mail: fundmacarthu@originet.com.br, site: <www.macfound.org.br>.
- **The Rockefeller Foundation** (Meio Ambiente). 420 Fifth Avenue – New York – NY – 10018-2702 – EUA, tel: +1-212-869-8500, fax: +1-212-764-3468, e-mail: global@rockfound.org, site: <www.rockfound.org>.
- **The Rolex Awards for Enterprise** (Prêmio bienal para trabalhos na área de meio ambiente e outras). P. O. Box 1311 – 1211 Geneva 26 – Suíça, tel: +41-22-308-2200, fax: +41-22-308-2585, e-mail: secretariat@rolexawards.com, site: <www.rolexawards.com>.

- **The Tinker Foundation** (Meio Ambiente). 55 East 59th Street – New York – NY – 10022 – EUA, +1-212-421-6858, fax: +1-212-223-3326, e-mail: tinker@tinker.org, site: <www.fdncenter.org/grantmaker/tinker>.
- **The Wallace Global Fund** (Desenvolvimento sustentável). 1990 M Street, NW, Suite 250 – Washington – DC – 20036 – EUA, tel: +1-202-452-1530, fax: +1-202-452-0922, e-mail: tkroll@wgf.org, site: <www.wgf.org>.
- **Third World Academy of Sciences-TWAS** (Apoio à pesquisa biológica e de outras áreas). Strada Costiera 11 – Via Beirut 6 – 34014 – Trieste – Itália, tel: +39-040-224-0327, fax: +39-040-224-559, e-mail: info@twas.org, twas@ictp.trieste.it, site: <www.twas.org>, <www.ictp.trieste.it>.
- **Tides Foundation** (Educação Ambiental e Conservação). Presidio Building 1014 – P. O. Box 29256 – San Francisco – CA – 94129-0256, tel: +1-415-561-7807, fax: +1-415-771-0535, e-mail: info@eGrants.org, webweaver@tides.org, site: <www.tides.org>.
- **Unibanco Ecologia** (Conservação, recuperação e educação ambiental). Rua Getúlio Soares da Rocha, 28 – 04.704-050 – São Paulo – SP, tel: +11-5093-7916, fax +11-5533-3779, site: <www.unibanco.com.br>.
- **Visão Mundial - MG** (Educação, geração de renda, agroecologia). C. P. 848 – 30.123-970 – Belo Horizonte – MG, fax: +31-3273-3949, e-mail: vmbrasil@visaomundial.org.br, site: <www.visaomundial.org.br>.
- **Vitae-Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social** (Educação). Rua Oscar Freire, 379 – 5^o Andar – 01.426-001 – São Paulo – SP, tel: +11-3061-5299, fax: +11-3083-6361, e-mail: vitae@dialdata.com.br, site: <www.vitae.org.br>.
- **W. Alton Jones Foundation** (Meio ambiente). 232 East High Street – Charlottesville – VI – 22902-5718 – EUA, tel: +1-804-295-2134, fax: +1-804-295-1648, e-mail: earth@wajones.org, site: <www.wajones.org>.
- **Wildlife Conservation Society – International Conservation Program** (Pesquisa para a preservação da vida silvestre). 2300 Southern Boulevard – Bronx – NY – 10460 – EUA, tel: +1-718-220-5100, fax: +1-718-4275, e-mail: fellowship@wcs.org, site: <www.wcs.org/science/rfplink.html>.
- **Wildlife Trust-(ex-WPTI)** (Preservação de habitats e espécies silvestres, incluindo educação ambiental). Wildlife Trust, 61 Route 9W, Palisades, NY 10964-8000 USA, tel: +1-845-365-8337, fax: +1-845-365-8177, e-mail: homeoffice@wpti.org, site: <www.wildlifetrust.org>.
- **World Wide Fund-WWF** – International Division of Environmental Education. Avenue du Mont Blanc – CH 1196 Gland – Suíça, fax: +41-22-364-0074, site: <www.panda.org>.
- **World Wide Fund-WWF** – Regional do Brasil (Pesquisa em Conservação e Educação). SHIS – EQ QL 06/08 – CJ E – 2^o andar – 71.620-430 – Brasília – DF, tel: +61-248-2899, fax: +61-364-3057, e-mail: natsoc@wwf.org.br, panda@wwf.org.br, site: <www.wwf.org.br>.
- **Fundação Nacional da Saúde – FUNASA** – Gerência de Convênios 61-314.6232, ou 6237. site: <www.fuNASA.gov.br>.

A legislação sobre o uso do fogo²³⁸

Código florestal:

- Proíbe o uso do fogo nas florestas e demais formas de vegetação, mas abre exceção ao princípio geral ao prever uma permissão ou Autorização para uso do fogo em atividades agropastoris e florestais.
- Isto possibilita ao IBAMA expedir autorizações

Decreto nº 2.661 de 1998

- 1- Regulamenta o Código Florestal, mediante normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.
- 2- Determina quais são as áreas e situações em que é proibido o uso de fogo.

Decreto nº 2.661 de 1998

- 3- Determina as medidas de segurança que devem ser tomadas:
 - Definição das técnicas, equipamento e mão de obra a ser utilizado
 - Fazer o reconhecimento e a delimitação da área a ser queimada
 - Preparar aceiros de no mínimo 3 m, podendo chegar a 10 m em áreas de declive e floresta
 - Comunicar os vizinhos
 - Só queimar nas horas mais frias do dia e sem vento
 - Acompanhar a operação de queima até a sua extinção

Decreto nº 2.661 de 1998

- 4- Institui a queima solidária ou comunitária[1], que pode ser realizada por vários produtores mediante mutirão ou outra forma de cooperação, abrangendo várias propriedades contíguas, que não podem ultrapassar 500 hectares.

- **[1] PORTARIA 94-N de 1998 do IBAMA. Art. 5º - Fica instituída a queima solidária, realizada como fator de produção, em regime de agricultura familiar, em atividades agrícolas, pastoris ou florestais.**
- Parágrafo único – para os efeitos desta portaria, entende-se por queima solidária aquela realizada pelos produtores sob a forma de mutirão ou de outra modalidade de interação, em áreas de diversas propriedades.

²³⁸ PROGRAMA FLORESTA E COMUNIDADES. PROJETO BOM MANEJO DE FOGO. Disponível em: <www.IPAM.org.br>.

Decreto nº 2.661 de 1998

- A solidariedade não se limita às operações e resultados, mas também à responsabilidade civil, penal e administrativa, pois o Decreto prevê, no caso de emprego do fogo de forma solidária, a comunicação e autorização da queima deverão contemplar todas as propriedades envolvidas (artigo 11 § único), devendo ser assinado por todos os proprietários ou possuidores.

Para obtenção da autorização são exigidos os seguintes documentos:

- 1) Comprovante de propriedade ou justa posse da terra;
- 2) Cópia da autorização de desmatamento quando legalmente exigida;
- 3) Preenchimento da guia de solicitação da Comunicação da queima controlada solidária

Multas e sanções para quem descumpra a legislação:

- **Lei nº 9.605/98 -Lei de crimes ambientais**
- *“Art. 41 – provocar incêndio em mata ou floresta: pena reclusão de 2 a 4 anos e multa. Parágrafo Único – se o crime é culposos, a pena é de detenção de 6 meses a 1 ano e multa.”*
- **Decreto nº 3.179/99 Trata-se do valor das multas aplicáveis às infrações contra a flora, a saber:**
- *“Art. 28. Provocar incêndio em mata ou floresta:*
- *Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), por hectare ou fração queimada.”*
- *“Art. 40. Fazer uso de fogo em áreas agropastoris sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida:*
- *Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), por hectare ou fração.”*

Custos para a obtenção da autorização da queimada no IBAMA[1]

[1] Valores retirados da Tabela de Preços IBAMA-2000.

Condição	Tamanho	Custo
Sem vistoria obrigatória do Ibama	-	isento
Com vistoria da queima comunitária	Até 13 ha	R\$ 3,50
	De 14 a 35 ha	R\$ 7,00
	De 36 a 60 ha	R\$ 10,50
	De 61 a 85 ha	R\$ 14,00
	De 86 a 110 ha	R\$ 17,50
	De 111 a 135 ha	R\$ 21,50
	De 136 a 150 ha	R\$ 25,50
Com vistoria nas demais queimas controladas	Até 13 ha	R\$ 3,50
	Acima de 13 ha	R\$ 3,50 por ha

- Importante lembrar que é necessário ter a autorização de desmatamento também.

CUSTOS DA PREVENÇÃO AO FOGO ACIDENTAL CALCULADO EM DIÁRIAS

Atividade	Diárias C/ prevenção	Diárias S/ prevenção
Reunião de Planejamento da roça	1	
Roçar	10	8
Derrubar	6	3
Aceiro	4	3
Reunião de Planejamento da Queimada	1	
Queimada	4	2
Encoivarar	2	2
Plantar	4	4
Duas Capinas	24	24
Colheita do Milho	6	6
Beneficiamento (32 sacos)	160	160
Total de Trabalho na roça	222	212

Fonte: IPAM (Projeto o Bom Manejo do Fogo)